



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXXV — Nº 108

SÁBADO, 20 DE SETEMBRO DE 1980

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 137ª SESSÃO, EM 19 DE SETEMBRO DE 1980

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Parecer

Referente à seguinte matéria:

— Projeto de Lei da Câmara nº 37/80 (nº 2.385-B, de 1979, na Casa de origem), que autoriza a reversão aos Municípios de Jaguari, de Pelotas e Marcelino Ramos, no Estado do Rio Grande do Sul, dos terrenos que menciona.

1.2.2 — Leitura de Projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 248/80, de autoria do Sr. Senador Franco Montoro, que assegura o amparo da Previdência Social aos inválidos por nascença.

1.2.3 — Discursos do Expediente

SENADOR HENRIQUE SANTILLO — Processo de desnacionalização do setor petrolífero.

SENADOR BERNARDINO VIANA — Considerações sobre projeto de lei, em tramitação da Câmara dos Deputados, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil.

SENADOR DIRCEU CARDOSO — Razões que induziram S. Exª a apresentar projeto de lei, estabelecendo normas de distribuição de moradias funcionais na administração direta e indireta.

1.2.4 — Apreciação de matérias

— Requerimentos nºs 390, 392 e 393, de 1980, lidos na sessão anterior. **Aprovados.**

— Requerimento nº 394/80, lido na sessão. **Aprovado**, após usar da palavra no encaminhamento de sua votação o Sr. Senador Dirceu Cardoso.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Resolução nº 73/80, que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Norte a elevar em Cr\$ 144.000.000,00 (cento e quarenta e quatro milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. **Aprovado.** À Comissão de Redação.

— Projeto de Resolução nº 74/80, que autoriza o Governo do Estado de São Paulo a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares) destinado à Companhia do Metropolitano de São Paulo. **Aprovado.** À Comissão de Redação.

— Projeto de Resolução nº 81/80, que autoriza a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro a realizar empréstimo externo de US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares americanos) destinado a aporte de capital do município à Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro — RJ. **Aprovado**, após usar da palavra o Sr. Dirceu Cardoso. À Comissão de Redação.

— Projeto de Resolução nº 75/80, que autoriza o Hospital Municipal Henrique Lage, de Lauro Müller (SC) a contratar uma operação de crédito de Cr\$ 3.225.000,00 (três milhões, duzentos e vinte e cinco mil cruzeiros). Votação adiada por falta de *quorum*, após usarem da palavra os Srs. Senadores Dirceu Cardoso e Luiz Cavalcante.

— Projeto de Resolução nº 76/80, que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Norte a elevar em Cr\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. Votação adiada por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 77/80, que autoriza a Prefeitura Municipal de Ilhéus (BA) a elevar em Cr\$ 273.320.000,00 (duzentos e setenta e três milhões, trezentos e vinte mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. Votação adiada por falta de *quorum*.

— Requerimento nº 389/80, de autoria dos Srs. Senadores Nelson Carneiro e Paulo Brossard, solicitando urgência, nos termos do art. 371, alínea c, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei do Senado nº 18/79, que dispõe sobre a aquisição de imóveis funcionais por seus ocupantes, e dá outras providências. Votação adiada por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 12/80, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que altera a redação e revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, instituindo remuneração suplementar durante o período de férias. (Apreciação preliminar da juridicidade). Votação adiada por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 44/80, de autoria do Sr. Senador Lázaro Barboza, dando nova redação aos artigos 5º e 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a comissão de valores mobiliários. (Apreciação preliminar da constitucionalidade). Votação adiada por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 339/78, de autoria do Sr. Senador Murilo Paraíso, que dispõe sobre a extinção da enfiteuse de bens públicos e particulares, e dá outras providências. **Discussão sobrestada** por falta de *quorum* para votação do Requerimento nº 384/80, de adiamento da discussão.

— Projeto de Lei do Senado nº 20/80, de autoria do Sr. Senador Orestes Quêrcia, revogando a legislação que declarou municípios brasileiros como áreas de interesse da segurança nacional. (Apreciação preliminar da constitucionalidade). **Discussão sobrestada** por falta de *quorum* para votação do Requerimento nº 385/80, de adiamento da discussão para reexame da Comissão de Constituição e Justiça.

— Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 23/79 (nº 1.849/76, na Casa de origem), que estabelece normas sobre a documentação exigida aos candidatos, em concursos públicos. **Aprovada.** À Câmara dos Deputados.

— Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 37, de 1980-Complementar, de autoria do Sr. Senador Humberto Lucena, dando nova redação ao art. 7º da Lei Complementar nº 25, de 2 de julho de 1975, que estabelece critérios e limites para a fixação da remuneração de Vereadores. **Aprovada.** À Câmara dos Deputados.

— Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 49/80, de autoria do Sr. Senador Amaral Furlan, que revoga a alínea e do parágrafo único do art. 16 da Consolidação das Leis do Trabalho. **Aprovada.** À Câmara dos Deputados.

1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR DIRCEU CARDOSO — Requerimento a ser encaminhado à Mesa, solicitando informações ao Sr. Ministro da Justiça sobre a liberação de filme que especifica.

SENADOR PEDRO SIMON — Necessidade da apuração dos atentados terroristas praticados no País. Considerações sobre a proposta de emenda à Constituição que restabelece as prerrogativas do Congresso Nacional.

SENADOR AGENOR MARIA — Entrevista concedida a órgão da Imprensa, pelo Presidente do INAN, a respeito da defasagem existente entre a majoração do salário mínimo e o aumento nos preços dos gêneros alimentícios nos últimos anos.

SENADOR GASTÃO MÜLLER — Artigo publicado no jornal *Folha de S. Paulo* e nota divulgada pelo Senador Tancredo Neves, sobre o Veto Presidencial a projeto de lei que cancelava as penas impostas ao ex-Presidente Juscelino Kubitschek.

1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO

2 — DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÕES ANTERIORES

— Do Sr. José Lins, proferido na sessão de 15-9-80.

— Do Sr. Leite Chaves, proferido na sessão de 16-9-80.

3 — ATAS DE COMISSÃO

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE BLOCOS PARLAMENTARES

6 - COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 137ª SESSÃO CONJUNTA, EM 19 DE SETEMBRO DE 1980

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 46ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. GASTÃO MÜLLER, JORGE KALUME E PASSOS PÔRTO.

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — José Guíomard — Eunice Michiles — Evandro Carreira — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Alexandre Costa — Luiz Freire — José Sarney — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Agenor Maria — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Nilo Coelho — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Gilvan Rocha — Passos Pôrto — Dirceu Cardoso — João Calmon — Roberto Saturnino — Henrique Santillo — Gastão Müller — Saldanha Derzi — Leite Chaves — Paulo Brosard — Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — A lista de presença acusa o comparecimento de 30 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

PARECER

PARECER Nº 713, DE 1980

Da Comissão de Finanças. Sobre o projeto de Lei da Câmara nº 37, de 1980 (nº 2.385-B, de 1979, na Câmara dos Deputados) que "autoriza a reversão aos Municípios de Jaguari, de Pelotas e Marcelino Ramos, no Estado do Rio Grande do Sul, dos terrenos que menciona".

Relator: Senador Pedro Simon

Na forma regimental, vem a exame desta Comissão de Finanças Projeto de Lei que autoriza a reversão aos Municípios de Jaguari, Pelotas e Marcelino Ramos, no Estado do Rio Grande do Sul, dos terrenos que menciona.

A proposição é de iniciativa do Senhor Presidente da República, que a submete à deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 51 da Constituição, devidamente acompanhada de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, que destaca:

"No anexo processo, cogita-se da reversão aos Municípios de Jaguari, de Pelotas e de Marcelino Gomes, todos no Estado do Rio Grande do Sul, dos seguintes bens, doados à União Federal:

a) ao Município de Jaguari — RS, o terreno, com a área de 1.000,00m², situado na Rua José Maria de Carvalho, esquina com a Rua General Osório, naquela Municipalidade, doado através da Escritura de 2 de dezembro de 1969, transcrita no Registro de Imóveis da Comarca de Jaguari, sob o nº 14.884, Livro 3-S, às fls. 133;

b) ao Município de Pelotas — RS, o terreno, com a área de 1.200,00m², constituído pelos Lotes nºs 3,4,5 e 6 da Quadra 25, situado na Rua 19, localidade de Tablada, Bairro Jardim, naquela Municipalidade, doado através de Escritura de 5 de dezembro de 1969, transcrita no Registro de Imóveis da Comarca de Pelotas, sob o nº 50.207, Livro 3-AM, às fls. 236;

c) ao Município de Marcelino Ramos — RS, o terreno, com a área de 740,00m², designado por Lote nº 39 da Rua Rio Grande do Sul, naquela Municipalidade, doado através de título pela mesma expedido, em 4 de dezembro de 1967, transcrito no Registro de Imóveis da Comarca de Marcelino Ramos, sob o nº 10.076, Livro 3-H, às fls. 43.

2. Destinaram-se esses terrenos à instalação de sedes de zonas hidrológicas do 1º Distrito do Departamento Nacional de Águas e Energia do Ministério das Minas e Energia.

3. Aceitou-os a União Federal, através do Decreto nº 63.835, de 17 de dezembro de 1968.

4. Ocorre, porém, que o Departamento Nacional de Águas e Energia não mais deseja utilizar aqueles imóveis, nos objetivos a que foram destinados, porquanto o plano de criação de zonas hidrológicas não foi executado.

5. O Serviço do Patrimônio da União, com o beneplácito da Secretaria-Geral, opina sejam autorizadas, mediante Lei, as reversões dos terrenos de que se trata aos respectivos Municípios doadores."

Na Câmara dos Deputados, a matéria colheu pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e de Economia, Indústria e Comércio e obteve aprovação do Plenário em sessão de 18 de junho último.

Face a não-utilização dos imóveis pelo Departamento Nacional de Águas e Energia e a manifestação favorável dos órgãos competentes do Ministério da Fazenda, entendeu o Chefe da Nação que a reversão dos imóveis aos municípios de origem deve ser efetivada mediante autorização do Poder Legislativo.

Sob o aspecto financeiro — competência regimental da Comissão de Finanças — nada temos a opor à reversão dos imóveis às municipalidades que anteriormente os doaram à União Federal.

Entendemos que o retorno dos imóveis é recomendável sob todos os aspectos, especialmente ante a declaração de falta de interesse nas suas utilizações pelo DNAE.

À vista do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 1980.

Sala das Comissões, 18 de setembro de 1980. — Tancredo Neves, Presidente, em exercício. — Pedro Simon, Relator. — Affonso Camargo — Vicente Vuolo — Lomanto Júnior — Saldanha Derzi — João Lúcio — Luiz Freire — José Richa — Alberto Silva.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

E lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, DE 1980

Assegura o amparo da Previdência Social aos inválidos por nascença.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescentem-se ao art. 1º da Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974, os seguintes parágrafos:

“§ 1º Ficam os inválidos congênitos dispensados das exigências mencionadas nos itens I a III.

§ 2º Não prejudicará o direito ao amparo previdenciário a percepção, pela pessoa de quem o idoso ou inválido dependa obrigatoriamente, de rendimento de valor igual ou inferior ao salário mínimo.”

Art. 2º O custeio do encargo financeiro decorrente desta lei será atendido, se necessário, com o acréscimo de um décimo do destaque fixado no art. 8º da Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

O presente projeto tem por objetivo assegurar o amparo da Previdência Social aos inválidos por nascença, ainda quando dependente de pessoa cuja renda não exceda a um salário mínimo.

Diz a Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974, que instituiu o amparo previdenciário para maiores de setenta anos de idade e para inválidos:

“Art. 1º Os maiores de 70 (setenta) anos de idade e os inválidos, definitivamente incapacitados para o trabalho, que, num ou noutro caso, não exerçam atividade remunerada, não auferam rendimento, sob qualquer forma, superior ao valor da renda mensal fixada no art. 2º, não sejam mantidos por pessoa de quem dependam obrigatoriamente e não tenham outro meio de prover ao próprio sustento, passam a ser amparados pela Previdência Social, urbana ou rural, conforme o caso, desde que:

I — tenham sido filiados ao regime do INPS, em qualquer época, no mínimo por 12 (doze) meses, consecutivos ou não, vindo a perder a qualidade de segurado; ou

II — tenham exercido atividade remunerada atualmente incluída no regime do INPS ou do FUNRURAL, mesmo sem filiação à Previdência Social, no mínimo por 5 (cinco) anos, consecutivos ou não, ou ainda

III — tenham ingressado no regime do INPS após completar 60 (sessenta) anos de idade sem direito aos benefícios regulamentares.”

Como se sabe, a previdência social urbana considera segurados obrigatórios todos os que exercem atividade abrangida pela Lei Orgânica da Previdência Social, garantindo-lhes os meios indispensáveis de manutenção, por motivo de idade avançada, incapacidade e tempo de serviço, mediante o pagamento de abonos, auxílios e aposentadorias.

Desse modo, quando mulher e marido, quando pai e filho são segurados obrigatórios do INPS, ambos, satisfeitas as exigências legais, podem receber os benefícios previstos.

Já o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural adota critério restritivo e, por isso mesmo, socialmente indefensável, qual o de só permitir, ainda quando marido e mulher ou pai e filho sejam trabalhadores rurais, a aposentadoria apenas do chefe da unidade familiar, ainda quando ambos, em decorrência de invalidez, fiquem incapacitados para o trabalho. Além disso, a aposentadoria tem seu valor limitado à metade do maior salário mínimo.

Por outro lado, o amparo previdenciário aos idosos e inválidos só é devido, no caso de incapacidade definitiva para o trabalho ou idade superior a 70 anos, aos que não auferam rendimento superior a meio salário mínimo e não sejam mantidos por pessoa de quem dependam obrigatoriamente.

Desse modo, o trabalhador inválido que não tenha direito aos benefícios previdenciários pode pleitear e obter o amparo previdenciário instituído pela Lei nº 6.179, de 1974, desde que, satisfeitas as demais exigências legais, não aufera rendimento, sob qualquer forma, superior à metade do salário mínimo.

É natural que assim seja, porque é evidente que a metade do salário mínimo é insuficiente para manter a subsistência do trabalhador, mormente idoso ou inválido.

Todavia, a legislação impede a concessão do amparo aos idosos e inválidos que estejam na dependência obrigatória de outrem.

Tal interpretação está fundamentada, evidentemente, nas disposições do Código Civil (art. 233) que dá ao marido a condição de chefe da sociedade conjugal, atribuindo-lhe, entre outras, a obrigação de prover a manutenção da família.

Vale aqui reproduzir o ensinamento de Geraldo Augusto Faria Baptista quando lembra que a dependência, na previdência social, difere da conceitualização da lei civil, assinalando:

“Embora, em muitos casos, experimente o influxo inevitável da lei civil, o conceito de *dependência*, no seguro social, é, antes de tudo, um conceito *econômico*.

A dependência é um simples estado de fato, e não um estado de direito, configurando, conforme acentua Arnaldo Agnelli (infortunii del Lavoro, 1926, pág. 349) uma *relação econômica* e não uma *relação jurídica*. O que coincide com a opinião, ainda mais extremada, de André Rouast, quando ao se referir à lei de seguro social, afirma:

“Lei social e não lei jurídica, ela visa a situações econômicas e não jurídicas (Noções do Contrato de Trabalho e da Lei sobre Seguros Sociais, 1929, pág. 102)”

Ilustrando o mesmo ponto de vista, o autorizado de Litala mostra que a dependência econômica corresponde simplesmente “ao sustento dado a quem se encontra em estado de dele necessitar” (Direito de Seguro Social, pág. 139) o que significa considerar-se muitas vezes como dependente pessoa que juridicamente estaria em situação de não-dependência e vice-versa”. (Revista de Direito Administrativo, vol. III, págs. 284 a 291).

Cabe, ainda, lembrar que não pode a lei, de acordo com entendimento universalmente aceito, impor requisitos impossíveis de serem atendidos.

Ora, se o salário mínimo, por imperativo constitucional, é a menor remuneração que pode ser paga para assegurar a subsistência do trabalhador, como admitir-se que este, com ganhos correspondentes à metade da menor remuneração admissível, possa, além de maior de 60 anos ou inválidos, responder pela obrigação civil da manutenção de sua família?

É evidente que não poderá fazê-lo, não se configurando, conseqüentemente, o impedimento legal.

Desse modo, o presente projeto nesta parte nada mais faz do que explicitar o que está, efetivamente, implícito na Lei nº 6.179, de 1974.

A proposição objetiva também contemplar com a percepção do “amparo previdenciário” os que já nasceram inválidos, eis que sua invalidez congênita tornou-os evidentemente incapazes de exercer a qualquer tempo qualquer atividade, não lhes sendo, assim permitido, satisfazer as exigências contidas nos itens do art. 1º da Lei nº 6.179/74. Estes, entretanto, não podem ficar marginalizados.

Finalmente, o projeto, na forma do parágrafo único do artigo 165 do texto constitucional, prevê a fonte de custeio do encargo adicional que acarreta.

Sala das Sessões, 19 de setembro de 1980. — Franco Montoro.

(As Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Finanças.)

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — O projeto lido será publicado e remetido às comissões competentes.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Henrique Santillo.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB — GO. Lê o seguinte discurso.)

— Sr. Presidente, Srs. Senadores: Quanto mais se lê, se pesquisa e se medita a respeito das questões energéticas, mais se verifica que um inteiro mandato não seria suficiente para descrever todos os percalços, interesses, traições, progressos e recuos da consciência nacional em torno da epopéia que foi, que é e que por muito anos ainda será o núcleo de formação da verdadeira identidade de nosso povo.

Por isto mesmo, não pretendemos, com os discursos pronunciados em 4 e 20 de setembro de 79, ou pelo presente discurso, esgotar o assunto ou ter sobre ele uma visão final, completa e acabada. Na verdade, à medida em que nos aprofundamos na temática energética, vamos verificando sua transcendência, seu poder de coesão das vontades e, paralelamente, as armadilhas da contra-informação multinacional.

Ao mesmo tempo, vamos verificando as interdependências internacionais de manutenção de um pacto colonial que procura empurrar os países da órbita dependente do sistema ocidental para relações de produção historicamente superadas.

Entre diversos indicadores, a economia colonial se caracteriza pela ausência de mercado interno e pela realização dos lucros, acumulação e reinvestimento por classes dominantes situadas no exterior. Nesse contexto, as economias periféricas são sempre produtoras para o mercado externo e consumidoras de produtos (bens e serviços) e tecnologia externa. Isto implica na sobrevivência do subdesenvolvimento, ainda que setores da economia periférica apresentem eventualmente um processo de modernização e sofisticação.

Até a Revolução de 30, que inverteu, por algum tempo, através da premissa do "desenvolvimento autônomo", a tendência dependente, com a criação de empresas estatais, o Brasil foi, sempre, apesar da Independência e da República, presa fácil dos mais diferentes pactos coloniais.

Crítica-se, demais, a estatização de determinados setores da economia, como se tratasse de uma adesão ao modelo socialista de produção. Na verdade essa é a única forma de colocar na economia um fator tangencial, capaz de modificar o conjunto de todo o sistema produtivo, já que as economias dependentes, presas no círculo vicioso do sistema latifundiário-exportador, não conseguem fazer uma poupança capaz de dinamizar outros setores econômicos. Como exemplo fica que mais de trezentos anos do ciclo do açúcar, e inúmeras décadas envolvendo o ciclo do fumo, do cacau ou do café apenas criaram classes dominantes ociosas, predatórias e perdulárias, que jamais conseguiram afastar o país do círculo da dominação dos produtos estrangeiros.

Já a grita que hoje se levanta contra a estatização se explica pelo fato de o modelo econômico instaurado em 64 ter degenerado os princípios do monopólio estatal, colocando-o também a serviço das empresas multinacionais, às quais fornece matérias-primas e energia a preços subsidiados, como forma de atrair poupanças externas, ampliando a transferência de mais-valia às economias desenvolvidas e pagando pesado tributo político.

A Revolução de 30, por ter dado os primeiros passos para a estatização do setor energético (petróleo e eletricidade) e estatizado o setor infra-estrutural pesado (siderúrgico), arrancando pela força a hegemonia econômica da nobreza rural do café, inaugurou um ciclo de progresso autônomo (que seria minado pela retomada da interferência multinacional a partir dos governos de 55) e fechado pelo movimento de 64, que intensificou a dependência pela força, a título de modernizar o país pela via reflexa, nele instalando toda a crise pré-revolucionária que hoje caracteriza nosso endividamento externo, nossa dependência tecnológica, nossa inflação interna e a conseqüente agudização dos problemas políticos e sociais.

Os temas energéticos, entretanto, voltam à baila, com o apaixonado envolvimento da opinião pública, a mostrar que a discussão entre estatização e privatização não terminou. Abstração feita ao movimento de opinião da década de 50, que envolveu todas as parcelas da população (estudantes, militares, jornalistas, intelectuais, artistas etc.), na defesa da implantação do monopólio estatal do petróleo, cujas forças, ainda existentes, estão obstaculizadas pelo sistema de comunicação de massa e pelas pressões governamentais, não podemos ignorar o envolvimento da população em torno de outras candentes questões paralelas, como a discussão do Proálcool, do aproveitamento da biomassa e das fontes de energia alternativa, da defesa de nossas reservas florestais e da verdadeira celeuma levantada em torno do Acordo Atômico.

O Sr. Luiz Cavalcante (PDS — AL) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB — GO) — Pois não.

O Sr. Luiz Cavalcante (PDS — AL) — Parece-me data vênica, que V. Ex^a e a maioria dos seus colegas da Oposição cometem um erro, não identificando no monopólio estatal o mesmo monopólio do poder contra o qual V. Ex^s tanto se batem, e justamente se batem. O monopólio do poder é fruto dessa nova casta, que é a burguesia estatal, o grande inimigo da democracia. E o nincho da burocracia estatal, são as empresas estatais, cujo porta-estandarte é a Petrobrás. Para exemplificar tenho aqui, no meu livro negro, um recorte do informe econômico do *Jornal do Brasil* que tem a colaboração de grandes economistas cariocas, do dia 9 de abril, onde diz:

"Para se ter uma idéia da grandeza, basta dizer que apenas o orçamento da Petrobrás (Cr\$ 750 bilhões) supera o de todos os Estados brasileiros juntos (Cr\$ 600 bilhões) em 25%."

Permita-me V. Ex^a me alongar mais um pouco. E mais recentemente, no dia 10 de agosto, foi o próprio Ministro Delfim Netto que disse, até com certo laivo de ironia:

"Pode parecer singelo mais não deixa de ser um progresso saber que há 421 empresas estatais sob o controle da Secretaria do Planejamento."

E ele adianta que o orçamento dessas 421 empresas estatais em 1980, vai a 3 trilhões e 300 bilhões de cruzeiros, enquanto o Orçamento da União vai

apenas a 1 trilhão de cruzeiros. Então, pergunto eu: qual é o maior poder — são as estatais ou é a União; cujo Orçamento é apenas 1/3 do orçamento das estatais? Muito obrigado a V. Ex^a, e desculpe a impertinência.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB — GO) — Eminentíssimo Senador Luiz Cavalcante, eu me obrigo a concordar com V. Ex^a quando coloca a questão do exercício do poder e o problema das empresas estatais que se implica com isso. Creio no entanto, eminentíssimo Senador, que o exercício do poder hoje no País não está se exercendo através das estatais. Sabe bem V. Ex^a que isso não é bem correto. É óbvio que toda implicação econômica em torno do exercício do poder é poderosíssima, sobretudo num país capitalista, é sempre poderosíssima.

Cabe aí perguntar, nobre Senador, se não seria o momento de começarmos a discutir como democratizar as decisões em torno dessas grandes empresas estatais? Na minha opinião, essa é a grande questão que se coloca hoje diante da sociedade brasileira. Que instrumentos a sociedade poderá criar para ela, efetivamente, de modo indireto, poder controlar as decisões dos grandes conglomerados estatais? Isso sim.

Agora, é bom que se diga também, eminentíssimo Senador, num desenvolvimento oligopolista como o nosso, como é de todo o mundo hoje, a nível de desenvolvimento capitalista, isso não é apanágio do Brasil, obviamente. O desenvolvimento capitalista oligopolista transfere o centro de poder das empresas estatais, a que se refere V. Ex^a, para os grandes oligopólios detentores do poder econômico. Do mesmo modo, veja bem V. Ex^a, com muito mais dificuldade ainda, o Governo Federal, a sociedade através de seu Governo, com muito mais dificuldades ainda poderá controlar enormes somas de capitais concentradas nas mãos da iniciativa privada, do que propriamente controlá-la a nível de empresas propriamente estatais. A dificuldade de controle do capital oligopolista, concentrado nas mãos da iniciativa privada, é muito maior por parte do Governo que pretende representar a sociedade, do que propriamente o controle sobre as empresas estatais que lhes são diretamente vinculadas. Não concorda com isso V. Ex^a, nobre Senador Luiz Cavalcante?

O Sr. Luiz Cavalcante (PDS — AL) — Permite V. Ex^a um adendo. (Assentimento do orador.) V. Ex^s e eu também nos batemos pela volta das eleições diretas a todos os níveis e, principalmente, o nível maior, de Presidente da República.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB — GO) — Perfeitamente. Aí se concentra o poder.

O Sr. Luiz Cavalcante (PDS — AL) — Mas, com esse orçamento, com essa fabulosa quantia de que dispõem as empresas estatais, será em vão a luta daqueles que querem fazer o Presidente, porque o Presidente será das estatais. Elas fabricam qualquer um, até um Luiz Cavalcante, se lhes dar na telha.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB — GO) — Não, se democraticamente escolhido, Senador, com partidos políticos livres que possam usar todos os meios de comunicação livremente para se comunicarem com o povo e que isso resulte realmente na base de um consenso da sociedade brasileira. Eu acredito que isso ocorrerá num período de transição mais próximo, numa democracia plena neste País — e creio não estar muito distante — até mesmo em torno de um consenso de todas as classes sociais do País, de todas as forças democráticas do País.

Na verdade o exercício do poder se fará principalmente por eles e pelos partidos políticos organizados livremente, apesar das estatais. Eu concordo. As estatais precisam é de que haja instrumentos válidos, criados pela sociedade para controlá-las, instrumentos democráticos. Porque é muito mais fácil a sociedade criar instrumentos de controle, para as empresas estatais, do que criar instrumentos de controle das empresas privadas oligopolistas que concentram enorme soma de riqueza em suas mãos. Aí é que me coloco. Concordo com V. Ex^a. O exercício do poder se fará, principalmente, pelo poder econômico concentrado nas mãos da União, através também das empresas estatais e será sempre antidemocrático, enquanto a sociedade brasileira não evoluir a ponto de, na sua luta, criar os instrumentos democráticos de controle, que deverão passar, obviamente, pelo Congresso Nacional, que é o grande órgão de representação nacional e que há de continuar sendo.

O Sr. Luiz Cavalcante (PDS — AL) — Muito obrigado.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB — GO) — Quanto o Presidente Geisel, por ato unilateral autoritário, que não teve a unanimidade nem de seu Ministério, nem de suas lideranças no Congresso, inaugurou os contratos de risco, sem audiência da opinião pública, estava, na verdade, dando continuidade à política de crescimento dependente e ferindo profundamente a dignidade nacional. O argumento principal foi de que "o aumento da prospecção de petróleo, pela PETROBRÁS, exigiria pesados investimentos".

Ora, houvesse preocupação em resguardar os verdadeiros interesses nacionais, Sua Excelência poderia ter apelado para os investidores brasileiros, através da revogação de uma Resolução baixada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico, de 13 de março, que "proibia às empresas estatais (e entre elas a PETROBRÁS) de captar recursos na Bolsa de Valores", segundo a revista *Conjuntura Econômica*, nº 4, página 32, de 1975, citada em trabalho do Professor Adilson de Oliveira, publicado no nº 1 da Revista *A Brecha*, da Associação de Classe dos Geólogos. Segundo a mesma fonte, esta Resolução foi exarada quando a PETROBRÁS convocava uma assembléia-geral para aumento de 20% em seu capital e quando sua credibilidade pública era elevada, pois a rentabilidade de suas ações na bolsa chegaram a atingir 420%, mostrando que, na prática, nenhum investidor nacional temia a estatização.

Alguns setores, entretanto, acudiram-lhe imediatamente, com ampla cobertura, argumentando contra a "incapacidade técnica ou financeira da PETROBRÁS", cuja réplica, por motivos óbvios, já analisados em nossos discursos anteriores, não teve a mesma repercussão. A propósito, de acordo com inúmeras outras exteriorizações de eminentes geólogos e economistas, "a entrega da PETROBRÁS às multinacionais foi uma conspiração calma e longamente preparada, porque fazia parte de uma estratégia global de internacionalização da economia brasileira, em nome da segurança ocidental".

Seria ocioso repetir dados estatísticos que demonstram o valor superior da remessa de lucros em relação aos investimentos estrangeiros diretos no país, sobretudo nos últimos anos.

Ou tantos outros fatos centralmente contra a PETROBRÁS e o monopólio estatal do petróleo, que alinharemos na sequência deste pronunciamento, tirados de várias fontes idôneas.

Quanto ao argumento da incapacidade técnica, temos que, em 1954, ano da criação da PETROBRÁS e da agitação que levou à morte seu criador, o Brasil investiu 56 milhões de cruzeiros e produziu 992.409 barris de 159 litros.

O Sr. Luiz Cavalcante (PDS — AL) — V.Exª me permite? Perdoe-me a insistência.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB — GO) — Com imenso prazer.

O Sr. Luiz Cavalcante (PDS — AL) — V. Exª falou em incapacidade técnica. Eu não digo que haja incapacidade técnica, mas que a produtividade da empresa é baixa, não sou eu quem o diz, são os números.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB — GO) — Concordo com V. Exª

O Sr. Luiz Cavalcante (PDS — AL) — Em 1968, a PETROBRÁS extraiu do subsolo nacional nove milhões e quinhentos mil metros cúbicos de óleo negro. Em 1979, onze anos depois, extraiu praticamente a mesma coisa: nove milhões e novecentos e vinte e oito mil. Enquanto isso o consumo passou de 25 milhões de metros cúbicos para 63 milhões. Em outras palavras: a produção ficou estagnada, mas o consumo mais que duplicou. No entanto, se o seu petróleo é tão vasqueiro, os anúncios da PETROBRÁS são muito pródigos. E aqui está um deles, do dia nove do mês corrente, dia em que os jornais anunciaram o terceiro acidente ocorrido em Garoupa. Seu título: "Um esforço que não está no mapa". Saiu nos grandes jornais do País e continua saindo até hoje. Ainda ontem vi-o no *Jornal de Brasília*. Decerto saiu também em Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, enfim, nos grandes jornais. Cada exemplar do anúncio não deve custar menos do que uns cem mil cruzeiros. Então, só neste anúncio, a companhia, para anestesiá-lo e mascarar o seu fracasso, já gastou cerca de cinco milhões de cruzeiros.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB — GO) — Perfeitamente, concordo plenamente com V. Exª. Se nos primeiros quinze anos até a administração do General Candal da Fonseca, a PETROBRÁS cumpriu fielmente o seu papel, a sua missão, ela não o cumpriu nos dez últimos anos de administração. O que quero frisar no meu pronunciamento, Senador Luiz Cavalcante, com todo o respeito que tenho por V. Exª, por suas posições, é de que a responsabilidade por isso não é nem apenas do monopólio estatal, nem apenas da PETROBRÁS, como empresa, mas sobretudo responsabilidade das últimas direções daquela empresa, totalmente irresponsáveis, a começar pela do ex-Presidente Geisel, a partir de 1971.

O Sr. Aloysio Chaves (PDS — PA) — Não apoiado!

O Sr. Luiz Cavalcante (PDS — AL) — Estou de acordo com V. Exª. Os franceses costumam dizer: *Cherchez la femme* — "procura a mulher", isto para se desvendar um crime. Aqui, podemos dizer quase a mesma coisa: "Procure o homem", para explicar os fracassos. A causa é sempre o homem.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB — GO) — Ai, nesse caso, eminente Senador, não há como fugir disso.

O Sr. Luiz Cavalcante (PDS — AL) — Estou de acordo com V. Exª

O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB — GO) — Não há como fugir, quaisquer que sejam as situações que se façam e em qualquer idioma do mundo. E foi o ex-Presidente Geisel, quando, assumindo a direção da PETROBRÁS, que veio à Nação declarar que não importava à empresa a prospecção de petróleo, mas, na verdade, transformá-la numa empresa que pudesse assegurar fartos lucros para os seus acionistas. Declarações textuais do então Presidente da PETROBRÁS, General Ernesto Geisel.

O Sr. Luiz Cavalcante (PDS — AL) — Obrigado.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB — GO) — Continuando, tenho aqui, Sr. Presidente e Srs. Senadores, uma série de números, números que têm sido repetidos várias vezes pelo eminente Senador Luiz Cavalcante e com os quais todos nós temos de concordar, porque são números estatísticos retirados da fonte mais idônea que, no caso, é a própria PETROBRÁS. Mas, lamentavelmente, cabe-nos uma análise mais aprofundada desses números.

Tem razão o Senador Luiz Cavalcante quando afirma que nos últimos dez anos a PETROBRÁS não cumpriu a sua missão. Não, não cumpriu a sua missão, nesses dez últimos anos. Cumpriu-a, e muito bem, nos primeiros quinze anos de sua existência, até 1970. Na década de 70, lamentavelmente, o que fez a PETROBRÁS?

Pergunto a V. Exª: quem são os responsáveis pelas decisões da empresa estatal: são os seus geólogos, que adquiriram durante 25 anos extraordinário *know-how*, extraordinária experiência? São os trabalhadores, são aqueles que, na verdade, constituem, de fato, a PETROBRÁS? Ou os responsáveis por essas decisões são a sua Diretoria, a sua Presidência, o seu Conselho Fiscal, o seu Conselho Diretor e, portanto, a sua cúpula diretiva? Esta sim, esta, durante os últimos dez anos, foi responsável pelos descabros acontecidos na empresa estatal. E digo mais: de certo modo, isso foi propositado, objetivando um determinado fim, foi o de desconceituar, de denegrir a imagem desta grande empresa estatal, o orgulho dos brasileiros, diante da opinião pública brasileira. Isso sim, porque na medida em que a sua imagem ficasse denegrada com mais facilidade o povo brasileiro se esqueceria da grande campanha promovida durante a década de 50, com a participação de todos os setores da sociedade e que acabou culminando com o monopólio estatal do petróleo e com a criação da empresa estatal para exercê-lo, que foi a PETROBRÁS.

Em 1955, em meio a toda a agitação política subsequente, com o petróleo a baixo preço e uma tecnologia incipiente, para um investimento de 198 milhões de cruzeiros, elevava-se a produção para 2.021.900, que correspondia a um aumento de 103,7%, índice poucas vezes alcançado por qualquer outra atividade setorial em toda a história.

Nos inícios do Governo Kubitschek, o investimento quase dobrou, dobrando a produção. Para um investimento de 345 milhões, tivemos uma produção de 4.058.704 barris. Em 1957, a menos do dobro do investimento, ocorreu um aumento de produção muitos pontos acima do dobro. Para um investimento de 684 milhões, obteve-se uma produção de 10.106.269 barris, igual a 149% de aumento.

Em 1958, com um investimento de 1 bilhão e 4 milhões, a produção novamente duplicava, chegando a 18.922.754 barris. Em 59 e 60, apesar da queda nos investimentos e da crescente inflação, aos estímulos de 775 milhões e de 797 milhões, respectivamente, a produção continuou subindo, de 18.922.754 para 23 bilhões e meio e logo a seguir para 29 bilhões e meio. Nos anos seguintes, de extrema instabilidade política e descomunal inflação (Governos Jânio e Jango), a produção ainda continuou crescendo.

O Movimento de 64, com sua política de internacionalização da economia e desprezo pelos ideais nacionalistas, que confundia com a subversão da ordem, estabilizou os investimentos em menos de 2 bilhões. E apesar da desvalorização da moeda, um investimento que durante 5 anos oscilou entre um bilhão e setecentos e 1 bilhão e novecentos, a produção ainda cresceu.

Porque a PETROBRÁS já havia adquirido experiência internacional na pesquisa e lavra, além de ter criado instrumentos nacionais para as emergências nacionais, nesses cinco anos a produção cresceu de 5 e meio bilhões para 10 bilhões, 170 mil barris diários, em 1969.

Sob a administração do General Candal da Fonseca (Governo Costa e Silva), a PETROBRÁS completava, em 1968, sua gestão com objetivos plenamente vitoriosos, buscando a suficiência nacional de derivados. O impacto das importações do petróleo na pauta de importação baixava para 13,4% na conta das importações globais do País, e a produção de petróleo bruto elevava-se a 200 mil barris diários. *Outdoors* gigantescos, colocados nas principais capitais do País, apresentavam à população uma imagem ufanista tendente a justificar a revolução de 64 como nacionalista.

Ainda nesse mesmo ano, segundo Euzébio Rocha, a Petrobrás passava a exportar derivados de petróleo, "estimando-se que, dez anos depois, em 1979,

a exportação de derivados atingiria cerca de 800 milhões de dólares, superior à produção de divisas com o café, então nosso principal produto na pauta de exportações", pela utilização plena de suas refinarias.

Incidentalmente é preciso que não percamos de vista que a essa euforia de propaganda correspondia, também, uma tentativa de setores nacionalistas e democráticos das Forças Armadas em capturar a hegemonia do processo revolucionário, num esforço aberturista a seguir golpeado por uma junta militar que, com base em algumas ações isoladas de limitados grupos da extrema-esquerda, criou o Ato Institucional nº 5 e aprofundou o processo de desnacionalização da economia brasileira.

Sobreleva, finalmente, notar, que a auto-suficiência em derivados e o aumento da lavra de petróleo bruto, desde a criação da PETROBRÁS, até mesmo após os golpes entreguistas contra ela praticados, *sempre foi superior ao aumento da demanda interna, apesar de todo o processo desenvolvimentista apoiar-se nos derivados de petróleo como opção energética*. O crescimento da indústria automobilística, naval e aeronáutica, entre outras, é significativo no período.

Eis que, em 14 de novembro de 1969, o General Ernesto Geisel assume a presidência da PETROBRÁS e reduz para 1/3, de forma inexplicável, as verbas destinadas à produção e exploração, que de Cr\$ 1.868 milhões caem para Cr\$ 588 milhões. Não sabemos até que ponto Geisel estava envolvido com a estratégia global de liquidação de nossa principal empresa ou com a totalidade da desnacionalização de nossa economia, porque é certo que as pessoas se transformam, através do tempo, segundo interesses determinados. O certo é que a administração Geisel na PETROBRÁS significou o primeiro grande golpe no monopólio estatal do petróleo, porque desviou a empresa de seus objetivos precípuos, de pesquisas, lavra e comercialização, com vistas à auto-suficiência nacional, para a de gerenciamento, lucratividade e abastecimento de petróleo, segundo suas próprias palavras, em diversas ocasiões:

"O monopólio, em si, como a própria legislação que lhe é pertinente, são meios para assegurar o *abastecimento* nacional de petróleo". (Declarações após assumir a presidência da empresa.)

"A auto-suficiência na produção de petróleo, por mais desejável que seja, não é missão básica da empresa." (Discurso de posse na PETROBRÁS.)

"O monopólio legal atribuído à empresa não constitui uma finalidade, mas é apenas um instrumento de ação. A PETROBRÁS deve conduzir-se *segundo os moldes da empresa privada* proporcionando lucros que remunerem o capital dos acionistas." (Discurso de despedida da empresa.)

"Não considero um grande drama nacional se o Brasil não for auto-suficiente, não for uma grande potência petrolífera". (Depoimento perante uma Comissão Mista do Congresso, em 1970.)

Pode ter sido uma confusão intencional misturar, na mesma frase, a auto-suficiência, com uma grande potência petrolífera. A PETROBRÁS não tinha como pressuposto de sua criação fazer do País um exportador de petróleo ou uma grande potência petrolífera, mas um país livre da dependência da importação, responsável pela posição subalterna de sua economia até a criação da PETROBRÁS diante dos tristes econômicos e que fora responsável pela inversão dessa dependência, como vimos de demonstrar. O espírito nacionalista que a criou era contrário à afirmação da soberania nacional sobre a dependência de outros povos, fato que se tornou sobejamente demonstrado na discussão do acordo de Roboré, quando as mesmas forças populares que estimularam a criação da PETROBRÁS se manifestaram *contra a exploração do subdesenvolvimento de outros povos*. Mas é certo que tal confusão no espírito de Geisel serviu para lançar a confusão no seio da corrente nacionalista, onde algumas pessoas se entregaram à inércia, com predominância de espírito oportunista.

É mais certo, porém, que o próprio oportunismo do General Geisel, que mais tarde o levaria à Presidência da República, já estava ganho para a estratégia global de quebra de nossa soberania, pois além dos pressupostos de desnacionalização antes citados, o monopólio estatal já estava sendo minado, em 1965, pelo primeiro Governo da Revolução. Pelo Decreto-lei nº 56.570, as refinarias particulares nacionalizadas por João Goulart foram devolvidas a seus donos. O Decreto nº 56.571 tirou a petroquímica do monopólio estatal e o Decreto nº 56.980 retirou-lhe também o xisto.

Pelo Decreto nº 432, de 23 de janeiro de 1969, da Junta Militar, reduziram-se substancialmente os recursos destinados à empresa para a aquisição de embarcações nos estaleiros nacionais, uma vez que 50% daqueles recursos foram, pelo referido Decreto, retirados da PETROBRÁS. E pelo Decreto-lei nº 555, de 25-4-69, reduziu-se de 12,5% para 12% a quota da PETROBRÁS na arrecadação do Imposto Único sobre Combustíveis.

Em 1958, segundo o *Correio da Manhã*, de 31 de dezembro, "criava-se a Petroquímica União, sendo seus acionistas a Petroquisa (subsidiária da PETROBRÁS), com 25%; a Refinaria União detendo 25%; o Grupo Peri Igel-

Monteiro Aranha, detendo 15%; entidades financeiras internacionais detendo 10%; e o grupo Moreira Sales detendo os restantes 25%".

Como se percebe, a participação minoritária da PETROBRÁS, com 25% do capital, visava a entregar aos grupos privados e multinacionais não apenas recursos estatais, mas também a experiência e o bom nome da empresa, que servia para continuar iludindo os setores nacionalistas, principalmente das Forças Armadas, com a imagem de que a Nação estava se entregando, através da PETROBRÁS, ao setor da química fina, ou seja, adquirindo elevada tecnologia no setor petroquímico.

Como se percebeu mais tarde, as "entidades financeiras internacionais", apesar de deterem apenas 10% do capital, acabariam por engolfar mais de 80% de toda a produção petroquímica. "Em 1969, a indústria química já era, no Brasil, mais forte que a indústria automobilística", diz Nelson Werneck Sodré na "Radiografia de um Modelo". E "na constelação de empresas do ramo, dez se destacavam pelas dimensões: entre estas, seis tinham interesse comum na Petroquímica União; destas seis, duas eram subsidiárias da Union Carbide, restando a Rhodia, francesa, e a Ultrafertil, da Phillips Petroleum".

Em 1972, segundo o "Jornal de Debates", citado por Nelson Werneck Sodré, "o Geiúim destinava 26% de incentivos fiscais a empresas nacionais e 74% às estrangeiras".

Não parou aí, entretanto, a entrega generalizada do país às multinacionais, no setor petrolífero e petroquímico. Em 1972 (Governo Médici) a PETROBRÁS associou-se à Mobil Oil e à NIOC para formar a Hormoz Petroleum Co. Finalmente, em 1975, como Presidente da República, o General Ernesto Geisel colocou um broche de ouro na sua carreira de entreguista: sob a estupefação do país, assinava a autorização para a realização de contratos de risco.

Toda essa entrega se fez ao arrepio da opinião pública e do Congresso. Ninguém podia falar nada, porque estávamos com a imprensa censurada, o Congresso sob a ameaça do AI-5 e os grupos de repressão paralegal desaparecendo com estudantes, intelectuais, operários e demais pessoas que resistissem à desnacionalização do país.

A partir daí, entretanto, foi impossível reprimir por mais tempo a ansia da população por liberdade. A partir da discussão, ainda que limitada, do significado dos contratos de risco, setores nacionalistas das Forças Armadas, do estudantado, da intelectualidade, cansados da permanência da excepcionalidade, mobilizaram-se no sentido da redemocratização, a que Geisel ainda procurou conter, com a emissão do *pacote de abril*, mas que acabou por desmoralizar a credibilidade de seu governo. Nessa discussão apareceu o verdadeiro móvel da quebra do monopólio estatal: o descalabro a que nos havia levado 15 anos de desnacionalização, que tornavam o país refém do capital financeiro internacional, e se fazia "em nome de nossa credibilidade externa", conforme declarou Mário Henrique Simonsen, aos jornais, na época, enquanto Ângelo Calmon de Sá comentava que "a assinatura dos contratos de risco foi muito bem recebida pelos banqueiros estrangeiros, credores de nosso país".

Outra não poderia ser a argumentação, pois "os contratos resultantes das licitações importam, englobando todas as empresas contratistas, num total de US\$ 70 milhões, enquanto a PETROBRÁS investia, no mesmo período e em busca dos mesmos fins, quase mil vezes mais, ou seja, um bilhão de dólares" (Seminário do Modelo Energético do Brasil, realizado em 31-8-79, página 14 dos Anais).

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o tempo me impede de trazer a lume, neste momento, todo o significado da alienação envolvida nos contratos de risco, cujo desdobramento será a disfunção dos projetos de implantação de formas alternativas de energia, entre os quais o do álcool anidro, que será objeto de um outro próximo pronunciamento, em que desdobraremos estas conclusões.

Não pretendendo, entretanto, deixar esta tribuna antes que estabeleça, de forma conclusiva, que os contratos de risco não são apenas uma etapa da entrega do petróleo às multinacionais, através da quebra total do monopólio estatal. A decisão de uma maior desnacionalização de nossa economia que hoje sabemos ter sido tramada desde os primeiros momentos do movimento de 64, já teve alguns desdobramentos.

Em dezembro de 1979, o Ministro César Cals dirigiu à PETROBRÁS o seguinte telex:

"Conforme nossos entendimentos telefônicos retransmito teor meu despacho ontem com Exmº Senhor Presidente da República a respeito adaptações devem ser feitas nos modelos contratos risco estão sendo celebrados pela PETROBRÁS pt Informo lhe que Senhor Presidente aprovou referidas modificações pt

Para alcançar maior cooperação da iniciativa privada na prospecção de petróleo propomos as seguintes modificações nas cláusulas atuais dos contratos de risco:

1 — Delimitar a área atual de prospecção que a PETROBRÁS está realizando, com recursos próprios, e *abrir as demais áreas para a iniciativa privada*. Foi recomendado a PETROBRÁS programar para o ano de 1980, 1 milhão de metros de perfuração, como meta a atingir.

2 — *Oferecer às empresas privadas a possibilidade de ter acesso a bacias inteiras, inclusive propiciando-lhe toda a informação geológica necessária, sobre a área total das bacias, para que possam ser escolhidos os blocos que interessem a cada empresa.*

3 — *Participação da empresa contratante na fase de produção*, como é de praxe internacional. Naturalmente, a PETROBRÁS exercerá adequada fiscalização.

4 — Decisão conjunta sobre o nível comercial da reserva descoberta pela pesquisa objeto do contrato de risco.

5 — *Garantia do reembolso e/ou remuneração em moeda estrangeira*, com registro do contrato no Banco Central do Brasil.

6 — *Admitir que parte da remuneração seja feita em petróleo*, ressaltados os interesses nacionais, em caso de crise.

7 — *Estimular a participação da pequena e média empresa nacional*, que poderiam, sob a forma de consórcio, ser contratadas, até mesmo com assistência técnica da PETROBRÁS.

Cordiais Saudações. César Cals — Ministro Minas et Energia

2123335 PETR BR

611140 MNME BR

(Publicado pelo jornal *A Brecha*, de maio de 1980, jornal da Ass. Profissional de Geólogos do Estado do Rio de Janeiro.)
Dezembro de 1979.

Essas seis brechas abertas no monopólio, por um único telegrama de caráter administrativo, ausente da discussão nacional e da audiência do Congresso será objeto da abertura de nosso próximo pronunciamento.

O Sr. Dirceu Cardoso (ES) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — V. Ex^a será atendido dentro das normas regimentais.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB — GO) — Ouço o nobre Senador Dirceu Cardoso.

O Sr. Dirceu Cardoso (ES) — Nobre Senador, V. Ex^a está trazendo ao Plenário do Senado Federal um assunto importantíssimo para a vida nacional. Devo dizer a V. Ex^a o seguinte: só o aumento de dois dólares por barril de petróleo da Arábia Saudita, anteontem, está custando ao Brasil, por dia, 400 mil dólares — só este aumento, numa área onde nós compramos 170 mil barris de petróleo. Era o que eu desejava dizer.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB — GO) — Exato.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Nobre Senador, lembro que V. Ex^a dispõe de 4 minutos para concluir o seu pronunciamento.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB — GO) — Concluirei, Sr. Presidente.

Concordo plenamente com o que ontem foi colocado, aqui, pelo eminente Senador Luiz Cavalcante: o PROÁLCOOL, mesmo atingindo a sua meta e ultrapassando-a, não irá resolver o problema da importação de petróleo. Estou de pleno acordo com S. Ex^a Precisamos encarar a crise energética não como um fato isolado, mas inserido numa crise global do sistema capitalista, e que só terá saída na medida em que nós pudermos, com os nossos esforços, criar padrões, parâmetros de interesse para o desenvolvimento. E não será uma solução de curto ou médio prazo. É óbvio, no entanto, que, ao mesmo tempo em que se trabalha por isto, tenta-se ter uma visão, uma perspectiva nesse sentido, que precisa ser democrática, com a participação da sociedade brasileira no processo decisório das prioridades, das alternativas.

É óbvio que, enquanto se tem uma perspectiva global deste problema, é preciso, também, começar a colocar nos seus devidos lugares a necessidade de solução a curto e a médio prazos: aí entra o PROÁLCOOL; aí entra a busca imediata de outras fontes alternativas de energia renovável; aí entra toda a questão, por exemplo, do aproveitamento da biomassa como fonte energética; aí entra o aproveitamento da energia solar como fonte alternativa; aí continuará entrando, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o problema do petróleo. Este jamais será problema secundário a curto e a médio prazos; será sempre o principal problema, porque continuará sendo, durante muito tempo, a principal fonte energética de todos os países do mundo.

Dai decorrem as colocações em torno desta questão do petróleo, da exploração do petróleo como monopólio estatal. Este monopólio é exercido por uma empresa que já foi, pelo menos, orgulho nacional — não sei se ainda o é, não sei se continua sendo, realmente não sei. Os desmandos, os equívocos, as visões distorcidas e a má fé de suas últimas administrações, na verdade, denegriam, diante da opinião pública brasileira, a sua imagem. E isso é péssimo para o País.

O Sr. Agenor Maria (PMDB — RN) — Permite V. Ex^a um aparte?

O Sr. Luiz Cavalcante (PDS — AL) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB — GO) — Ouço com prazer o Senador Agenor Maria.

O Sr. Agenor Maria (PMDB — RN) — Senador Henrique Santillo, acredito que tudo é uma questão de filosofia: ou o Governo está a serviço da sociedade, ou está a serviço da Economia. O que se tem visto é que a Economia, em geral, sacrifica a sociedade. A ELETROBRÁS ofereceu um balancete com lucro, e a sua direção participou desse lucro, mas qual é a situação real da ELETROBRÁS? Ela tem as suas tarifas excessivamente altas — de dezembro para julho deste ano, as tarifas da ELETROBRÁS subiram mais do que os salários; a empresa está devendo o que não pode pagar, pois seu Balanço de Serviço é mais alto do que as suas possibilidades; e tem um *deficit* de 30 bilhões de cruzeiros. Então, há de se perguntar: onde está o lucro desta sociedade?

O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB — GO) — Não há um controle social desses grandes recursos acumulados nas empresas estatais...

O Sr. Agenor Maria (PMDB — RN) — Então essas empresas não estão a serviço da sociedade. E isto é questão de filosofia, porque no Brasil se adota, há alguns anos, uma filosofia onde o financeiro está acima do econômico. O econômico é abrangente, o financeiro não. Quem tem dinheiro no Brasil são poucas pessoas que, tendo o dinheiro, têm a vida que bem entendem. O econômico, a classe que trabalha, a classe que produz, em geral, é sacrificado pelo financeiro, porque é uma filosofia que dá condições a quem tem o dinheiro de ter tudo, e quem tem o trabalho, a produção, não tem nada. Ou se muda essa filosofia ou eu não sei para onde nós vamos ser arrastados. Essa é a grande realidade.

O Sr. Luiz Cavalcante (PDS — AL) — Permite V. Ex^a novo aparte?

O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB — GO) — Pois não.

O Sr. Luiz Cavalcante (PDS — AL) — Senador Henrique Santillo, a propósito das declarações do Senador Agenor Maria, que falou nas deficiências de caixa da ELETROBRÁS, lembro que jornais da semana passada noticiaram que o chefe de gabinete do Presidente da ELETROBRÁS ganha "apenas" 300 mil cruzeiros mensalmente.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB — GO) — É isso. O que é que falta? É o controle da sociedade sobre essas empresas. O que nos falta? O que falta à Nação? A criação dos adequados instrumentos de controle sobre essas empresas e sobre o Governo. É a democracia de fato, é a democracia que não pode se manifestar apenas num episódio circunstancial das urnas, mas que precisa ser o episódio das urnas acrescido do controle efetivo da sociedade sobre o seu governo.

O Sr. Agenor Maria (PMDB — RN) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB — GO) — Com prazer.

O Sr. Agenor Maria (PMDB — RN) — Os militares do Brasil estão a serviço desse sistema que está aí. Quem não sabe que são eles que estão dando condições de segurança a esse regime. Quem escolheu o Presidente da República? Não foi o povo brasileiro. Quem escolheu os Governadores de Estado? Não foi o povo brasileiro. Quem escolhe os prefeitos das capitais? Não é o povo brasileiro. Muito bem! Por que esses militares, que estão a serviço dessa filosofia, não sentem que se está cavando um fosso profundo entre a Nação e o Estado? Por que eles não sentem isso? As empresas que vendem serviço no Brasil proporcionam lucros às suas diretorias, mas o mesmo não acontece com as empresas que prestam serviços. Há uma profunda diferença entre as empresas que vendem serviços e as empresas que prestam serviços — o Ministério da Saúde, o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca, a SUDENE, o Ministério do Interior, o Ministério da Agricultura. Como andam esses Ministérios? Todos eles de pires nas mãos, não podem pagar nem a seus funcionários. Como andam as empresas que vendem serviços — a ELETROBRÁS, a PETROBRÁS, a TELEBRÁS, enfim, todas essas empresas? Então, nós temos dois brasis: o Brasil que vende serviço, paga a seus diretores 300 mil cruzeiros por mês; o Brasil que presta serviço não pode pagar aos seus diretores. Esta é a grande realidade. Ou nós saímos dessa situação, ou não sei, repito, onde nós vamos parar.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB — GO) — V. Ex^a tem razão quando fala na ELETROBRÁS. Sabemos perfeitamente que ela está em crise de direção. Seu ex-Presidente vem a público para dizer que o seu rompimento deveu-se à falta de atenção do Ministério das Minas e Energia para todos os problemas atinentes à ELETROBRÁS.

Além do problema citado aqui, das gordas mordomias, lembrado pelo eminente Senador Luiz Cavalcante, podemos citar também um outro desvio de recursos, discutidíssimo hoje pela sociedade brasileira. É o Acordo Nuclear, são os recursos enxertados no Acordo Nuclear, visionário, ufanista, que o País não vai ter condições de cumpri-lo. Ao mesmo tempo, segundo o próprio ex-Presidente da ELETROBRÁS, se descumram os problemas da produção, da transmissão e do fornecimento da energia elétrica no País, dizendo, até mesmo, que daqui a pouco tempo haverá pane no sistema.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Pediria a V. Ex^a que concluísse seu discurso, pois seu tempo já está terminado.

O Sr. Agenor Maria (PMDB — RN) — Senador Henrique Santillo, V. Ex^a tem tanta razão, que a qualidade da nossa energia, a partir de janeiro, será pior, porque a ELETROBRÁS atendendo a energia nuclear, atendendo a ITAIPU e outros encargos, não tem como manter uma energia à altura do contribuinte.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB — GO) — E eu pergunto, Sr. Presidente: a responsabilidade é do monopólio estatal da energia elétrica, é da ELETROBRÁS como empresa constituída e estruturada, ou é de suas direções, da política seguida pelo Ministério das Minas e Energia? É óbvio que a resposta é a última.

O Sr. Agenor Maria (PMDB — RN) — O homem perdeu o emprego por isso. Ele confessou, ele perdeu o emprego de Diretor da ELETROBRÁS, o Sr. Maurício Schulmann, porque ele não concordava em tirar o dinheiro que manteria uma energia boa, para continuar fazendo a energia nuclear. Foi por isso que ele perdeu o emprego.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB — GO) — No caso do petróleo, Sr. Presidente, a meu modo de ver, o mal não está no monopólio estatal do petróleo. Estes, apesar dos golpes que sofreu, cumpriu bem o seu papel e precisará continuar cumprindo-o. Nem tampouco localiza-se na PETROBRÁS, empresa destinada a exercer o monopólio estatal. Esta tem prestado ao País inestimáveis serviços, acumulando recursos financeiros e adquirindo experiência tecnológica, apesar dos percalços a que foi submetida.

O mal reside nos últimos grupos dirigentes da empresa estatal do petróleo, que, por má fé, ou por ilícitos comprometimentos com empresas estrangeiras ou por visão equivocada e distorcida quanto às reais necessidades do País, colaboraram efetivamente com a trama destinada a deteriorar a imagem da empresa aos olhos da opinião pública brasileira, para, a partir daí atingir-se o monopólio estatal.

Frequentes, inclusive, têm sido os fatos de especulações altamente suspeitas com ações da empresa estatal na Bolsa de Valores, como foi o caso da falsa informação prestada pelo então Ministro Shigeaki Ueki quanto à descoberta de petróleo pela British Petroleum na Bacia de Santos. Tais casos, aliados ao fato de ter as últimas direções da empresa desvirtuado inteiramente sua principal missão — a de pesquisar e prospectar petróleo no País — têm denegrido o conceito da PETROBRÁS e pretextado aos setores interessados na maior internacionalização de nossa Economia sua desmoralização perante o povo brasileiro.

O Sr. Pedro Simon (PMDB — RS) — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB — GO) — Ouço V. Ex^a

O Sr. Pedro Simon (PMDB — RS) — Nobre Senador Henrique Santillo, esse é o aspecto que me parece da maior importância — é que não dá nem para dizer que crises internas ou que alternâncias na modificação da política tenham sido responsáveis por isso. Nesta década a que V. Ex^a se refere, a esmagadora maioria dos anos, exatamente 10 anos, a PETROBRÁS teve um responsável direto. Durante 5 anos o General Geisel foi o Presidente da PETROBRÁS, e durante os outros 5 anos seguintes o General Geisel, como Presidente da República, se havia um órgão em que a política seguida tinha o seu controle direto, era a PETROBRÁS. Então, o General Geisel teve 10 anos de influência direta nos destinos da PETROBRÁS — 5 como Presidente da PETROBRÁS e 5 como Presidente da República.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB — GO) — E, sem sombra de dúvida, ainda continua tendo influência, através do Sr. Shigeaki Ueki. Toda Nação sabe disto. E, sem dúvida alguma, a política seguida pelas últimas direções da PETROBRÁS é que foram responsáveis por essa deterioração da imagem da empresa estatal diante do povo brasileiro, diante da opinião

pública, e que, obviamente, tem um sentido, tem um objetivo, o de paulatinamente, gradualmente, irem-se ampliando, irem-se amaciando as cláusulas dos chamados contratos de risco, para, finalmente, passar para empresas estrangeiras uma fatia bem grande da exploração do petróleo no País. E não se venha dizer que o problema é de investimento de capitais. Sabemos que até o final do ano passado apenas 70 milhões de dólares foram investidos aqui, durante 5 anos, pelas empresas que se dispuseram a fazer o contrato de risco com o País.

Mesmo com todos os percalços, mesmo com todas as administrações falhas, administrações que a levaram para um rumo antinacional, mesmo com tudo isso, a PETROBRÁS aplicou quase mil vezes mais durante esse mesmo período.

Isto, Srs. Senadores, tem significado transcendental para este País. Foi só o monopólio estatal e a criação da PETROBRÁS, que permitiram à sociedade brasileira acumular capitais em torno de uma empresa estatal, que, num regime democrático, efetivamente democrático, significa empresa do povo. Em mãos da PETROBRÁS há uma soma bastante grande de capitais poupados pela sociedade brasileira.

Correntemente, tentando-se também denegrir a imagem da PETROBRÁS, essa empresa é relacionada com os aumentos constantes no preço dos derivados do petróleo. Não é a PETROBRÁS responsável por esses aumentos nem é a PETROBRÁS quem fica com o maior quinhão desse roubo que se perpetra contra a sociedade brasileira. Sabemos disso. Não é a PETROBRÁS que se beneficia com os aumentos extorsivos do preço da gasolina, não é a PETROBRÁS que se beneficia com os aumentos extorsivos de preço de quase todos os derivados de petróleo no País. Portanto, não é através desses aumentos que as poupanças estão-se acumulando na empresa estatal, e sim com o sacrifício da sociedade brasileira, com o sacrifício do povo. Este, sim, é o grande criador e mantenedor dessa grande empresa estatal brasileira, que precisa, obviamente, para resolver os seus problemas, de um controle efetivo da sociedade, através de instrumentos democraticamente criados. E um regime democrático, só um regime efetivamente democrático, propiciará à sociedade brasileira a criação desses instrumentos, para que a empresa não continue tendo as suas decisões tomadas por um grupo reduziíssimo de pessoas, de nababos, de barões, de pessoas inatingíveis, fechadas hermeticamente em seus gabinetes e ali, isoladas da sociedade brasileira, dos interesses do povo, decidir quanto às prioridades e alternativas que devem ser seguidas por aquela empresa, cujo capital é do povo, cujo capital se fez com a poupança sacrificada de milhões de brasileiros.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardino Viana.

O SR. BERNARDINO VIANA (PDS — PI. Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

O projeto de lei, apresentado à Câmara Federal por alguns dos Srs. Deputados da Oposição, definindo a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, é, como não poderia deixar de sê-lo, contestatório ao PL nº 9, transformado na Lei nº 6.815/80, hoje vigente.

Contendo 127 artigos, o projeto em exame procura criar facilidades nunca dantes adotadas pela legislação brasileira, para permitir a entrada de estrangeiros no Brasil, regularizar a situação dos que aqui se encontram, ilegal ou irregularmente, e neutralizar as ações de polícia e vigilância do Poder Executivo.

Dos 127 artigos, 124 foram utilizados no todo ou em parte da Constituição Federal (3), do Código Civil (1), do Código Penal (1), do Decreto-lei nº 7.067/45 (3), do Decreto-lei nº 941/69 (20), da Lei nº 6.815/80 (88), da Lei nº 6.404/76 (1), do Decreto-lei nº 406/38 (3), e dos Estatutos dos Refugiados e do Apátrida (4).

A Lei nº 6.815/80 visa, como se disse na Exposição de Motivos Ministerial ao Senhor Presidente da República, adequar nossa legislação aos princípios fixados, em 1976, "para a política de imigração do Governo brasileiro e dar cumprimento às diretrizes governamentais no sentido de só permitir a radicação no País dos estrangeiros que venham complementar a mão-de-obra nacional, nos níveis de qualificação em que esta não puder atender à demanda resultante do atual processo de desenvolvimento econômico".

A Lei nº 6.815/80 criou o Conselho Nacional de Imigração, permitindo a localização do estrangeiro em área determinada do País, realmente onde haja carência de mão-de-obra e haja outros fatores disponíveis de produção, como é o caso da terra e do capital (crédito rural e agroindustrial).

O projeto de lei apresentado pela Oposição, ao reinstituir o sistema de cotas adotado no Brasil no distante ano de 1938, quando ainda não causavam constrangimento as teorias racistas do nazi-fascismo, não atentou para o fato

de que a média anual de entrada de imigrantes no Brasil, no período de 1965 a 1969, segundo o Anuário Estatístico do IBGE de 1970, foi de 9.700, entre os quais estão incluídos 3.132 portugueses. Sendo estes beneficiários do Estatuto da Igualdade, consideremos apenas os imigrantes de outras nacionalidades cuja média de entrada foi de 6.568. Se levarmos em conta que, no período de 1938 a 1964, que não dispomos de dados, a média anual tenha sido idêntica ou aproximada à daqueles cinco anos, a média anual de entrada permitida pelo PL da Oposição seria de 2.036 imigrantes, o equivalente a menos de um terço da média anual de entrada, legal e regular, do período 1965 a 1969.

Essa permissibilidade, no caso de ser aprovado o projeto em lide, seria irrisória. As informações são de que, nos dois últimos anos, entraram no Brasil sete mil palestinos e doze mil coreanos, a maioria dos quais irregularmente, sem se falar nos chineses e vietnamitas. Se transformado em lei o PL da Oposição, os vistos permanentes para aquelas duas nacionalidades absorveriam as cotas totais de nove anos.

O art. 20 do Projeto, com a redação que trouxe do DL nº 941/69, dispõe sobre as duas espécies de visto permanente: o *comum*, para o que espontaneamente o requerida, e o *especial*, para o que venha sob o regime de cotas de imigração.

A Lei nº 6.815/80, em seus arts. 16 a 18, estabelece critérios para concessão do visto permanente e, também, os classifica em duas espécies. O do art. 16 é o *comum* para cuja concessão impõe certas exigências voltadas para a política de proteção da mão-de-obra nacional, o do art. 18 equivale ao *visto especial* do projeto em tramitação na Câmara, com o assentamento dirigido do imigrante.

A Oposição, que tanto falou em confinamento do imigrante, acoimando o Projeto de Lei nº 9, que se transformou na lei vigente, de fascista, por adotar a imigração dirigida que a chamou de confinamento, agora acaba de consagrá-lo com a adoção no art. 20 do visto permanente especial que se traduz, na evidência e na prática, como imigração dirigida.

O Estatuto do Estrangeiro — Lei nº 6.815/80 vigente — remeteu ao Poder Executivo a estruturação, a competência e a regulamentação do Conselho Nacional de Imigração. E nada mais coerente com os princípios e a prática. O Executivo conta com os Ministérios das Relações Exteriores e da Justiça que lidam com imigração desde o Império. Como a política de imigração deve voltar-se, no momento, para proteção da mão-de-obra nacional, cuidou-se de vincular o Conselho ao Ministério do Trabalho e entregar a presidência a um representante desse Ministério.

O PL da Oposição, sem nenhuma justificativa que mereça crédito, procura agora transferir a vinculação e a presidência do Conselho ao Ministério da Justiça.

No mundo atual, os fatos sociais estão sujeitos a constantes evoluções e mudanças. Daí, a prudência recomendar que tais regras de conduta sejam conduzidas por regulamentos cujas mudanças de textos são mais fáceis de operar. As leis ocupam-se das matérias mais abrangentes, que tratam das generalidades, porque a sua elaboração requer processo moroso, envolvendo a participação de dois Poderes. Dentro desse raciocínio, o Estatuto do Estrangeiro, entre outros casos, reservou ao seu Regulamento a codificação das normas sobre a concessão de vistos, ainda porque a prática e a vivência do problema desaconselham outro critério. Há regras para concessão de vistos que não alcançam certos países, face a acordos firmados pelo Brasil.

O PL da Oposição, num gesto puramente contestatório, dispõe sobre as exigências para concessão de vistos de qualquer natureza, mas foi omissivo quanto à proibição do turista ou de seus dependentes exercerem atividades remuneradas em nosso País. E foi mais longe quando permite a prorrogação do prazo de estada por mais noventa dias, realimentando, assim, situação constrangedora ora vivida, com milhares de estrangeiros portadores de vistos de turista, com o ânimo de se radicar no Brasil, e somente nos grandes centros urbanos, mas sem condições pecuniárias de sobrevivência.

No título IV, capítulo I, que trata do registro do estrangeiro, o PL da Oposição, numa contestação à lei vigente, omite a obrigatoriedade da identificação pelo sistema datiloscópico no registro do estrangeiro admitido no território nacional na condição de permanente, temporário ou asilado.

O brasileiro é obrigado a identificar-se por esse sistema, quando do seu registro como cidadão, profissional, reservista, etc. O estrangeiro, segundo o projeto da Oposição, não é obrigado a identificar-se. Tem que receber tratamento especial, melhor tratamento que o brasileiro.

E o poder de polícia, de vigilância, das autoridades responsáveis pela conduta do estrangeiro, como poderá ser bem exercido?

As expressões segurança e interesse nacionais foram riscadas do projeto como termos abjetos, destituídos da menor significação no campo jurídico.

Hildebrando Accioly, em seu *Manual de Direito Internacional*, edição de 1961, ao tratar da condição jurídica do estrangeiro, assinala: "O Estado que

acolhe estrangeiros em seu território deve reconhecer-lhes certos direitos e deles exigir certas obrigações".

E, continuando sobre o mesmo tema, acrescenta: "Em virtude de seu próprio direito de conservação, o Estado tem como primeiro direito, em face dos estrangeiros, o de vigilância e polícia sobre eles. A segurança nacional exige o exercício de tal direito, que se converte assim num dever do Estado".

E o Brasil sempre assim procedeu, sem esquecer as leis de hospitalidade, tornando essas medidas de polícia tão suaves quanto recomendam os princípios de humanidade e solidariedade universal.

O Projeto da Oposição, com a exclusão dos arts. 44 a 47 da lei vigente que obriga a remessa ao Ministério da Justiça dos dados de identificação do estrangeiro e os de seu documento de identidade, emitido no Brasil, pelas Juntas Comerciais, ao registrar firma de que participe estrangeiro, pelos Cartórios de Registro Civil, cópias dos registros de casamentos e de óbito do estrangeiro, pelos estabelecimentos hoteleiros, empresas imobiliárias, proprietário, locador, sublocador ou locatário de imóvel e síndico do edifício, os dados de identificação do estrangeiro admitido na condição de hóspede, locatário, sublocatário ou morador, neutralizou esse poder de polícia e de vigilância, que o Estado é obrigado a exercer em benefício das comunidades em que atua.

No capítulo que trata das "condições de Naturalização", o PL da Oposição dispensa qualquer sindicância sobre a vida pregressa do naturalizando e da conveniência da naturalização. E, em alguns de seus dispositivos, coloca o estrangeiro num plano mais elevado que as autoridades brasileiras.

No art. 107, dispõe que o processo de naturalização deverá ultimar-se dentro do prazo de noventa dias, baseando-se na redação de parte do § 2º do art. 130 do DL nº 941/69. Ocorre que o prazo prescrito no dispositivo citado não se refere a uma etapa do processo de naturalização mas a sindicâncias a cargo das Secretarias de Segurança, nos Estados e Territórios.

A lei vigente reservou ao asilado dois artigos e um parágrafo, assim procedendo porque a matéria já é objeto de tratamento jurídico em Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados, de 28 de julho de 1951, e seu Protocolo de 31 de dezembro de 1967, aprovados no Senado Federal, respectivamente, pelos Decretos Legislativos nºs 11 e 93, de 7 de julho de 1960 e 30 de novembro de 1971. Além do mais, em relação aos que fogem à perseguição por crime político, asilado e refugiado traduzem igual sentido.

O PL da Oposição procurou dar tratamento específico ao refugiado e ao apátrida, dando-lhes título próprio: "Dá Condição de Asilado, Refugiado e Apátrida", no qual dispensou este das exigências especiais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Imigração para obtenção do visto permanente.

O Governo atual, presentes os estatutos da igualdade, dos refugiados e do apátrida, não quis trazer para a lei vigente o que já estava disciplinado e nada havia a acrescentar.

Mas é de todo conveniente que não se transforme o nosso País no paraíso dos asilados, refugiados e apátridas. Toda medalha tem o anverso e o reverso. Protegendo com exagero a uns, poder-se-á desgostar a outros que pode não ser boa política desgostar.

O PL nº 9 de autoria do Governo, transformado na Lei nº 6.815/80, foi muito criticado, dirigindo-se as críticas para várias normas do projeto, dentre as quais as que tratam da expulsão do estrangeiro. Os atos, porém, trazidos para o projeto que podem determinar a expulsão são os consagrados no direito internacional, isto é: a) a ofensa à dignidade nacional; b) a mendicância e vagabundagem; c) atos de devassidão; d) atos de propaganda subversiva; e) provocação de desordens; f) conspirações; g) espionagem; h) intrigas entre países amigos; i) entrada ilícita ao território nacional.

Mas, apesar das críticas, o PL da Oposição só impôs a essas normas duas modificações, com as quais as lideranças da maioria no Congresso Nacional já haviam concordado, atendendo às gestões do nobre Deputado Flávio Marcílio, da CNBB e da própria Oposição.

As modificações são: a parte final do art. 64 que diz: "ou cujo procedimento (referindo-se ao estrangeiro) o torne nocivo à conveniência e aos interesses nacionais", e a inclusão de dispositivo que restabelece no direito brasileiro a inexpulsabilidade de estrangeiro cônjuge ou pai de nacional brasileiro.

A meu ver o PL da Oposição, além de não estar coerente com a realidade atual da política imigratória que urge adotar, é, antes de tudo, contraditório e anárquico.

O Poder Executivo, aceitando parte das sugestões apresentadas pela CNBB e por eminentes políticos dos diversos partidos, está enviando novo projeto ao Congresso Nacional que atende às modificações sugeridas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso, para uma breve comunicação.

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES — Para uma breve comunicação.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores: Ontem, dei início no Senado a uma atitude, a uma posição contra o desregramento da vida brasileira. Apresentei um projeto que estabelece normas de distribuição de moradias funcionais. Excluindo apenas os Chefes de Estado, quer dizer, o Presidente e o Vice-Presidente da República e Ministros de Estado, os outros, do segundo e demais escalões, só terão direito a apartamentos. Digo no artigo 2º.

Art. 2º As despesas permitidas nas moradias do tipo "A" serão aquelas em natureza e valores previstos no Decreto nº 78.070, de 15 de julho de 1976.

Na justificativa, Sr. Presidente, digo o seguinte:

O Poder Público deve dar um basta nos abusos e na ostentação de funcionários do segundo escalão que vivem como se o País estivesse sobre um mar de facilidades.

Ministros do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal de Contas da União e do Distrito Federal, do Superior Tribunal Militar e do Superior Tribunal Eleitoral, Senadores e Deputados, os Generais, Almirantes e Brigadeiros, Desembargadores do Tribunal Federal de Recursos, vivem em apartamentos, com instalações modestas, embora ocupem altos cargos na vida social e institucional do País.

No Poder Executivo, com referência ao segundo escalão, as mordomias são um acinte às dificuldades do povo.

Seus ocupantes não se contentam mais com apartamento de quatro quartos, com biblioteca e duas vagas na garagem. Porfia-se pela residência, luta-se pela piscina, disputa-se a churrasqueira e já agora, depois de liberada a sarabanda de cargos oficiais, já se estadeia com a "segurança" e se serve da "sauna" para atestar "status" de sua família.

Brasília permitiu esses desregramentos.

Quando aqui se instalou o Governo, a grande luta foi pela Superquadra 105, que era a mais condigna aos novos hóspedes que para aqui se deslocaram. Depois, passou-se à disputa de um apartamento na 114, como a última conquista do conforto.

Em seguida, Brasília atravessou o lago.

E o lago foi o meridiano de concessões e abusos para funcionários que não pensam que os brasileiros que sustentam tal estado de vida e de conforto moram em sua maioria em casas sem conforto pelo interior do Brasil.

Isto é um paradoxo, Sr. Presidente, mas só neste País.

A pobreza dos que sustentam essa parafernália de gastos é contrastada pela ostentação dos que são sustentados...

Não se quer uma Brasília de taipa, mas desejava-se que ela fosse austera e fiel às linhas de desenvolvimento e crescimento do próprio País.

O Governo deve uma satisfação ao seu povo sofrido e humilde. Cortar esses abusos e encarar com austeridade os gastos que criaram esses desatinos e geraram essas tolerâncias.

O povo tem o direito de pedir ao Governo, nessas horas de ansiedade e receio, que haja mais contenção nos gastos. E não só o direito, tem o dever de pedir mais austeridade.

O Governo precisa dar o exemplo. Até como a mulher de César. Não só ser austero, mas parecer ao povo que é austero. Até para justificar a demagogia de austeridade.

Este é o nosso primeiro passo.

A casa de taipa do povo do interior não pode sustentar o luxo e o conforto de residências e mansões, derramando-se nas intoleráveis mordomias.

Quanto mais modestos, mais luxo; quanto mais mordomos, mais mordomias.

Que o Legislativo esteja à altura da hora difícil que vivemos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, (Muito bem! Palmas.)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Raimundo Parente — Cunha Lima — Alberto Lavinas — Hugo Ramos — Itamar Franco — Tancredo Neves — Franco Montoro — Lázaro Barboza — Vicente Vuolo — Mendes Canale — Pedro Pedrossian.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Vai-se passar, nesta oportunidade, à votação de requerimentos que, lidos na sessão anterior, não foram apreciados por falta de *quorum*.

Em votação o Requerimento nº 390, de 1980, do Sr. Senador Passos Pôrto, solicitando a prorrogação por 90 dias, do prazo concedido à Comissão Parlamentar de Inquérito criada pela Resolução nº 69, de 1978, para a conclusão de seus trabalhos.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Fica concedida a prorrogação solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Passa-se à votação do Requerimento nº 392, de 1980, do Sr. Senador Evelásio Vieira, solicitando autorização do Senado para aceitar missão do Executivo.

A matéria teve parecer oral, favorável, da Comissão de Relações Exteriores.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se acham (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, fica concedida a licença solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Passa-se à apreciação do Requerimento nº 393, de 1980, do Sr. Senador Murilo Badaró, solicitando autorização do Senado para aceitar missão do Executivo.

A matéria teve parecer oral, favorável, da Comissão de Relações Exteriores.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram conservar-se como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, fica concedida a autorização solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Passaremos, agora, a votação do Requerimento nº 394, de 1980, do Sr. Senador Dirceu Cardoso, solicitando que o tempo destinado aos oradores da sessão do próximo dia 24 seja dedicado à reverenciar a memória do Dr. Pedro Aleixo.

Em votação o requerimento.

Tem a palavra o nobre Senador Dirceu Cardoso.

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES — Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Brasil está em falta com Pedro Aleixo. Ele foi das mais eminentes e mais brilhantes figuras da vida pública brasileira nesses últimos 50 anos.

Há 50 anos atrás ele presidia a Câmara dos Deputados e nós, V. Exª, eu e muitos Senadores, que aqui hoje se encontram, tomaram parte em sessão do Congresso presidido por Pedro Aleixo como Vice-Presidente da República.

Foi Vice-Presidente da República, atuou na defesa da Constituição brasileira e da estrutura institucional do País. Como um bravo foi tragado no rol dos acontecimentos que se precipitaram depois de 64. Mas lutou, foi um parlamentar, um democrata e convicto; e não tínhamos tido ainda no Senado uma homenagem a sua memória, ele que tanto viveu para esta Casa, para o Congresso, para a democracia. Foi por isso, Sr. Presidente, que pedi que dedicássemos uma hora no Grande Expediente do dia 25, para fazermos uma homenagem a sua memória.

Terei o prazer, Sr. Presidente, como requerente, de dizer algumas palavras sobre Pedro Aleixo. Foi um vulto dos mais destacados da vida pública brasileira que esta Casa não homenageou, e quero crer que a Câmara ainda também não teve uma hora para dedicar à memória deste grande vulto, deste grande democrata brasileiro.

Assim, Sr. Presidente, Pedro Aleixo foi Vice-Presidente da República, Deputado por vários anos, Ministro da Educação, serviu ao Congresso e ao Brasil em tantas horas difíceis, como em 1964. Depois da morte de Costa e Silva, o Vice-Presidente não pôde assumir, mas resistiu como homens, só, às atitudes que lhe retiraram o direito de assumir a Presidência do Brasil. Merece, pois, deste Senado, este vulto, uma palavra em sua memória.

Por isso, Sr. Presidente, pediria aos meus ilustres colegas para que votassem favoravelmente ao requerimento em que peço apenas uma hora, não peço um dia, no Grande Expediente do dia 25, dedicada à memória de Pedro Aleixo. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação de Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Está finda a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Sobre a mesa, requerimento, que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

E lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 395, DE 1980

Nos termos do art. 198, alínea "d", do Regimento Interno, requero inversão da Ordem do Dia, a fim de que a matéria constante do item nº 6 seja submetida ao Plenário em terceiro lugar.

Sala das Sessões, 19 de setembro de 1980 — Saldanha Derzi.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — De acordo com a deliberação do Plenário o item 6 será apreciado após o item nº 2 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Item 1:

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 73, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 664, de 1980), que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Norte a elevar em Cr\$ 144.000.000,00 (cento e quarenta e quatro milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 665, de 1980, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 388/80, do Senador Dirceu Cardoso, de adiamento da votação para reexame da Comissão de Economia.)

Em votação o Requerimento nº 388/80, lido em sessão anterior.

O Sr. Dirceu Cardoso (ES) — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Tem a palavra V. Exª

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Requeri na última sessão em que se discutiu o empréstimo de 144 milhões de cruzeiros ao Estado do Rio Grande do Norte, que fosse enviado o projeto à consideração da Comissão de Finanças.

Estudei exaustivamente o assunto e cheguei à conclusão de que a remessa do projeto à Comissão seria um ato insustentável para o requerente. Mas eu não retiro o requerimento porque as minhas atitudes irão até o fim, haja o que houver. Não voto contra o requerimento, vou votar contra a rejeição, mas não vou pedir verificação de *quorum*. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

Rejeitado o requerimento, passa-se à votação do projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 73, DE 1980

Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Norte a elevar em Cr\$ 144.000.000,00 (cento e quarenta e quatro milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 144.000.000,00 (cento e quarenta e quatro milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar empréstimo de igual valor, junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., este na qualidade de administrador do Fundo de Desenvolvimento Urbano do Nordeste (FUNDURBANO), destinado à contratação da 2ª etapa do Centro Administrativo do Estado, em implantação na cidade de Natal (RN), obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Item 2:

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 74, de 1980 (apresentado pela Comissão de Finanças, como conclusão de seu Parecer nº 666, de 1980), que autoriza o Governo do Estado de São Paulo a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares) destinado à Companhia do Metropolitano de São Paulo, tendo

PARECER, sob nº 667, de 1980, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Leite Chaves.

Em votação o projeto, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram conservar-se como estão. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 74, DE 1980

Autoriza o Governo do Estado de São Paulo, a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares) destinado à Companhia do Metropolitano de São Paulo.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Governo do Estado de São Paulo autorizado a realizar, com a garantia da União, uma operação de empréstimo externo no valor de US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares norte-americanos) ou o equivalente em outras moedas, de principal, junto a grupo financiador a ser indicado sob a orientação do Ministério da Fazenda e do Banco Central do Brasil, destinado ao aporte de capital do Estado de São Paulo à Companhia do Metropolitano de São Paulo — METRÔ — SP, objetivando viabilizar o Programa de Investimentos da Companhia para o presente exercício.

Art. 2º A operação realizar-se-á nos termos aprovados pelo Poder Executivo Federal, inclusive o exame das condições creditícias da operação a ser efetuado pelo Ministério da Fazenda, em articulação com o Banco Central do Brasil, nos termos do art. 1º, item II, do Decreto nº 74.157, de 6 de junho de 1974, obedecidas as demais exigências dos órgãos encarregados da execução da política econômico-financeira do Governo Federal e, ainda, o disposto na Lei Estadual nº 2.373, de 27 de junho de 1980.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Item 3:

Votação, em turno único do Projeto de Resolução nº 81, de 1980 (apresentado pela Comissão de Finanças como conclusão de seu Parecer nº 680, de 1980), que autoriza a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro a realizar empréstimo externo de US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares americanos) destinado a aporte de capital do Município à Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro — RJ, tendo

PARECER, sob nº 681, de 1980 da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

Em votação o projeto.

Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso.

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Pela quinquagésima vez eu me ergo no plenário desta Casa discutindo os projetos de empréstimos que o Governo vem solicitando a aprovação do Senado. Hoje, é o projeto que concede um empréstimo de 20 milhões de dólares à Cia. do Metropolitano do Rio de Janeiro, à qual já foi aprovado, aqui, um empréstimo de 50 milhões no mês passado.

Esses projetos, Sr. Presidente, eu os reputo reprodutivos, porque se as obras pararem os prejuízos serão imensos para as Cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Já me manifestei aqui, na semana passada, favoravelmente a esses projetos. Lamento que o Brasil que demorou tantos anos a construir metrô, agora construa dois de uma vez, que estão custando tantos sacrifícios ao povo brasileiro.

Não vou requerer verificação desse projeto de empréstimo de vinte milhões de dólares destinado à construção do Metrô do Rio de Janeiro porque o projeto está firmado na legislação e nas Resoluções nºs 62 e 93 do Senado com todas as exigências atendidas, inclusive quanto às operações financeiras. Portanto, Sr. Presidente, como já aprovamos, no mês passado, um projeto de empréstimos de 50 milhões, hoje estamos aprovando o de 20 milhões destinado ao Metrô do Rio de Janeiro.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 81, DE 1980

Autoriza a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro a realizar empréstimo externo de US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares americanos) destinado a aporte de capital do Município à Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro — RJ.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro autorizada a realizar uma operação de empréstimo externo, com a garantia da União, no valor de

US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares americanos) ou o equivalente em outras moedas, de principal, junto a grupo financiador a ser indicado sob a orientação do Ministério da Fazenda e do Banco Central do Brasil, cujo produto, dentro do Programa de Investimentos da Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro — METRÔ-RJ, destina-se à participação acionária do Município no capital social da referida empresa.

Art. 2º A operação a que se refere o artigo anterior realizar-se-á nos termos aprovados pelo Poder Executivo Federal, inclusive quanto ao exame das condições creditícias a ser efetivado pelo Ministério da Fazenda, em articulação com o Banco Central do Brasil, nos termos do art. 1º, inciso II do Decreto nº 74.157, de 6 de junho de 1974, obedecidas as demais exigências dos órgãos encarregados da execução da política econômico-financeira do Governo Federal e, ainda, o disposto na Lei Municipal nº 159, de 25 de abril de 1980, publicada no órgão oficial do dia 14 de maio de 1980.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Item 3:

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 75, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 668, de 1980), que autoriza o Hospital Municipal Henrique Lage, de Lauro Müller (SC) a contratar uma operação de crédito de Cr\$ 3.225.000,00 (três milhões, duzentos e vinte e cinco mil cruzeiros), tendo

PARECER, sob nº 669, de 1980, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

Em votação o projeto.

Tem a palavra o nobre Senador Dirceu Cardoso.

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Requeiro que me seja enviado o projeto do Município de Lauro Müller, em Santa Catarina. (Pausa.)

Sr. Presidente, há de se perguntar como o Senado votou projeto de empréstimo ao metrô do Rio de Janeiro e agora há obstrução para o projeto do Hospital Henrique Lage, de Lauro Müller, em Santa Catarina.

Sr. Presidente, o presente projeto não preenche as exigências das Resoluções nº 62 e nº 93. Os do metrô preencheram todas as exigências das duas Resoluções. Tudo foi prestado a tempo e à hora, com dados, informes, balanços de todas as entidades financeiras envolvidas no assunto. O daqui não; recebe do Banco Central um parecer que não é favorável. É um hospital, mas o Banco Central não é pela aprovação do Projeto, porque ele não preenche as exigências das Resoluções nºs 62 e 93.

Assim, sou obrigado a voltar pela 51ª vez, na discussão do projeto, à minha posição primitiva de resistência à aprovação desses empréstimos.

Ontem, estudando mais uma vez este caso verifico, com constrangimento, em se tratando de um hospital, que não tem as condições para apanhar esse dinheiro, porque não tem condição de pagá-lo, vai apenas ser um empréstimo que irá aumentar o volume dos meios de pagamento, irá aumentar o dinheiro, mas não vai trazer de volta, tão cedo, Sr. Presidente, esse dinheiro empregado nessas obras. Sou obrigado a tomar a posição contrária...

O Sr. Bernardino Viana (PDS — PI) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) — Pois não.

O Sr. Bernardino Viana (PDS — PI) — Nobre Senador, na página 4, da Presidência do Banco Central...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Gostaria de avisar ao nobre Senador que não é permitido aparte no encaminhamento.

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) — Então, Sr. Presidente, diz aqui o Banco Central:

“A margem de poupança real é inferior ao maior dispêndio da operação sob exame. A autarquia não tem margem para investimentos com recursos próprios.”

Está aqui o parecer do Banco Central. Está aqui legislado, Sr. Presidente, o indeferimento do banco, o qual remeteu ao Senhor Presidente da República e também remete à Casa da mesma maneira esse parecer e não aumentou as possibilidades de pagamento da entidade que quer o empréstimo. Neste caso, permaneço na mesma posição: contrário ao empréstimo ao Hospital Henrique Lage, no Município de Lauro Müller, em Santa Catarina.

O Sr. Luiz Cavalcante (PDS — AL) — Sr. Presidente, peço a palavra, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Cavalcante, para encaminhar.

O SR. LUIZ CAVALCANTE (PDS — AL. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Ainda esta tarde, apartando o eminente Senador Henrique Santillo, tive a oportunidade de me referir a anúncio que apareceu nos principais jornais do Brasil e, não somente do Rio de Janeiro e São Paulo, mas das grandes Capitais do Brasil, como Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre e, possivelmente, Belém do Pará, Fortaleza, Curitiba etc. O anúncio é de 1/4 de página, com o mapa do Brasil, e tem o título: “Um esforço que não está no mapa”. O anúncio é da PETROBRÁS, mostrando as excelências dos seus êxitos, excelência que, naturalmente, eu as coloco entre aspas.

O anúncio apareceu, como já disse, no dia 9 de setembro. Lembremos que no dia 7 houve um acidente em Garoupa, impedindo que a produção de petróleo do Brasil fosse acrescida de mais de 39 mil barris diários. Esse acidente, que é do domínio de toda a Nação, ocorrido num domingo, não foi noticiado no dia seguinte, dia 8, mas somente na terça-feira, dia 9, quando não podia ser mais ocultado. Tal anúncio tinha o evidente propósito de minimizar, perante a opinião pública, a decepção pelo terceiro acidente, isto é, por mais um fracasso da empresa.

É anúncio de 1/4 de página. Não tenho experiência de jornal, mas perguntei a várias pessoas ligadas à imprensa, — que me disseram não custar ele menos de cem mil cruzeiros por unidade. Já apareceu várias vezes o mesmo anúncio em vários jornais. Ainda ontem, tive a oportunidade de vê-lo no *Jornal de Brasília*. No *Jornal do Brasil* sai intermitentemente, como no *O Globo*, *O Estado de S. Paulo* e por aí afora. Suponho eu (e me parece que não vai nisso nenhum arrojo, nenhuma estimativa muito temerária), que a multiplicidade do mesmo anúncio já deve ter custado à PETROBRÁS, — diga-se, aos cofres da Nação —, pelo menos uns cinco milhões de cruzeiros.

Então, eminente Senador Dirceu Cardoso, é a V. Exª que me dirijo agora. Enquanto a Nação despende cinco milhões de cruzeiros, no mínimo, para ocultar, para minimizar mais um fracasso da grande empresa estatal, nesta tarde V. Exª, agindo com o melhor dos propósitos, vai impedir que aprove-mos uma quantia bem inferior, de três milhões, duzentos e vinte cinco mil cruzeiros para um hospital, o Hospital Henrique Lage, de Lauro Müller, cujas precárias instalações talvez sejam piores do que imaginamos.

Eminente Senador, sem procurar atormentar V. Exª, veja que responsabilidade enorme pesa hoje sobre sua consciência, que sei que é das mais honestas, das mais puras.

Ao fazer esta exposição, portanto, e antes que a matéria seja colocada em votação eu me permito, não apelar, mas pedir ao Senador Dirceu Cardoso que sopesse bem esses dois fatos e decida se é justo ou não que aprovemos os 3 milhões para o Hospital Lauro Müller. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Em votação o projeto. Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado

O Sr. Dirceu Cardoso (ES) — Sr. Presidente, requeiro verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Vai ser procedida a verificação solicitada pelo nobre Senador Dirceu Cardoso.

Suspenderei a sessão por alguns minutos, a fim de aguardar a chegada ao plenário dos Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 16 horas a sessão é reaberta às 16 horas e 10 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Está reaberta a sessão.

Sendo evidente a falta de *quorum* em plenário, a Presidência se dispensa de proceder à verificação solicitada. Em consequência, os itens 4, 5, 7 a 9, 13 e 14 da pauta, dependentes de votação, ficam adiados para a próxima sessão.

São os seguintes os itens cuja votação é adiada

— 4 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 76, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 670, de 1980), que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Norte a elevar com Cr\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 671, de 1980, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

— 5 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 77, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 672,

de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Ilhéus (BA) a elevar em Cr\$ 273.320.000,00 (duzentos e setenta e três milhões, trezentos e vinte mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 673, de 1980, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

— 7 —

Votação em turno único, do Requerimento nº 389, de 1980, dos Senadores Nelson Carneiro e Paulo Brossard, solicitando urgência, nos termos do art. 371, alínea "c", do Regimento Interno, para o Projeto de Lei do Senado nº 18, de 1979, que dispõe sobre a aquisição de imóveis funcionais por seus ocupantes, e dá outras providências.

— 8 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar na juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 12, de 1980, do Senador Nelson Carneiro, que altera a redação e revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, instituindo remuneração suplementar durante o período de férias, tendo

PARECER, sob nº 553, de 1980, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela injuridicidade.

— 9 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 44, de 1980, do Senador Lázaro Barboza, dando nova redação aos artigos 5º e 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a comissão de valores mobiliários, tendo

PARECER, sob nº 624, de 1980, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade com voto vencido dos Senadores Cunha Lima e Franco Montoro.

— 13 —

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 339, de 1978, do Senador Murilo Paraíso, que dispõe sobre a extinção da enfiteuse de bens públicos e particulares, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 640 e 641, de 1980, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável; e

— de Finanças, favorável.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 384, de 1980, do Senador Jarbas Passarinho, de adiamento da discussão.)

— 14 —

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 20, de 1980, do Senador Orestes Quêrcia, revogando a legislação que declarou municípios brasileiros como áreas de interesse da segurança nacional, tendo

PARECER, sob nº 653, de 1980, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade, com voto vencido do Senador Tancredo Neves e voto vencido, em separado, dos Senadores Nelson Carneiro e Lázaro Barboza.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 385, de 1980, do Senador Humberto Lucena, de adiamento da discussão para reexame da Comissão de Constituição e Justiça.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Passaremos, pois, ao exame do item 10.

Discussão, em turno único da Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 702, de 1980), da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 23 de 1979 (nº 1.849, de 1976, na Casa de origem), que estabelece normas sobre a documentação exigida aos candidatos, em concursos públicos.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo oradores, declaro encerrada a discussão.

Encerrada esta, a redação final é considerada definitivamente aprovada, nos termos do art. 359 do Regimento Interno.

A matéria volta à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a redação final aprovada

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 1979 (nº 1.849/76, na Casa de origem), que estabelece normas sobre a documentação exigida aos candidatos, em concursos públicos.

Emenda nº1

(Correspondente à Emenda nº 1-CCJ)

Ao item IV do art. 2º

Dê-se a seguinte redação:

"Art. 2º

IV — prova de escolaridade e/ou habilitação profissional específica, quando exigida para o cargo ou emprego."

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Item 11:

Discussão, em turno único, da Redação Final (ferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 701, de 1980), do Projeto de Lei do Senado nº 37, de 1980 — Complementar, do Senador Humberto Lucena, dando nova redação ao art. 7º da Lei Complementar nº 25, de 2 de julho de 1975, que estabelece critérios e limites para a fixação da remuneração de Vereadores.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro-a encerrada.

Encerrada a discussão, a redação final é dada como aprovada, de acordo com o art. 359 do Regimento Interno.

À matéria vai à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a redação final aprovada

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 37, de 1980 — Complementar, que dá nova redação ao art. 7º da Lei Complementar nº 25, de 2 de julho de 1975, que estabelece critérios e limites para a fixação da remuneração de Vereadores.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 7º da Lei Complementar nº 25, de 2 de julho de 1975, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º A despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá, em cada Município ultrapassar, anualmente, 5% (cinco por cento) da receita efetivamente realizada no exercício imediatamente anterior."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Item 12:

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 703, de 1980), do Projeto de Lei do Senado nº 49, de 1980, do Senador Amaral Furian, que revoga a alínea "e" do parágrafo único do art. 16 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Nenhum dos Srs. Senadores solicitando a palavra, declaro encerrada a discussão.

A redação final é dada como aprovada, de conformidade com o Regimento Interno, em seu art. 359.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a redação final aprovada

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 49, de 1980, que revoga a alínea "e" do parágrafo único do art. 16 da Consolidação das Leis do Trabalho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É revogada a alínea "e" do parágrafo único do art. 16 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passando a ser "e" a atual alínea "f".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Milton Cabral. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Evandro Carreira. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso.

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Volto a repisar, no Senado, a matéria que já por duas ou três vezes tive oportunidade de trazer ao conhecimento da Casa: filmes imorais, a pornochanchada. Filmes que estão solapando os fundamentos éticos da vida brasileira. Filmes, Sr. Presidente, que estão nos arrastando para a degradação e para o sumidouro.

Hoje, os jornais do dia trazem uma notícia que eu julgo alvissareira: o Senhor Presidente da República saiu de sua alta posição, saiu do seu silêncio e manifestou-se a alguns parlamentares contrário também à pornochanchada, isto é, contrário a que a EMBRAFILME, entidade oficial, faça propaganda de filmes imorais, ou amorais, ou filmes degradantes, que estão sendo passados e corridos nos cinemas nacionais. Portanto, tenho que cumprimentar o Senhor Presidente da República pelo seu gesto. Se Sua Excelência determinar o recolhimento das revistas imorais que se distribuem pelas bancas de jornais do País, se Sua Excelência retirar os recursos da EMBRAFILME, que é entidade oficial e que possibilita esses filmes e auxilia o circuito dos cinemas a exibirem esses filmes pelo Brasil afora, se Sua Excelência sair dessa cruzada contra a degradação de nossa família, Sr. Presidente, quero crer que estaremos numa cruzada que vai conquistar facilmente a opinião pública nacional.

Sr. Presidente, tenho um projeto de resolução criando Comissão de Defesa da Família. Não consegui mandar passá-lo na máquina, hoje, mas apresentá-lo-ei na próxima semana. A Comissão de Defesa da Família.

“Fica criada, no Senado Federal, a Comissão de Defesa da Família, constituída de sete membros e com a finalidade de defender, em todos os setores, a família brasileira das influências maléficas do cinema, televisão, rádios, jornais e revistas.”

E aí, Sr. Presidente, regulo como se integra a Comissão, a constituição da sua presidência, sem despesas para o Senado Federal. Apenas desejo que o Senado ampare a Comissão, fornecendo-lhe material de correspondência e, quando se realizarem as suas sessões de mês em mês, ceda uma sala. Apenas isto. Não precisará de abertura de crédito, não queremos dinheiro do Senado Federal, não queremos gastar o dinheiro do povo, nem da República. Será uma comissão modesta de 7 membros, a fim de que o Senado Federal acompanhe a liberação desses filmes, jornais, revistas, etc.

Tenho, Sr. Presidente, como uma das coisas mais horripilantes que já passaram pelo Senado e que não vou dizer aqui hoje. Tenho em fotocópias, um livro editado aqui no Senado Federal, de cento e poucas páginas, lançado oficialmente ontem, ao espumar de champanhes e ao espocar de foguetes em Brasília. É um livro de cento e poucas páginas, que tem 486 palavras de todos os tipos, calibres e tamanhos.

Infelizmente, a Gráfica do Senado Federal não pôde resistir e nem pôde impedir que esse livro fosse editado aqui. Essa Comissão tem que estudar esse livro. Aliás, não é um livro, é um monturo. Em cento e poucas páginas, 486 seriadas, anotadas, assinaladas, pinçadas nas páginas negras. Em tudo aquilo a gente não nota uma flor sobre aquele monturo. É um livro nauseabundo, repugnante. Foi lançado e os jornais abriram páginas; ao espumar das champanhes, foi lançado ontem.

Isto será motivo de uma comunicação minha na próxima semana. Não tem culpa a Comissão de Machado de Assis, do Senado, que não deu parecer. O livro foi editado apenas na Gráfica, mas a Gráfica deve ser impedida — ela não impediu, ela não pôde impedir. Temos que ter um órgão para impedir que saia do Senado. Pode sair de outra imprensa qualquer do País, mas daqui não pode.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, cento e poucas páginas — não trouxe o livro porque não ia falar dele hoje, e estou falando apenas para aproveitar o instante, porque sou daquele princípio: “o que deve fazer, faça-o brevemente, porque amanhã poderá ser tarde”.

O livro chama-se, *Em Aramáico é Juta Jerda* — já é uma metáfora, porque o título tem que corresponder aos seus 468 palavras. O título é uma tampa que resguarda a sentina, a vasa, a croaca, mal cheirosa. É uma tampa e tem o registro próprio. *Em Aramáico é Juta Jerda*. Foi lançado ontem esse livro e está impresso atrás: “Gráfica do Senado”. O eleitor, lá do interior do Brasil, vai pensar que nós estamos homologando, aprovando, divulgando aquela obra. É como se nós destampássemos uma sentina. Vou dizer mais: o autor deve ser um gênio, porque colocou 400 palavras de todos os tipos, tamanhos e calibres, com toda a potência. Uma coisa imensa!

Eu tenho fotocópias que vou passar só aos Senadores; à Senadora não vou passar porque não pode. E esse livro é editado aqui...

O Sr. Presidente do Senado, que é um homem da Academia Brasileira de Letras, tem uma responsabilidade séria. Editar um livro na Gráfica... A Grá-

fica também não recebeu parecer de ninguém. O livro foi direto para a Gráfica, e cobrada a sua edição. Mas o Senado não pode ganhar dinheiro com um livro imoral desses.

Na próxima semana, voltarei às considerações sobre esse livro. Ouvimos o Presidente da Comissão Machado de Assis, que edita a Coleção Machado de Assis, e ele disse não ter nada com esta edição. A Comissão é responsável pela divulgação de obras magníficas e a Gráfica do Senado as tem publicado nesses últimos tempos. Nos últimos dias duas obras de responsabilidade do Senado, magníficas obras, foram editadas: A Lei do Inquilinato e o Código Penal. São obras que temos de elogiar, e vou trazer para a aprovação do Senado, votos de congratulações à Assessoria Técnica de Edições que elaborou esse trabalho, e o trabalho gráfico, que é inexcelável.

Portanto, de uma gráfica da qual saem obras magníficas assim, Sr. Presidente, não pode sair uma obra tão deletéria como o livro “Em Aramáico é Juta Jerda”. É este o nome da obra lançada ontem, com festividades, e que o meio intelectual do País, daqui desta Capital recebeu, e os jornais também noticiaram.

Sr. Presidente, volto ao tema inicial dos filmes. Tenho aqui um requerimento que vou passar à Mesa, solicitando do Sr. Ministro da Justiça as seguintes providências: a ata do trabalho do Conselho Superior de Censura que liberou o filme “O Império dos Sentidos”. Quero que remeta a ata, porque inclusive há votos contrários aqui, como o da D. Nuta Chiarelli, esposa de um parlamentar, que foi contra a liberação do filme, e depois se modificou, Sr. Presidente, no requerimento do exibidor, após o voto dela, para que o Conselho liberasse o filme. Modificaram-se os termos do requerimento do exibidor para enquadrá-lo nas exigências do Conselho e ser liberado o filme.

Quer dizer, houve então uma acomodação do Conselho Superior de Censura.

Então, solicito a ata, os votos e a declaração desses votos e a remessa ao Senado de dois *trailers* desses filmes, a fim de que o Senado, aí nesse pagode construído atrás do Senado, esse pagode imenso que nós construímos, uma obra monumental, que confesso que não sei até hoje para o que serve, possa passar esse cineminha para os Senadores e jornalistas da Casa, para verificarmos o que nós estamos liberando, o que o Conselho Federal está liberando e o que a EMBRAFILME está possibilitando, jogando no mercado cinematográfico do País.

Então, Sr. Presidente, os meus cuidados são para que, se a Comissão de Defesa da Família quiser empreender uma luta para o saneamento moral do mercado cinematográfico, mercado de revistas, etc., nós possamos chegar a bom termo.

Basta de tanta imoralidade neste País! E dissemos na vez passada, aqui, que a moral é o fundamento de tudo; não é crise financeira, não é crise econômica, não é crise política, não é crise militar, não é crise social, não é crise religiosa, não é nada; a crise é moral, é mais profunda, e esta nós podemos combater, Sr. Presidente. Sem ela por cima tudo rui, tudo se esboroa como um castelo de areia. O fundamento é este, são a moral e a família.

Assim, Sr. Presidente, essa comunicação que faço hoje é para registrar que o Senhor Presidente da República manifestou, a 4 ou 5 parlamentares que com ele estiveram ontem, o seu desagrado pela pornografia desencadeada e derramada pelo Brasil afora. Se o Presidente está conosco e se manifestou assim, nós já estamos em meio caminho andado e podemos pôr um basta nessa divulgação insensata, inconsequente e até criminoso.

Sr. Presidente, segunda-feira, vou passar em linha de forma o meu projeto — e quero encaminhá-lo à Mesa — criando uma comissão que não é permanente, que não vai exigir dinheiro, não abre crédito, porque seremos nós que nos reuniremos, condenaremos ou aconselharemos esta ou aquela medida. Não gastaremos nada, não teremos assessores. Só queremos na reunião que se forneça um taquígrafo para a tomada de posição da Comissão e o material que gastarmos. Só. Não haverá dinheiro nenhum. Estamos tentando salvar um patrimônio imenso que está sendo esbanjado: é o patrimônio moral, o patrimônio da família.

Sr. Presidente, vou ler, não hoje, mas na próxima semana, a série de cartas que me estão enviando. Remeti ontem — vou dar conhecimento ao Senado Federal — à reunião de vereadores de Belo Horizonte um telegrama, já em nome do Comitê — abusivamente, usei o nome do Comitê para não dizer que era em meu nome pessoal — pedindo que a Mesa daquele encontro de vereadores, de sete mil vereadores do Brasil, se manifeste sobre o filme pornográfico derramado no Brasil; se é favorável, se é contrária, se condena, se estimula, ou qual é o seu pensamento. Estou enviando também igual pedido às Câmaras Municipais dos principais Estados, já que não posso me dirigir às quatro mil câmaras municipais de todo o País, e pediria que os Senadores que também estiverem interessados nisso se dirigissem às câmaras municipais respectivas de seus Estados, solicitando a manifestação dos vereadores e da câmara

sobre a pornochanchada derramada sobre o povo brasileiro, com os filmes que temos visto por aí.

Então, Sr. Presidente, essas são as providências imediatas que tomamos, visando a resguardar, a robustecer a nossa campanha, a formação da Comissão de Defesa da Família, para formar um dique moral de resistência à invasão maior ainda desses meios deletérios que estão solapando a família brasileira.

Era esta a minha manifestação de hoje, e o aprazamento de que, na próxima semana, vamos corporificar em atos, em requerimentos, em medidas, para que possamos então pedir a consideração do Senado para a votação de um projeto de resolução criando uma comissão temporária, a Comissão de Defesa da Família, para tratar desses assuntos, isto é, a defesa da família contra as influências negativas dos maus cinemas, da televisão, do rádio, dos jornais e revistas.

Sr. Presidente, no *Correio Braziliense*, nos sete primeiros dias deste mês, a empresa de Cinema São Paulo Minas Limitada, o Cinema Bristol, fez uma propaganda em termos que, aos 65 anos de minha vida, penada e sofrida, nunca vi. E não foi no meu interior longínquo, nem no Município de Maragogipe, nem no Município de Santo Antônio do Choca Urubu; foi na Capital da República, ao alcance de quem pode e queira ler: "A Herança dos Devassos. Uma família onde tudo era permitido"; e descreve tudo que há no filme.

Isso chegou à última degradação. Tenho em mãos o anúncio que foi publicado nos sete primeiros dias deste mês no *Correio Braziliense*, e não sei se o foi no *Jornal de Brasília*. O jornal, ao que sabemos, não tem nada com o anúncio publicado. Aqui estão os termos violentíssimos ao alcance de qualquer menino que saiba ler. Aqui há outra propaganda: "Contos Eróticos", com cenas bárbaras nos mesmos jornais desta semana.

Sr. Presidente, conseguiram tudo, a devassidão campeia neste País. Aqui tenho as fotografias que não posso exibir à Casa, desses filmes.

O Sr. Alberto Silva (PP — PI) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) — Com prazer.

O Sr. Alberto Silva (PP — PI) — Nobre Senador Dirceu Cardoso, estava ouvindo seu discurso em meu gabinete e vim até aqui emprestar a minha solidariedade a sua campanha, porque, como diz V. Ex^a, a coisa está campeando, à solta e à larga, em todos os locais de exibição de filmes, e até mesmo pela televisão, em certos momentos, se vêem essas licenciosidades, e quer-se fazer acreditar que isso é progresso, que faz parte dos tempos em que vivemos. Acredito que o trabalho que V. Ex^a desenvolve, neste instante, tentando, de uma maneira ou de outra, que nós aqui do Congresso Nacional possamos criar um freio a esses desmandos, V. Ex^a está prestando um grande serviço ao Brasil, e, principalmente, à família brasileira, ajudando a cada pai, a cada mãe de família, neste mundo cão de hoje. É preciso, pelo menos, que se ofereça a ocasião de se assistir, porque como diz o ditado: "a ocasião faz o ladrão", a ocasião e a licenciosidade atraem os jovens naturalmente. Quero solidarizar-me com V. Ex^a que, como sempre, traz a esta Casa assunto sério, da maior importância, que envolve, não há dúvida nenhuma, segurança nacional. Nobre Senador Dirceu Cardoso, a minha solidariedade à proposição que entender tomar, nesta Casa, para coibir esses abusos.

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) — Agradeço o aparte do nobre Senador, que nos estimula com a sua colaboração nessa campanha. Sr. Presidente, já ouvi alguns membros do Conselho, ouvi particularmente, dizerem: qualquer restrição é um crime contra a liberdade. Então, Sr. Presidente, a liberdade vai ser a cordinha que nos vai enforcar.

Vou dizer mais a V. Ex^a, Sr. Presidente: os Estados Unidos perderam a guerra do Vietnã por causa do solapamento moral de sua família. Não foi por falta de forças. Foram para lá forças que estavam moralmente sem sustentação. Então, não combateram como deviam combater e tiveram que se entregar, como se entregaram. Outros países se entregaram também, porque não tiveram moral.

Já disse aqui — e vou repetir — a França construiu um monumento de segurança: a Linha Maginot. Ela era inexpugnável em matéria de canhoneiro, de bombas; era uma linha inexpugnável. Mas a França se entregou a uma campanha moral arrasadora de solapamento de sua família. O que nós vimos, Sr. Presidente, nós que somos francófilos, nós que fomos, na época, aliados contra o Eixo Roma—Berlim—Tóquio? Fomos surpreendidos, da noite para o dia. Aquele monumento de invulnerabilidade e de segurança, nunca visto no mundo — só a China ergueu a sua muralha, há mil anos atrás, para conter as invasões bárbaras dos mongóis e de outros povos — a Linha Maginot foi conquistada pela retaguarda: as forças entraram e conquistaram por trás aquele monumento de inexpugnabilidade, porque a moral do povo francês estava baixa, baixíssima. Então, as Divisões Panzers comandadas pelos Generais Guderian, Keitel, Jodl e outros invadiram e conquistaram o País.

Assim foi, e nós estamos caminhando para isso. Depois de solapada a família, nada podemos conseguir, toda construção é sobre areia: finanças, a política, a crise financeira, a crise social, religiosa, moral, familiar, tudo isso, o embasamento de tudo é isso, no fundo, é a crise moral.

Está aqui, Sr. Presidente, não posso ler para a Casa as palavras do anúncio que saiu durante uma semana aqui no jornal sobre o "A Herança dos Devassos". Aqui diz: uma família onde tudo era permitido: a depravação, o sadoomasoquismo... Tudo isso aqui vai ser visto nesse espetáculo degradante. Há palavras aqui que não tenho coragem de ler, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, "A Flor Mimosa deste Momento" é o livro que foi lançado ontem. Flor mimosa de degradação deste livro, que, em cento e tantas páginas, o genial autor conseguiu colocar 486 palavras de alto calibre. Essa é a flor que está crescendo nesse lixeiro, nesse monturo.

Assim, Sr. Presidente, nós continuaremos a nossa campanha. Outras vezes falaremos sobre a pornografia, a pornochanchada, a devassidão que está grassando. Nós que temos filhos — e eu que já tenho netos, e V. Ex^a talvez, também, e outros aqui que têm netos — temos que resguardar o mundo que eles vão receber. O que me tocar, quero dar ao meu País, tudo o que for possível para resguardar o mundo de meus netos e de meus filhos, para que não seja igual ao meu, que já não pode ser mais, mas, pelo menos, menos permissivo e menos degradado.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Com a palavra, o nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Há questão de dois anos quase, mais de um ano, é certo, que a Nação brasileira vem chamando a atenção do Governo com relação aos chamados atentados terroristas. Convém que se diga que eles começaram muito lentamente, que eles foram se sucedendo, praticamente, sem nenhum significado no seu início: uma carta anônima aqui, uma bomba de efeito moral na Assembléia do Rio Grande do Sul, uma violação pessoal, sem maiores consequências acolá, e a sociedade denunciando e pedindo a apuração desses fatos. E o Governo em silêncio. O máximo que se conhecia era um debate, um diálogo entre o Governador de Minas Gerais e o Ministro da Justiça, ambos mineiros — perdão — Governador de Minas, ainda que não mineiro, e Ministro da Justiça, esse mineiro, ambos do mesmo Partido; o Ministro dizendo que aqueles eram assuntos da competência dos governos estaduais e o Governo de Minas Gerais a dizer que aquele era um assunto da competência do Governo Federal.

Em meio a essa discussão os fatos foram aumentando e foram crescendo. E já a violência com o Bispo de Nova Iguaçu, e já a violência com o Cardeal do Rio Grande do Sul, e já a violência que destruiu, quase que praticamente, a entrada da sede do jornal *O Estado de S. Paulo*, e já a violência na ABI, e já a violência na Casa do Jornalista, de Minas Gerais, e já a violência, agora sim já violentíssima, no grande homem público que é Dalmo Dallari, culminando com os fatos do Rio de Janeiro, na OAB e na Câmara de Vereadores. Até os fatos do Rio, o Governo despreocupava-se. A responsabilidade é dos governos estaduais. Após os fatos do Rio de Janeiro, o Presidente da República, em duas notas importantíssimas, assumiu a responsabilidade para buscar os responsáveis pelos atentados, até de forma patética.

Disse Sua Excelência e disse o Líder do Governo naquela tribuna e o Presidente lhe deu solidariedade invocando o seu nome, que as bombas atentavam ao seu Governo, visavam desestabilizar o seu Governo e disse, em Minas Gerais, o Presidente, que esses covardes atentassem contra ele e não contra os inocentes. A Nação passou a esperar, para dentro de pouco tempo, a busca dos responsáveis e a apuração da responsabilidade. Afinal de contas, teria chegado o momento, em que estar na Presidência da República o homem que tinha sido responsável pelo SNI teria consequências positivas, porque se, em 10 anos, o Brasil é o único País do mundo que deu dois Chefes do SNI, Presidentes da República, Médici e Figueiredo, e um terceiro que já é candidato a candidato, o atual Chefe do SNI. SNI cargo importante, sério, da maior responsabilidade, mas não nos parece que é lugar exato para que alguém se prepare para exercitar a Presidência da República, porque é uma das missões importantíssimas, mas não lhe dá visão global dos problemas da Nação.

Mas, se o General Figueiredo, na hora das grandes decisões no campo econômico, no campo financeiro, tem que ouvir o Doutor Delfim Netto; na hora das grandes decisões, no campo institucional, o mestre é o General Golbery; no campo da segurança, cá entre nós, o General Presidente da República não tem que ouvir ninguém. Ou será que cinco anos no SNI não lhe deram

absoluta capacidade de conhecer e de compreender esse campo, que foi o seu campo durante todo esse tempo?

O segundo aspecto a ser analisado é que este País, Sr. Presidente, desde o Presidente Castello Branco, passando pelo Presidente Costa e Silva, passando pela Junta Militar, passando pelo Presidente Médici, pelo Presidente Ernesto Geisel, pelo Presidente Figueiredo, sempre teve uma norma, sempre teve uma frase que definia a filosofia dos governos: segurança e desenvolvimento. O lema desses Governos todos foi sempre exatamente esse: segurança e desenvolvimento.

A nível de desenvolvimento, já a essa altura, sabemos qual é: um País que devia 3 bilhões de dólares, quando o Governo assumiu, deve 60, um País, onde já agora as grandes instituições bancárias internacionais dizem que está pagando as taxas de risco as mais elevadas do mundo; um País, onde o Dr. Delfim Netto, que ontem dizia à Nação que era o grande milagre brasileiro, na época delfiniana dos dois Governos Costa e Silva e Médici, agora, numa reunião com os Presidentes do PDS, dizia que o Brasil é um País viável.

Reparem que o Dr. Delfim Netto, o homem das finanças, diz que este é um País viável, em termos de desenvolvimento, com uma inflação de 110%, uma concentração de renda, que todos sabemos, galopante, uma entrada das multinacionais crescente, a cada dia e a cada hora. Parece-me que, em termos de desenvolvimento, Sr. Presidente, é ouvir o povo — não digo o operário, não digo as professoras, não digo os estudantes, já não digo a classe média — é ouvir o pequeno e o médio empresários brasileiros e ver a situação que eles acham, em que se encontra a nossa Pátria.

Mas, nós imaginávamos que, se em termos de desenvolvimento, a situação era esta, em termos de segurança, o Brasil era um País que estava tranquilo. Realmente, nunca tivemos, talvez, na história do mundo, um País que desse tanta força, tanto prestígio e se estruturasse tanto, a nível de segurança, quanto o Brasil.

O Chefe do SNI tem *status* de Ministro de Estado. Participa, não apenas das reuniões em que a segurança está em jogo, mas participa do círculo fechado das decisões, de todas as decisões, em qualquer campo, neste País.

O Sr. Luiz Cavalcante (PDS — AL) — V. Ex^a permite?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB — RS) — Já lhe darei.

Criaram-se os órgãos de informação, praticamente, em todos os setores. Em qualquer Ministério, em qualquer Governo, as verbas secretas, os novos órgãos, a força que se deu à Polícia Federal, às Polícias estaduais, aos DOICODs e a tudo mais, o número de funcionários, o aumento de verbas, tudo em nome de termos uma segurança nesse País. Quando o Governo, praticamente, desmobilizou, estraçalhou os focos de subversão de esquerda, imaginávamos nós que o problema da segurança estava resolvido e que o Governo estava tão aparelhado e tão tranquilo, em termos de agir para as minorias, partissem de onde partissem, que tentassem agitar, subverter a ordem brasileira, nós estávamos tranquilos de que absolutamente nada aconteceria, no sentido de que o Governo aparelhado estava para combater qualquer subversão. Mas, veja a nossa realidade: vão para dois anos que esses assaltos, essas violências, essas ameaças estão se perpetrando; vão para seis meses que essas violências, violências mesmo, estão continuando e já vai para um mês que o Presidente da República falou que assumia a responsabilidade de apurar os responsáveis. E até agora nada.

A imprensa, na semana passada, anunciava que estávamos às vésperas de tomar conhecimento de fatos muito importantes e que, dentro de horas, a Nação tomaria conhecimento do resultado de investigações. Ao invés disso, tivemos a palavra de uma pessoa, que me parece, pelo menos perante à Nação, insuspeita, que é o Sr. Seabra Fagundes.

Se o Sr. Seabra Fagundes tivesse falado à Nação como falou, ele que é membro do Conselho da Defesa dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça e que foi delegado pela Comissão, para representá-la nas investigações do caso Dallari, se ele tivesse dito à Nação: as investigações estão sendo feitas, a preocupação do Governo é real. Muito bem! Mas o que diz o Sr. Seabra Fagundes? "Não há interesse em buscar os responsáveis. Eu sinto que não há preocupação em buscar os responsáveis. As investigações vão, vão, e chegam num determinado lugar param, estancam".

Todo aquele protesto nacional como o que aconteceu na OAB, como estão as investigações? Diz o Presidente da OAB: "Veio um cidadão, perito, fez uma peritagem rápida e insignificante, nós designamos um perito da OAB que investigou e apurou muito mais do que o perito oficial. Até agora — diz ele — absolutamente nada".

O que diz o Vereador, em cujo escritório, na Câmara de Vereadores, no Rio de Janeiro, explodiu uma bomba? Disse, depondo, ontem, numa reunião, que se realizou aqui nesta Casa, que o que ele sente é que as apurações policiais, no Rio de Janeiro, estão sendo feitas em cima dele, como se ele pudesse

ter sido o responsável pelo atentado. Invadiram a sua propriedade, com negativa da Justiça Militar, que não deu autorização, sem essa autorização invadiram, levaram uma máquina, fizeram toda série de investigações — suspeito principal: é ele, o vereador.

O que diz o Deputado Genival Tourinho, assaltado aqui em Brasília? Que até agora, no carro, inclusive, em que ele estava viajando ao aeroporto, que acha ele que o estouro do pneu teria se dado fruto de um estampido. Até agora, a polícia absolutamente nada fez para investigar, e para dizer algo que até um técnico de preparo médio teria condições de saber: se aquilo era resultado de um tiro de uma bala de revólver, ou se não era.

O Sr. Luiz Cavalcante (PDS — AL) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB — RS) — Com todo prazer, concedo o aparte a V. Ex^a

O Sr. Luiz Cavalcante (PDS — AL) — Eminente Senador Pedro Simon, reportando-me à passagem inicial do seu discurso, quero manifestar a minha concordância com V. Ex^a A verdade, a meu ver, é que, para se ser bom presidente da república, não é simplesmente suficiente que seja um homem honesto, que se tenha uma cultura especializada, que se tenha boas intenções. É preciso algo mais, é preciso esta coisa chamada vivência política, e também vivência administrativa. Em relação à política, podemos aplicar aqueles versos de Camões — não quero mostrar sabedoria, pois são os únicos versos do vate português que sei de cor:

"Não se aprende, Senhor, na fantasia, sonhando, imaginando ou estudando, senão vendo, tratando e pelejando."

Assim, esta nossa arte política, ninguém a aprende senão vendo, tratando e pelejando. E apresento dois exemplos que me parecem os mais eloquentes da nossa História. Primeiro, aquele que ficou conhecido como o maior dos Presidentes do Brasil, Rodrigues Alves, que antes de ser Presidente da República, foi Presidente do seu grande Estado de São Paulo. Teve, portanto, uma vivência extraordinária, um aprendizado indispensável ao excepcional exercício da função presidencial. E, depois, mais recentemente, nos nossos dias, o exemplo de Juscelino Kubitschek que foi também Prefeito da capital do seu Estado, foi Governador, e chegou à Presidência com ampla visão administrativa, sentindo o País, pelo que pôde lançar-se, àquele audacioso plano de autêntico visionário, um visionário que, hoje, os seus adversários de ontem, como eu o era, todos lhe rendemos as devidas homenagens. Portanto, meu amigo, meu eminente colega, para terminar, neste ponto estamos em absoluta sintonia. Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB — RS) — Aparte muito importante e muito oportuno do brilhante Senador por Alagoas. Não há dúvida alguma que pode-se fazer presidente da república por decreto, pode-se fazer governador por decreto. Tem-se feito. Agora, estadista por decreto, não se faz. Tem razão. V. Ex^a quando diz que o homem público se faz na vida pública, errando e acertando, ganhando e perdendo, mas na vida pública, na vereança, na deputação, na prefeitura, na Secretaria de Estado, no Governo do Estado, no ministério, nas sociedades de economia mista, para quando ele chegar à Presidência da República, estar culminando uma trajetória onde ele tem conhecimento da vivência nacional. Não somos contra a que esse homem, que passe por isso tudo, seja civil ou militar, pode ser civil ou pode ser militar. Mas, somos contra a que um advogado, que possa ser um gênio jurídico, saia do seu escritório de advocacia e vá para o Governo do Estado ou para a Presidência da República — será um mal presidente ou um mal governador; somos contra a que um médico, que possa ser um gênio como médico, saia de seu consultório e vá para um governo ou para a Presidência da República — ele pode ser um gênio como médico, mas não será um grande estadista; somos contra a que um engenheiro, que possa ser o maior engenheiro, ou um economista, que possa ser o maior economista, mas um engenheiro no seu gabinete de trabalho, ou um economista na sua cátedra, que saem dali e vão exercer o mais alto cargo. Agora, estas pessoas: general, advogado, engenheiro, médico, professor, participando da vida pública, vivendo, subindo, descendo, ganhando, perdendo, doem a vivência a que se refere o nobre Senador pelo Estado de Alagoas para quando chegar à Presidência da República estar na culminância da realidade. Então ele vai ouvir os técnicos para decidir, vai conversar com os assessores para decidir, mas ele tem vivência suficiente para em cima do parecer técnico dar a decisão, que é a decisão da Nação, pois ele tem o conhecimento da Nação. Não é o tecnocrata Dr. Delfim Netto, que já salvou o Brasil mil vezes do seu gabinete, mas que fracassou na hora em que essas decisões foram postas em prática. Mas, quem é o Presidente da República General Figueiredo, Marechal Costa e Silva, General Médici para discutir Economia com o Dr. Delfim Netto? O Dr. Delfim Netto conhece mil vezes mais este problema, e o outro não tem a vivência. Por não ter vivência a assessoria dei-

xa de ser assessoria para se transformar em imposição de vontade. E, o homem que deveria dar a palavra final com o conhecimento geral do todo, absolutamente não o tem.

O Sr. Luiz Cavalcante (PDS — AL) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB — RS) — Com prazer.

O Sr. Luiz Cavalcante (PDS — AL) — No caso de Juscelino Kubitschek, parece-me oportuno acrescentar mais um ponto que esqueci no primeiro aparte. É que se não fosse a sua extraordinária, a sua longa vivência política, ele não teria vencido a sucessão de crises do seu Governo, desde o primeiro dia em que se empossou na Presidência da República, quase até o derradeiro. Mas venceu-as todas, sem jamais faltar com o respeito ao Congresso Nacional e sem ter causado maior comoção a este País.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB — RS) — Plenamente de acordo com V. Ex^a. Mas, reparem, se o General Figueiredo não preenche as condições, que o ilustre Senador por Alagoas apresenta, para a hora que estamos vivendo, para o problema do terrorismo, nem Juscelino, nem ninguém tem mais condições do que ele para resolver, porque essa é a área da sua especialização, é a área que os Governos anteriores, e o dele, deram prioridade de número um. Qual é a prioridade número um do Sistema? Segurança! E nós, da Oposição, inclusive tranqüilos, porque não estamos em nenhum esquema que não seja o legal. Tenho dito muitas vezes que se alguém é responsável pela paz social, que ainda existe e esta que está aí não é a que desejamos, porque a que desejamos é uma paz social fruto do estado d'alma de um povo que tenha realmente tranqüilidade para viver com dignidade e não medo. Mas esta paz que está aí tem como sua grande responsável a Oposição, porque a Oposição, na sua linguagem ao povo, não leva à violência, jamais partiu da Oposição a linguagem da insurreição, a palavra da Oposição sempre foi uma palavra de paz, uma palavra de protesto, sim! Uma palavra contra o Governo, sim! Uma palavra exigindo democracia, sim! Liberdade, sim, mudança do modelo econômico, sim. Mas, não de insurreição popular. Queremos o voto, queremos a luta democrática no voto. E porque pensamos assim, estávamos tranqüilos de que a nossa segurança era garantida por esse estado que está aí. Porque esse estado que está aí tinha, pelo menos, algo sobre o qual ninguém podia duvidar, que era a sua capacidade para dominar a insurreição.

Será, Sr. Presidente, que hoje teremos que chegar à conclusão de que o Governo também fracassou, em termos de segurança? De que ele não tem capacidade? De que aquilo que imaginávamos que era todo esse esforço de 16 anos em cima da segurança é um castelo de cartas? Ou será que não há interesse em apurar os fatos? Porque não podemos sair desse dilema, Sr. Presidente. Fatos que estão acontecendo há dois anos, que se estão repetindo, alguns feitos aberta, frontalmente, escandalosamente; será que neste longo ano que passou o Governo não os apura, porque é incapaz, porque não tem capacidade? Então, a nossa situação é gravíssima; é séria a situação brasileira. Por que meia dúzia de marginais, meia dúzia de alucinados e fanáticos — e qual o país do mundo que não os tem — meia dúzia de lunáticos poderão pôr em polvorosa este País inteiro, e nós não temos condições para vencê-los?

Sou daqueles que acham que capacidade o Governo tem. Acho, também, que o Presidente da República, o General Figueiredo, é realmente atingido por esses atentados, e eles são feitos à sua revelia. Não posso aceitar, e não poderia mais ocupar esta tribuna e falar como estou falando se imaginasse que essas coisas partem do Presidente da República. Não, não partem, na minha opinião. Não vejo por que Sua Excelência haveria de querer o seu Governo tumultuado em meio a bombas, que realmente atingem diretamente o prestígio e o seu nome. Acho que o Presidente da República, quando anunciou que tomaria as providências, estourassem uma ou mil bombas, falou expondo aquilo que ele estava sentindo. Mas parece que, entre a palavra do Presidente e a execução — órgãos intermediários — as coisas não estão saindo como deviam. Porque se estivessem saindo como deviam, se a um pronunciamento absoluto, total, final, como fez o Presidente da República, se seguisse a ação total e final dos órgãos de segurança, não acredito que o único fato que se teria apurado seria o acontecido em Antônio Carlos, em Barbacena. O único apurado, e não conseguiu impressionar nem o ex-Deputado José Bonifácio; todos nós conhecendo que é um homem que não muito liberal, mas que taxou de ridículas as apurações com relação ao que aconteceu em Minas Gerais, que, aliás, diga-se de passagem, foi uma apuração rápida, 48 horas. Quarenta e oito horas depois dos fatos, o Palácio do Planalto já divulgava, numa rapidez espantosa, todos os acontecimentos.

As manchetes dos jornais, a imprensa, os homens do PDS, depois do pronunciamento do Presidente da República, passaram a colocá-lo em manchete como herói, e a exigir da Oposição que fechassem, em torno do Presidente da República, contra o terrorismo.

Tive ocasião de dizer à imprensa, nem oito e nem oitenta. A atitude do Presidente, dizendo que vai apurar, aplauso total, respeito total. O Presidente sabe que conta com a Oposição — eu falo pelo meu Partido, o PMDB, mas sei que os outros partidos, por diversos pronunciamentos, disseram o mesmo — o Presidente, repito, conta com a Oposição, para apurar os atentados, doa a quem doer. E se ele tiver dificuldades, e se ele tiver problemas, e se ele tiver que enfrentar obstáculos, estejam onde estiverem, a Oposição lhe dará cobertura para que ele termine com os atentados. Isso é algo que é tão claro que deve ser dito porque, infelizmente, nós vivemos em um País em que o óbvio deve ser dito. Mas, repito o que a Oposição já tem repetido: a Oposição dá cobertura, e se o Presidente tiver que enfrentar dificuldades, e se nas entranhas do sistema estiver alguém ligado a isso e dificulte a ação presidencial, o Presidente terá a Nação ao seu lado: o seu Partido, tenho certeza, a Oposição e a Nação, para enfrentar essa minoria de fanáticos que querem pôr em polvorosa e incendiar a realidade nacional.

Agora, dizia eu, isso está claro, mas transformar o Presidente da República em herói, hoje, em primeiro lugar é cedo; em segundo lugar, o Presidente vai começar a apurar tarde, porque vai fazer o que deveria ter começado há um ano; e em terceiro lugar vai começar, vamos esperar o resultado. E a verdade é que um mês está se passando e o resultado — me perdoem — até hoje é zero.

E quem diz que é zero não é um Senador da Oposição; quem diz que é zero é o Presidente da OAB, é o Sr. Dalmo Dallari; quem diz que é zero é a sociedade brasileira.

O que está acontecendo? Diz alguém, Sr. Presidente, que temos que ter cuidado para falar, porque um pronunciamento, num País democrático, o pronunciamento de um parlamentar pode gerar uma busca de investigações, pode gerar um processo, para se ver a verdade. O parlamentar nos Estados Unidos, na Inglaterra, na França, no Japão ou na Alemanha, quando faz uma denúncia, em cima da denúncia, busca-se a investigação, o próprio governo faz a investigação, o Congresso faz a investigação e se têm consequências. Watergate foi um caso. Quando o jornal publicou, e quando o Senador falou da tribuna do Senado, o país inteiro ficou contra o jornal e contra o Senador: imagine se isso vai acontecer num país de liberdade como os Estados Unidos; imagine se vão botar escuta dentro da sede do Partido Democrata! "Isso é coisa de republiqueta, não é coisa dos Estados Unidos". Mas, não processaram o Senador; foram investigar. E do resultado da investigação o Senador saiu triunfante e o Presidente da República renunciou ao mandato.

Um parlamentar, no Japão, denunciou que o Primeiro-Ministro era subornado por empresas estrangeiras. No Brasil, pela lei que o PDS quer votar nas prerrogativas do Congresso Nacional, o parlamentar é incurso, é processado diretamente sem passar a licença pelo Congresso. Denunciou a honra do ministro. No Japão, o primeiro-ministro largou o cargo, foi demitido, porque ficou provado que era verdade.

Na Itália, um parlamentar da Democracia Cristã denunciou que ministro da Democracia Cristã, estava recebendo dinheiro de empresa estrangeira. O parlamentar não foi processado; os ministros foram para a cadeia.

Na Inglaterra, o parlamentar denunciou um escândalo em que um ministro estava envolvido. O parlamentar não foi denunciado, o Ministro foi demitido.

Na Índia — pasmem os Srs. — o parlamentar denunciou que Indira Ghandi estava comprometida por causa do seu filho; e por causa do filho, Indira Ghandi foi parar na cadeia. O parlamentar não foi processado, Indira Ghandi depois voltou pelo voto popular.

No Brasil, é provável que Genival Tourinho termine na cadeia. Agora, investigar o que disse Genival Tourinho, isso o Governo não faz, se é verdade, se é mentira, se está certo ou se está errado. Não, processa-se o Deputado.

Esta Casa já não pode legislar. O nome desta Casa não deveria ser Poder Legislativo, mas Poder Homologador. Ela homologa, homologa o Presidente, homologa tudo. Pois agora, não querem deixar esta Casa fiscalizar. Eu mesmo não vou mentir, Sr. Presidente, que tenho que medir as minhas palavras, porque se der processo, é em cima de mim e jamais em cima daqueles de quem eu disser uma coisa.

Agora, exigir que o parlamentar ao fazer uma denúncia à Nação, só a faça quando provar por "a" mais "b", então não era preciso o Congresso. Para quê o Congresso fiscalizar? Como qualquer cidadão comum, é melhor ir para a minha casa, como advogado e, talvez, até eu possa provar melhor não tenho que estar aqui e, no momento, em que eu se tiver uma prova, eu entro com uma ação popular. Qualquer parlamentar que saiba qualquer fato com relação à autoridade pública, pode entrar com uma ação popular. Se eu tiver as provas, entro com ação popular e, se não tiver, não sou bobó, não entro. Esta é a nossa realidade: uma espada de Dâmocles em cima da cabeça do parla-

mentar; ele tem de medir as palavras porque a honra das pessoas é intocável, e os fatos podem acontecer.

Mordomia? Cuidado como fala! Mas elas existem! Mas cuidado como fala. O escândalo da Vale do Rio Doce? Cuidado como fala, porque dá processo. Todo mundo sabe que aconteceu o fato, todo mundo sabe o fantástico prejuízo para o erário público — porque aquilo é dinheiro da Nação —, todo mundo sabe que se vendeu por 10, e no dia seguinte, valia 30.

Quem deu a ordem, quem deu a licença? Quem ganhou, quem perdeu? Cuidado, porque pode dar processo em cima do parlamentar. Investigar? Não. Para que investigar?

Então, reparem que nesses quase dois anos de atentados, quem terminou no banco dos réus foi o Deputado Genival Tourinho. Só. É o único que está em véspera, está nas mãos do Procurador — eu acredito que o Procurador não aceitará e mandará arquivar, mas, na verdade, está nas mãos do Procurador o pedido para processar o Sr. Genival Tourinho. O resto, está com a palavra o Presidente.

O que se fala, Sr. Presidente, é que o problema agora não é mais como a imprensa estava publicando — de um modo especial, o extraordinário Jornalista Castêllo Branco, que quinta-feira, na sua coluna tradicional do *Jornal do Brasil*, vinha publicando que era iminente a apresentação dos nomes — o que se comenta agora é que não é mais isso que vai acontecer, não. O máximo que poderá acontecer será: "Parem de lançar as bombas e vamos começar de novo." O tempo esquecerá e se fará um entendimento: não se lança mais bomba, não se faz mais atentado, passa-se a borracha em cima e está tudo silencioso. Pelo menos parar de lançar bombas já é uma grande coisa; nessa parte, pelo menos, fico satisfeito. Só não sei até que ponto isso nos dará tranquilidade no sentido de que essas coisas não se repitam daqui a seis meses.

Tenho dito e repito muitas vezes, meu bravo Senador, que tenho o maior respeito pelas Forças Armadas, pelos policiais, pelos órgãos integrantes da Segurança, porque é uma missão, na minha opinião, muito difícil — eu nunca exerceria uma missão dessas. Acho que a não ser aquelas pessoas que têm uma inclinação por exercer uma posição onde, pelo fato de terem uma arma na cintura e o poder sobre as pessoas, elas, de certa forma, se auto-afirmam, outras pessoas — é a imensa maioria — devem sofrer ao fazer esse tipo de ação: prender o cidadão, entrar em determinados lugares, ter que agir de uma maneira mais forte. Isso vai da índole do cidadão. Eu, como nunca portei uma arma, não sei matar um mosquito, até admiro essas pessoas que têm esse estilo de coragem e acho que em meio delas, muitas mal remuneradas, existem pessoas que estão integradas por vocação em algo que deve ser respeitado. Mas, no momento em que esses fatos acontecem, em que alguém envolvido não é responsabilizado, a impunibilidade é uma semente que serve para multiplicar que outros aconteçam.

É claro que o Presidente não quer, é claro que as altas autoridades não querem, é claro que eles não são responsáveis, mas na medida em que os fatos forem praticados e não se busque o responsável pelo que foi praticado, seu superior passa a ser responsável por aquilo que ele não queria; ele passa a ser responsável, porque a sua impunibilidade permitiu que outros fatos acontecessem.

Se os responsáveis pela bomba de efeito moral de gás lacrimogêneo atirada na Assembléia Legislativa do meu Estado — Rio Grande do Sul — fossem apurados, acredito que os que lançaram a bomba de efeito mortal na OAB, provavelmente teriam pensado duas vezes antes de lançá-la. Esta é a realidade!

E reparem que nós estamos diante de um fato — e o Governo não pode acusar a Nação e os brasileiros de mínima responsabilidade por isso: uma inflação de 110%, que seria até compreensível que o povo estivesse na rua, numa passeata de "panela vazia", panela que o Delfim jurou que ia encher — seu lema era "encher a panela do povo", pois a panela está mais vazia do que antes. Seria compreensível que em Pernambuco, que no Nordeste, o povo estivesse na rua, batendo nas panelas, protestando pela situação que está vivendo. Pois nada disso está acontecendo, o povo está aí sofrendo, amargurado, mas não há nenhum movimento popular a nível de dizer-se que este é o movimento responsável pelos atentados. Não há nenhum partido de oposição, não há nenhuma liderança sindical, não há absolutamente nada que esteja querendo violentar essa mini-abertura, que chamo de reciclagem de Governo, que nós estamos tendo.

Então, o Governo deve ver onde está a responsabilidade por esses fatos. Que são minorias exóticas, parece-me que está claro, que são radicais, que não aceitam sequer isto que o Governo está propondo, porque, na verdade, Sr. Presidente, para nós, o Governo, na sua chamada abertura, está fazendo uma reciclagem porque o grupo que está no poder não deseja, lá no seu âmago, a alternância no poder, mas está mudando, para mudar mais, para permanecer mais tempo.

Os jornais de hoje estão falando que no Ministério da Justiça já estão preparando o voto distrital ou, como querem agora, o "misto quente". Preparem, pois nós estamos tendo know-how para espalhar para o mundo inteiro. Viremos e viremos o regime do Congresso do "misto quente". São os estudos do Ministério da Justiça que toda a imprensa está publicando. Mas, nem essa reciclagem que é um regime onde a imprensa tem uma relativa abertura, onde o Congresso tem uma relativa oportunidade de debates, nem isso certos grupos extremados desejam.

O Governo tem que ter uma opção, pelo menos esta, de aceitar que esses grupos radicais sejam afastados da realidade brasileira. E o tempo passa, e os atentados continuam.

No meu Estado, a imprensa recebeu um apelo carinhoso, uma sugestão do Ministro Comandante do 3º Exército para não dar muito destaque a esse tipo de matéria, a esse tipo de atentado, porque isso era uma espécie de terrorismo jornalístico que não somaria para os interesses desta Nação. Será que esta é a fórmula de resolver? Apelar para que a Imprensa passe a não publicá-los, ou buscar os responsáveis pelo mesmo? E em meio a esta realidade, quando parece que imunidade total existe para certos setores, nos quais não se pode tocar, nós Parlamentares continuamos assim. Pertencemos à Comissão, que tem um título pomposo, "As Prerrogativas do Congresso Nacional", aumentar as prerrogativas. O Presidente da República e o Ministro da Justiça concordam em que a Mesa seja reeleita, uma grande conquista! O Ministro concorda que possamos realizar mais do que vinte e cinco reuniões ordinárias. Muito obrigado, eu prefiro que não façam, para depois virem para cima do Congresso e o acusarem que estão fazendo não sei quantas. O Ministro concorda que no recesso, com Deputados e Senadores espalhados por todo o Brasil, 2/3 possam convocar extraordinariamente o Congresso Nacional.

O Sr. Luiz Cavalcante (PDS — AL) — V. Exª permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB — RS) — Pois não. Com prazer.

O Sr. Luiz Cavalcante (PDS — AL) — V. Exª falou na reeleição da Mesa. Parece-me que essa é uma prerrogativa que não engrandece o Congresso Nacional. O Congresso, uma instituição eminentemente democrática, devia repudiar, na minha ótica, qualquer forma de continuísmo em seus próprios quadros. Ao fazer esta declaração, eminente colega, preciso ir mais além. Eu, que da vez passada, tive meu nome especulado como candidato à Presidência do Senado, e confesso que fui mordido mesmo pela mosca azul, topei a parada, desistindo depois, já a esta altura, não tenho a menor veleidade e, mais do que isso, nem aceitaria, em hipótese alguma, embora o cargo fosse honroso demais para as minhas fracas possibilidades, disputar a Presidência desta Casa. Com isso quero dizer que não estou fazendo nenhuma restrição pessoal à reeleição do meu eminente amigo e xará, Senador Luiz Viana. Muito obrigado a V. Exª

O SR. PEDRO SIMON (PMDB — RS) — Nobre Senador Luiz Cavalcante, o que quero dizer é que, na hora em que este Congresso está esvaziado, o importante não é votar ou não prorrogar a reeleição da Mesa. Não é isso o fundamental. Olhe que a Oposição fez o máximo das concessões neste projeto. Só há dois institutos neste projeto que têm real significado: as imunidades parlamentares e terminar com o decurso de prazo. E, os dois, o Governo não aceita. O deputado não pode ter imunidade e repare que no momento em que não está dando imunidade para o Deputado, está dando para o Ministro, e o decurso de prazo não pode terminar.

Interessante que tivemos um debate com o Sr. Ministro da Justiça, do qual participei, na Comissão especial, e S. Exª falava em exemplos, onde havia o decurso de prazo, só que nos exemplos por ele citados, o decurso de prazo terminava em arquivamento e não em aprovação. Não há, na História do mundo, um parlamento democrático, e acho que até nos não democráticos, onde o decurso de prazo signifique aprovação, onde a inércia, a vagabundagem, a falta de corresponder à obrigação, transforma a matéria em aprovação. E a proposta do Ministro aviltará ainda mais o Congresso Nacional. Quer S. Exª que se dê mais prazo para o Congresso decidir, mas o problema não é de prazo, a decisão é política. O Congresso não está deixando de votar a matéria porque falta prazo, mas está deixando de votar porque o Governo prefere que ela passe por decurso de prazo a ser votada. Quer ele dar mais prazo e depois do dia fatal, durante um determinado número de sessões, fica na Ordem do Dia. Ora, Sr. Presidente, depois de um número de sessões, ficar na Ordem do Dia é o que acontece hoje. Nenhum projeto que vá por decurso de prazo, e V. Exª que integra a Mesa sabe disso, é posto no último dia.

O projeto das professoras vai vencer daqui a 10 dias; o projeto que prorrogou os mandatos só vai vencer no dia 30 de setembro. Qualquer projeto sujeito a decurso de prazo, a Mesa o coloca, no mínimo, sete ou oito dias antes. Então, o Sr. Ministro da Justiça vai homologar o que aí está. Há outra proposta de se colocar na Constituição, "depois de tantas sessões"; vencidas es-

nas sessões, o projeto volta à Ordem do Dia e votam os Líderes. Colocar isso na Constituição é enxovalhar o Congresso Nacional. Nem a Junta Militar fez isto! Pois agora, na abertura, os parlamentares têm a coragem de propor e colocar na Constituição a consagração do voto do Líder para a matéria que é mais importante?! Nós, aqui, votamos a matéria secundária. O que é importante, o que é fundamental, aquilo que o Governo acha que é indispensável, votam os Líderes. É debochar, é debochar da capacidade de discernimento deste Congresso. Pois o ilustre Ministro da Justiça propôs isto, na Comissão, como sugestão. E eu faço justiça: o Sr. Ministro da Justiça disse: "o problema é do Congresso, é da Bancada do PDS, estou sugerindo, é uma proposta intermediária". Intermediária do que? Intermediária entre o decurso do prazo? E o decurso do prazo? Prefiro, Sr. Presidente, que a matéria fique como está. Vamos esperar uma outra época, uma outra oportunidade, mas que a matéria fique como está, porque, caso contrário, aceitarmos uma Emenda nº 1, expedida pela Junta Militar, onde os três Ministros esvaziaram este Congresso é uma coisa, agora, nós Congressistas votarmos uma emenda que humilha e espezinha o Congresso Nacional parece-me, de sã consciência, que é algo que foge à capacidade de solidariedade que uma Bancada pode dar ao seu Governo.

Ora, Sr. Presidente, quando vejo um colega de V. Ex^a, do PDS, o Presidente José Sarney, procurar o Presidente do meu Partido e o Presidente do Partido Popular e, agora, vai procurar os outros Presidentes para dialogar, tenho dito o seguinte: é bom esse diálogo, mas não seria melhor que começasse com o diálogo entre o Presidente José Sarney, que é do PDS e o Presidente da República que é do PDS? Já não seria um bom diálogo esse? E eu não diria Sr. Presidente, nós do PMDB, do PT, dos outros Partidos, que temos um projeto partidário, um programa partidário, já não seria um avanço se o Presidente José Sarney dissesse para o Presidente da República no seu diálogo: "— Olha, Presidente, quem sabe começamos a cumprir o programa do PDS? Vamos começar a cumprir o programa do PDS, que é um programa democrático, que é um programa que prevê respeito ao Parlamento, independência dos poderes", que é um programa cento e oitenta graus diferente da política que o Senhor Presidente da República está executando.

Eram estas, Sr. Presidente, nesse fim de tarde dessa Sessão, algumas das preocupações que eu tinha, e que sinto em meio a conversas de companheiros nossos, tanto do meu Partido como dos Partidos de Oposição, como do próprio Partido do Governo, com relação a essa ansiedade que há na hora pública brasileira.

Na verdade, Sr. Presidente, o povo não está satisfeito. Enganam-se aqueles que imaginam que a Oposição, que nós, do PMDB, estamos contentes com essa realidade. Não. Somos Oposição? Sim, somos Oposição. Queremos criticar o Governo? Sim, queremos criticar o Governo. Queremos buscar o voto para substituir esse Governo? Sim. Mas nós estamos vivendo uma hora de ansiedade que não é bom para ninguém, nem para nós, da Oposição. Essa angústia que o povo está vivendo, esse desespero que o povo está vivendo, essa falta de confiabilidade, de credibilidade que o povo está sentindo com relação ao conjunto daqueles que têm a responsabilidade neste País, não é bom para ninguém, Sr. Presidente. Nem para o Governo, nem para nós, da Oposição. Estamos vivendo uma hora de angústia. Estamos vivendo uma hora em que todos nós estamos perdendo credibilidade junto ao povo, de modo especial aos mais desafortunados. E se não dermos uma resposta corajosa, se nós não tivermos condições de dialogar, mas o diálogo real, não o diálogo de surdo, que bom seria se o Presidente José Sarney pudesse sentar com o Presidente do meu Partido e os outros presidentes, e tivessem o poder de decidir, o poder de homologar algo de concreto que representasse a abertura para a sociedade brasileira sobre aquilo que interessa a toda a Nação; que não some eleitoralmente nem para o PMDB, nem para o PP, nem para o PTB nem para o PDT, nem para o PDS, não, mas vamos ver a hora que estamos vivendo, e vamos nos debruçar para buscarmos soluções para a hora que estamos vivendo.

O Sr. Luiz Cavalcante (PDS — AL) — V. Ex^a permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB — RS) — Agora, não sentimos, Sr. Presidente, quando somos procurados, e o exemplo mais concreto é esse das prerrogativas e outro exemplo também concreto é esse do terrorismo. Nós não sentimos, por parte do Governo, a real intenção de buscar dialogar com a sociedade brasileira, no sentido de encontrar soluções que signifiquem aberturas reais para melhorar as condições do povo. O que sentimos — e já lhe darei o aparte, ilustre Senador Luiz Cavalcante — é que o Governo busca expediente, mais expediente e mais expediente no seu continuísmo permanente para se manter. Busca os casuísmos mais variáveis, com uma preocupação, de manter-se o atual grupo no poder e, o que é pior, com o mesmo modelo econômico, com o mesmo modelo social e com o mesmo modelo institucional, ainda que travestido de uma abertura aparente.

O Sr. Luiz Cavalcante (PDS — AL) — Permite V. Ex^a um aparte!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB — RS) — Com todo o prazer.

O Sr. Luiz Cavalcante (PDS — AL) — Este aparte derradeiro eu o dou perfeitamente à vontade, desta cadeira, exercendo esta eventualíssima liderança, aliás liderança de mim mesmo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB — RS) — Mas quero dizer a V. Ex^a que o PMDB há muito tempo não se sentia tão satisfeito como ver V. Ex^a na liderança do PDS, nesse momento. Que bom se muitas das idéias de V. Ex^a pudessem ser levadas para a sua Bancada. Pelo menos em termos de PETROBRÁS estaríamos melhor.

O Sr. Luiz Cavalcante (PDS — AL) — Eminente Senador Pedro Simon, o juízo que faço do meu eminente Presidente e colega, Senador José Sarney, é que ele é absolutamente capaz de levar estas sugestões, tal e qual as enumerou V. Ex^a, ao Senhor Presidente João Baptista Figueiredo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB — RS) — Que bom! Que bom que isso possa acontecer. Porque tenho o maior respeito pelo Senador Sarney e admiro a sua capacidade, capacidade de dialogar, de presidir um Partido, de viajar, de dar entrevistas à imprensa, sabendo que ele fala, mas que aquilo que ele fala, hoje, pode não significar nada amanhã. Porque o General Golbery, porque o General Figueiredo, porque o Dr. Delfim, porque não sei mais quem, acham que nada significam.

Mas, que bom — digo a V. Ex^a — que o Senador José Sarney pudesse, como Presidente do Partido, chegar e poder chamar a atenção desde V. Ex^a, ao vereador e ao Presidente da República. "Olha, temos um programa, juramos cumprir este programa e vamos cumpri-lo". Parece-me que — reparem V. Ex^{as} — que não é pedir demais. Não estou pedindo que se cumpra o programa do PMDB. Esse, nós pretendemos cumprir quando o povo nos der o voto. Mas será que é pedir demais que o PDS cumpra o programa do PDS? E concorda V. Ex^a Pelo menos, li atentamente o programa do Partido de V. Ex^a É bem diferente da hora em que estamos vivendo.

Era apenas isso, Sr. Presidente, uma espécie quase de extravasar o sentimento que me vai n'alma, de profunda preocupação, o desejo de que esta Casa, que é uma Casa de diálogo, possamos realmente encontrar uma forma que seja um caminho para sairmos das trevas que nós estamos vivendo. Porque, caso contrário, Sr. Presidente, não será bom para ninguém. Não é o caso de dizer que o obscurantismo que vem aí somará para o Governo, não é o caso de dizer que somará para a Oposição, e não é o caso de dizer que somará para o povo brasileiro.

Mas, seria lamentável, profundamente lamentável, que as coisas acontecessem e que nós tivéssemos que bater no peito, dizendo que cada um teve uma parcela de responsabilidade por não tentar encontrar um caminho, um denominador comum do interesse da sociedade brasileira. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Agenor Maria.

O SR. AGENOR MARIA (PMDB — RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores: Eu não posso deixar de registrar uma entrevista dada ontem, pelo Sr. Bertholdo Kruse, Presidente do INAN — Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição.

Sr. Presidente, o Presidente do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, disse alto e bom som, *O Estado de S. Paulo* registrou, que a alimentação neste País, de março de 1977 a setembro de 1980, elevou-se em 427%.

O grave, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é que o Presidente do INAN afirma que a alimentação, de 1977 até 1980, elevou-se em 427,7%, e o salário do trabalhador brasileiro, o salário de quem trabalha, nesta Nação, elevou-se em 203%.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Senadores, se o homem que é encarregado da nutrição, da alimentação, se o órgão federal, se o órgão maior, através do seu dirigente, confessa que a alimentação duplicou, em termos de percentuais, em relação ao valor salário, como andam aqueles operários, as multidões de trabalhadores brasileiros que, em 1977, passavam fome neste País?

Sr. Presidente e Srs. Senadores, fora outra pessoa que confessasse esse descabro à imprensa, talvez eu não estivesse, a esta hora, registrando este absurdo. Isto me assusta e me preocupa porque quem confessa é o homem indicado e nomeado pelo Governo para dirigir aquele Instituto que é o maior da área da alimentação nacional.

E S. S^a afirma que em 1977 já havia carência alimentícia. E de 1977 a 1980 a alimentação duplicou em relação aos salários, pois enquanto a taxa de alimentação se elevou em 427,7%, os salários tiveram aumento de no máximo 203%.

Tenho a impressão de que as bombas que andam por aí, de que as revistas pornográficas que ensinam cada vez mais a prostituição neste País; de que

o crime que polui na Baixada Fluminense; de que a corrupção que medra no País; tenho a impressão Sr. Presidente e Srs. Senadores, de que a prostituição que campeia na Nação é exclusivamente fruto de uma situação paradoxal como esta.

Não se compreende como aqueles que elevam os salários de quem trabalha não estejam sentindo e observando que não há condições para que o alimento suba, cresça mais do que o salário, pois à proporção em que o alimento sobe, cresce e aumenta mais do que o salário, aqueles que trabalham perdem as condições de trabalhar. O homem trabalha — já disse dessa tribuna muitas vezes — para ter o elementar direito de, trabalhando, poder viver às suas custas se alimentar-se. Como é que multidões de pessoas, milhões de criaturas podem continuar a trabalhar sofrendo fome?

Sr. Presidente, encerrando, quero solicitar de V. Ex^a que conste dos Anais essa publicação feita no *O Estado de S. Paulo* que diz: "A alimentação sobe duas vezes mais do que o salário".

Não vou ler a publicação, Sr. Presidente, Srs. Senadores, mas desejo solicitar de V. Ex^a que conste, como parte desta denúncia, o documento que realmente me deu a oportunidade de trazê-la ao conhecimento da Casa e da Nação.

Muito obrigado. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. AGENOR MARIA EM SEU DISCURSO.

ALIMENTAÇÃO SOBE DUAS VEZES MAIS QUE SALÁRIO

Da sucursal de Brasília

As condições de deficiência alimentar da grande maioria da população brasileira, identificadas em 1974 pelo ENDEF — Estudo Nacional de Despesa Familiar — em decorrência dos baixos salários, "deverão estar agravadas atualmente", segundo afirmou ontem o Presidente do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição — INAN, Bertholdo Kruse de Arruda. Enquanto os salários cresceram no máximo 203%, de 1977 até março deste ano, nas cidades como Manaus, Recife e Salvador o item alimentação alcançou 428,7%.

De acordo com suas informações, na cidade de São Paulo o crescimento percentual de preços ao consumidor de produtos alimentares atingiu 227,4% — o menor índice entre dez capitais pesquizadas — os salários subiram 195,3% em igual período. Em Recife, foi registrado o maior aumento dos alimentos — 428,7% enquanto os salários não subiram mais do que 203%. Belo Horizonte, por exemplo, registrou o menor índice de majoração dos salários — 177,7% — para um aumento do item alimentação nos preços ao consumidor de 283,8%.

Para Bertholdo Kruse, a conclusão a que se chega é que, observando-se que o peso da alimentação nos dispêndios médios globais da população brasileira varia de 25%. No Distrito Federal para 48%, no Nordeste, "elevação dos preços dos alimentos em relação aos salários provocou um agravamento da situação, principalmente se considerada a pressão exercida pelos demais itens, por exemplo, os da habitação e transportes".

Bolsões

Segundo as colocações do Presidente do INAN, "o maior bolsão de pobreza do Brasil está localizado numa faixa do litoral nordestino e o Centro-Oeste, ali, nos sertões da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí", "a grande maioria das famílias não possui metade da renda necessária para uma alimentação básica suficiente e para as despesas mínimas não alimentares". Esta região de extrema pobreza, explicou Bertholdo Kruse, se prolonga ao Norte até o Maranhão e o Pará, atinge a Oeste parte de Goiás e se estende até o sul de Minas Gerais.

Salientou ainda que "além dessa área de concentração da pobreza, verifica-se insuficiência de renda praticamente em todo o território nacional, com situações críticas expressivas, inclusive em algumas áreas da região Centro-Sul". Segundo Bertholdo Kruse, dados de 1978 mostram que 42,7% das famílias brasileiras recebem um rendimento mensal de até dois salários mínimos, sendo que desse grupo 45,7% encontram-se na região Nordeste, seguindo-se a região Sul com 19%.

O Presidente do INAN informou ainda que "a maior parte da população economicamente ativa do Brasil encontra-se em São Paulo e no Nordeste que, juntos, detêm 49,4%, sendo 27,3% no pri-

meiro e 22,1% no segundo" e, enquanto no Nordeste 37,5% das pessoas recebem até meio salário mínimo, em São Paulo esse percentual chega a 15,4%.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Gastão Müller.

O SR. GASTÃO MÜLLER (PP — MT. Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

É lamentável, que o Sr. Presidente da República vetasse a lei que cancelava as penas de cassação de mandato e suspensão de direitos políticos impostas ao Sr. Juscelino Kubitschek.

A *Folha de S. Paulo* de ontem (18-9-80) melhor do que eu lamenta o fato, aliás de iniciativa do nobre Senador TANCREDO NEVES, digno Presidente do Partido Popular. Num artigo intitulado "Veto aos Mortos" que transcrevo para que conste dos Anais desta Casa do Congresso Nacional, repito, aquele prestigioso órgão da imprensa paulistana bem expressa o pensamento da grande maioria do povo brasileiro.

Folha de S. Paulo, 18-9-1980.

VETO AOS MORTOS

O Presidente Figueiredo vetou, ontem, a lei que cancelava as penas de cassação de mandato e suspensão de direitos políticos impostas ao Sr. Juscelino Kubitschek. As sanções revolucionárias perseguem suas vítimas para além da eternidade.

Era um gesto, o projeto apresentado pelo Senador Tancredo Neves. De nada valeria ao fundador de Brasília, morto há tanto tempo, o reconhecimento tardio de que seu afastamento da vida pública, em 8 de junho de 1964, se deveria a contingências políticas de momento. No entanto, o Sr. Figueiredo vetou a lei.

Expondo os motivos que fundamentaram sua decisão, o chefe do governo afirma que a anistia beneficiou "todos quantos, por motivos políticos, sofreram sanções de caráter revolucionário, ficando, assim, atendida, em relação ao ex-chefe de Estado, a finalidade maior do projeto, sem incompatibilidade com o preceito do art. 3º da emenda constitucional nº 11".

Temos, então, que o perdão concedido "post-mortem" a JK é considerado suficiente, e que a magnanimidade do poder se esgotou nesse ponto. Essa posição encerra um equívoco filosófico que nenhum cristão tem o direito de cometer, pois a injustiça mancha quem a pratica, e não a vítima. Logo, o cancelamento da cassação limparia a imagem do governo que a impôs e em nada afetaria a memória do morto. Até porque esta já pertence à História, definitivamente.

Em suas razões, o Sr. Figueiredo cita o art. 3º da emenda nº 11, que revogou "os atos institucionais e complementares, no que contrariarem a Constituição Federal, ressalvados os efeitos dos atos praticados com base neles, os quais estão excluídos de apreciação judicial".

O recurso à Justiça foi sempre proibido, desde abril de 1964, por um motivo muito simples: as punições nada tinham a ver com justiça, mas com os interesses políticos dominantes. Então, era necessário manter os tribunais fora do negócio, sob pena de perder todas as causas.

Todavia, parece exagerado pretender que a revisão de tais decisões seja impossível também por via legislativa. É certo que a leitura do texto suscita dúvidas, por causa da ressalva aos "efeitos dos atos praticados com base neles". Mas essa questão pode ser resolvida com um ligeiro apelo à memória: já houve lei modificando os efeitos de punições impostas com base em atos institucionais.

Foi a lei da anistia, de iniciativa do Executivo. E nessa iniciativa reside a grande diferença. O governo pode fazer e desfazer, que tudo é constitucional. Já o Congresso não consegue ao menos desagravar um cadáver.

Senhor Presidente e Srs. Senadores, diante da atitude do Sr. Presidente da República, vetando a lei de iniciativa do eminente Senador TANCREDO NEVES, divulgou ele nota oficial que também transcrevo neste pronunciamento para que conste dos Anais desta Casa.

Eis o que diz o Presidente do Partido Popular quanto ao veto Presidencial à lei que cancelava as penas impostas ao grande estadista Juscelino Kubitschek:

O Presidente João Baptista Figueiredo acaba de perpetrar ato de tal mesquinaria política, que está a reclamar o mais enérgico protesto de todos os mineiros e o repúdio das consciências bem formadas.

Visando reparar a grave injustiça, que pesa, de forma vil e ignominiosa, sobre a memória do inesquecível Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, decorrente do ato revolucionário que lhe cassou o mandato de Senador pelo Estado de Goiás e suspendeu os seus direitos políticos, tomamos a iniciativa de um projeto de lei que se propunha a cancelar aquelas infamantes punições, o qual foi unanimemente aprovado na Câmara e no Senado, com pronunciamentos de apoio, os mais eloquentes, de ilustres parlamentares de todos os Partidos.

Somos, agora, surpreendidos com a decisão do Chefe da Nação que, vetando, com base em razões sofisticadas e inconsistentes, no referido projeto, justa e precisamente o seu artigo 1º, que restaurava, na sua plenitude, a personalidade moral, política e histórica do grande Presidente, deixa maculado o seu nome da lama que lhe atirou, no auge do delírio revolucionário, o ódio dos seus implacáveis adversários.

Com o seu ato irrefletido, o Presidente da República se faz alvo da indignada reprovção dos espíritos isentos e tem a repulsa unânime do povo brasileiro. Minas recebe, no ultrage que se perpetra contra a memória do seu inigualável filho, expressão da sua honra, civismo e cultura, violenta agressão aos seus brios e sentimentos, inspirada na paixão insaciada e ditada pela ótica deformante de uma incrível miopia política. Saberemos, os mineiros, na hora oportuna, revidar, à altura, essa inqualificável afronta.

Fica, agora, patenteada a natureza e o teor da mão estendida do Presidente Figueiredo: leve, apressada e sôfrega para os gestos irrelevantes das honrarias fáceis e os posicionamentos demagógicos, mas mão de ferro, fria, dura e implacável para os atos da justiça reparadora.

A grande oportunidade que o Presidente perdeu de contribuir, com uma decisão de grandeza, para o desarmamento dos espíritos, nesta hora de paixões insensatas e de radicalismos desagregantes, substituindo-a pelo veto odioso e duro, vai colocá-lo, neste melancólico episódio, amesquinhado e roto no julgamento dos seus contemporâneos e no veredito da História.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária da próxima segunda-feira, a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 75, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 668, de 1980), que autoriza o Hospital Municipal Henrique Lage, de Lauro Müller (SC) a contratar uma operação de crédito de Cr\$ 3.225.000,00 (três milhões, duzentos e vinte e cinco mil cruzeiros), tendo

PARECER, sob nº 669, de 1980, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

— 2 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 76, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 670, de 1980), que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Norte a elevar em Cr\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 671, de 1980, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

— 3 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 77, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 672, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Ilhéus (BA) a elevar em Cr\$ 273.320.000,00 (duzentos e setenta e três milhões, trezentos e vinte mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 673, de 1980, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

— 4 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 389, de 1980, dos Senadores Nelson Carneiro e Paulo Brossard, solicitando urgência, nos termos do art. 371, alínea c do Regimento Interno, para o Projeto de Lei do Senado nº 18, de 1979, que dispõe sobre a aquisição de imóveis funcionais por seus ocupantes, e dá outras providências.

— 5 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 391, de 1980, do Senador Gilvan Rocha, solicitando tenham tramitação conjunta o Projeto de Lei da

Câmara nº 49, de 1980, que dispõe sobre a propaganda de cigarros e bebidas alcoólicas e determina outras providências e os Projetos de Lei do Senado nºs 57, 59 e 78, de 1971, 24, de 1975 e 4, de 1976, que tratam de matéria correlata.

— 6 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar na juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 12, de 1980, do Senador Nelson Carneiro, que altera a redação e revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, instituindo remuneração suplementar durante o período de férias, tendo

PARECER, sob nº 553, de 1980, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela injuridicidade.

— 7 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 44, DE 1980

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 44, de 1980, do Senador Lázaro Barboza, dando nova redação aos artigos 5º e 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a comissão de valores mobiliários, tendo

PARECER, sob nº 624, de 1980, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade, com voto vencido dos Senadores Cunha Lima e Franco Montoro.

— 8 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 1980 (nº 1.948/79, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, dando nova redação ao artigo 50 do Decreto-lei nº 32, de 18 de novembro de 1966, que institui o Código Brasileiro do Ar, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 706 e 707, de 1980, das Comissões:

— de Constituição e Justiça; e

— de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.

— 9 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1980 (nº 2.887/80, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, revogando o artigo 4º da Lei nº 6.516, de 13 de março de 1978, que declarou em extinção o quadro de oficiais farmacêuticos do corpo de oficiais da ativa da Aeronáutica, e dando outras providências, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 708 e 709, de 1980, das Comissões:

— de Segurança Nacional; e

— de Finanças.

— 10 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 78, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 674, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Votorantim (SP) a elevar em Cr\$ 161.827.772,73 (cento e sessenta e um milhões, oitocentos e vinte e sete mil, setecentos e setenta e dois cruzeiros e setenta e três centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 675, de 1980, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

— 11 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 79, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 676, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Goianésia (GO) a elevar em Cr\$ 2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 677, de 1980, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

— 12 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 80, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 678, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Currais Novos (RN), a elevar em Cr\$ 107.961.977,60 (cento e sete milhões, novecentos e sessenta e

um mil, novecentos e setenta e sete cruzeiros e sessenta centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 679, de 1980, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

— 13 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 82, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 682, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Natal (RN) a elevar em Cr\$ 65.700.000,00 (sessenta e cinco milhões e setecentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 683, de 1980, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

— 14 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 83, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 684, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Natal (RN) a elevar em Cr\$ 63.000.000,00 (sessenta e três milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 685, de 1980, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, com a emenda que apresenta de número 1-CCJ.

— 15 —

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 339, de 1978, do Senador Murilo Paraiso, que dispõe sobre a extinção da enfiteuse de bens públicos e particulares, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 640 e 641, de 1980, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável; e

— de Finanças, favorável.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 384, de 1980, do Senador Jarbas Passarinho, de adiamento da discussão).

— 16 —

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 20, de 1980, do Senador Orestes Quêrcia, revogando a legislação que declarou municípios brasileiros como áreas de interesse da segurança nacional, tendo

PARECER, sob nº 653, de 1980, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade, com voto vencido do Senador Tancredo Neves e voto vencido em separado, dos Senadores Nelson Carneiro e Lázaro Barboza.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 385, de 1980, do Senador Humberto Lucena, de adiamento da discussão para reexame da Comissão de Constituição e Justiça.)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão, às 17 horas e 45 minutos.)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. JOSÉ LINS, NA
SESSÃO DE 15-9-80 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORA-
DOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Desejo comentar hoje três importantes assuntos que foram ventilados na semana passada aqui no Senado.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, quero dar uma informação ao nobre Senador Agenor Maria, a respeito do problema do feijão no Rio de Janeiro.

Como sabemos, temos no Brasil duas safras de feijão: a safrinha e a safra normal, que se inicia em novembro. A safra normal do ano passado frustrou-se e o mesmo se deu com a safrinha deste ano. Dessa forma houve falta generalizada de feijão-preto no País, criando-se sérias dificuldades. Em agosto deste ano, o feijão-preto estava sendo vendido a Cr\$ 28,40 no Rio de Janeiro, o polido a Cr\$ 37,50, e o polido-extra a Cr\$ 43,00. Todavia, devido à falta do produto, os preços, no mercado paralelo, subiram muito, chegando a cerca de Cr\$ 70,00, Cr\$ 80,00, e dizem que até a mais. A produção de feijão-preto no mundo provém do Chile, do México, da Argentina e do Brasil. Os países consumidores são principalmente o México, Venezuela, Cuba e o Brasil. Como no Brasil, houve frustração de safras também, em alguns dos países produtores,

no ano passado. O México, por falta de feijão-preto, solicitou que os Estados Unidos plantassem esse produto com o objetivo de cedê-lo. O Chile e a Argentina, com alguma disponibilidade, foram procurados pelo Brasil. As autoridades brasileiras autorizaram a importação de 60 mil toneladas através das empresas BANTRADE, do Rio Grande do Sul, COTRA e VILARINHO. Os negócios foram fechados, mas para apenas 38 mil toneladas, sendo 15 mil para BANTRADE, 15 mil para COTRA e 8 mil toneladas para VILARINHO.

Todavia, mesmo essas 38 mil toneladas não foram entregues; o feijão disponível deu apenas para uma entrega de 22 mil toneladas. O consumo no Rio de Janeiro é de cerca de 6 mil toneladas por mês, correspondente a uma consumo *per capita* da ordem de 16 quilos por pessoa, por ano.

O preço pelo qual o feijão está sendo vendido é da ordem de 25 cruzeiros. Esse preço é compatível com o preço oficial que vinha sendo cobrado antes. Não coincide, é claro, com o preço do mercado paralelo, que estava muito mais alto. Todavia, o Governo não podia adotar a cotação do mercado paralelo. Manteve, portanto, as cotações normais tabeladas para o Rio de Janeiro.

No País como um todo continuará faltando feijão-preto. Os preços mantidos pelo Governo não têm, porém, nada que ver com demagogia, como foi aqui sugerido. Impossível seria não manter o preço oficial já antes tabelado, compatível, aliás, com o custo de importação. Também foi alegado que o Nordeste tem sido prejudicado porque o Governo manda feijão para o Rio de Janeiro, mas não para aquela região. Na realidade, o feijão consumido no Nordeste é o mulatinho e, principalmente, o macaçar, mas nunca o feijão-preto. O Governo, entretanto, está remetendo para o Nordeste, num programa também de ajuda, alguns produtos como o arroz, o leite em pó e milho importado.

O segundo problema, Sr. Presidente, que desejo tratar hoje, se refere à viagem do Ministro Delfim Netto à Europa. Na semana passada o Senador Roberto Saturnino comentou a viagem de S. Ex^a como sendo destinada, pura e exclusivamente, a tratar dos problemas relacionados com a dívida externa do País. Na realidade, S. Ex^a esteve na Alemanha onde foi presidir o lançamento de 100 milhões de marcos de bônus para a NUCLEBRÁS. Evidentemente, cuidou também de manter contatos com as áreas financeiras, com intuito, inclusive, de estudar problemas relacionados com a dívida externa, como é da sua obrigação.

Não há, Sr. Presidente, nenhum problema para o fechamento do balanço do País este ano. Até o fim de agosto, o País já tinha contratado 7 e meio bilhões de dólares, necessitando, possivelmente, de mais cerca de 4 e meio bilhões até o fim do ano, para o que não haverá qualquer dificuldade. Agora mesmo o Ministro Delfim Netto negociou mais um empréstimo de 500 milhões para a PETROBRÁS e o Banco Mundial, solicitou a cooperar com 250 milhões de dólares para o programa do álcool, ofereceu 1 bilhão para esse programa. O Senador Roberto Saturnino também relacionou a viagem do Ministro Delfim Netto com a venda ou com o que considerou o entreguismo de Carajás. Ora, Sr. Presidente, é preciso ter muita imaginação para explorar um tal assunto, relacionando-o com o problema da dívida. Realmente, Carajás, é uma província mineral da maior significação. Ela porém não vai ter qualquer significação, enquanto não for explorada. Suas riquezas se encontram nas profundezas do solo e, enquanto isso, não gerará qualquer possibilidade de ajuda às gerações atuais ou futuras. Não terão qualquer sentido para nós. É preciso também ganhar-se consciência de que Carajás no conjunto da sua potencialidade, exigirá para sua exploração, um investimento de cerca de 30 bilhões de dólares. Esses recursos são necessários para colocar as suas jazidas em funcionamento e em operação para servir ao País. O grande problema é portanto o capital para investir nesse empreendimento.

O Sr. Agenor Maria (PMDB — RN) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE) — Pois não.

O Sr. Agenor Maria (PMDB — RN) — Senador José Lins, em todo o problema do feijão, o que me deixa perplexo e preocupado ao mesmo tempo é que o Governo determina, através do rádio, da televisão e da imprensa escrita que não vai faltar feijão de 25 cruzeiros na Guanabara. Os jornais publicam isso e garantem que não falta feijão-preto para o pessoal da Guanabara a 20 cruzeiros o quilo. E começaram a quebrar os mercados, a apedrejar as viaturas policiais, porque, em geral, falta o feijão. A população fica na fila de madrugada indo até 10, 11 horas da manhã e falta o feijão, daí originando-se o quebra-quebra. Então, acho que devia haver uma outra forma de resolver esse problema angustiante.

Nas feiras livres, feijão até 110 cruzeiros o quilo, no mercado, para quem entrar naquela fila, feijão a 25 cruzeiros. Então, V. Ex^a tem que convir o seguinte: há uma diferença muito grande de feijão de 25 para feijão de 110 e tem

muita gente negociando com a miséria alheia aí. O que me faz falar do feijão é esse problema das distorções. Um outro aspecto é que lá no Nordeste o feijão está custando 100 cruzeiros o quilo, lá não houve safra, houve uma frustração total de safra; é mais distante de São Paulo, do Paraná do que o Rio de Janeiro. Então, eu me pergunto: Porque o homem da Guanabara, com uma renda *per capita* maior do que a do Nordeste, tem direito a feijão de 25 cruzeiros o quilo e o nordestino não tem? A minha indagação é essa. Sobre o problema da viagem do Sr. Ministro à Europa, os jornais é que anunciaram que ele ia à Europa não só ver o problema do bônus na Alemanha como também o aspecto da energia renovável e do nosso minério. Eu não sou contra o dinheiro emprestado para desenvolver a nossa mineralogia. Agora, acho que não tem por que se pegar o nosso minério e entregá-lo ao capital estrangeiro. O dinheiro emprestado para nós brasileiros tocarmos o nosso minério é uma coisa, e abrir mão das nossas minas para o capital estrangeiro é outra totalmente diferente. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE) — Senador Agenor Maria, em primeiro lugar o problema do feijão. O que disse a V. Ex^a é que no Brasil vai faltar feijão-preto. Mas, para o Rio de Janeiro foram importadas 22 mil toneladas. Como o consumo do Rio de Janeiro é de 6 mil toneladas por mês, essas 22 mil toneladas dariam para cerca de 3 meses. Ora, se a safra entra em novembro, nós poderíamos garantir o abastecimento do Rio de Janeiro.

Quanto ao preço, nobre Senador, já estava tabelado. Nós no Nordeste temos o feijão mais caro, infelizmente essa é a realidade, como teremos milho mais caro. Isso é um problema de estrutura de preço e eu, realmente, me constranjo com isso. Mas, de qualquer modo, como disse a V. Ex^a, o Governo está subsidiando o Nordeste com leite, milho, mandando o feijão mulatinho e está também ajudando com mais um dos produtos necessários ao Nordeste.

Quanto ao problema de Carajás, quanto ao problema da viagem do Ministro Delfim, eu estou exatamente analisando essas colocações que foram feitas pelo nobre Senador Roberto Saturnino, evidentemente baseadas em notícias de jornal. Não mais do que isso.

O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE) — Pois não, com prazer.

O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA) — Senador José Lins, note V. Ex^a a facilidade com que a Oposição ataca. O Ministro viaja e, imediatamente, a Oposição se dá ao luxo de fazer exercício de imaginação; declara que o Ministro foi ao exterior para, na verdade, assegurar determinadas intervenções de natureza do capitalismo internacional dentro da economia brasileira.

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE) — Exatamente.

O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA) — Isso se diz com a maior desinvoltura. E quando alguém pede qualquer evidência, o máximo que se diz é: "Os jornais disseram". Nem se diz exatamente qual foi o jornal que tivesse dito isso e, talvez, nem o jornal tenha dito exatamente isso. O que li no jornal, já foi algo muito mais sensato, pelo menos: é que o Ministro teria tido a preocupação de, numa visita a determinadas áreas e centros internacionais financeiros, mostrar que as publicações recentes feitas nos jornais *Financial Times*, e outros, não tinham cabimento, em relação ao desenvolvimento da economia brasileira atual. V. Ex^a acabou de mostrar que o hiato de recursos já foi, até o mês de agosto, coberto em mais de 60%, sem maior preocupação.

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE) — Essa, a verdade, Senador Passarinho.

O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA) — Fala-se, entretanto, que era preciso fazer a renegociação da dívida brasileira porque nós não teríamos capacidade de cobrir esse hiato de recursos. Vem a Oposição...

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE) — Agora, nobre Senador, a Oposição passa o problema para 1981.

O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA) — Agora, como 1980 já está praticamente vencido, então, projetam-se as previsões pessimistas para 1981. E mais ainda: argumentou-se com as declarações do ex-Ministro Carlos Rischbieter dizendo-se que ele tinha sido absolutamente correto na sua previsão e por isso tinha sido demitido. Também não é verdade. Está longe de ser verdadeira esta afirmativa. E, finalmente, se diz que o Ministro foi negociar Carajás, através de uma penetração de capital estrangeiro dentro do Projeto. Veja V. Ex^a: o nobre Senador Agenor Maria, uma das figuras mais queridas desta Casa, um homem que, sabemos, tem grande experiência, feita no viver, no viver vivido, colocou o problema a V. Ex^a, que, de fato, é muito importante, e S. Ex^a conhece a matéria não por ouvir dizer, não apenas por exercício livresco: é a questão do abastecimento de gêneros de subsistência dentro do Nordeste. Eu, particularmente, devo dizer a V. Ex^a que, como Líder do Governo, nesta ocasião, teria uma certa dificuldade em explicar por que o Brasil tem

que importar feijão-preto. Porque essa é a exigência do consumidor da Guanabara. Quando nós sabemos que esse feijão ficou encarecido no Nordeste, ficou porque nós perdemos praticamente toda a safra nordestina, e sabe disto o nobre Senador Agenor Maria melhor do que eu.

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE) — V. Ex^a há de se lembrar, também, que a safra do feijão-preto paranaense do ano passado frustrou-se, e a pequena safra deste ano também, e foi exatamente por isso que faltou feijão-preto.

O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA) — A informação que tive, no Ministério do Planejamento, é que de toda a safra do Nordeste aproveitaram-se 15% do total, isto é, perderam 85% da sua safra. Logo, some-se a isso não apenas o custo de transferência, que foi outra verdade difícil de entendermos à primeira vista, mas depois meditando-se, entende-se; não é apenas o custo de transferência, o custo do transporte em mandar o feijão ou, como V. Ex^a disse, vamos ter o milho mais caro na nossa região porque sobre esse milho pesa o gravame do transporte; não, pesa o ICM também, pesam aqueles impostos que o Senador Agenor Maria tem aqui criticado, no meu entender, com muita proficiência. Já dizer que Carajás seria entregue ao capital estrangeiro não há o menor sentido, porque não é este o objetivo do Governo. O Senador Roberto Saturnino se referiu, parece-me que foi apenas a uma presunção, uma dúvida, e essa dúvida é ligada mais ao FMI, como se fosse necessidade nossa nos comprometer deste modo para que o FMI pudesse nos dar empréstimos. Ora, o Senador José Lins, que trabalha nisso com grande capacidade, nesta área exatamente da Maioria, sabe que se nós fôssemos depender do FMI, estaríamos mal. O máximo que ele poderia nos dar seria algo assim na altura de dois bilhões de dólares.

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE) — É o caso de perguntar se são amigos. Sim, são "muy amigos".

O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA) — De modo que, para fazermos algo que nos remetesse ao FMI, dentro da diferença de recursos de que nós precisamos, seria simplesmente ridículo, seria uma escravização a um determinado modelo sem as consequências sequer imediatas de um recebimento de fluxo monetário para aliviar as nossas dificuldades. Agora, um fato é importante, e já tenho discutido, nesta Casa, com companheiros de pensamento diverso do meu, mas todos concordamos que não é possível estabelecer uma aceleração do desenvolvimento de um país como o nosso sem buscar poupanças externas também, desde que elas fiquem submetidas ao interesse nacional e não nos comandem. Ora, a partir daí, é preciso verificar o que V. Ex^a acabou de dizer. O grande Carajás, hoje, é um projeto que, acredito — como V. Ex^a disse — vai exigir uma inversão de cerca de trinta e seis a quarenta bilhões de dólares, ou quarenta mil milhões de dólares, que não poderíamos sozinhos fazer. É verdade que algum redimensionamento pode nos ser favorável. Por exemplo: quando o Projeto Carajás foi orçado, foi mensurado no valor de quatro e meio bilhões de dólares; hoje ele está reduzido a dois e meio, pelas novas condições que foram verificadas através de um estudo mais acurado, com dados mais precisos. Mas, ainda assim, não poderíamos fazer isso sozinhos, como, por exemplo, o caso da Hidrelétrica de Tucuruí. Então, essa associação, como a associação de alumínio com grupos japoneses, desde que eles sejam minoritários no projeto que nós oferecemos, e não nós aderirmos ao projeto que o capital estrangeiro nos imponha, isso me parece que qualquer país do mundo faz, inclusive a União Soviética e a China fazem.

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE) — É verdade. V. Ex^a tem toda a razão, nobre Líder. Quanto à interrogação: por que precisamos importar feijão? A resposta está em fatos históricos de substituição de determinadas culturas, que para nós são importantes, mas está também relacionada com questões climáticas. No caso do feijão, tanto no Nordeste como no Sul, o problema foi meramente relacionado à questão de tempo, de falta de chuvas ou de excesso de frio.

Quanto ao problema de Carajás, não há dúvida, Carajás é uma grande província mineralógica. É, talvez, a maior jazida mineralógica do País, com uma possibilidade imensa de ajuda. Mas, ela em nada ajudará enquanto não for explorada. Essa é a verdade.

O Sr. Henrique Santillo (PMDB — GO) — E o retorno?

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE) — Só haverá benefícios para o povo brasileiro se as suas riquezas forem postas em circulação. O problema está em como fazer isso. Se para colocar Carajás em funcionamento, produzindo riquezas para o povo, precisarmos de trinta bilhões de dólares, evidentemente teremos de perguntar onde buscar esses recursos. Há duas alternativas: agir paulatinamente, ou esperar até ter trinta bilhões de dólares e dominar os mercados externos, ou compartilhar com esses mercados. Mesmo porque não vamos consumir sozinhos os produtos de Carajás. Também não vamos tirar provei-

to maior, se não conseguirmos divisas através de Carajás, para resolver os problemas da dívida nacional, que só o petróleo, em si, agrava tanto.

O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA) — Permite V. Ex^a? (Assentimento do orador.) — Senador José Lins, note V. Ex^a que, quando se fala em mercado, que o Projeto Carajás, só o Projeto Minério de Ferro Carajás, porque Carajás é um complexo, em que entram ferro, níquel, alumínio, cobre...

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE) — ... o ouro e níquel...

O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA) — ... não, o ouro não entra no projeto, tão forte ele é — que o Projeto Minério de Ferro de Carajás, que significa trinta e cinco milhões de toneladas de exportação/ano, ele é que vai garantir ao Brasil manter a quota atual no mercado mundial, sem o que a área tradicional de exportação de Minas Gerais não atenderia mais.

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE) — Mas, é aí, nobre Senador Jarbas Passarinho, que a Oposição diz que estamos vendendo o Brasil. Ora, não é por utilizarmos as nossas riquezas, por explorar as nossas potencialidades ou por negociá-las nos mercados interno ou externo, que estaremos necessariamente prejudicando o nosso País. A entrada de poupanças externas, seja em combinação com capitais nacionais, seja mesmo para a exploração, em determinadas condições de negócios, de partes desses minérios, nem sempre é contrária aos nossos interesses.

O Sr. Henrique Santillo (PMDB — GO) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE) — Ouço, com prazer, o nobre Senador Henrique Santillo.

O Sr. Henrique Santillo (PMDB — GO) — Apenas porque V. Ex^a acabou de dizer, há pouco, que a Oposição se louva naquilo que é publicado na imprensa. É lógico que tem que ser.

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE) — Em parte, é natural.

O Sr. Henrique Santillo (PMDB — GO) — É natural porque a Oposição não tem acesso às fontes oficiais. Ainda hoje, a imprensa publica nota de vários correspondentes dos Estados Unidos de toda a imprensa brasileira, dando-nos a informação de que o Ministro Delfim Netto admitiu uma composição com o FMI, desde que seja para reciclar os petrodólares. Então, já é uma coisa diferente daquilo que o nobre Senador acaba de dizer.

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE) — Concorde, nobre Senador, em que uma das melhores fontes de informações é a imprensa.

O Sr. Henrique Santillo (PMDB — GO) — Creio que esses correspondentes todos, enviados especiais de vários jornais, acompanhando a visita do Ministro Delfim Netto à Europa e Estados Unidos, são responsáveis.

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE) — Não há dúvida.

O Sr. Henrique Santillo (PMDB — GO) — Sabemos perfeitamente quais os contatos feitos pelo Ministro na Europa, quais os realizados nos Estados Unidos. Agora, mais essa notícia, de admissão formal, pelo Ministro...

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE) — Esse é outro assunto.

O Sr. Henrique Santillo (PMDB — GO) — ... de que ele admite, perfeitamente, o Brasil compondo-se com o Fundo Monetário Internacional, desde que seja para reciclar os petrodólares.

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE) — Quem pode reciclar os petrodólares são os donos dos petrodólares. Gostaríamos que esses recursos viessem para o Brasil sem passar pelas entidades financeiras internacionais.

O Sr. Henrique Santillo (PMDB — GO) — Sim, mas o Ministro saiu com uma idéia, discutida na Europa, de que isso deveria ser feito através do Fundo Monetário Internacional. Isso é uma idéia do próprio Ministro, publicada pela imprensa. Estou também me louvando em publicações feitas na imprensa do País, informações fornecidas pelos enviados especiais e pelos seus correspondentes nas várias capitais européias por onde passou o Ministro Delfim Netto. Agora, uma outra coisa que gostaria de colocar rapidamente, se V. Ex^a me permite. Há uma diferença muito grande, na minha opinião — acho que devemos, inclusive, aprofundar esta discussão — entre a atuação do capital internacional, da empresa transnacional num país, por exemplo, como a Rússia, a China, a Polônia, ou na própria Europa Ocidental, e a atuação desse mesmo capital, dessas mesmas empresas no Terceiro Mundo, sobretudo nos países em desenvolvimento. Acho que há uma diferença capital e que precisa ser discutida. Então, o exemplo não pode ser citado.

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE) — Não entendi bem, nobre Senador, qual a diferença que V. Ex^a fez entre os países socialistas e outros, com relação ao capital estrangeiro...

O Sr. Henrique Santillo (PMDB — GO) — Não, nobre Senador. Eu acho até que a Rússia, a essa altura, e a China, com certeza, aceitariam, por exemplo, a atuação de uma empresa transnacional norte-americana, com sede nos Estados Unidos, de capital minoritário, em seu território.

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE) — É um problema de condições...

O Sr. Henrique Santillo (PMDB — GO) — E, na minha opinião, não haveria nenhum problema para essas duas economias, quer para a soviética, quer para a chinesa.

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE) — V. Ex^a poderia explicar o porquê.

O Sr. Henrique Santillo (PMDB — GO) — Porque se trata de uma economia ampla e profundamente planejada. Não é o nosso caso, não é o caso dos países capitalistas, sobretudo daqueles em desenvolvimento.

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE) — A planificação não introduz necessariamente, condições de proteção. A planificação nem sempre é contrária aos interesses...

O Sr. Henrique Santillo (PMDB — GO) — Mas é lógico. Ela teria que se enquadrar. A economia soviética é totalmente planejada: toda iniciativa privada que se admitir ali terá que se enquadrar na planificação. Assim será na China, na Polônia, etc.

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE) — Se essa fosse a única condição, acho que o sacrifício não valeria a pena.

O Sr. Henrique Santillo (PMDB — GO) — Na Europa Ocidental, trata-se de atuação de empresas transacionais em países cuja cultura já está estratificada, sedimentada em todos os sentidos. É diferente num país como o nosso, em que as tradições sociais, econômicas, políticas e culturais estão em evolução diária e permanente, sob a influência quantas vezes nefasta, apesar das leis das empresas transacionais. Não estou colocando, aqui, nenhuma xenofobia. Gostaria que isto fosse discutido com mais profundidade, até mesmo, por exemplo, como as empresas transacionais agiriam na exploração do Complexo Carajás; se realmente não haveria nenhum mal para o País, se haveria apenas bem, ou, se havendo bem e mal, o que pesaria mais numa balança feita por nós todos.

O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA) — Nobre Senador José Lins, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE) — Concedo o aparte ao nobre Senador Jarbas Passarinho.

O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA) — Nobre Senador José Lins, suponho eu que a discussão é mais com o meu aparte do que propriamente com o discurso de V. Ex^a, porque citei esses países nominalmente, União Soviética e China, recebendo presença de capital estrangeiro para acelerarem o seu desenvolvimento. E o nobre Senador Santillo citou até mesmo a Polônia que talvez não se enquadrasse precisamente na exemplificação que ele fez quanto à segurança. Eu concordo com o nobre Senador por Goiás que a exemplificação tem que ser feita cautelosamente; ela não pode ser transferida, pura e simplesmente, uma vez, num caso, o capital estrangeiro entre não pelo fato apenas de ser uma economia planejada, mas pelo fato de que a nação com economia planejada e não economia de mercado — supõe-se — só receberá para a aceleração do seu desenvolvimento o capital que lhe interessar. Supõe-se — embora nós saibamos do que é possível à transnacional, quando penetra em qualquer território do mundo, em matéria de corrupção, de vantagens de outra natureza. Mas a minha colocação foi apenas para mostrar, exatamente em segmento ao raciocínio de V. Ex^a, nobre Senador José Lins, que nós temos dois caminhos: um caminho é procurar o desenvolvimento com recursos próprios, e nesse caso, então, o prazo será extremamente maior, ou nós não estabeleceremos a estratégia do medo, não teremos o receio, pelo fato de não termos uma economia planejada, de trazer para dentro do Brasil recursos estranhos, recursos forâneos, desde que, como salientei no aparte que dei a V. Ex^a, sejam colocados no centro de interesse nacional, segundo a decisão brasileira, e não a decisão externa. Isto é perfeitamente possível, porque vários outros países, que hoje galgaram o patamar dos países desenvolvidos, serviram-se desses recursos. Como já tivemos a oportunidade de discutir, nós não veríamos o ingresso de capital senão de duas formas; ou uma forma de capital de risco, investimento, ou uma forma de empréstimo. O antigo programa do PMDB, para surpresa minha, não aceitava capital de risco, só aceitava empréstimo. Combate-se tanto o crescimento da dívida externa, e todo o país em desenvolvimento é um tomador de empréstimo. A diferença é que há os bons tomadores e os maus tomadores de empréstimo; os que tomam empréstimo apenas para pagar dívidas e os que tomam empréstimo ganhando tempo para, com esses empréstimos reprodutivos, solucionar problemas. Quando V. Ex^a mostrou o potencial de Carajás, e se nós tivermos possibilida-

de de certas associações, dentro da maioria brasileira mantida, e do centro de decisão nacional sem dúvida nenhuma conservado, essa será a forma pela qual mais depressa nós conseguiremos transformar o potencial em realidade. É como V. Ex^a diz: o que adianta eu ter lá, por exemplo, hoje, talvez a maior mina de cobre do mundo sem render nada? O que adianta eu ter a maior mina de minério de ferro sem render nada? Então, aí é que, desde o início do Governo Figueiredo, eu tenho sugerido à Oposição que discutamos essa tese. Como é que a Oposição vê o capital estrangeiro? Ele é segundo a Oposição, absolutamente nefasto ou ele pode ser benéfico? Eu já sei respostas de eminentes homens da Oposição, que estão na segunda categoria, dos que acham que o capital estrangeiro pode prestar serviço, desde que — aí é que nós nos colocamos de acordo — este seja, em primeiro lugar, aplicado onde interessa o Brasil e não onde não interessa.

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE) — E em condições também...

O Sr. Henrique Santillo (PMDB — GO) — Eu queria apenas dizer rapidamente o seguinte: há uma questão que eu gostaria de colocar a respeito das palavras do eminente Líder.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Infelizmente o tempo do orador já está um pouco ultrapassado e eu pediria a S. Ex^a que concluísse evitando os apartes.

O Sr. Henrique Santillo (PMDB — GO) — Vários setores da sociedade estão questionando o problema da credibilidade e das possibilidades de negociação que tem o Governo brasileiro, com a elevada dívida externa e com o problema de balanço de pagamentos, com os grupos internacionais justamente para negociar isto. Essa questão está sendo levantada, e precisa ser discutida. Nós achamos, por exemplo, que a credibilidade do Governo tem-se reduzido extraordinariamente no sentido de negociar até isso aí. E isso é extremamente perigoso para a Nação.

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE) (Para uma questão de ordem.) — Sr. Presidente. Desejando eu continuar a discutir esse assunto, pergunto a V. Ex^a se poderia ceder-me a vez de um colega inscrito para logo depois da Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Logo após a Ordem do Dia, V. Ex^a poderá continuar o seu discurso.

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE) — Então, V. Ex^a me permitirá conceder apenas o aparte que me foi solicitado pelo nobre Senador Roberto Saturnino, já há algum tempo.

O Sr. Leite Chaves (PTB — PR) — Eu gostaria de fazer apenas uma pergunta, já que V. Ex^a haverá de falar sobre esse assunto ainda hoje. Qual é o pensamento, quais são os planos do Governo para a exploração de Carajás?

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE) — V. Ex^a pôs a questão exatamente nos termos certos. O país dispõe de uma grande província mineralógica, com riquezas identificadas e muita coisa medida, mas ainda sem um plano completo de exploração; temos idéias em andamento para o aproveitamento dessas reservas, mas ainda sem uma definição ampla da estratégia. E eu acho extremamente oportuno que o Senado discuta as preliminares dessa estratégia. Temos duas saídas principais, Senador: esperarmos explorar Carajás em sua plenitude com os nossos recursos — isso certamente nos levaria muito tempo nem esta geração e possivelmente nem a próxima se beneficiariam disso — ou encontrar um caminho adequado, via participação externa. Empréstimos, por exemplo, são muitas vezes considerados indispensáveis ao setor privado. São plenamente justificáveis. Uma empresa pode se endividar, contanto que esse endividamento lhe seja útil. O mesmo se dá entre países maduros.

O Sr. Leite Chaves (PTB — PR) — Eu tenho certeza de que um assunto dessa natureza só poderia ser...

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE) — Nós continuaremos este assunto dentro em pouco.

Tenho o prazer de conceder o aparte que me foi pedido pelo nobre Senador Roberto Saturnino.

O Sr. Roberto Saturnino (PMDB — RJ) — Nobre Senador José Lins, o mais resumidamente possível, neste breve aparte, resalto que há 3 aspectos sobre os quais nos preocupamos. Primeiro a questão do capital estrangeiro. V. Ex^a e o Senador Jarbas Passarinho demandaram uma definição nossa. Digo a V. Ex^a, se há um setor em que vemos com maior preocupação a participação direta do capital estrangeiro é exatamente o da exploração mineral destinada ao mercado internacional, exatamente esse tipo de associação. No caso da Vale do Rio Doce, nós mesmos desenvolvemos as nossas linhas de comercialização. A Vale do Rio Doce é hoje uma grande empresa, e não só de mineração, como de venda de minério no mercado internacional. A CVRD

desenvolveu-se com recursos próprios. Se a Vale do Rio Doce, no seu nascedouro, se tivesse associada a uma *Hanna Corporation*, ou a uma rio Tinto, ou a uma ALCOA, a uma dessas grandes comercializadoras de minério no mercado internacional, teria sido capaz de desenvolver, como desenvolveu, a sua linha de comércio próprio? Ou ficaria sempre na dependência dos arranjos de mercados forjados por essas grandes empresas? Este aspecto é fundamental, é a questão da comercialização da soberania brasileira na formação das grandes linhas de comércio de minério no mercado internacional. Este, o primeiro aspecto. O segundo aspecto é a questão da confiabilidade. V. Ex^a e o Senador Jarbas Passarinho, é óbvio, têm toda a confiança nas autoridades, no Governo brasileiro que está aí, mas V. Ex^a há de convir que nós da Oposição temos que levantar dúvidas sobre a postura desses ministros, numa situação de angústia de balanço de pagamento que estamos vivendo nestes dias, e quando sabemos que os ministros, principalmente o Ministro Delfim Netto, estariam correndo o Mundo atrás de recursos para fechar o balanço de pagamento. Que tentações, que pressões não de ter sido exercidas sobre esse Ministro para abrir, digamos assim, esta grande riqueza que é o grande trunfo que o Brasil possui hoje. Corresponde ao trunfo que o México tem com o seu petróleo. O Brasil tem Carajás. Terá esse Ministro realmente uma posição firme, de acordo com a nossa visão, do que sejam os interesses nacionais? Achamos que não. É óbvio que V. Ex^as, não estarão de acordo. Aí cabe a terceira questão que gostaria de levantar — o grande debate, é a audiência, é o debate no Congresso Nacional. Já que V. Ex^as estão acreditando no Governo, já que nós estamos desconfiando do que por aí em matéria de concessão, então, vamos abrir o jogo. Que o Governo exponha o que está pretendendo em termos de exploração de Carajás, que apresente à Nação, ao Congresso Nacional, o seu plano, que essas coisas sejam discutidas aqui, para que façamos o balanço, avaliemos os prós e os contras das medidas e dos caminhos que estão sendo tomados. Eram estes três pontos que entendo deveriam ser ressaltados e discutidos nesta importantíssima questão que V. Ex^a hoje traz à baila, em resposta às nossas colocações.

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE) — Sr. Presidente, atendo a V. Ex^a Suspendendo este pronunciamento e responderei logo, ao reiniciá-lo, ao Senador Henrique Santillo e Roberto Saturnino.

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. JOSÉ LINS NA
SESSÃO DE 15-9-80 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORA-
DOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:**

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Interrompi o meu pronunciamento de hoje para não atrasar a apreciação da Ordem do Dia. Volto, neste momento, a dar-lhe continuidade e início respondendo ao nobre Senador Henrique Santillo, que se referiu a declaração do Ministro Delfim Netto sobre problema relacionado com a reciclagem de aplicações dos petrodólares. O problema existe, existe, e é grave. O fluxo de recursos hoje carreados pelos países da OPEP, pelos países que vendem petróleo, originários de países desenvolvidos e em desenvolvimento, é enorme. Quanto à reciclagem poderíamos admitir que parte desses dólares fossem aplicados no Brasil, diretamente, isso é, por fora do sistema financeiro internacional. Mas isso é um problema difícil, que depende de decisões entre as partes. Não depende somente do Brasil. É um assunto da maior importância.

O Sr. Henrique Santillo (PMDB — GO) — Não entendo nada da matéria, sou absolutamente leigo nessa questão, mas não questione o problema dos petrodólares, que eu também...

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE) — V. Ex^a me desculpe. Entendi que V. Ex^a teria levantado esta questão.

O Sr. Henrique Santillo (PMDB — GO) — Eu questione o problema da declaração do Ministro, ontem, em Nova Iorque, transmitida pelos correspondentes dos vários jornais brasileiros, nos Estados Unidos e pelos enviados especiais da Imprensa brasileira que estão acompanhando essa peregrinação do Ministro do Planejamento, quando S. Ex^a, afirma que admite recorrer ao Fundo Monetário Internacional, desde que seja para uma reciclagem dos petrodólares. A questão que se levanta é de saber se não há nisso aí um eufemismo, se não há nisso um subterfúgio, o que seria muito sério, porque sabemos perfeitamente — e, aí, louvo-me também na Imprensa, nos analistas da área econômica que publicam artigos na Imprensa brasileira — que vários setores do Governo, principalmente da área econômica, estão afirmando que o fato de não recorrerem ao Fundo Monetário Internacional, no momento, deve-se principalmente a repercussões internas desagradáveis, negativas, segundo essas mesmas áreas, internamente no País. Ora, se isso é verdadeiro, declarações como estas já poderão ser declarações destinadas a abrirem caminho, internamente, para recorrerem ao Fundo Monetário Internacional, que sabe-

mos perfeitamente que anda a exigir dos países em desenvolvimento um política econômica recessiva, o que é grave para o Brasil.

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE) — V. Exª tem razão. Há muita estória, muito comentário em torno do problema da dívida externa, quanto ao tamanho da dívida, quanto a dificuldades na captação de recursos para a sua administração e quanto a conveniência ou não de que o País recorra ao Fundo Monetário Internacional. No fundo, há muita exploração, mas na realidade, pelo menos até agora, tais dúvidas não surgem na área do Governo. V. Exª cita informações veiculadas pela imprensa, de que o Ministro Delfim Netto, em Nova Iorque, teria dito que poderia utilizar o FMI caso houvesse reciclagem de uso dos petrodólares. Não sei realmente, como isto seria feito.

Muitos sugeram que o País deve recorrer a empréstimos do Fundo Monetário Internacional para reescalonar a sua dívida. O que acontece, nobre Senador — aliás eu já disse isso há poucos dias, respondendo ao nobre Senador Roberto Saturnino — é que não há razões para isso. Não há dificuldades intransponíveis para fechar o balanço de pagamentos; o País já captou 7,5 bilhões de dólares este ano e tem todas as condições para captar mais 4 ou 4,5 bilhões, sem qualquer problema maior. Por outro lado, as condições que nos são oferecidas pelo Fundo Monetário não são as ideais para nós, mesmo quanto a juros. Além disso, quando um país busca o Fundo Monetário Internacional, certamente está admitindo que não tem condições de administrar a sua dívida em situação razoável, de modo a que os credores continuem confiando nele. Ora, este não é o caso do Brasil.

As condições do Fundo Monetário Internacional, são, portanto, desfavoráveis ao País.

Acredito que o Ministro Delfim Netto tenha admitido que, se recursos adicionais originários de petrodólares fossem delegados ao Fundo Monetário Internacional, para a solução dos problemas do endividamento Mundial — hoje reconhecidamente graves — então, o Brasil poderia estudar a possibilidade de utilizá-los. Mas, não conheço a declaração de S. Exª, e nem me sinto autorizado a comentá-la.

Gostaria agora de comentar as três questões postas pelo nobre Senador Roberto Saturnino. Diz S. Exª que tem medo, são palavras suas, “da penetração de capitais estrangeiros na solução dos problemas de Carajás”, porque não saberia qual seria o resultado disto. Cita, como exemplo, o caso da Vale do Rio Doce que, sem participação estrangeira vem prestando grandes serviços ao País. Responderia ao nobre Senador Roberto Saturnino dizendo que o medo, em si, não gera coisa nenhuma de bom. É do nosso dever analisar com profundidade e sem receio a situação do País, e discutir os seus problemas atuais. Ao sugerir essa discussão, de modo aberto, em sua terceira colocação creio que S. Exª está certo. Quanto à sua segunda observação sobre pressões psicológicas supostamente sofridas pelo Ministro Delfim Netto, para fechar o balanço de pagamentos deste ano, à custa da venda de Carajás, ao capital estrangeiro, trata-se de declaração gratuita e ingênua.

Descarto, totalmente, essa colocação do nobre Senador Roberto Saturnino e, com todo o respeito que tenho por S. Exª, passo à sugestão mais sensata do debate a nível nacional do problema da exploração de Carajás. Realmente, o próprio Ministro das Minas e Energia está interessado nessa discussão, assim como o Governo todo. O debate, aliás, já foi aberto pelo próprio Ministro quando lançou quatro perguntas relacionadas com essa questão: quem exercerá as funções de administração da Província de Carajás? Que autoridade nacional, autarquia, empresa, companhia, ou território deve ter finalidades especiais para isso?

Segundo, que tipo de organização técnico-administrativa deveria a entidade gestora escolher? Terceira, que tipo de recursos deverão ser mobilizados? Esta é uma pergunta fundamental, que está profundamente relacionada com os prazos desejáveis pelo País e pela própria Nação brasileira, para atingir melhores níveis de vida. Devemos discutir esses problemas, e creio com sinceridade, que um dos melhores campos para esse debate são as tribunas do Senado Federal. Qual deve ser a origem desses recursos, e como mobilizá-los? É uma questão fundamental. Os investimentos em Carajás podem absorver mais de 30 bilhões de dólares em dez anos, mas podem também gerar uma receita anual de mais de 11 bilhões de dólares. Quer dizer, em três anos, a receita de Carajás superaria todo o enorme volume de investimentos ali aplicados.

Outra pergunta fundamental seria: Com que objetivo vamos aproveitar Carajás? Dentre esses objetivos, o próprio Ministro cita a redução de nossas importações, a ampliação de nossas exportações, a prioridade do cobre cujo déficit é crônico; o níquel, o zinco, o manganês, as possibilidades de exportação do ferro, em minério ou em gusa, e ainda outras possibilidades.

O Sr. Humberto Lucena (PMDB — PB) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE) — Com o maior prazer, Senador Humberto Lucena.

O Sr. Humberto Lucena (PMDB — PB) — Queria apenas lembrar que o Senador Roberto Saturnino, em nenhum momento, foi contrário à captação de recursos externos para aplicação maciça na exploração dos minérios de Carajás. O ponto central do pronunciamento de S. Exª foi o perigo da concessão a multinacionais, na exploração desses minérios. E, neste ponto, estou de pleno acordo com S. Exª, porque temos aí um exemplo do manganês, cujas reservas estão sendo esauridas, e cuja exploração foi entregue, quase que inteiramente, a multinacionais.

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE) — V. Exª tem razão. Também o nobre Senador Henrique Santillo citou o caso dos países em desenvolvimento que, têm menos condições próprias de proteção do que os países de economia madura. Mas, creio que já passamos dessa fase. Que a simples posição do medo nada constrói. O debate é uma necessidade. Temos que encontrar soluções alternativas de longo prazo, se a comunidade brasileira puder esperar, ou de curto a médio prazo, com benefícios compartilhados, sem que haja necessidade de empenharmos este País, ou de cedermos, a troco de nada, as jazidas de Carajás às empresas estrangeiras.

O Sr. Henrique Santillo (PMDB — GO) — Permite V. Exª?

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE) — Com prazer.

O Sr. Henrique Santillo (PMDB — GO) — Não é uma questão de medo no sentido de que está procurando entender...

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE) — A palavra medo tem seu próprio sentido...

O Sr. Henrique Santillo (PMDB — GO) — Teme-se que, dadas as condições de crise em que vive a economia brasileira, dado o perfil de nossa dívida externa, dado uma série de problemas com o capital internacional, tem-se, em vista disto, que se façam concessões que seriam prejudiciais à Nação brasileira. Não se trata de política de medo, acho que é um questionamento que tem que ser trazido para o Congresso, e até para a sociedade como um todo, todos os setores sociais, principalmente a intelectualidade brasileira, as Forças Armadas, e todos aqueles setores pensantes da Nação, e que precisam discutir um problema tão grave como esse.

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE) — Admito que V. Exª traduz bem o pensamento do Senador Roberto Saturnino — medo e temor têm sentidos semelhantes, que não considere em sentido pejorativo. O que se deseja é, realmente, não levar o País a um impasse sem objetivo. Ou não explorar suas riquezas por falta de um mínimo de condições, simplesmente entregá-las às multinacionais.

O Sr. Henrique Santillo (PMDB — GO) — Ao contrário, o que se prega, inclusive, é que o País não deixe de continuar a ter esse objetivo. É fundamental.

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE) — Portanto, a conclusão é certa: a discussão do problema é realmente fundamental.

Um ponto importante a considerar e que aqui reitero é o de que, se ficarem inexplorados, esses recursos não terão qualquer significação para o desenvolvimento do País, e nem para a melhoria das condições de vida do nosso povo. O nosso futuro depende da exploração das nossas riquezas, e essa há de ser uma exploração inteligente, racional e útil à Nação.

A pergunta hoje fundamental é se temos ou não recursos suficientes, somente nossos, para, dentro de um período de tempo razoável, desenvolvermos a produção dessas riquezas. Essa é a pergunta inicial. Carajás não é porém o que pensa o Senador Roberto Saturnino, a solução petrolífera brasileira. Hoje, a primeira grande característica do petróleo é a sua escassez. Ele se torna cada vez mais raro. A segunda é a dependência fundamental entre petróleo e energia, que é a alma do trabalho universal; ninguém produz nada no mundo sem energia. Ora, a exploração de Carajás, ao contrário, exige um consumo de energia. Por outro lado, é preciso reconhecer que não podemos esperar a vida inteira, dezenas de anos, para explorar Carajás. Por quê? Porque não somos somente nós que temos, por exemplo, alumínio: a Austrália dispõe de 1/3 das reservas de alumínio do mundo; Guiné e Jamaica dispõem de outro terço. Quatro países detêm 80% da produção mundial de alumínio. Há, no mundo, um mercado de alumínio organizado. Nós somos deficitários, estamos importando alumínio. E, pior ainda, tem-se hoje que, dentro de algum tempo, alguém possa encontrar uma maneira de tirar alumínio não de bauxita, mas de outros minerais de larga ocorrência em todo o mundo. Não podemos esperar indefinidamente, para fruir as nossas riquezas; ao contrário, temos que colocar toda a nossa inteligência a serviço do bem comum, através de seu uso inteligente.

O Sr. Henrique Santillo (PMDB — GO) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE) — Concedo o aparte a V. Exª

O Sr. Henrique Santillo (PMDB — GO) — O problema do alumínio, por exemplo. Parece-me que o projeto seria a nível até mesmo de produzir para exportar alumínio, que consome — nós sabemos todos — uma gama enorme de energia, para o seu processo de eletrólise etc.

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE) — Eis aí por que o problema não se compara com o do petróleo.

O Sr. Henrique Santillo (PMDB — GO) — Não se compara com o problema do petróleo e, também, coloca-se aí um questionamento: por que a associação com grupos estrangeiros, para a exploração desse alumínio agora, usando energia elétrica subsidiada pelo Governo?

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE) — Ai está. Se outros dispõem de bauxita nem sempre dispõem de energia próxima. Essa é a nossa maior vantagem. Dispomos ao mesmo tempo da bauxita e da energia. Eis aí uma oportunidade que o Brasil deve aproveitar para penetrar no mercado, negociando, naturalmente, condições que nos sejam favoráveis. Essa é a situação.

Devemos discutir o problema do aproveitamento racional dessas jazidas, dentro das melhores condições para o País, sem esperas indefinidas ou receios extremados.

O Sr. Leite Chaves (PTB — PR) — Permite um aparte, nobre Senador?

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE) — Com prazer, nobre Senador Leite Chaves.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Eu gostaria de informar ao nobre orador que o tempo de S. Ex^a está esgotado.

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE) — Já Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — V. Ex^a falando como Líder dispõe de vinte minutos. Trata-se apenas um lembrete, porque temos outros oradores inscritos.

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE) — Farei o possível, Sr. Presidente, para concluir o mais breve possível.

O Sr. Leite Chaves (PTB — PR) — A Oposição é acimada de ser refratária a qualquer participação do capital externo no País. Pelo contrário, até desejamos. O que somos contra é que ele tenha o domínio e a orientação. Veja V. Ex^a: num projeto como o de Carajás, os capitais externos que vierem não podem se assenhorearem da comercialização; a exemplo do que ocorre na soja. O Brasil produz soja, mas toda a exportação, hoje, é feita somente através de multinacionais. As próprias cooperativas que se organizam para a exportação, elas entram em falência em razão do próprio jogo de interesses desses capitais. Então, no caso de Carajás, por exemplo, acho que o Brasil não tem condições de fazê-lo sozinho. Mas, em qualquer projeto se terá que excluir, como o Senador Roberto Saturnino, no discurso anterior de V. Ex^a, mostrou, através de apartes, pois não podemos assegurar a terceiros grupos o direito da comercialização, que é nosso. Agora, vai uma sugestão nossa que, a meu ver, poderá servir de elucidação aos debates. Por exemplo: a jazida, por maior que ela seja, é um capital, é um bem exaurível, a exemplo do que ocorre no Oriente Médio, são bens exauríveis. Depois de muito tempo, o Oriente Médio desapropriou totalmente e o seu próprio capital é que explora jazidas. Então, como proceder em relação ao nosso, quando não temos capital e exige-se, para o caso, um volumoso capital? E há o aspecto das *joint ventures*, por exemplo, com firmas e com gente interessadas no setor, com países que tenham dependência daqueles minerais. Mas, em que condições? Eles entram com capital; entram inclusive com a participação técnica, também. Mas receberão de volta o seu capital em matéria-prima, ao preço de mercado durante um determinado tempo. Eles entram, mas com a certeza de que, digamos, dentro de vinte ou trinta anos, um determinado prazo, o seu capital será recolhido de volta, quer dizer, será honradamente pago, mas mediante a própria matéria-prima. Isso já como começo da sugestão, digamos, e não que seriam firmas definitivas ou perpétuas. Quer dizer, a firma se tornaria nacional e o Brasil, nesse setor, não tem capital, mas tem tecnologia, não só na exploração, como no transporte, como é o caso da Vale do Rio Doce.

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE) — Senador Leite Chaves, V. Ex^a impugna à Maioria a idéia de que a Oposição não admite a entrada de capitais estrangeiros, a qualquer título. Não é essa a minha opinião. Percebo que a Oposição pretende discutir o problema de modo mais amplo, sem xenofobismo exagerado, e destituído de objetivo. V. Ex^a faz distinção entre bens exauríveis e bens inexauríveis, ou bens renováveis. É preciso porém convir que os bens exauríveis são substituíveis. O grande caminho da humanidade é exatamente buscar substitutivos para esses bens exauríveis. Ora, isso significa que não podemos nos apegar, décadas e décadas a fio, à noção de que tais bens exauríveis continuarão a manter indefinidamente o seu valor. Esse é um ponto. Um

segundo ponto leva-me a reconhecer que algumas áreas da Oposição não se opõem à participação de capital estrangeiro, apenas no que tange à exploração de bens exauríveis. É o caso, por exemplo, daqueles que discutem a produção de álcool, para além das metas do Proálcool, com o apoio de recursos externos.

Ora, o álcool não é um bem exaurível. Pode ser produzido indefinidamente, sem qualquer prejuízo para o País. E, no entanto, há, na Oposição quem se oponha ferrenhamente à sua produção por empresas estrangeiras. Mas o que desejo frisar, Sr. Presidente, é que o Ministro Delfim Netto, ao viajar para a Europa, não o fez impelido por pressões externas para resolver o problema geral da dívida externa brasileira, e não o fez principalmente com o objetivo subalterno aqui alegado, de vender, de empenhar Carajás às multinacionais.

Não é só o Brasil que tem problemas de dívidas; as dificuldades dos países industrializados também são sérias, e mais sério ainda é o problema dos países em desenvolvimento. Situado hoje, acima de 200 bilhões de dólares, o déficit total desses países vai ser acrescido, este ano, de 120 bilhões de dólares, somente com o petróleo. Desses 120 bilhões de dólares, mais de 60 bilhões dizem respeito aos países em desenvolvimento. Se tivermos em conta que, entre esses países em desenvolvimento, faixa da qual o Brasil faz parte, não figuram nem a Venezuela, nem o México, e nem a Argentina, teremos uma idéia de quanto é grave a situação internacional dos países compradores de petróleo.

O Sr. Almir Pinto (PDS — CE) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE) — Com prazer Senador Almir Pinto.

O Sr. Almir Pinto (PDS — CE) — Nobre Senador, acompanhei em parte o pronunciamento de V. Ex^a na tarde de hoje, por ter tido necessidade de me afastar do plenário, por algum tempo, porém vejo que está tendo o seu discurso a mesma sequência. É uma coisa a que devemos estar atentos porque apanha-se porque é filho do rei e apanha-se porque não é filho do rei. "Todo mundo diz que o Brasil tem reservas incomensuráveis. Por que não exploram? O Brasil precisa explorar suas riquezas!... Carajás, como V. Ex^a bem diz, é uma das maiores províncias minerais do mundo. Está claro que o Brasil, País em desenvolvimento, não tem recursos maiores para enfrentar um empreendimento dessa monta. Recordo-me exatamente quando era acadêmico de Medicina, e assisti a primeira sessão na Câmara Federal, naquela ocasião depois da revolução, quando havia uma certa má-vontade para com o Governo revolucionário, principalmente de Seabra, Arthur Bernardes e outros tantos. Era Ministro da Fazenda o Sr. Souza Costa e foi, então, S. Ex^a à Câmara dos Deputados, para dar uma explicação dos empréstimos que o Brasil continuava a fazer, mesmo depois da revolução. Mal o Ministro Souza Costa começava o seu discurso, Sr. Arthur Bernardes, de saudosa memória, insistia a pedir apartes. E o Ministro fazia que não ouvia. Eu estava pertinho, naquela parte da Imprensa onde ficava a tribuna, e o Souza Costa desistia porque tinha o maior respeito ao Arthur Bernardes. Mas a insistência foi tão grande, que ele concedeu o aparte a Arthur Bernardes que, então, disse: "O que mais me causa estranheza no momento, é V. Ex^a, como Ministro da Revolução, uma revolução que combatia tanto os empréstimos externos, vir à Câmara dos Deputados, em nome do Governo revolucionário, dar satisfação de empréstimos ao exterior". Riu, o Ministro Souza Costa — para em seguida responder: "V. Ex^a está equivocado; o empréstimo é uma transação comercial lícita, tão lícita que não podemos prescindir dela. Agora, o que acontece é que V. Ex^a, antes da revolução, tomavam o dinheiro emprestado e nem sequer pagavam os juros desses empréstimos; já os empréstimos que a Revolução está contraíndo oferecem rentabilidade e dão bem para ir pagando os juros dos empréstimos realizados no governo de V. Ex^a. Foi esta uma resposta contundente ao velho Arthur Bernardes. Ora, nós, na verdade, precisamos do capital externo não só para a grande obra de Carajás, que Carajás é uma das coisas que o Brasil tem que explorar, como de outras que ao final darão o triplo, o quádruplo, de lucro! Mas, o que na verdade precisamos é explorar, não podem é ficar sem ser exploradas. Vejamos, Tucuruí por exemplo: a madeira que será inundada por Tucuruí, a notícia que se tem dá para pagar um terço da dívida externa do Brasil. Procurou-se uma empresa que retirasse aquela madeira dentro do prazo de dois anos, porque em 1983, estará alagada Tucuruí, e praticamente houve dificuldade de empresas nacionais para concluir o trabalho no prazo previsto. Parece-me que concorrem uma parte nacional e outra estrangeira, mas o fato é que nós não podemos prescindir do capital estrangeiro. Vamos acabar com o excesso de xenofobismo, porque somos um País em desenvolvimento e não podemos fazer o desenvolvimento só pelo nosso poder econômico. Por isso, felicito a V. Ex^a, como vice-Líder da parte econômica do Governo, estar dando esses esclarecimentos que reputo de alto significado para todos nós. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE) — Agradeço ao Senador Almir Pinto o aparte que me deu, muito judicioso, e continuo, Sr. Presidente, para terminar.

O Ministro Delfim Netto, até por dever de ofício, teria que tratar dos graves problemas relacionados com o petróleo, assunto mundialmente obrigatório, e com a dívida do País. Os grandes banqueiros internacionais têm hoje dois grandes problemas: a aplicação dos eurodólares que se acumulam rapidamente, e a administração da dívida dos países em desenvolvimento cujo deficit provém, sobretudo, da importação de petróleo.

Somos um desses países, mas, de modo nenhum nos situamos entre aqueles que preocupam os meios financeiros. O País cresce. Suas oportunidades empolgam o mundo. Temos credibilidade. E provamos isto. Basta lembrar que, este ano, já não teremos qualquer problema com o fechamento do balanço de pagamentos. Até o final de agosto, quase 7,6 bilhões de dólares já tinham sido negociados pelo País, restando pouco mais de 4 bilhões de dólares, se não desgastarmos ainda mais as nossas reservas.

A ELETROBRÁS, que solicitou, ultimamente, um empréstimo de 250 milhões de dólares, conseguiu um empréstimo de 410 milhões. A ELETROBRÁS, há pouco tempo, buscando um contrato de 150 milhões, fechou negócio com 175 milhões. Agora mesmo, o Ministro Delfim Netto contratou outro empréstimo, na Europa, de 500 milhões de dólares para a PETROBRÁS. Finalmente, após analisar um pedido de 250 milhões de dólares para o PROÁLCOOL o Banco Mundial ofereceu um bilhão de dólares para esse programa.

As condições do País, hoje, são bem diferentes daquelas há alguns meses. Por exemplo, no começo do ano tínhamos, em estoques de petróleo, 850 milhões de dólares. Hoje, temos 3 bilhões de dólares estocados sem contar as partidas que estão nos portos ou nos navios.

Deste modo, Sr. Presidente, tudo deve ficar claro. A viagem do Ministro Delfim Netto à Europa e América do Norte teve objetivos normais. O mais é exploração. Não se tratou somente de questões particulares do País, mas da análise da conjuntura internacional. Dentro desse contexto, mais amplo, a situação do Brasil parece ser das melhores, mesmo porque aí estão as nossas grandes possibilidades de gerar riquezas, de aumentar as nossas exportações e de redução paulatina dos nossos compromissos externos. É bem possível que apesar de todas as dificuldades, a dívida brasileira, ao final deste ano, se situe na ordem de 56 a 57 bilhões de dólares, com um crescimento, talvez, da ordem de 15% sobre a do ano anterior. O País está tranqüilo, embora não possamos desconhecer o enorme esforço que nos cabe fazer, para que as nossas exportações cresçam cada vez mais, e para que as nossas importações diminuam paulatinamente. O Governo Federal está vigilante, mas tranqüilo e os problemas do País encaminhados.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. LEITE CHAVES NA SESSÃO DE 16-9-80 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. LEITE CHAVES (PTB — PR. Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

De fato, a Câmara aprovou um projeto que deverá chegar ao Senado. Entretanto, não seria isso óbice a que fosse aprovado este. Os projetos são similares. A aprovação deste, talvez implicasse no prejuízo do outro, o que seria até mais desejável em razão de maior abrangência do nosso projeto.

Entretanto estamos diante de um requerimento que implica anexação de projetos, aceitando-se a sua tramitação conjunta desde que não se perca a noção de urgência em sua votação final. A própria sociedade, e ninguém desconhece o fato, está fazendo pressão neste sentido. Adquiriu-se a consciência de que o cigarro causa males irreversíveis.

Sr. Presidente, o projeto não visa, no caso, excluir ou proibir o fumo no País. Pretende é evitar o contágio das novas gerações, através dos repetidos anúncios pela televisão. Estou recebendo uma série de telegramas de produtores de fumo e de interessados no assunto, contrários ao projeto porque deslocaria brasileiros que vivem da produção de fumo. Isso não tem sentido. Não se argumente desse modo para que alguém sobreviva à custa da miséria dos outros. O projeto não visa eliminar de vez o uso do fumo; visa preservar as novas gerações ou as futuras gerações do vício do cigarro. Esses produtores, assim como industriais, não têm o direito de terem como mercado potencial a juventude, os adolescentes, aos quais se destina o projeto.

Sr. Presidente, não tenho condições de impedir a votação do requerimento, mas acho que seria desnecessário, seria desprecioso, porque a aprovação de um implicaria no prejuízo do outro, sobretudo porque versam matérias similares. Neste caso, o Senado, através da sua Comissão de Constituição e Justiça, teve o mérito aqui de juntar cinco projetos num só, através de um substitutivo que satisfaz plenamente às necessidades do País no setor da disciplina do fumo.

Era o que tinha a dizer. Aguardo que, vindo para as nossas mãos o outro projeto, possamos fundi-los ou optar por um, conquanto não continuemos nesse jogo de leva para uma Comissão, traz para o plenário, com a visível finalidade de frustrar a elaboração de lei pela qual a sociedade brasileira está ansiando.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. LEITE CHAVES NA SESSÃO DE 16-9-80 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. LEITE CHAVES (PTB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Regressei há poucos dias do Paraná e encontrei um movimento de franca repulsa a uma medida do IBC, para a qual, até hoje, ninguém encontrou explicação.

O Instituto Brasileiro do Café está vendendo às torrefadoras café subsidiado ao preço de 1.000 cruzeiros a saca, quando o preço geral é de 7.500/8.000 cruzeiros a saca. A alegação é de que, com isso, se dará um subsídio ao consumidor em razão do elevado preço do café no comércio. Mas, não há sentido nessa prática, porque o torrefador está vendendo o café ao mesmo preço, ou aos preços normais de venda, como se subsídio não existisse.

Ora, o torrefador está auferindo em cada saca de café subsidiado, um lucro da ordem de 6.000 cruzeiros. Realmente, é uma medida inexplicável, porque o café é um produto que não é de primeira necessidade. Então, por que o subsídio? Se houvesse necessidade de subsídio às populações o mesmo deveria se destinar ao leite, sabido como as populações marginais não podem comprar o produto. Esse, sim, é que carece de subsídio e não o café. Além do mais, a produção do café está muito pequena e os estoques estão muito reduzidos, o que menos ainda justifica essa medida. Enquanto isso, os lavradores continuam na sua luta para que o preço de mercado seja de Cr\$ 8.200,00 a saca, a partir do mês de setembro; 80% financiamento sobre o preço de garantia; abolição gradativa do confisco cambial; cumprimento da promessa pública e solene, feita pelo Presidente do IBC, de que o confisco não mais seria aumentado ficando em 104 dólares. Hoje, está em 120 dólares.

A volta do torrador e moinho, com a venda do café verde, oferece ao povo uma oportunidade de tomar café mais barato e mais puro.

Veja V. Ex^a, se realmente há interesse do IBC de que o consumidor tenha condições de acesso ao café basta ele inverter o processo. Ao invés de subsidiar preços risíveis, ou ao invés de colocá-los a preços de Cr\$ 1.000,00, em mãos de torrefadores, beneficiando, privilegiando, inexplicavelmente determinados grupos, então que se permita a venda do café verde.

O Brasil tem uma tradição secular, por séculos seguidos fez a torrefação caseira. Então, poderia promover a venda de café verde em supermercados, em sacos plásticos, de meio quilo e de um quilo. A torrefação e a moagem em casa é rudimentar. Entretanto, nos grandes centros, quem quiser de uma certa forma se privar desse meio, comprará o café ao preço de mercado, mas serão populações florescentes que poderão fazer isto.

Ainda, Sr. Presidente, no que tange ao café, quero dar conhecimento à Casa do desrespeito com que o Executivo trata esta Casa, mesmo quando proclama aos quatro ventos que o Congresso Nacional existe. Veja V. Ex^a: em 79 apresentei, aqui, o Projeto nº 347/79 extinguindo o confisco do café. Isto é uma luta tradicional, intensa de todos os lavradores.

Pois bem, o projeto foi distribuído pela Mesa à Comissão de Constituição e Justiça, sendo dele Relator o Senador Nelson Carneiro. Para apreçar matéria dessa relevância, S. Ex^a o Senador Nelson Carneiro pediu à Casa que solicitasse informação do Executivo, e em 23 de abril de 1980 essas informações foram pedidas ao Executivo, ao Ministro General Golbery do Couto e Silva; não havendo resposta em 30 dias, foi reiterado o pedido, e nenhuma resposta chegou até hoje. Em razão disso está paralisado o processo. Veja V. Ex^a, uma matéria dessa relevância e o Ministro não deu resposta alguma ao Senado, e é o próprio Ministro Couto e Silva quem alega que existe Poder Legislativo neste País. Então, Sr. Presidente, quando o Executivo deixa de responder a um pedido dessa natureza, o Congresso tem duas alternativas: ou arquiva o processo, dispensando a providência, ou então, requerer ou determinar a responsabilidade, a apuração do crime de responsabilidade do Ministro ou do Presidente da República.

É a Lei nº 1079 aplicável. Estou na iminência de requerer isso; entretanto, não o farei, sem antes dar conhecimento à Casa dessa situação. É um desrespeito. A Lei nº 1079 diz:

“Se o Ministro, se o Executivo não responde no prazo à requisição de informações, então cabe ao Congresso, cabe ao Senado responsabilizá-lo com base na Lei nº 1079”.

É a primeira vez no Congresso que haveria um pedido dessa natureza. Entretanto, Sr. Presidente, não farei isso, na certeza de que S. Ex^a atentará

para a sua responsabilidade e dará ao Congresso a resposta que lhe é reclamada, através do ofício, em reiteração ao Ofício nº 33, de 13 de março de 1980.

A Casa pode ter conhecimento de que os cafeicultores do Paraná, de São Paulo, continuam mobilizados nesta luta pela asseguarção de preço justo do café e, sobretudo, da eliminação do confisco. Nunca houve tanta oportunidade para essa extinção quanto agora. O que se pretende é o mesmo tratamento que foi dado aos sojicultores. Os produtores de soja do Rio Grande do Sul, do Paraná, de Mato Grosso, fizeram aquele movimento e obtiveram a supressão daquele confisco que o Executivo estava preparando; houve um atendimento rápido, e todo mundo pensou que realmente aquilo decorresse do movimento direto dos lavradores, mas mesmo assim não foi. Aquela obtenção, aquela vitória só foi auferida quando os lavradores, os sojicultores do País declararam que se não retirassem aquele confisco, eles sojicultores, não comprariam mais um tostão sequer, de adubo, inseticida, e essa maquinaria destinada à cultura intensiva de soja. Então, sério na sua determinação, esse movimento levou as próprias grandes produtoras, sobretudo as multinacionais, a compeli-lo o Governo àquele atendimento. Então, aquilo que nos pareceu de logo a vitória de uma categoria que surgia em razão de um movimento, quer dizer, não ocorreu como de fato se supunha. A capitulação aparente do Governo não foi um movimento de justiça dos sojicultores, e sim as próprias firmas vendedoras de insumos, que, vendo-se na impossibilidade de colocação no mercado durante um ano, em razão da greve, resolveram pressionar os órgãos oficiais, mostrando, cada vez mais, que o Ministério só é sensível a essas organizações. E também não é de se estranhar, porque a grande maioria desses Ministros são indicados por multinacionais. Isso é uma coisa deplorável para este País. Eles são sensíveis, eles são assim como que empregados das multinacionais neste País.

O café, Sr. Presidente, é um produto que deu ao Brasil, inclusive, a sua indústria. A indústria paulista não existiria se não fosse o café, e ele continua, ainda, na primeira pauta de exportação nacional, mas tem sido seriamente maltratado ao longo desses anos.

Nunca houve uma política de seriedade, de permanência de continuidade. São medidas as mais disparatadas, que vivem alterando a sistemática cafeeira do País.

Lembro-me que em 1959, no Paraná, queimavam-se milhares, milhões, aliás, de sacas de café; eram verdadeiras pirâmides incineradas sob o pretexto de diminuir os estoques para o produto se valorizar no exterior. E esse foi o nosso desastre. A valorização fictícia implicou em que muitos países que não eram do ramo, ou que não tinham grande interesse nisso, passassem a atuar no setor do café. Inclusive países africanos. O próprio México, hoje, produz café. Os preços se tornaram tão atrativos que passamos a sofrer uma concorrência impressionante. Fomos, no passado, fornecedores do consumo mundial em quase 70%. Hoje, somos considerados fornecedores residuais.

A alegação para a supressão do café ou a redução da sua produção é de que o Brasil não poderia continuar a ser um País monocultor. Mas, hoje, temos diversificações: soja, gado, pimenta-do-reino, madeira, produção industrial, até bélica, estamos exportando de material bélico um bilhão de dólares por ano, uma produção impressionante.

Então, o café deve ser estimulado. Agora, a política do IBC é que é errada. Essa política de elevação de preços é condenável. Se temos condições favoráveis para a produção de café, o que nos cabe é manter o café em nível internacional a preços acessíveis, de tal sorte a desestimular os concorrentes. Porque, poucos países do mundo têm, como nós, condições favoráveis para a produção do café. E no Paraná eles procuraram destruir a cafeicultura sob a alegação de que há a incidência de geadas, ou de que o Estado não pode produzir café, deve-se destinar a outra coisa. Mas é uma ignorância tão grande, inclusive dessas autoridades, que não sabem que o café sempre foi produzido numa área de 7 mil quilômetros quadrados até hoje. É uma zona elevada, ecologicamente definida e que a incidência de geada não é tão constante, e o Estado tem 200 mil quilômetros quadrados produzindo uma quantidade enorme em outros cereais; somos um Estado responsável pela produção de 23% dos grãos e o café encontrou ali *habitat*, condições admiráveis: a fertilidade de solo, a regularidade das chuvas e, sobretudo, a cultura tradicional da mão-de-obra, porque o café reclama trato eficiente, trato elaborado e no Paraná mineiros e paulistas, ao longo dos anos, já trazendo tradições de suas origens, criaram a mão-de-obra mais qualificada para isso.

De maneira, que queremos advertir para esse crime que estão fazendo em relação ao café: a sua destruição.

Houve um incremento da cultura do café no cerrado. Não há dúvida de que o cerrado produz café, mas ele produz antieconomicamente e de maneira inconveniente, porque pior do que a geada é seca. O café não suporta 6 meses de seca seguidos, quando isso ocorre as lavouras têm que ser refeitas, além do que o café só é rentável quando a sua produtividade alcança níveis razoáveis. Aqui, no cerrado, a cultura, a produção é relativamente baixa.

A manutenção da cultura cafeeira, no Paraná, não implica no desestímulo no plantio do cerrado, sobretudo no Mato Grosso do norte, onde o café está dando muito bem. Em Joara, por exemplo, é uma vila hoje formada por lavradores, em sua grande maioria do Paraná e São Paulo, onde estão difundido uma cultura muito boa, mas muito incipiente ainda.

Não se pode prescindir da lavoura valiosa do Paraná, que já tendo tido no passado 1 bilhão de cafeeiros, hoje, está reduzida a 400 milhões de pés, apenas. Antigamente a sua produção era excepcional. Hoje com uma produção muito mais reduzida em razão dos preços elevados dos adubos, inseticidas, insumos, do cobre, não há condições de se tratar, a contento, essa lavoura.

De maneira que esse nosso projeto é pertinente. A supressão do confisco é um estímulo a um produto que ainda está conferindo ao País grandes rendimentos. Não se pode fazer, e já dissemos aqui, com o café o que se fez com a borracha.

A borracha só existia no País. O Acre e o Amazonas foram os grandes fornecedores de borracha do mundo. Éramos, nesse campo, um país ímpar, com condições admiráveis.

Pois bem. Em razão também de uma política desorganizada na época, de elevação exagerada dos preços, fizemos com que a Inglaterra levasse, para o Oriente, a borracha, onde a plantaram de maneira correta, intensiva e colocaram no mundo a preços tão acessíveis que nós, então, perdemos essa grande fonte de renda. E, hoje, depois de toda essa destruição, se está gastando fábulas para a recuperação da borracha, quando ela poderia ter sido salva, concretamente, desde que fôssemos bons comerciantes.

Os Estados Unidos da América, mesmo nesse setor agrícola, procede em relação a soja de uma maneira contrária ao Brasil em relação ao café. Sempre que a soja está alcançando preços muito elevados e há produção valiosa em países concorrentes, eles desestimulam o valor do preço, eles diminuem; eles colocam no mercado internacional a valores mais razoáveis, para que a concorrência não possa criar grandes dificuldades à sua condição de produtor maior do mundo. E os Estados Unidos estão, agora, adotando tão progressivamente essa política, porque durante 4 anos mais o consumo de soja mundial será tão grande, será quase que ilimitada a sua procura, que os Estados Unidos podem duplicar a sua produção, o Brasil pode triplicar e a China pode multiplicar — são os três primeiros países produtores — e nem por isso deixará de haver mercado para a colocação de soja.

Em relação ao café, não. Poucos países têm condições excepcionais como o Brasil. Temos condições excepcionais. A própria Colômbia produz a custa de grande trabalho, já que não havendo definição de chuvas a produção se faz durante o ano todo e a colheita se tem que fazer manualmente, quase que de grão em grão. A África não produz o café com a qualidade que nós temos. De maneira que a política desse Governo da Revolução, que se diz realizador de tarefas tão invejáveis neste País — coisa que nunca podemos por melhor que quiséssemos acreditar — deu ao café um tratamento destrutivo, foi como que a coveira do café, a cultura que, inclusive, deu condições existenciais ao Brasil para implantar essa indústria incipiente, indústria nossa já avantajada, pelo menos em São Paulo em diversos e a variados setores.

Sr. Presidente, eu espero que a Assessoria do Senado dê conhecimento ao Ministério da Indústria e do Comércio e o General Golbery do Couto e Silva venha tomar conhecimento — pode ser que S. Ex^a não tenha conhecimento de que dois ofícios lhe foram dirigidos, pedindo informações sobre o Projeto de nº 347/79. O Senado esperou, longamente e, hoje, só há duas alternativas: tornar dispensável a medida, o que não podemos ou, então, incursionar S. Ex^a em crime de responsabilidade. E S. Ex^a, que se mostra hoje um dos esteios erigidos em favor da luta pela abertura, está colocando o Congresso Nacional em situação de desrespeito manifesto e de constrangimento.

Muito obrigado a V. Ex^a (Muito bem!)

ATA DE COMISSÕES

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

(Resolução nº 69/78)

11ª REUNIÃO, REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 1979

Às dez horas e trinta minutos do dia dezesseis de maio de mil novecentos e setenta e nove, na Sala "Rui Barbosa", presentes os Srs. Senadores Itamar

Franco (Presidente), Milton Cabral (Relator), Alberto Silva, Passos Pôrto, Jutahy Magalhães, Dirceu Cardoso e José Richa, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito criada pela Resolução nº 69, de 1978, para investigar denúncias formuladas pela revista "Der Spiegel", da Alemanha, sobre a execução do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Roberto Saturnino e Lenoir Vargas.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que, logo após, é dada como aprovada.

Havendo número regimental, o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos, solicitando aos Srs. Membros da Comissão e aos demais presentes, um minuto de silêncio em homenagem ao Sr. Senador João Bosco, ilustre Membro desta Comissão, falecido recentemente. Em seguida, o Sr. Senador Passos Pôrto usa da palavra para ressaltar a alta colaboração prestada pelo Sr. Senador João Bosco à essa CPI e, em nome dos dois partidos, solicita consignar em Ata, um voto de pesar pelo desaparecimento daquele companheiro que foi e será, sem dúvida alguma, um símbolo dessa Comissão, pela seriedade e pelo patriotismo que sempre impôs nos estudos dos problemas dessa Comissão. Usa, também da palavra o Sr. Senador Franco Montoro, em nome do Movimento Democrático Brasileiro, para associar à justa homenagem prestada pelo Sr. Senador Passos Pôrto ao saudoso Sr. Senador João Bosco. Em seguida ao juramento de Praxe, prestado pelo Professor José Israel Vargas, Secretário de Tecnologia Industrial do Ministério de Indústria e Comércio, o Sr. Presidente concede a palavra ao Depoente que procede a leitura de sua exposição, mais detalhadamente sobre a transferência de tecnologia.

Iniciando a fase interpelatória, usa da palavra o Sr. Senador Alberto Silva. Em seguida, o Sr. Senador Franco Montoro levanta uma questão de ordem, no sentido de que sejam interrompidos os trabalhos a fim de que os Srs. Membros da Comissão possam examinar mais profundamente o trabalho apresentado pelo ilustre Depoente. Sugere o Sr. Senador Franco Montoro que os debates sejam prosseguidos no período da tarde. Em votação, é a sugestão aprovada. Tendo em vista tal decisão, o Sr. Presidente suspende a reunião marcando o seu reinício para às 15:30 horas.

Às quinze horas e quarenta minutos é reaberta a reunião pelo Sr. Senador Passos Pôrto, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, que, dando prosseguimento a fase interpelatória, concede a palavra, pela ordem de inscrição, aos Srs. Senadores Jutahy Magalhães, José Richa e Dirceu Cardoso, este último interrompido, diversas vezes pelo Sr. Relator, Senador Milton Cabral. Durante essa fase dos trabalhos, assume a Presidência, eventualmente, o Sr. Senador Jutahy Magalhães.

Finalizando, o Sr. Presidente agradece a presença do Professor José Israel Vargas e determina que as notas taquigráficas, tão logo traduzidas e revisadas pelo Depoente, sejam publicadas em anexo, à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz, Assistente da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e irá à publicação.

ANEXO À ATA DA 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CRIADA PELA RESOLUÇÃO Nº 69, DE 1978, REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 1979, DESTINADA A OUVIR O DEPOIMENTO DO PROFESSOR JOSÉ ISRAEL VARGAS, SECRETÁRIO DE TECNOLOGIA INDUSTRIAL DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO.

PRESIDENTE: SENADOR ITAMAR FRANCO

RELATOR: SENADOR MILTON CABRAL

ÍNTegra DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REUNIÃO.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Declaro abertos os nossos trabalhos.

Como se trata da primeira reunião após o lamentável falecimento do Senador João Bosco, ilustre membro desta Comissão e da Representação da Aliança Renovadora Nacional, no Senado Federal, solicitaria aos Srs. Membros da Comissão e a todos os presentes, um minuto de silêncio em homenagem a este nosso preclaro companheiro.

(Segue-se um minuto de silêncio)

O SR. PASSOS PÔRTO — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Tem a palavra V. Exª, nobre Senador Passos Pôrto.

O SR. PASSOS PÔRTO — Sr. Presidente, Srs. Senadores, todos nós consternados com o desaparecimento do Senador João Bosco lembramos, que chegamos aqui juntos no mesmo dia e numa mesma hora, aqui nos conhecemos, aqui selamos o compromisso naquele primeiro dia, em buscar nessa CPI sempre a verdade.

Trabalhamos juntos durante todo este tempo e creio, Sr. Presidente, que a maior obra do Senador João Bosco, no Senado, foi a sua colaboração à nossa CPI, seja nas interpretações aqui nesta Comissão, seja na visita que S. Exª fez à Angra, seja no apelo dramático que fez em plenário pela permanên-

cia de V. Exª na Presidência e pela permanência do Senador Dirceu Cardoso, como famoso elemento da nossa CPI; que tanto tem valorizado a nossa Comissão Parlamentar de Inquérito, pela importância que esta Comissão tomou no cenário político brasileiro, e pela constituição do Senador João Bosco, pediria a V. Exª, sei que representando o pensamento de ambos os partidos, um voto de pesar consignado em ata pelo desaparecimento daquele companheiro que foi e será, sem dúvida alguma, um símbolo dessa comissão pela seriedade e pelo patriotismo que S. Exª impôs no exame e nos estudos dos problemas dessa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Nobre Senador Passos Pôrto, o pedido de V. Exª será atendido e foi muito bom que V. Exª lembrasse o apelo que o Senador João Bosco fez a mim e ao nobre Senador Dirceu Cardoso.

Logo após o incidente, viajei para minha cidade e tive oportunidade de ouvir a gravação e, em função daquele apelo não só do Senador João Bosco mas de outros, é que resolvi voltar à Presidência, numa expressão que usamos muito em Minas Gerais: "dar volta sobre as mágoas", e aqui estamos, também, para os nossos trabalhos.

O pedido de V. Exª será atendido.

O SR. FRANCO MONTORO — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Com a palavra o nobre Senador Franco Montoro.

O SR. FRANCO MONTORO — Sr. Presidente, desejo em nome da Representação do Movimento Democrático Brasileiro nesta Comissão, associar à justa homenagem do nobre Senador Passos Pôrto, homenagem prestada por este nosso companheiro é de toda justiça e apresentada com estas características que o nobre Senador Passos Pôrto apresentou.

O Senador João Bosco, desde o primeiro momento que chegou ao Senado e, particularmente por sua participação tão ativa, tão inteligente nesta Comissão, tinha se revelado como um dos homens que melhor contribuição podia dar ao problema nuclear neste momento. E, em nome da Bancada do MDB, nos associamos à proposta do Senador Passos Pôrto e pedimos que seja registrado em ata dos nossos trabalhos a homenagem a este nosso companheiro.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Pediria à Srª Secretária que procedesse à leitura da correspondência.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Solicito ao Professor José Israel Vargas que preste o juramento de praxe.

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS — (Profere o seguinte juramento:)

JURAMENTO

JURO, COMO DEVER DE CONSCIÊNCIA, DIZER TODA A VERDADE — NADA MAIS OMITINDO DO QUAL SEJA DO MEU CONHECIMENTO — SOBRE QUAISQUER FATOS RELACIONADOS COM A INVESTIGAÇÃO A CARGO DESTA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, QUER QUANTO ÀS SUPOSTAS IRREGULARIDADES TORNADAS PÚBLICAS PELA IMPRENSA NACIONAL OU ESTRANGEIRA, QUER QUANTO À CONCEPÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA NUCLEAR SOB EXAME.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Com a palavra o Professor José Israel Vargas.

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS — Agradeço ao ilustre Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Senador Itamar Franco, e aos demais membros, a honra da minha convocação para prestar informações sobre o Acordo Nuclear e a problemática energética brasileira. De antemão agradeço, ainda, a paciência que, certamente, será necessária a todos os que ouvem esta exposição.

Esta oportunidade constitui, na verdade, uma volta a esta egrégia Casa, para falar sobre o mesmo tema. A par de um trabalho que, junto com outros colegas, elaborei por solicitação do IPEAC — Instituto de Pesquisas, Estudos e Assessoria do Congresso, e que vai em anexo a este documento — já me manifestei, aqui mesmo do Senado, sobre o Programa Nuclear em palestra proferida em 1975, a convite da Comissão de Relações Exteriores e Comissão de Minas e Energia.

Por isso, mesmo correndo o risco de ser repetitivo, vi nesta honrosa convocação para prestar depoimento perante a CPI do Acordo Nuclear, uma inestimável oportunidade para reafirmar minha opinião — já sobejamente conhecida — de que o Acordo é positivo, constitui objetivo científico, tecnológico e estratégico maior para o nosso País.

Espero, com este depoimento, oferecer alguma contribuição ao amplo debate sobre a problemática energética brasileira, de que, enfim, o programa nuclear é apenas uma componente.

Para evitar aos Srs. Membros da Comissão o enfado de repetir — como disse — documento que já foi apresentado ao próprio Congresso, faria, rapidamente, um resumo daquilo que creio ser o melhor para o País, segundo a minha modesta opinião, colocando-me, em seguida, à disposição dos Srs. Membros da Comissão para perguntas e responder as que se fizerem necessárias, o qual farei com o melhor da minha limitada capacidade.

Assim, antes de entrar no tema específico cuja discussão me traz aqui, permitam-me discorrer sobre algumas idéias próprias, e já bastante consolidadas, referentes à questão energética brasileira. Trata-se de vasto tema, cujo mero lineamento fugiria certamente ao espírito desta exposição e ao tempo que razoavelmente seria tomado à atenção de Vossas Excelências.

Há mais de um milhão de anos, um ser biológico aparentemente débil, desprovido de capacidade de sobrevivência, executou um ato inusitado no planeta e talvez no universo: acendeu voluntariamente o fogo. Com isto iniciou a formidável caminhada de desenvolvimento científico e tecnológico que lhe permitiu assenhorear-se do mundo e preparar-se para a conquista de outras plagas extraterrenas. Acesa esta chama, o ardor da mente humana não mais cessou de produzir inovações magníficas que não só distanciam o homem de seu ancestral, fraco e desprotegido, mas que asseguram que ele nunca retrocederá à sua primitiva condição. No dizer de Oppenheimer, um dos mais lúcidos participantes contemporâneos desta caminhada, "what has been discovered cannot be undiscovered".

Da fogueira primordial à sua mais sofisticada aplicação direta — a máquina a vapor — a sociedade humana passou por várias revoluções bem conhecidas: a da caça e a do pastoreio; da agricultura primitiva à utilização dos metais com os quais fabricou implementos cada vez mais elaborados.

Não é demais dizer-se que a riqueza material acumulada pelo homem ao longo desta trajetória resultou tão-somente de sua habilidade crescente no multiplicar seu esforço, pelo uso, cada vez mais intensivo, dos diferentes fluxos de energia — isto é, de sua capacidade de realizar trabalho — ao substituir sucessivamente o elementar esforço muscular pela força dos animais, das máquinas térmicas, dos motores elétricos e de explosão, e, hoje, até pelo reator nuclear. Do agricultor primitivo isolado em pequenas comunidades, usuário da mais dispersa das formas de energia disponíveis — a energia solar que lhe fornecia o alimento — o homem atual, inserido na complexa textura da sociedade industrial, constituída de grandes aglomerações urbanas, transformou-se no extraordinário consumidor de energia cada vez mais concentrada.

É fácil verificar-se, por via, por assim dizer, de um corte vertical no espectro das atividades produtivas, que boa parte — de fato a maioria da humanidade — utiliza concomitantemente, e de maneira desequilibrada, as mais diferentes formas de consumo energético, a tal ponto que não só a intensidade de uso, como a forma de emprego da energia aparecem hoje como indicadores privilegiados do grau de desenvolvimento das nações. Assim, a energia solar dispersa — que o homem usa desde os tempos imemoriais na agricultura — quando coadjuvada pelo uso de técnicas baseadas no emprego de combustíveis fósseis sob a forma de fertilizantes e defensivos, leva a produtividades agrícolas milhares de vezes maiores do que aquelas obtidas pela tecnologia agrícola solar primitiva, típica das sociedades subdesenvolvidas. Este fato evidencia novamente aqui que parece ser uma lei inexorável do desenvolvimento: o progresso consiste essencialmente no uso cada vez mais concentrado da energia — o que em linguagem econômica se transforma em enunciado óbvio de aceitação universal: a riqueza das nações é uma função de seu estoque de trabalho realizado — acumulado sob a forma de capital, isto é, de energia acumulada — e de sua capacidade de realizar trabalho, de produzir volume cada vez maior de bens e serviços, é claro, pela disponibilidade da energia.

Isto posto, cabe-nos verificar que o potencial de desenvolvimento da espécie está condicionado por dois fatores:

Em primeiro lugar, ao volume das reservas energéticas disponíveis tanto em escala mundial quanto no que se refere à sua distribuição geográfica, e ao seu nível e taxa de consumo.

Em segundo lugar, à capacidade do homem de desenvolver novas técnicas de produção e de uso flexível de energia concentrada.

Estas questões tornaram-se candentes ao se considerar a evolução das necessidades energéticas do Mundo, particularmente nas últimas décadas, que demonstra claramente que o homem tem utilizado suas reservas energéticas de modo irracional. De fato, a nossa civilização é a primeira a consumir, em grande escala, os combustíveis não renováveis, considerados como praticamente inesgotáveis até há pouco tempo, mas que claramente estarão exau-

ridos em poucas décadas, a continuar o atual ritmo de exploração. A utilização do petróleo, do carvão mineral e do gás natural, que além do urânio constituem os principais componentes do acervo energético mundial, causou uma significativa mudança nos hábitos da sociedade, possibilitando uma rápida evolução industrial e criando uma pesada dependência destes recursos que são desigualmente distribuídos tanto em reserva como em uso.

De um modo especial, o petróleo foi substituindo gradativamente outras formas de energia e de matérias-primas da indústria química, fazendo com que o homem abandonasse tecnologias consagradas, passando, então, a considerar o uso do petróleo como índice de desenvolvimento. Assim, nos países desenvolvidos, há cerca de duzentos anos, iniciou-se um processo de substituição da lenha pelo carvão mineral como fonte de energia. Em 1880 este combustível já era responsável por 50% da energia gerada.

Sua participação no consumo continuou a crescer até 1945, quando foi suplantado pelo petróleo e pelo gás natural. Deste modo, neste período de tempo, as nações desenvolvidas passaram por duas transições: lenha—carvão mineral e carvão mineral—petróleo e gás natural. A primeira ensejou a realização da revolução industrial e a segunda ocorreu não devido à exaustão do carvão, do qual o mundo ainda tem reservas para cerca de 300 anos, mas devido ao baixo custo de extração, abundância e facilidade de exploração e manuseio do petróleo e do gás.

No caso do Brasil, País em vias de desenvolvimento, a transição iniciou-se ainda neste século. Mas em poucas décadas nosso País quase completou uma transformação que a Europa levou um século para efetuar. Entre 1940 e 1977, o consumo de petróleo passou de 9% para 42% do balanço energético nacional. Do ponto de vista do suprimento externo, no início daquele período a produção doméstica total de energia respondia por 85% do consumo, caindo para 60% em 1977.

Esta mudança da estrutura do consumo de energia no Brasil foi acompanhada por acelerado processo de desenvolvimento: de 1920 a 1970 nossa fronteira agrícola expandiu-se de 6,5 a 36,5 milhões de hectares; entre 1945 e 1975 as rodovias multiplicaram-se em extensão por um fator de 10; de 1950 a 1975 o número de carros de passeio passou de 235.000 para mais de 4 milhões, situando-se a indústria automobilística brasileira como a nona maior do mundo; no período de 1930 a 1975 a taxa média de crescimento econômico real do País foi de 6% ao ano.

Enquanto os combustíveis fósseis eram baratos, o Brasil apoiou-se quase que inteiramente no motor de combustão interna, para desenvolver sua economia e integrar sua vasta extensão territorial. Com a crise da energia, deflagrada em 1973, a continuidade deste processo viu-se ameaçada com crescente dependência do País de suprimento energético externo de combustíveis cada vez mais caros. Somente em 1978, as despesas nacionais decorrentes da importação de petróleo totalizaram mais de 4 bilhões de dólares. E o quadro com que se depara o País em futuro imediato nada tem de alentador, sob o impacto que vive de novas crises surgidas nas regiões produtoras.

Nas nações mais desenvolvidas, os efeitos da quadruplicação e agora da quintuplicação do preço do óleo não foram menos sérios. Problemas econômicos e políticos foram criados e as soluções mais imediatas adotadas permitiram, até o fim do último ano, a retomada de seu desenvolvimento econômico, embora o ritmo mais lento do que aquele anteriormente alcançado. Esta desaceleração — e conseqüente recessão provocada nos países desenvolvidos — levou-os a diminuir suas importações dos países em desenvolvimento, agravando ainda mais seus balanços de pagamento. Os países exportadores de petróleo, não possuindo, por seu lado, estrutura produtiva adequada à absorção do enorme fluxo de capitais para eles canalizado, viram-se na contingência de reaplicar os recursos nos próprios países desenvolvidos. Este quadro rompe-se com a decisão dos 10 países mais ricos do mundo de reduzir de cinco por cento o seu consumo, para fazer frente a um déficit de produção de cerca de 115 milhões de toneladas diárias de petróleo provocado pela crise iraniana. Nestas condições, espera-se que o ritmo de crescimento econômico desses países se reduza a taxas anuais de 1% — que poderá agravar ainda mais substancialmente suas relações de troca com os países em vias de desenvolvimento.

De outro lado, vale notar que um aumento nos preços de combustíveis líquidos contribuirá para aumentar as reservas petrolíferas economicamente exploráveis em escala mundial, dilatando, portanto, o prazo de exaustão destas reservas, estimado em cerca de 60 anos, a manter-se a atual taxa de crescimento do consumo.

A despeito deste quadro sombrio, é de fundamental importância constatar que a "crise de energia" deflagrada em 1973 não foi decorrente da falta de combustíveis ou da exaustão de reservas e constitui essencialmente uma crise de origem política, envolvendo as regiões produtoras tradicionais na qual se insere agora o Irã, cuja manifestação óbvia foi o aumento de preços com todas as suas conseqüências econômicas. O principal subproduto visível desta

crise foi a explicitação da vulnerabilidade dos países importadores tanto à continuidade de suprimento do petróleo quanto ao arbítrio dos preços fixados unilateralmente. E mais importante ainda, o mundo tomou consciência de que a terceira transição energética não ocorreria naturalmente a curto prazo com o surgimento de nova fonte de energia limpa, de baixo custo e abundante. A era da energia abundante e barata está pois terminada, uma vez que o desequilíbrio entre a oferta e a demanda, que ainda há meses se antevia ocorrer na próxima década, acaba de nos alcançar hoje e agora.

Ao abandonar por um instante esta questão, cabe lembrar que, no que diz respeito a outras fontes energéticas — carvão, urânio e reservas hidrelétricas — a desigualdade de distribuição geográfica também se manifesta. A última fonte, que com algumas exceções — entre as quais felizmente se inclui o Brasil — se encontra praticamente esaurida na maioria dos países, estará virtualmente utilizada em sua totalidade nos próximos 20 ou 30 anos.

O uso do carvão, cujas reservas são, como dissemos, razoavelmente abundantes, tropeça no alto custo de extração, pois sua tecnologia de recuperação não sofreu alterações fundamentais até o presente, apesar das várias propostas de gaseificação ou de liquefação *in situ*, que dormitam nos centros de pesquisa e desenvolvimento há mais de 50 anos. A retomada destas idéias, bem como de outras como a gaseificação em leito fluidizado ou a liquefação fora da mina poderão contribuir para aliviar o consumo de produtos petroquímicos, embora seja pouco provável que venha a competir economicamente com o petróleo para o uso em veículos automotores.

Quanto ao urânio, é certo que ao aumento espetacular de preços, que passaram de US\$ 15/kg em 1969 para US\$ 100/kg nos dias de hoje, seguirá um aumento paralelo das reservas conhecidas.

Apreciando, ainda que superficialmente, o problema de suprimento dos combustíveis, pode-se afirmar que não há, a nível mundial, propriamente, um problema de limitação das reservas de combustíveis — a questão fundamental cinge-se, como já assinalamos, aos altos preços dos combustíveis que, por sua vez, derivam fundamentalmente de problemas políticos resultantes, em última análise, da desigualdade da distribuição geográfica de recursos. Em face destes fatores, o suprimento energético de qualquer país tornou-se mais claramente do que nunca o problema crucial, do qual dependem a estabilidade, a segurança e a própria sobrevivência nacional de cada um.

De outra parte, face à possibilidade de, como no passado, o homem vir a responder positivamente aos desafios que lhe forem postos no sentido de obter formas mais concentradas de energia, parece improvável que venham a ter sucesso as atitudes malthusianas, hoje tão em voga, e que renascem sob os mais variados disfarces. Elas propõem desde o crescimento econômico nulo que não poderia senão congelar as gritantes diferenças de nível de desenvolvimento entre as nações — até a volta ao uso indiscriminado de formas primitivas de consumo de energias de baixa intensidade que, em última análise, nada mais revelam do que uma profunda desconfiança para com as possibilidades inovadoras da própria Ciência. A levar-se a sério o diagnóstico destes novos rousseauianos, nosso planeta deveria transformar-se numa espécie de aldeia rural global, sob o impacto de uma suposta exaustão da maioria dos recursos naturais básicos, inclusive dos combustíveis.

A questão que se coloca com toda a agudez é de natureza diversa. Trata-se de reconhecer que não há solução única e universal para o problema energético. Cada país ou região deve utilizar, a par dos recursos que lhe são próprios, aqueles que resultarem do desenvolvimento científico o mais avançado.

Parece fora de dúvida que o suprimento de energia industrial sob a forma de eletricidade pode ser resolvido a curto prazo, pelo emprego equilibrado de várias vias — a hidrelétrica, a combustão do carvão mineral e a energia nuclear, segundo as peculiaridades de cada país.

O que realmente preocupa é a completa falta de perspectivas para resolver a curto prazo a questão da obtenção de combustíveis líquidos baratos para alimentarem veículos automotores, particularmente para atender necessidades de transporte de massa, individual e de cargas, cuja distribuição setorial é profundamente irracional em países como o nosso. Assim, o consumo de gasolina automotriz situa-se hoje, no Brasil, na casa dos 15 bilhões de litros por ano, 60 por cento desse consumo destinam-se ao transporte urbano, em geral, feito por automóveis particulares. Em percentuais de consumo de derivados de petróleo, a distribuição é a seguinte:

Indústria	29%
Transporte	57%
veículos de passeio	25%
veículos de carga	26%
transportes coletivos	6%
Outros	14%

Em termos mais gerais, a situação energética do Brasil, que agora passaremos a examinar, é complexa, vulnerável e original.

Entre nós coexistem ainda na mesma estrutura de consumo formas de energia ditas não comerciais ou primitivas e o petróleo e seus derivados em grandes proporções. Esta estrutura é peculiar no sentido de que a lenha, o bagaço de cana e o carvão vegetal suprem ainda 27% do consumo total de energia, a hidroeletricidade 26% e o petróleo 42%. Enquanto os países desenvolvidos tratam de aumentar a participação do carvão mineral nos seus balanços energéticos, já que desse minério possuem extensas reservas, no Brasil é feito um esforço considerável para intensificar a produção de combustível líquido gerado a partir da biomassa, em substituição à gasolina: o etanol da cana de açúcar, da mandioca e do babaçu, e o de complementar à demanda de energia industrial pela implementação de ambicioso programa nuclear.

A produção de etanol tem interesse estratégico óbvio. Primeiramente porque constitui importante instrumento para garantir, ainda que parcialmente, o suprimento interno de combustível, economizando ao mesmo tempo preciosas divisas estrangeiras. Em segundo lugar, porque contribuindo, no caso da cana, para estabilizar os preços do açúcar no mercado internacional. De outro lado, é necessário e urgente o desenvolvimento da produção de álcool proveniente de outras fontes, pois que elas deverão funcionar como alternativa à cana-de-açúcar, sempre que a demanda externa do açúcar a preços compensadores assim o exigir. Finalmente, o programa deverá, uma vez superada a fase atual de mera complementação da capacidade açucareira instalada com novas destilarias, criar empregos e possivelmente, pelo uso de mini-destilarias destinadas a atendimentos micro-regionais, contribuir para uma distribuição mais equilibrada da renda no campo.

É evidente que, a par da necessidade de ampla e profunda modificação da viciosa estrutura de consumo de combustíveis automotores — que, como assinalamos, representam 57% do total de consumo dos derivados de petróleo, dos quais 25% são gastos em veículos de passeio e apenas 6% em transportes coletivos — é fundamental ocupar-se o País com melhorias na tecnologia de produção de álcool, desde a maior racionalização da exploração agrícola até o emprego de novos procedimentos técnicos que se encontram em desenvolvimento aqui e em vários países, com vistas à diminuição do custo desse produto sob pena de se acumularem novos óbices ao nosso desenvolvimento econômico.

São exemplos marcantes destes melhoramentos possíveis:

1. A introdução de novas variedades mais produtivas da cana-de-açúcar na agricultura brasileira. Como é sabido, boa proporção de nossas culturas utiliza espécies introduzidas há mais de 30 anos, de baixa produtividade e que freqüentemente já se encontram geneticamente degradadas.

2. A utilização da hidrólise ácida, microbiana e viral da celulose proveniente de várias fontes.

3. O emprego de processos de fermentação e destilação contínuas a vácuo.

Quanto às reservas energéticas utilizáveis sob a forma de corrente elétrica, temos três opções não excludentes e bastante originais, em sua distribuição espacial.

Primeiramente nosso amplo e mal distribuído potencial hidroelétrico, que atinge cerca de 150 milhões de kilowatts.

Em segundo lugar, carvão mineral de baixa qualidade localizado quase que exclusivamente no Sul do País, cujas reservas atingem hoje cerca de 20 bilhões de toneladas.

Finalmente, as reservas de Urânio depois de grandes sucessos recentes no setor de prospecção atingem 193.000 toneladas, o que nos coloca em 5º lugar do mundo como produtor potencial deste elemento.

Excluindo-se, pois, o petróleo, cuja utilização para geração de eletricidade é bastante pequena e provavelmente continuará a sê-lo entre nós, em termos absolutos, a situação de geração de energia não é, a médio e longo prazos, particularmente preocupante, embora, como já se afirmou, os custos de geração serão certamente crescentes, encerrando-se definitivamente o ciclo de energia a baixo custo que dominou 2/3 do nosso século.

Como é bem sabido, a distribuição espacial de nosso potencial hidroelétrico é bastante desfavorável: cerca de 50% do mesmo encontra-se na região amazônica; 17% no nordeste, 20% no sul-sudeste e apenas 13% no centro-oeste. Observadas as taxas médias de crescimento de consumo na região centro-sul, que oscilam em torno de 13% ao ano, é de ver-se que boa parte do potencial acessível estará esgotado nesta região, responsável por 80% da atividade econômica do País, ao fim de 15 a 20 anos. Este fato, combinado com as dificuldades de transporte econômico de energia da bacia Amazônica tem sido argüido, como é notório, para justificar, em parte, o estabelecimento de nosso programa nuclear.

É inegável que os progressos recentes em transmissão de energia elétrica em corrente contínua a grandes distâncias não oneraram excessivamente o custo do kilowatt instalado, tornando-o competitivo ou mesmo mais econômico do que a exploração nuclear, à vista dos custos extremamente elevados que o

Urânio vem atingindo no mercado. É necessário recordar a este propósito que, mantidas as taxas de consumo, a energia nuclear representará em 1990 apenas 5% do nosso balanço energético e que a sustentação do Programa deve ser examinada à luz de outros fatores, a nosso ver mais significativos do que o mero exame micro-econômico da questão. Parece-nos que o programa nuclear, qualquer programa nuclear, justifica-se pela oportunidade única que ele enseja de promover a modernização industrial dos mais diversos setores de atividade, inclusive da qualidade do próprio ensino universitário básico, por via da apropriação de novas e complexas tecnologias de ponta. Para isto, é necessário que tenha uma dimensão mínima compatível com o envolvimento da indústria nacional e com a instalação de procedimentos-chave, como o enriquecimento e o reprocessamento do combustível. Quanto à questão da linha adotada — Urânio natural ou Urânio enriquecido — da qual, com toda a pertinência, se ocupou a comunidade acadêmica, e que, pela voz de seus elementos mais articulados, parece preferir a primeira opção, creio que esta se apóia numa base industrial demasiadamente débil (como é a canadense), para garantir a indispensável evolução tecnológica.

Do ponto de vista da economia do Urânio, urge ingressar na tecnologia dos reatores regeneradores rápidos, para o que se impõe o reprocessamento do Urânio, com vistas à obtenção do Plutônio. Nesta opção, será possível obter-se cerca de 40 a 60 vezes mais energia do que aquela contida no Urânio natural, além de permitir o emprego do Tório como elemento fértil em ciclo apropriado de conversores térmicos. Calcula-se que cada reator regenerador rápido, dispondo de um cobertor de Tório, fornecerá combustível necessário ao funcionamento de 4 conversores térmicos, operando a Urânio 233-Tório. Dado a existência de consideráveis reservas de Tório do País, é óbvio que tal linha deve merecer detida atenção nos próximos 20 a 30 anos. Para a colimação de tais objetivos, que poderão, sem dúvida, atender às necessidades energéticas futuras da indústria nacional, é necessário iniciar desde logo estudos básicos e estabelecer laços de cooperação internacional, sob a forma de associação efetiva com países como a França, e outros que se encontram na vanguarda do desenvolvimento tecnológico dos reatores rápidos refrigerados a metal líquido.

Parece evidente que devemos examinar continuamente as condições de segurança de todo o nosso programa nuclear, não só no relativo à qualidade dos componentes fabricados, mas também no que se refere à fiabilidade intrínseca do funcionamento dos reatores, que continua merecendo, em toda parte, estudos aprofundados. Esta questão da fiabilidade de funcionamento dos reatores interessa finalmente a toda a humanidade, pois que a energia nuclear é, no momento, a única via realmente testada para a realização de progressos no caminho da obtenção de densidades energéticas cada vez mais altas e que têm caracterizado o evoluir da sociedade humana.

As possibilidades de uso do carvão mineral brasileiro para a geração de potência têm sido pouco exploradas, mas a tendência é certamente aumentar sua participação no quadro de suprimento energético do País. Para uma reserva que evoluiu rapidamente à taxa de 15% ao ano, atingindo, como já se assinalou, 20 bilhões de toneladas em 1977, a produção nacional limitou-se a 4 milhões de toneladas. Observada a mesma taxa de aumento para a reserva até o ano dois mil, e um consumo estável de 250 milhões de toneladas-ano, a exaustão das reservas brasileiras só se daria no ano 2070.

Este consumo previsto é superior em mais de 60 vezes ao consumo brasileiro atual e mais de 2,5 vezes superior ao consumo energético total do País. Estima-se que o investimento para uma termoeletrônica a carvão de 320 Mw seja de US\$ 700/kw instalado, compondo um custo de geração de 35 centavos por kilowatt/hora para um fator de carga de 100%.

O maior entrave ao uso mais intensivo do carvão nos países desenvolvidos tem sido a manutenção do nível de poluição dentro dos padrões ambientais vigentes. No nosso caso, o problema é ainda agravado pelo alto teor de cinzas e de Enxofre do nosso material. A aplicação e o desenvolvimento do processo de combustão em leito fluidizado tem encontrado crescente interesse em toda parte, devido aos baixos índices de emissões de Enxofre e Nitrogênio que podem ser atingidos pelo emprego desta tecnologia.

Tudo indica, pois, que a competitividade de carvão com a energia nuclear, que apresenta custo de kilowatt instalado de cerca de US\$ 1.700 ou com a energia transportada do Amazonas poderá modificar profundamente as alternativas até agora consideradas para o desenvolvimento energético da região centro-sul do País.

Para retomar "in fine" a questão da utilização da biomassa que se reveste de tão grande importância para o País, caberia citar alguns dados recentemente coletados e/ou obtidos em estudos realizados no Centro Tecnológico de Minas Gerais — CETEC.

Trata-se de um setor que, como já se assinalou, exige, para atingir maior eficácia, tanto a racionalização dos procedimentos correntes quanto o uso in-

tensivo de pesquisa e desenvolvimento de novos processos. Do ponto de vista de sua importância econômica, basta lembrar que o uso do carvão vegetal, somente em Minas Gerais, representa o dobro do consumo anual total da energia hidroelétrica, o que corresponde, em equivalente calorífico, a cerca de 25 milhões de Kwh.

No procedimento clássico de carvoejamento, são queimados anualmente cerca de 6 bilhões de cruzeiros de produtos nobres como o metanol, o ácido acético e alcatrões que poderiam substituir boa parte de nobres produtos petroquímicos, além de rejeitarem-se cerca de 30 por cento das árvores a 20% dos finos de carvão que até agora não encontraram uso na siderurgia. No que diz respeito à técnica de reflorestamento, mostrou-se que a mera seleção de sementes de eucalipto pode aumentar em 70% a produtividade das florestas plantadas, que atingem hoje no Estado de Minas Gerais, cerca de 800 mil hectares.

Rejeitos da fabricação da celulose (cerca de 25%), bem como as sobras da produção agrícola, notadamente da casca de arroz e do babaçu, poderiam gerar, por via da utilização de processos correntes de hidrólise ácida — já testados durante a última guerra e extensamente usados na União Soviética, na produção de açúcares — álcool suficiente e competitivo para atender às nossas necessidades.

O aproveitamento mais integrado da mandioca, extraindo-se proteínas das folhas cujo teor chega a 25%, poderia contribuir para baratear o álcool desta origem, podendo-se obter cerca de 70 g de concentrado proteico por litro de álcool produzido.

Estes estudos indicam que, para uma usina capaz de produzir 500 toneladas por dia de álcool por via do processo Madison, de hidrólise-ácida com ácido sulfúrico diluído de madeira de eucalipto, o custo do litro do produto seria de 5 cruzeiros, que seria competitivo com o da cana-de-açúcar. Usando-se resíduos florestais e agrícolas já transportados por imposição de seu emprego, este custo reduzir-se-ia de 30%, correspondentes ao preço da matéria-prima. Vale lembrar que, neste caso, ocorreria ainda a produção de furfural, metanol e lignina, o último produto constituindo-se em importante fonte de coque. Ao comparar-se a produção de carvão pela via clássica de carbonização da madeira e aquela gerada pela hidrólise da celulose, verifica-se que na segunda hipótese, além de produzirem-se 70% de coque, seriam gerados cerca de 160 litros de álcool por tonelada de madeira, com 30% de umidade.

Para finalizar, considerando-se apenas a atual produção de carvão em Minas Gerais, situada em 3,5 milhões de toneladas ano, a adoção da via hidrolítica para a produção de álcool levaria à obtenção de mais de 2 bilhões de litros, a que corresponde ao dobro da produção alcooleira nacional em 1977. Em outras palavras, a utilização de eucalipto resultante do plantio de somente 4% da área do Estado daria para atender ao Programa Nacional do Alcool.

No caso da casca de arroz, para uma produção de 9.560 milhões de toneladas, a produção anual de álcool poderia atingir 350 milhões de litros, o que corresponde à metade do total do álcool motor usado em mistura com a gasolina em 1977.

Além destas formas de produção de energia, cabe mencionar ainda primeiramente o considerável potencial de desenvolvimento para a energia solar direta — sobretudo no atendimento da demanda de comunidades rurais e aplicações particulares até que a conversão foto-voltaica venha a tornar-se economicamente interessante nos próximos 15 a 30 anos. Estima-se contudo que a energia solar direta terá, em termos relativos, pequena incidência sobre o consumo global.

O desenvolvimento de dispositivos para a produção de energia eólica vem apresentando interessantes resultados, que são relevantes particularmente à situação do nordeste do País. Já há projetos em vários países para o estabelecimento de instalações a potências que atingem a casa de algumas dezenas de Mwe.

A energia das marés também vem sendo explorada há alguns anos em escala industrial em Rance, na França. Recordando que as ondas acumulam cerca de 60 Kw por metro linear, não há dúvida que considerável esforço será empregado no aproveitamento deste fantástico potencial.

É evidente que entre as formas não convencionais de produção de energia, a fusão nuclear é a única que propiciará a possibilidade de resolver definitivamente o problema de suprimento energético da humanidade. De fato, trata-se da forma de energia mais convencional de todas, pois é deste processo que o nosso Sol — que em última análise é responsável por todas as formas de energia conhecidas na Terra, seja a fóssil, eólica, das marés e até a hidroelétrica, — obtém a sua potência. No Sol, o Hidrogênio se transforma continuamente em Hélio por meio de reações de fusão atômica. Em cada segundo, cerca de quatro milhões de toneladas de matéria solar se convertem em energia. O controle deste processo na terra implicaria na utilização da fonte inesgotável de Hidrogênio pesado — o Deutério contido nas águas do mar. Do-

minado o processo, cerca de 4 litros da água gerariam tanta energia quanto aquela contida em 5 barris de petróleo.

É fora de dúvida que, controlado o processo de fusão, o homem estará dando mais um passo no sentido de obter fluxos cada vez mais intensos de energia, que tem sido o seu caminho desde o fundo dos tempos.

Os progressos já realizados, seja por implosão, utilizando-se os lasers ou feixes eletrônicos incidentes sobre pastilhas de Tritio e Deutério sólido, e mais recentemente, pelo confinamento do plasma a temperaturas as mais altas até agora alcançadas — que transpuseram a barreira para o início das reações auto-sustentadas —, dão aos investigadores fundadas esperanças de que se chegue a construir um reator experimental a fusão num prazo de 10 a 20 anos. É pois possível que, já no próximo século, o homem tenha se libertado completamente de sua dependência energética. Será o ingresso permanente da humanidade na era pós-industrial, em que sua capacidade de realizar trabalho será virtualmente ilimitada. Cumprir-se-á assim o mito de Prometeu: o fogo será agora arrancado definitivamente do céu, em benefício do homem.

Até lá — antes de chegarmos à nova idade do ouro, devemos economizar combustíveis, criando um novo padrão de consumo. Ao comparar-se, por exemplo, a energia consumida *per capita* em países de nível de vida equivalentes, como os Estados Unidos e a Suécia ou a França, verifica-se que o cidadão americano gasta o dobro da energia consumida pelos seus homólogos.

No Brasil a situação do consumo é francamente escandalosa, como já se apontou anteriormente — à vista de nossas limitações. É fora de dúvida de que os setores industriais pesados, como a siderurgia e a fabricação de cimento, entre outras, para não falar-se nos transportes individuais, podem economizar facilmente de 20 a 30% de combustíveis líquidos, invertendo-se o processo de consumo crescente que tem caracterizado o nosso comportamento a partir de 1973.

No que concerne ao transporte de cargas, a situação exige a adoção de um novo padrão de ocupação do território, recorrendo-se decididamente onde for possível, ao transporte fluvial e marítimo, para o escoamento de nossa produção, particularmente de nossa produção agrícola, tão vital para manter-se o equilíbrio de nosso balanço de pagamentos.

É necessário conscientizar a nação de que um país que depende em 40% de suprimento energético externo, tem poucas chances de satisfazer as suas ambições de tornar-se o país autônomo, invulnerável e soberano que todos desejamos.

ANEXO

1. Diferentes Linhas de Reatores Nucleares

Os reatores nucleares, comercialmente desenvolvidos ou em vias de se tornarem comerciais, são caracterizados, basicamente, por três elementos:

- o tipo de combustível;
- o tipo do refrigerante;
- o tipo do moderador.

Os reatores de água leve (LWR — Light Water Reactors) são os reatores mais difundidos (existem cerca de 80 em funcionamento do Mundo Ocidental), sendo refrigerados e moderados a água leve (água comum) e usam urânio levemente enriquecido como combustível (enriquecimento da ordem de 3% em urânio - 235). A sua tecnologia foi pesquisada principalmente nos Estados Unidos e na Rússia (Fig. 1), como resultado dos vastos programas de desenvolvimento e construção de submarinos nucleares.

Existem dois tipos de reatores nucleares moderados a água leve: o PWR (Pressurized Water Reactor) e o BWR (Boiling Water Reactor). Basicamente, a diferença entre os dois consiste em que, no primeiro, a água de refrigeração circula a alta pressão (da ordem de 150 atmosferas) no núcleo do reator, impedindo a sua ebulição, e o vapor é produzido num circuito intermediário; no segundo, a pressão a que a água é submetida é menor (da ordem de 70 atmosferas), ocorrendo a ebulição da água e conseqüente formação de vapor no interior do vaso que contém o núcleo do reator.

Outro tipo de reator com tecnologia desenvolvida é o de água pesada (HWR) com tubo de pressão, conhecido como Candu, que usa o urânio natural com combustível e é refrigerado e moderado a água pesada (D²O). A tecnologia deste tipo de reator foi desenvolvida no Canadá e existem cerca de 10 unidades em operação.

TIPOS DE REATORES	COMBUSTÍVEL	MODERADOR	REFRIGERANTE	TECNOLOGIA
PWR (Reator de água Pressurizada)	Urânio enriquecido	Água leve	Água leve	EUA, URSS
BWR (Reator de água fervente)	Urânio enriquecido	Água leve	Água leve	EUA, URSS
HWR (CANDU)	Urânio natural	Água pesada	Água pesada	Canadá
SGHWR (Reator de água Pesada gerador de vapor)	Urânio natural ou enriquecido	Água pesada	Água leve	Inglaterra, Canadá
HTGR (Reator a gás de alta temperatura)	Urânio enriquecido ou tório	Grafita	Hélio	EUA
FBR (Reatores rápidos)	Urânio, plutônio e tório		Sódio ou hélio	EUA, URSS, França e Inglaterra

FIGURA — 1

Outros dois tipos — SGHWR (Steam Generator Heavy Water Reactor) e o HTGR (High Temperature Gas Reactor) — encontram-se em vias de se tornarem comerciais, já que a sua tecnologia está sendo satisfatoriamente comprovada. O primeiro utiliza Urânio levemente enriquecido (1,5%), sendo moderado a água pesada e refrigerado a água leve. Sua tecnologia foi desenvolvida na Inglaterra e no Canadá. O segundo tem o seu combustível constituído por Urânio altamente enriquecido (92%) combinado com Tório moderado a Grafita e refrigerado com Hélio, sendo os Estados Unidos o principal responsável pelo desenvolvimento de sua tecnologia.

O FBR (Fast Breeder Reactor) encontra-se em fase final de desenvolvimento, apresentando ainda alguns problemas tecnológicos a serem resolvidos, mas os resultados até agora obtidos, notadamente pela França e pela Rússia e, ainda, o lançamento de um intenso programa de desenvolvimento desses reatores pelos Estados Unidos, indicam que os entraves poderão ser superados na próxima década. Este tipo de reator é caracterizado por produzir seu próprio combustível, sendo que a relação entre as quantidades de combustível produzido e de combustível queimado pode chegar até 1,82. Seu combustível é o Plutônio ou o Urânio-233, não utiliza moderador e é refrigerado a Sódio ou Hélio.

Existem várias outras concepções de reatores, algumas já construídas, mas que se encontram muito distantes de se tornarem comerciais.

2. A Opção Nuclear Brasileira

O acordo nuclear assinado entre o Brasil e a República Federal da Alemanha proporcionará a construção de oito centrais nucleares com uma potência instalada de geração de energia elétrica de cerca de 10 milhões de kilowatts, além da implantação da infra-estrutura essencial e da tecnologia correspondente. Como as centrais nucleares a serem construídas são do tipo PWR, a assinatura do acordo implicou, para o Brasil, na opção pela linha de reatores do tipo de água pressurizada. Um dos pontos que caracterizam o reator tipo PWR, adquirido pelo Brasil, tanto para a Central de Angra dos Reis, do tipo Westinghouse, quanto pelo acordo nuclear, do tipo Biblis-B, é o fato de necessitar de Urânio enriquecido como combustível. Isto é, o Urânio natural, no qual o Isótopo-235 — único Isótopo físsil da natureza — existe na razão de 0,7%, deve ser tratado até que o teor de Urânio-235 passe a ser de cerca de 3%.

Isto significa que o ciclo do combustível é acrescido, para este tipo de reatores, de uma etapa bastante complexa e dispendiosa que é o enriquecimento do Urânio. As principais etapas do ciclo do combustível (Fig. 2) são então as seguintes:

CICLO DO COMBUSTÍVEL EM REATOR DE ÁGUA PRESSURIZADA (PWR)

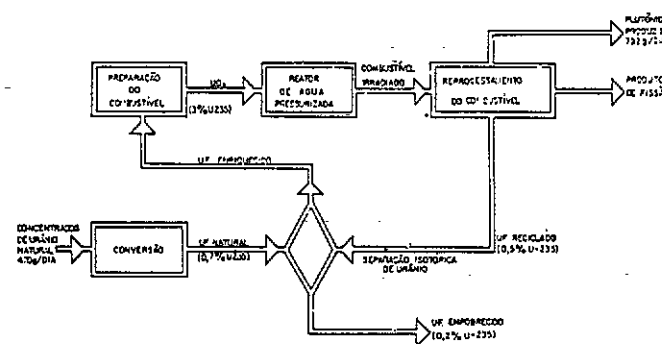


FIGURA — 2

PROCESSOS DE ENRIQUECIMENTO ISOTÓPICO DE URÂNIO

PROCESSO DE ENRIQUECIMENTO	PAÍSES	CAPACIDADE	
		INSTALADA EM KG UTS/ANO	PROJETADA EM KG UTS/ANO
DIFUSÃO GASOSA	E. U. A.	17×10^6	27×10^6 (1980)
	URSS	?	?
	CHINA	?	?
	INGLATERRA	400×10^3	
	EURODIF (FRANÇA, BÉLGICA, ITÁLIA E ESPANHA)		10×10^6 (1981)
ULTRA-CENTRIFUGAÇÃO	URENCO - CENTEC (INGLATERRA, ALEMANHA, HOLANDA)	50×10^3 (USINA-PILOTO)	2×10^6 (1980) 10×10^6 (1985)
	JAPÃO	180 (USINA PILOTO)	5×10^6 (1985)
JET NOZZLE	ALEMANHA	25×10^3 (USINA PILOTO)	800×10^3 (1979)
	ÁFRICA DO SUL		8×10^3
LASER	SOMENTE EM NÍVEL DE PESQUISA		

FIGURA - 3

— Beneficiamento do minério: o baixo teor dos minérios de urânio (0,1% a 0,2% em média) implica na maior complexidade dos processos de beneficiamento e impõe a sua concentração na boca da mina.

— Conversão: a etapa seguida de ciclo do combustível (enriquecimento) exige, nas tecnologias já desenvolvidas e em desenvolvimento, que o urânio seja fornecido no estado físico gasoso. Assim, nesta etapa do ciclo, o concentrado de urânio natural (U_3O_8 sólido) é convertido em hexafluoreto de urânio UF_6 gasoso). A tecnologia da conversão é relativamente fácil e o custo da conversão é baixo.

— Enriquecimento: é um processo tecnologicamente complexo, só integralmente dominado por países altamente desenvolvidos. Existem, atualmente, quatro processos de enriquecimento (Fig. 3). O processo de Difusão Gasosa é o mais amplamente dominado, sendo o único existente em escala industrial na URSS e nos Estados Unidos, com três instalações de enriquecimento. Um segundo processo — a ultra-centrifugação — existe em escala de usinas-piloto, sendo a sua tecnologia razoavelmente dominada por vários países, notadamente pela Inglaterra, Holanda e Alemanha, que constituíram uma companhia tripartite para a exploração desta via. O processo de enriquecimento previsto pelo acordo nuclear — o Jet Nozzle — vem sendo desenvolvido na Alemanha e, segundo se acredita, pela África do Sul. Este processo existe, atualmente, em escala de usina-piloto. O quarto processo consiste na excitação fotoquímica seletiva por raios Laser e só existe em nível de pesquisa de laboratório.

Deve ser observado que, em qualquer dos três primeiros processos de enriquecimento, o consumo de energia elétrica é altíssimo, colaborando para tornar o custo do enriquecimento um dos mais altos das diferentes etapas do ciclo do combustível:

— Reconversão e Fabricação: o urânio gasoso enriquecido, obtido na etapa anterior, é convertido em óxido de urânio (UO_2) que tem a forma de pó. Em seguida, é prensado e sintetizado sob a forma de pequenas pastilhas que são inseridas em tubos de material especial (Zircaloy), constituindo a unidade dos elementos combustíveis dos reatores. A tecnologia da fabricação de elementos combustíveis é avançada, sendo dominada por vários países.

— Irradiação: o combustível é inserido no interior do reator para a produção de energia. O rendimento econômico do ciclo é bastante sensível ao modo pelo qual se gerencia o uso deste combustível, quando no reator.

— Reprocessamento: química altamente complexa, efetuada sob elevados níveis de radiação, exigindo métodos de manipulação remota e em ambiente hermeticamente fechado devido à presença do Plutônio produzido, que é extremamente tóxico. O reprocessamento do combustível é outra das etapas caras do ciclo, tendo repercussão direta, no custo final da energia produzida, devido também ao alto valor econômico do Plutônio e Urânio-235 residuais.

— Resíduos: durante a irradiação do combustível, devido às fissões, são formados produtos radioativos que necessitam ser isolados, constituindo um problema difícil pelas suas possíveis repercussões no meio ambiente.

3. Enriquecimento por Jet Nozzle

O princípio básico de funcionamento do Jet Nozzle é a expansão da mistura gasosa feita em contato com uma parede curva e conseqüente separação por efeito centrífugo dos componentes mais pesados e dos mais leves. (Fig. 4).

Para a produção de urânio enriquecido, o gás usado é uma mistura de hexafluoreto de urânio com gás mais leve — hidrogênio ou hélio. O jato de gás em alta velocidade é bipartido, ficando a fração mais pesada — o Urânio

238, "pobre" — na parte externa. Para se conseguir um enriquecimento até três por cento — exigido para reator do tipo PWR — o processo deve ser repetido inúmeras vezes. Os custos de enriquecimento de urânio são ainda mal definidos, qualquer que seja o processo adotado. Todos eles, com a possível exceção do que usaria a excitação fotoquímica seletiva por raios de lasers, exigem grandes instalações. A opção por um ou por outro processo é mais um problema de decisão política e tecnológica do que de custos propriamente ditos. No caso brasileiro, a escolha do Jet Nozzle deve ter ocorrido por ser o mesmo exclusivamente alemão — livre de interferências políticas de terceiros países — e de se encontrar em estágio de experimentação suficientemente avançado.

Processo de enriquecimento do jato centrífugo (jet nozzle)

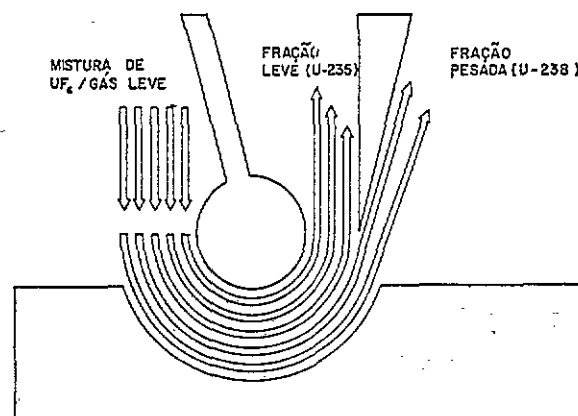


FIGURA - 4

4. Custo da energia

O custo da energia elétrica obtida a partir das centrais nucleares é composto de três parcelas:

- encargos do capital investido;
- custo do combustível;
- custo da operação e manutenção.

Os custos de investimentos para a construção de uma central são diretos — terrenos, estruturas e benfeitorias, equipamento gerador de vapor, equipamento turbogerador, elétrico e sobressalentes — e indiretos — engenharia e administração, juros e inflação durante a construção, sabidamente demorada (de 8 a 10 anos).

A influência do ciclo do combustível no custo da energia é resultado da composição de três parcelas:

- um custo devido à primeira carga, que consiste nos juros sobre o capital investido na sua aquisição e o pagamento necessário para a amortização da diferença entre o custo da carga inicial e o valor da última carga;
- os custos decorrentes do consumo e reposição do combustível nas recargas intermediárias;
- os juros correspondentes à estocagem do combustível novo, para recargas, e do combustível irradiado mantido na usina durante, aproximadamente, seis meses, para o decaimento radioativo.

Os vários componentes do custo da energia nucleoeletrônica têm subido de forma constante nos últimos anos. De fato, a inversão de capital para centrais de 1.000 Mwe, que era estimada em US\$ 124/Kwe em 1969 (1), passou para cerca de US\$ 450/Kwe em 1974 (2) e já é calculada como sendo de US\$ 1.704 para as Unidades II e III da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (estimativa de 1978, 2.490 MW) (3). A Tabela I (3) mostra a distribuição desse custo total pelos vários componentes dos custos diretos e indiretos.

Já o preço do óxido de urânio que era de US\$ 17,60/kg em 1974 (2) é estimado em US\$ 100 nos dias de hoje. O enriquecimento do urânio, por sua vez, passou de US\$ 26/kg UTS, em 1967 (2), para mais de 100/kg UTS em 1977. A Tabela II fornece uma estimativa do custo do combustível para reatores a água leve de 1.250 Mwe de potência.

(1) Energia, Tecnologia e Desenvolvimento — Energia Elétrica e Nuclear — Simpósio Nacional de Energia realizado no Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, outubro de 1977 — Edit. Vozes.

(2) Problemas de Energia no Brasil — IPEAC — 1976.

(3) Diário do Congresso Nacional — Suplemento do nº 037, de 27 de abril de 1979, CPIAN.

TABELA I
CUSTO TOTAL DA
CENTRAL NUCLEAR ALMIRANTE ALVARO ALBERTO
(Unidades II e III - 2490 Mwe)

Valores em 10 ⁶ Cr\$ - Base: preços de 1978 (1 US\$ - Cr\$ 18,00)		
1. CUSTOS DIRETOS	CUSTO TOTAL	PERCENTUAL
1.1 - Terrenos	30,9	-
1.2 - Obras civis	5.574,2	7,3
1.3 - Equipamentos e Montagens	25.654,5	33,6
1.4 - Eventuais	3.315,3	4,4
1.5 - Total dos Custos Diretos	34.574,9	45,3
2. CUSTOS INDIRETOS		
2.1 - Canteiros e Acampamento	1.627,8	2,1
2.2 - Engenharia	9.484,8	12,4
2.3 - Fiscalização	1.248,4	1,6
2.4 - Administração Geral Capitalizada	3.327,1	4,4
2.5 - Total dos Custos Indiretos ...	15.688,2	20,5
3. SUBTOTAL (s/juros e s/combustível) ..	50.263,1	65,8
4. JUROS DURANTE A CONSTRUÇÃO	19.975,0	26,2
5. SUBTOTAL (s/combustível)	70.238,1	92,0
6. COMBUSTÍVEL (carga inicial)	4.382,1	5,7
7. JUROS SOBRE COMBUSTÍVEL	1.741,0	2,3
8. CUSTO TOTAL	76.361,2	100,0
- Custo US\$/Kw (sem combustível) ...	1.567	
- Custo US\$/kw (com combustível) ...	1.704	

TABELA II

Estimativa do Custo do Combustível Para
Reatores a Água Leve - 1.250 Mwe
(Dollar de 1978)

FASE DO CICLO	CUSTO Mills/Kwh
Mineração e Concentração (\$40/lb. U ₃ O ₈)	2,28
Conversão para Uf ₆ (\$ 3,00/lb. U)	0,14
Enriquecimento (\$ 128/kg UTS)	1,83
Reconversão e Fabricação (\$ 100/kg U)	0,40
Transporte do Combustível Irrradiado (\$ 15/kg U) ...	0,06
Reprocessamento (\$ 200/kg U)	0,78
Tratamento de Rejeitos	0,07
Valor do Plutônio (\$ 38,60/g)	(1,05)
Subtotal	4,51
Custos Financeiros do Combustível (a 15% a.a) ...	1,83
Total	6,34

Estes valores são estimativas que refletem a ordem de grandeza de qual seria o custo das várias fases do ciclo, em dólares de 1978.

5. As Usinas Nucleares e o Meio Ambiente

As centrais térmicas, clássicas ou nucleares, exercem, como todas as grandes realizações humanas, um certo impacto sobre o meio ambiente.

De um certo modo, este impacto depende do local da instalação e os aspectos particulares de cada implantação podem ser analisados em um estudo que vise considerar, de um modo global, os problemas relacionados com a implantação de um parque nuclear, até 1990.

Existem três aspectos principais a se considerar qualquer que seja o caso:

- O calor rejeitado;
- a interconexão da central ao sistema elétrico;
- os efluentes e rejeitos radioativos.

Os dois primeiros aspectos não são inerentes somente às centrais nucleares, e o terceiro substitui as emissões de anidrido sulfuroso e de pó, que ocorre no funcionamento das centrais térmicas clássicas. Por outro lado, a implantação de um parque gerador nuclear implica na construção de instalações ligadas ao manuseio de produtos radioativos: usinas de tratamento de combustível irradiado, centros de estocagem de rejeitos radioativos e, eventualmente, usinas de fabricação de combustível novo.

5.1 — O Calor Rejeitado

A rejeição de calor para o meio ambiente é uma característica de todas as centrais térmicas, nucleares ou não. Devido a problemas tecnológicos de materiais, as centrais nucleares rejeitam cerca de 50% mais calor que as térmicas clássicas de mesma potência.

A rejeição no calor pode ser realizada de três maneiras diferentes:

- para a água do mar ou de rios;
- para a atmosfera, sob a forma de vapor d'água;
- para a atmosfera, sob a forma de ar quente.

A grande maioria das centrais nucleares, em funcionamento, opera de acordo com o primeiro caso. O aquecimento das águas marinhas ou dos rios não é, necessariamente, um inconveniente, devendo, contudo, ser limitado a fim de se evitar consequências danosas para a fauna e flora aquáticas; os conhecimentos atuais sobre os limites admissíveis são ainda limitados e o problema apresenta dois aspectos:

- o primeiro, de natureza física, é o de se determinar o comportamento das massas de água aquecidas (diluição, refrigeração), e as características das zonas aquecidas (elevação de temperatura, dimensões, movimentos);
- o segundo, de natureza fisiológica e ecológica, é mais delicado, não se conhecendo com a profundidade desejada os efeitos do aquecimento sobre a fauna e flora aquáticas. Contudo, os estudos já realizados recomendam uma certa prudência, estabelecendo-se certos limites para o aquecimento da água.

O segundo processo (atmosfera-vapor d'água), foi considerado, até recentemente, como uma solução ideal do ponto de vista de proteção do meio ambiente, permitindo evitar o aquecimento dos rios. Contudo, o processo requer a instalação de torres de refrigeração que custam algumas dezenas de milhões de dólares, penalizando o custo da energia. Por outro lado, as torres de refrigeração trazem uma maior flexibilidade para a escolha do local da implantação das usinas, permitindo a implantação nas proximidades dos centros de carga. Porém, os protestos violentos constatados recentemente devido à implantação das centrais de Kaiseraugust, na Suíça, de Breisach, na Alemanha, e das centrais do Vale do Loire, na França, mostram que as populações não apreciam a vizinhança destas instalações devido às suas dimensões, a coluna de vapor d'água que emerge delas, ruídos e modificações no clima local.

O terceiro processo não foi utilizado até hoje, exceto em casos muito particulares e para potências limitadas. O processo, contudo, se encontra em fase de desenvolvimento, principalmente nos países pobres em água para refrigeração, sendo, evidentemente, difícil de se precisar o que se alcançaria com estes estudos, mas é certo que os refrigerantes secos serão sensivelmente mais volumosos e ruidosos.

5.2 — Transporte da energia

a interconexão da central ao sistema elétrico é realizada por linhas aéreas abrindo-se corredores para a implantação das torres de sustentação dos cabos elétricos. O transporte da energia por linhas aéreas produz, portanto, um impacto na estética do meio ambiente, não apresentando, contudo, consequências maiores.

O emprego de cabos subterrâneos, que parece ser altamente desejável sob o ponto de vista do meio ambiente, encontra o seguinte obstáculo: atualmente, não se dispõe do desenvolvimento tecnológico necessário para o transporte de altas potências elétricas a longas distâncias, sendo que, para curtas distâncias, o montante dos investimentos é de 10 vezes maior do que por linha aérea.

5.3 — Efluentes Radioativos das Centrais

Nas vizinhanças das centrais, as doses de radioatividade devido aos efluentes radioativos são bastante inferiores às doses permitidas pelas autoridades reguladoras e fiscalizadoras.

Considerando que os rejeitos de calor constituem uma realidade irremovível, os efluentes radioativos podem ser considerados como uma imperfeição que pode vir a ser parcialmente eliminada. Mesmo sem esperar a perfeição, isto é, efluentes que apresentem radioatividade absolutamente nula em operação normal, podem-se aguardar progressos sensíveis na sua redução.

Para uma central a água pressurizada de 1.000 Mwe e com a tecnologia atual, por exemplo, o grupo de população mais exposto é constituído, nas condições médias, pelos habitantes residentes na região situada até 1 a 2 km da chaminé da central. Para estes indivíduos, a exposição devido aos gases nobres provenientes da fissão é da ordem de 0,001 da dose limite e a exposição devido à inalação do I^{131} pode atingir 0,0001 da dose limite.

Existindo pastagens exploradas para a produção de leite até um raio de 10 km de distância da central o grupo da população mais exposto é constituído pelas crianças que consomem "unicamente" leite, sendo que sua exposição pode atingir 0,01 da dose máxima permissível.

Quanto aos efluentes líquidos, a exposição avaliada a partir das hipóteses mais pessimistas não passa de 0,0001 da dose limite.

Nestas condições, e mesmo admitindo que novos dispositivos de retenção não sejam desenvolvidos, as doses provenientes do funcionamento das centrais nucleares atuais são perfeitamente admissíveis. Outro aspecto dos produtos radioativos são os rejeitos das usinas de tratamento de combustíveis irradiados. Os rejeitos destas usinas são mais importantes e mais delicados de se estimar. Eles variam, de uma parte, com o porte da usina e, de outra parte, com o tipo de reator de onde é retirado o combustível e com o intervalo de tempo decorrido entre o início da irradiação e o reprocessamento.

Os problemas essenciais ligados ao reprocessamento de combustíveis irradiados são de duas espécies:

- a estocagem das soluções dos produtos de fissão necessita de uma vigilância constante e não pode ser considerada, conseqüentemente, como uma solução conveniente ou mesmo aceitável. Diversos processos de solidificação dos resíduos foram desenvolvidos: a vitrificação apresenta a vantagem de possuir um fator da redução de volume bastante grande (5 a 10), uma estabilidade química elevada e uma grande resistência à lixiviação. Mas este processo de tratamento dos rejeitos necessita de uma adaptação para cada composição da solução original, estando em estudo, na França, um processo em princípio mais satisfatório que inclui uma calcinação seguida de uma vitrificação. Após a solidificação, os produtos de fissão são colocados em tambores de aço que, por sua vez, são envolvidos em concreto e armazenados em espécies de casamatas, construídas em formações salinas ou graníticas;

- o Kriptônio-85 é o principal gás nobre produzido pela fissão, possuindo um período de atividade bastante longo (10, 76 anos), sendo totalmente liberado no decurso do reprocessamento. O problema não é imediato, mas com o crescimento do número de usinas nucleares, este elemento deverá ser retido. Estima-se que no ano 2000, o teor de Kriptônio-85 será de 1 a 2 mCi/q no Kriptônio da atmosfera. Métodos que permitam extrair o Kr-85 e garantir a sua estocagem são realizáveis tecnicamente e poderão ser utilizados quando se fizer necessário. O problema constituído pela dispersão do trítio na atmosfera é menos urgente que o do Kr-85, mas será necessário se prever, no futuro, a sua eliminação.

É conveniente observar que o custo da estocagem dos rejeitos de baixa e média radioatividade representa uma parcela muito pequena do custo de kwh.

A solidificação e a estocagem dos produtos de fissão, segundo a tecnologia atual, pode ser estimada como tendo um custo de cerca de 30 dólares/kg de urânio tratado nestas usinas, correspondendo a 30% do custo do reprocessamento, incidindo em torno de 5% do custo de Kwh.

6. Considerações sobre transferência de tecnologia

A primeira vista, pode-se imaginar que o crescimento tecnológico de uma nação seja um mero subproduto do crescimento vegetativo da demanda de bens e serviços, solicitada pelo mercado interno e externo. Em realidade, afora a componente mercadológica espontânea da questão, todos os progressos tecnológicos significativos foram objeto, em todos os tempos, de decisões tomadas a nível de estratégia global de governos, refletindo um exercício de vontade política face a conjunturas específicas.

O esforço dispendido pelas nações na incorporação desses progressos tecnológicos consubstanciou a vontade política traduzida pela tomada de decisão.

Em decorrência da complexidade dos recursos exigidos na canalização do esforço destas nações, sua coordenação ficou sempre centralizada em ór-

gãos governamentais de alto nível, já que a ausência de um planejamento global implicaria na pulverização destes recursos e esforços.

Neste sentido, o progresso tecnológico de uma nação é fruto de três fatores decisivos: a vontade, a decisão e o esforço nacionais.

Em nosso País, a vontade surgiu com a consciência aguda da necessidade de se promover um programa de desenvolvimento destinado à produção da energia nuclear. A perspectiva do estrangulamento, em um futuro próximo, de nossa economia pela escassez de energia em regiões estratégicas do País, acentuada pela crise internacional do petróleo, motivou a tomada de decisão que culminou com a assinatura do Acordo Nuclear com a República Federal Alemã. O esforço nacional relativo à absorção da tecnologia dos reatores nucleares do tipo PWR fica condicionado à própria natureza do Acordo, tanto no que diz respeito aos objetivos e estratégia do programa, quanto no que se refere à transferência de tecnologia.

O Acordo prevê a transferência da tecnologia relativa a todas as etapas de um programa nuclear integrado, desde o ciclo de combustível até a fabricação progressiva no País de reatores propriamente ditos, a partir da aquisição e construção de centrais nucleares do tipo Biblis. Há algumas dificuldades inerentes à complexidade dos sistemas nucleares de geração de potência:

- dificuldade de "dominar" o projeto da planta nuclear, baseando-se, somente, nas informações adquiridas;

- dificuldade de acompanhar as melhorias tecnológicas das plantas com necessária antecipação;

- dificuldade de adquirir, no futuro, autonomia tecnológica no campo dos reatores avançados ou rápidos.

Para superar esses obstáculos seria necessário que, através da absorção do *know-how* e do *know-why*, fossem atingidos dois objetivos intermediários fundamentais:

- o imediato desenvolvimento de capacidade de "engineering" aplicado;

- o desenvolvimento gradativo das capacidades do projeto de conjunto e do processo *know-why*.

Sobre as possibilidades da absorção efetiva de tecnologia nas várias etapas do programa, tendo em vista a implantação de centrais nucleares, saliente-se que um exame superficial das áreas tecnológicas envolvidas é suficiente para demonstrar que não teremos oportunidade de participar inicialmente da tecnologia total.

A concepção do reator até o circuito primário do trocador de calor, ou seja, a filosofia do projeto, como é freqüentemente chamada, não está aberta à discussão. Ela é um dado. Todas as confrontações econômicas e técnicas desta fase vêm lacradas, não necessariamente em segredo, mas fora do alcance prático razoável do recipiendário. O que dela transparece são os aspectos exteriores, mais de *marketing* que tecnológicos.

A tecnologia envolvida nas decisões relativas à localização, proteção, conservação das usinas nucleares, consideradas neste contexto como tecnologia externa, será assimilada naturalmente, embora esteja intimamente ligada à concepção do projeto e, portanto, lacrada quanto à sua filosofia.

Um programa nuclear como o decorrente da assinatura do Acordo com a República Federal da Alemanha envolve três áreas nas quais a transferência de tecnologia se processará de forma mais ou menos acentuada, em função de sua ligação com a filosofia do projeto: a construção das centrais, o ciclo de combustível e a operação e manutenção das centrais.

Quanto à construção das centrais, a transferência de tecnologia só é possível na fabricação dos componentes, devendo o recipiendário obedecer exatamente ao prescrito pelo projeto lacrado e inalterável. Isto é, as indústrias brasileiras poderão fabricar os diversos componentes, sem, no entanto, influenciar a concepção do projeto.

Ainda nesta área, outros aspectos, como a localização da central, controle de qualidade, análises de segurança e proteção, oferecem razoável margem de possibilidade quanto à absorção da tecnologia, uma vez que as decisões, embora parcialmente ditadas pelo dado inicial — o projeto — têm também um cunho político, principalmente no tocante à localização da central.

Já as diversas etapas do Ciclo de Combustível dão margem à transferência integral da tecnologia, uma vez que elas não são integrantes de um projeto hermético em si. O dado inicial pode ser resumido, nesta área, nas especificações de qualidades e teores do combustível antes e depois da irradiação. Os processos de conversão, separação isotópica, preparação e reprocessamento são variados e acessíveis. Isto é, sua tecnologia pode ser absorvida, dependendo exclusivamente de um esforço neste sentido.

A operação e manutenção da Central Nuclear, finalmente, possibilitam a assimilação natural da tecnologia dentro de padrões ditados pelas normas de segurança da Central, novamente relacionadas com o dado inicial, ou seja, a filosofia do projeto.

7. Tecnologia nuclear e recursos humanos

O acesso à tecnologia nuclear alemã que o Acordo abre ao Brasil exige, para o seu efetivo aproveitamento, um enorme esforço de capacitação dos nossos técnicos para participação da absorção e desenvolvimento da tecnologia nuclear. A absorção de tecnologia só se fará, de fato, se se dispuser de recursos humanos qualificados, em quantidades tais que superem em muito a disponibilidade do País.

A tecnologia nuclear resulta de trabalho tipicamente inter e multidisciplinar. O perfil profissional dos técnicos e a sua qualificação exigem estudos minuciosos, dada a complexidade do campo coberto.

A inexistência de uma experiência internacional análoga ao programa a que se propõe implementar o Brasil dificulta sensivelmente a realização destes levantamentos. Entretanto, estudos sobre a utilização de recursos humanos na área nuclear em outros países permitem fazer uma avaliação, a grosso modo, das necessidades em pessoal que o nosso País deverá formar para a efetiva transferência de tecnologia decorrente de acordo nuclear com a Alemanha Ocidental. O número de empregos gerados na indústria, administração e pesquisa no campo da energia nuclear civil, em 13 países europeus, é apresentado na Figura 5.

A proporção de técnicos de nível superior em relação aos de nível médio no setor nuclear é, em geral, bem superior aos outros setores tecnológicos (Figura 6). Isto decorre da alta sofisticação técnica, bem como da participação mais significativa de pesquisa e desenvolvimento no setor.

A alta sofisticação tecnológica é retratada pela maior proporção de técnicos de nível superior em relação ao nível médio, quando comparado com outros setores. Nos países que desenvolveram tecnologia própria e fornecem equipamentos, estas proporções são menores.

Os números absolutos em relação ao Brasil ainda são muito baixos (menos de 1.000 técnicos), configurando a necessidade de um esforço concentrado, a fim de assegurar o máximo de transferência de tecnologia.

A proporção de pessoal na área nuclear em relação à população economicamente ativa é indicada na figura 7. Países como a França, Alemanha, Suécia e Reino Unido têm estes números próximos de 1%; em outros países onde o setor nuclear é menos significativo, os índices descem a 0,2 e 0,6 por cento.

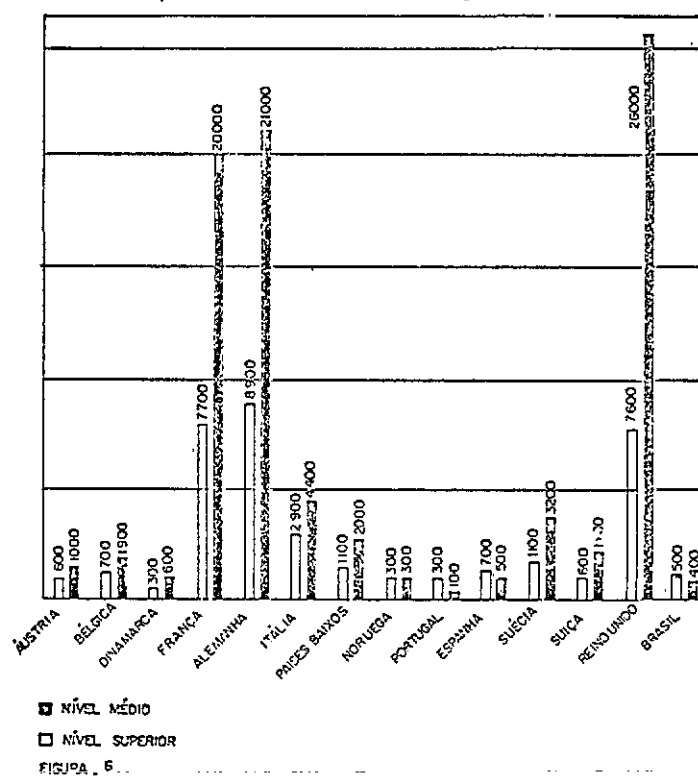
Conclui-se pelo exposto que o Brasil, ao optar pela energia nuclear como meio de atender à demanda crescente de energia, fez uma escolha necessária, destinada a sanar a lacuna que ainda por tempo considerável existirá entre o suprimento de energia que pode ser fornecido pelas fontes convencionais e a inclusão efetiva no ciclo produtivo de outras fontes, inesgotáveis, provenientes da fusão nuclear, da exploração racional da energia solar, seja em forma direta, seja pela via fotossintética.

Vale ressaltar, ainda, que os países detentores da tecnologia nuclear desenvolvem grande esforço no desenvolvimento de reatores de segunda geração — os Fast Breeder Reactors — que deverão ser comerciais na década de 1990.

A vantagem do desenvolvimento dos reatores regeneradores é a de possibilitar grande economia no ciclo de combustível.

Essa tecnologia deverá ser o estágio imediatamente subsequente ao programa decorrente do acordo nuclear assinado com a República Federal da Alemanha.

Técnicos de nível superior e de nível médio que trabalham na área de Energia Nuclear



Relação entre empregos na área nuclear e todos os outros, em 13 países europeus

País	Áustria	Bélgica	Dinamarca	França	Alemanha	Itália	Holanda	Noruega	Portugal	Espanha	Suécia	Suíça	Reino Unido
Emprego nuclear	3,0	4,0	2,4	22	27	20	4,7	1,6	3,2	13	3,6	3,0	2,6
Relação %	0,5	0,6	0,4	1,3	0,9	0,3	0,6	0,33	0,25	0,2	1,0	0,55	1,25

FIGURA 7

Se olharmos a evolução do aproveitamento da energia pelo homem, notamos que desde a utilização de formas dispersas pouco concentradas de energia característica do uso da agricultura primitiva até o uso do carvão, da hidreletricidade, dos combustíveis fósseis e, finalmente, da energia nuclear, a evolução da humanidade tem se feito sempre no sentido de consumir formas de energia cada vez mais concentradas.

Esta é uma evolução, é uma tendência que a mim parece irreversível, da energia solar primitiva, do uso da lente, do uso do carvão, do uso da hidreletricidade, do uso dos combustíveis fósseis, do uso da fissão nuclear, seguramente, vamos marchar para o uso da energia proveniente da fusão nuclear. Esta é uma tendência que me parece irreversível, ela, por assim dizer, faz parte do código e do padrão genético do homem, utilizar cada vez mais a sua capacidade técnica e científica no sentido de utilização de densidades cada vez mais altas de energia. Isso por uma razão muito simples porque energia, como aprendemos na escola secundária, nada mais é do que a capacidade de produzir trabalho. Então, o homem vem multiplicando a sua capacidade de produzir trabalho pelo uso cada vez mais concentrado de energia; nós nos referimos freqüentemente a uma máquina de 10 mil cavalos, 100 mil cavalos, 1 milhão de cavalos, esta é uma lembrança da utilização do animal de tração como um instrumento de multiplicação do trabalho do homem.

Estou convencido de que esta tendência vai continuar com os riscos que são inerentes a esse desenvolvimento.

Outro aspecto que me parece extremamente importante é que a cada um destes desafios, a cada introdução de uma nova forma de energia, o homem sempre encontrou meios de controlá-los e de utilizá-la racionalmente, de utilizá-la com segurança.

V. Ex^{as}, sem dúvida, não ignoram que há uma tendência da opinião pública, de certa parte da opinião pública, de sob o impacto de uma preocupação ecológica, que a meu ver, freqüentemente, é excessiva e sinto-me muito a vontade para falar nestes termos porque nos últimos 4 ou 5 anos fui responsável, e creio que com algum sucesso, pelo tratamento de problemas de pro-

Empregos gerados na indústria, administração e pesquisa no campo da energia nuclear civil, em 13 países europeus

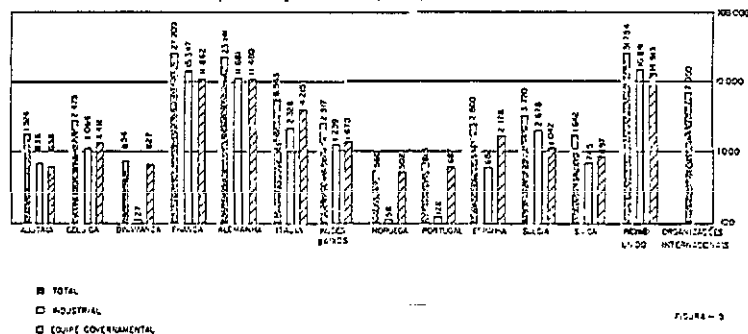


FIGURA 5

teção ambiental no meu Estado, é uma preocupação permanente e estou convencido de que é possível o desenvolvimento mantendo-se não só a integridade da espécie, mas a proteção do próprio ambiente em que o homem vive, isso faz parte da sua qualidade de vida.

Então, para começo de conversa, estou completamente convencido de que o uso de energia nuclear é irreversível e indispensável porque não existe, no momento, outra forma de energia concentrada acessível ao homem, em termos gerais, e em seguida passaria a falar um pouco do que penso sobre a situação particular do Brasil.

Então, repetindo, a tendência, uso cada vez mais concentrado de formas de energia, segundo, a julgar pela experiência da humanidade, o homem tem sempre resolvido os problemas de segurança envolvidos no uso dessas formas cada vez mais concentradas de energia e não vejo porque a energia nuclear, ou o uso da energia nuclear seja uma exceção, ao contrário, não existe nenhuma atividade industrial, do homem, que tenha apresentado até agora a segurança da indústria nuclear em todo o mundo.

Se olharmos as estatísticas, seja de acidentes, seja de acidentes pessoais, ou de acidentes na área de equipamentos, realmente o padrão de segurança da indústria nuclear é impressionante. Isso se deve, sem dúvida, ao que podemos chamar da síndrome de Hiroshima, o fato da energia nuclear ter sido utilizada primeiramente sob a forma de arma, uma arma de guerra, de uma bomba, levou toda a humanidade a se preocupar enormemente com uma nova escala de uso de energia concentrada.

Nós, evidentemente, quando queimamos o carvão, ou queimamos o petróleo, estamos utilizando uma escala de energia da ordem de algumas quilocalorias, ou, colocado em linguagem mais física, alguns electron-volts, quando passamos para energia nuclear, evidentemente, ingressamos na área dos milhões de electron-volts.

Então, há uma escala de densidade de energia utilizada pelo homem, há um aumento da escala, pelo menos de um fator de mil ou de alguns milhares.

Isso, evidentemente, colocou problemas novos tanto na área de segurança, na área de proteção, quanto na área propriamente dos investimentos necessários para o uso dessas formas de energia cada vez mais concentradas.

Não há dúvida de que a etapa seguinte ao uso dos reatores térmicos será o uso dos reatores rápidos, nos próximos 15, 20 anos e em seguida, seguramente, da fusão nuclear; não tenho bola de cristal, mas digamos aquelas pessoas que gostam de futurologia na área científica falam de 40, 50, 60 anos.

É preciso lembrar, também, que os problemas de segurança que serão colocados pela fusão nuclear serão seguramente maiores do que aqueles colocados pelo uso da fissão nuclear. Há uma tendência a se ignorar isso, há uma tendência a se imaginar que a energia produzida pela fusão nuclear será limpa, segura, isso é um engano e o processo básico da fusão nuclear envolve a produção de neutrons de energia extremamente elevada, com densidades de energia fantasticamente altas, quer dizer, o limiar de uma reação de fusão se encontra, no melhor caso, em torno de 100 milhões de graus centígrados, é necessário manter uma reação sustentada a essas temperaturas, evidentemente sob a proteção, a contenção de coisas imateriais, porque não há nenhum material conhecido que possa resistir a essa temperatura, a contenção se fará, portanto, apesar disso haverá terríveis problemas, tanto na área de imateriais, quanto, também, na área de poluição. No caso da fissão nuclear, como V. Ex^{ts} sabem, há uma preocupação considerável sobre os chamados cinzas ou rejeitos de longa vida, que são basicamente o cézio e o estrôncio, que são, diria, elementos um tanto bizarros no sentido de que eles não entram normalmente na constituição dos seres vivos, em qualquer natureza, então, o risco desses rejeitos é muito menor do que no caso da fusão, onde quantidades fantásticas de trício, quer dizer, hidrogênio radioativo, vão ser produzidas.

O hidrogênio é um constituinte universal de seres vivos, da própria água, quer dizer, são problemas que são graves, na perspectiva do que se pode imaginar, hoje, mas, estou convencido de que serão também resolvidos pelo homem, como sempre foram.

Acho que boa parte das preocupações de uso dessas formas mais concentradas de energia resulta de uma certa inquietação dos cientistas básicos, aqueles que se preocupam com a ciência básica, como eu próprio, no sentido de que na medida em que não se conheça completamente um processo elementar se sente uma certa insegurança.

Bem, a posição do Engenheiro e do Tecnólogo é diferente, o Sr. Senador Itamar Franco, que é Engenheiro, sabe muito bem que não existe uma solução analítica que satisfaça aos físicos e matemáticos, por exemplo, para uma certa viga suspensa, no entanto, o Engenheiro lida com tranquilidade e com margem de segurança.

A inquietação do físico pelo desconhecimento analítico, pela impossibilidade de instruir uma equação simples do que se passa no núcleo de um reator

nuclear, faz com que ele olhe todo esse problema com grande prudência, com grande suspeição.

Bom, diria que, pelo menos, não se sabe, talvez, seguramente mais de um milhão de anos que o homem domina o fogo, queimar carvão, até hoje não se conhece a equação básica mecânica que descreve o processo elementar de fazer reagir carvão mais oxigênio, carbono mais oxigênio, não é conhecida do ponto de vista analítico, do ponto de vista matemático, do ponto de vista daquilo que satisfaria plenamente um cientista da natureza, no entanto, o homem vem queimando esse carvão há milhões de anos, de outro lado, ele também produz um componente extremamente tóxico, que é o monóxido de carbono, com o qual nós temos corrigido e sobrevivido. Estou convencido, para repisar esse tema, de que a tendência de uso de energia cada vez mais concentrada de um lado e a capacidade de controle dessas formas pelo homem do ponto de vista de segurança, estão sendo resolvidos, estão resolvidos em boa parte e o record do comportamento da indústria nuclear é de extrema segurança. Isto não quer dizer que os relatórios produzidos pelos órgãos de promoção de energia nuclear, nos Estados Unidos da América, não tenham sido excessivamente otimistas sobre o estado atual das seguranças das centrais nucleares. Na época em que esse relatório foi produzido as associações americanas de física contestaram e hoje a posição oficial do Governo Americano é de recusar o relatório. Como excessivamente otimista é bem conhecido. Isto não quer dizer que a escala de segurança ainda não seja extremamente alta, mais alta do que qualquer outro setor.

Há uma grande confusão, eu vejo na imprensa, sobre, por exemplo, os riscos que falam em explosão de reator nuclear, reator térmico. Isso é completamente absurdo. Não existe reator funcionando com urânio no grau de enriquecimento de que dispomos, por exemplo, os nossos reatores, mesmo os reatores de pesquisa como o de São Paulo, Minas Gerais, que têm urânio enriquecido a taxas muito mais altas de 10%, 20%, em vez dos 3% no reator térmico convencional, é fisicamente impossível uma reação em cadeia explosiva com um reator desse. Isso é absurdo. Agora, não exclui, evidentemente, riscos de explosão de origem convencional química quando dessa ordem. Mas, a idéia de que um reator, como o reator de Angra possa explodir como uma bomba é absolutamente absurda, porque trata-se de urânio enriquecido a 3%. Para que fosse possível funcionar como uma bomba seria necessário que esse urânio tivesse acima de 95% ou mais, para que uma configuração crítica pudesse levar a uma explosão.

Deixando essa primeira questão que é um resumo, estou convencido de que o uso da energia nuclear é indispensável; estou convencido de que o homem vai continuar utilizando forma de energia cada vez mais concentrada; estou convencido que a idéia de substituir as fontes chamadas convencionais de energia por formas dispersas de energia como energia solar é um sonho romântico. No que respeita a segunda consideração, que desejava fazer é que como manifestei de público e aqui nesta Casa várias vezes, eu considero o Acordo Nuclear com a Alemanha um progresso considerável, um progresso extremamente importante comparativamente a situação que vivi anteriormente que nós compramos aquilo que se convencionou de chamar a "caixa preta" que é o reator de Angra I. O Acordo Nuclear com a Alemanha nos dá a oportunidade de domínio completo de todas as fases do processo nuclear.

Naquela ocasião em que depus aqui no Senado Federal manifestava com outros colegas, notadamente, com o Professor José Goldemberg a nossa inquietação quanto ao aspecto de transferência de tecnologia do Acordo. Nós considerávamos para que haja transferência de tecnologia obviamente é preciso que haja um receptor e, dando um balanço da situação na época nos parecia que o setor responsável ou setores responsáveis pelos recursos humanos no País, necessários à absorção dessa tecnologia deixavam muito a desejar. Folgo em dizer que depois dessa reunião nesta Casa que foi lançado um programa pró-nuclear de formação pessoal, o próprio Presidente da República, pessoalmente, sensibilizou-se com o problema e foi lançado um programa de formação acelerada de recursos humanos para o Programa Nuclear. O documento básico para esta questão tinha sido produzido por mim pessoalmente, Sociedade Brasileira de Física, que se estimava como necessário, cerca de 10 mil técnicos a serem formados em cerca de 10 anos; cerca de 3 mil do nível superior; cerca de 7 mil do nível médio para absorção desta tecnologia. Como esse programa foi lançado eu não acompanhei e nessa oportunidade devo declarar que o meu depoimento é evidentemente em caráter estritamente pessoal, eu não represento de maneira nenhuma o Governo ou qualquer órgão do Governo lidando com esta questão, encontro-me afastado de qualquer atividade de energia nuclear no Brasil desde 1963; trabalhei, como V. Ex^{ts} sabem, vários anos, cerca de 7 anos, no comissariado de energia atômica, no programa nuclear francês, mas não tive, não tenho qualquer vínculo com os organismos ou atividades oficiais no Brasil, nesta área. As minhas opiniões são estritamente pessoais. O mínimo que me pareceu é que o ritmo do progra-

ma de formação de pessoal deixava a desejar e segundo pude avaliar numa viagem que fiz à Alemanha, a convite do Governo Alemão, em companhia de outros colegas, entre eles o Professor José Goldemberg e o Professor Oscar Sala e a impressão que ficou desta viagem é que embora do lado alemão nos parecesse a disposição de transferência tecnológica, existia, claramente, que a participação do nosso pessoal na Alemanha deixava seguramente a desejar. Eu não tenho a menor restrição em falar disso aqui porque na volta procurei o Ministro Shigeaki Ueki e o Presidente da NUCLEBRÁS e manifestei a minha preocupação sobre esta questão, sobretudo em um ou outro setor do programa que envolve o acordo que me parecem críticos: a área de enriquecimento e a área de reprocessamento. Os brasileiros jovens que lá estão nos pareciam, a todos, insuficientemente experimentados para no plano científico acompanhar e absorver essa tecnologia que é evidentemente crítica dentro do quadro do programa. Estou informado que esta situação vem evoluindo favoravelmente e há um certo número de pessoas experimentadas, inclusive, na própria gerência desse projeto. Sei que para lidar com um programa na fase de enriquecimento de urânio seguiu para a Alemanha um ex-colaborador meu, que lá está gerindo esse programa, então, creio que essas observações feitas, tanto ao nível do Presidente da NUCLEBRÁS, quanto do próprio Ministro de Estado, tendo uma resposta de que o assunto está sendo tratado. Eu folgo também em ver que o Ministro César Cals, também sensibilizado com a importância desse problema, está avocando à Secretaria de Ciência e Tecnologia desse Ministério, hoje dirigida pelo Professor Reinaldo Cavalcanti, homem extremamente capaz, ex-reitor da Universidade Federal da Paraíba, está avocando a esta Secretaria, Gerência do Programa de Formação do Pessoal — Pró-nuclear. Acho essa medida extremamente importante e eficaz.

Tenho me manifestado no sentido de que como cientista e como tecnólogo, parece-me que o programa estratégico maior do Governo, não só pelo volume de recursos envolvidos mas, também, pela oportunidade única que ele enseja de modernização industrial do País, embora isso possa chocar muitas pessoas. Estou muito pouco preocupado com o quilowatt gerado e muito mais preocupado com a oportunidade que o programa enseja, de modernização industrial do País. Do custo de um reator nuclear, cerca de 20% envolve controle de qualidade; esse controle de qualidade é um instrumento extremamente importante de produção, de química, de eletrônica, de materiais de altíssima qualidade e de grande segurança. Essa necessidade, que é de controle de qualidade, que é inerente a um programa nuclear, é a oportunidade de modernização, como disse, do País e de um envolvimento de um grande número de tecnólogos, de engenheiros, que produzirão, que gerarão subprodutos extremamente importantes para a sociedade brasileira, para a indústria brasileira. Um País que tenha as ambições do Brasil — ambições, a meu ver, justificadas pelo seu tamanho físico, pelo tamanho da sua população — deve necessariamente ingressar em algum campo da tecnologia de porte, que seja aquelas três grandes áreas de trabalho nesse campo tecnológico; que seja o espaço; que seja o mar; que seja a energia nuclear, os recursos envolvidos e o número de pessoas envolvidas são, mais ou menos, da mesma ordem de grandeza. Dos três, a mim me parece, que exatamente o nuclear é aquele que pode dar mais subprodutos interessantes; uma vez que tanto a atividade espacial quanto a exploração em recursos oceanográficos, hoje, é basicamente aquilo que é significativo, do meu ponto de vista, da ciência e tecnologia moderna, fala muito pouco disso, os recursos são imensos, voltados basicamente para problemas militares, do uso militar do mar. Não é necessário fazer maiores comentários sobre esse assunto, mas, a grosso modo, os recursos materiais e humanos envolvidos, numa dessas três linhas, são da mesma ordem de grandeza para um País que queira ingressar na modernização. É assim que eu vejo o programa nuclear brasileiro, como um instrumento de modernidade industrial.

Evidentemente, o problema do ritmo do programa foge à minha apreciação. O problema de alocação de recursos, embora eu pudesse ter como cidadão alguma opinião sobre isso, francamente não tenho, é um problema que foge estritamente à minha área. Apenas, faria a observação que, em média — e tenho aqui, se os Srs. Senadores estiverem interessados, um documento que resume essa questão — em média, nos Estados Unidos, só a decisão de construção de uma central nuclear e a sua operação transcorre normalmente cerca de dez anos, por causa dos procedimentos estritamente pesados na área de segurança e outras que existem nos Estados Unidos.

Na Europa, esse ritmo é mais rápido: em média, cerca de 6 a 7 anos. Eu dispunha, há algum tempo, confesso que perdi, não tenho referências, mas eu dispunha de uma estatística que mostrava que existe só um reator industrial, que foi instalado no Japão, o único reator que foi instalado no prazo previsto. Todos os demais reatores nucleares instalados em qualquer parte do mundo tiveram atrasos consideráveis porque, evidentemente, se trata de máquinas enormes que geram uma série de problemas, que são novos. Para falar franca-

mente, o problema do ritmo do próprio programa, estou convencido de que atrasos haverá e que o ritmo será mais lento, não por razões econômicas, mas porque é inerente no processo de instalação de central nuclear, não se pode prever, não se pode marcar data de inauguração de central nuclear. Todas as centrais no mundo inteiro sofrem atrasos e é até desejável que esses atrasos ocorram para que haja, na população, a tranquilidade sobre o aspecto da segurança. A esse respeito, passo para um outro assunto: sobre o problema da instituição, no Brasil, relativo a essa questão. Já me manifestei várias vezes, desde os anos 60 até cerca de 66, quando, finalmente, essa decisão, a meu ver, errônea, ocorreu.

Acho que quem decide sobre a construção das centrais, sobre a segurança das centrais, sobre a localização das centrais tem que estar sob uma autoridade diferente de quem constrói e explora essas centrais. Eu me bati sempre para que a Comissão Nacional de Energia Nuclear, que é responsável por tudo que diz respeito à segurança e normas, fique subordinada a uma autoridade mais alta, no caso a própria Presidência da República; uma vez que isso é importante e hoje a tendência é mundial, no sentido de evitar conflitos entre aqueles organismos que desejam obter a eletricidade na rede. Evidentemente, preocupados e com as suas próprias tarefas de construção, de custo, etc., e aqueles que são responsáveis diante de toda a comunidade, pela segurança desse sistema. Então, desejo manifestar, mais uma vez, a minha opinião de que a Comissão Nacional de Energia Nuclear devia ser subordinada à Presidência da República e não ficar subordinada, em pé de igualdade, com a NUCLEBRÁS e as geradoras de energia: FURNAS, ELETROBRÁS, a mesma autoridade, ao mesmo Ministro.

Finalmente, é um assunto que tem sido muito debatido. Como já manifestei de outras vezes, no próprio Senado, se encontra neste documento, não é novidade que o processo a ser utilizado no Brasil é o único que estava aberto à negociação. Tanto a difusão gasosa quanto à centrifugação não estavam acessíveis ao País por uma quantidade de razões: a principal das quais, sendo a aplicação do sistema de extrema rigidez de salvaguardas nessas áreas. Sobrou o processo de que estava em desenvolvimento, o chamado processo dos jatos centrífugos.

Tenho opinião diferente da maioria dos meus colegas sobre este assunto: entre comprar a tecnologia, se ela existisse, se ela fosse acessível, seja da difusão gasosa ou da centrifugação e participar do desenvolvimento de um novo processo, como sócio, eu teria, sem dúvida alguma, escolhido a terceira alternativa, o terceiro processo; uma vez que eu vejo nisso uma oportunidade, com aquelas observações já feitas anteriormente sobre a participação do pessoal, uma oportunidade de se associar ao desenvolvimento de uma nova tecnologia, é o mais importante para o País. Acharia que deveria ser, em geral, a preferência, um procedimento geral, na maioria dos casos.

Na medida do possível, nós, brasileiros, devíamos nos associar ao desenvolvimento tecnológico de algum processo na fase de desenvolvimento, para não comprarmos “caixa preta” depois. No caso do jato centrífugo, ele é um processo interessante, surpreendente, é o único processo no qual a experiência dá melhor que a teoria. Em todos os outros processos conhecidos, em geral, na maioria dos processos físicos, a experiência é pior do que a teoria, porque na teoria não se leva em conta primeiro a abordagem teórica de uma série de limitações. Esse é um processo em que o rendimento é melhor do que aquilo que pode ser calculado. Isso é demonstrado experimentalmente.

Ele tem esse aspecto interessante. Inclusive, de permitir ainda muito trabalho, desenvolvimento, pesquisa, etc.

Na visita à Alemanha fui surpreendido, favoravelmente, com o fato de que a chamada experiência piloto é uma experiência muito grande, quer dizer, já se gastou, na Alemanha, me disseram, cerca de 50 milhões de dólares no desenvolvimento desse processo, até o ponto em que o Brasil começou a se associar a esse desenvolvimento, ele é seguramente promissor, aberto a desenvolvimentos interessantes, então, tenho uma impressão melhor do que tinha, antes de ir pessoalmente visitar as instalações. Discuti longamente com o Professor Becker, essa experiência que tem uma escala considerável, estava — quando estive na Alemanha, há quase um ano, seis meses — em funcionamento contínuo durante seis mil horas.

Enfim, não se trata apenas de ser favorável a esse processo porque é o único acessível, mas, contrariamente, acho que sou favorável porque é a oportunidade de participar do desenvolvimento de um processo novo, de um lado, e de outro porque ele me parece promissor, interessante, importante. De outro lado, ele é essencial, uma vez tendo decidido pela linha de urânio enriquecido, por várias razões que, enfim, já foram aqui debatidas enormemente, nesta Casa, de público, a autonomia nacional no que diz respeito ao ciclo do combustível, e exige, evidentemente, que tenhamos o domínio sobre a fase de enriquecimento.

Então, acho que é extremamente importante que se concentre esforços na melhoria desse processo — o que será feito, sem dúvida — mas que já é

mais do que uma experiência piloto. A mim me parece que nessa escala de experimentação de seis mil horas, em verdadeira grandeza, se trata simplesmente de multiplicação no número de etapas de enriquecimento.

Há progressos que vêm sendo feitos, sobretudo na área de fabricação de componentes para o processo dos jatos centrífugos, isso pode baratear o processo e, seguramente o Professor Becker, me disse que está convencido de que pode dobrar a eficiência do processo, fazendo com que, do ponto de vista do consumo energético ele seja nitidamente melhor do que a difusão, ainda pior do que a centrifugação.

Em resumo, eu diria que não vejo razões para mudar da posição que venho adotando há muito tempo, sobre essa questão, acho que o Acordo é positivo porque ele ensina a oportunidade de domínio completo de todas as fases do processo industrial nuclear.

Acho que ele ensina a oportunidade do domínio de certas tecnologias, não de todas as tecnologias. A tecnologia do ciclo combustível é totalmente transferível e absorvível pelo País. Evidentemente, a tecnologia do projeto, a engenharia básica do projeto é um dado, é um reator daquele tipo, então, não se trata de discutir, esta é uma fase em que não haverá absorção de tecnologia, porque o projeto é o projeto biblos, é assunto relativamente terminado. A oportunidade de absorção de tecnologia na área de fabricação de componentes, de desenvolvimento de peças, o que não é nada desprezível — a tecnologia do ciclo combustível e de fabricação de componentes é uma enorme parte do bolo tecnológico.

Estou convencido de que essa transferência e absorção de tecnologia se farão de novo, na medida em que levemos a sério o programa de formação e treinamento de pessoal, uma vez que a tecnologia não existe nas coisas, existe é na cabeça das pessoas.

Estou à disposição dos ilustres Senadores, para responder a qualquer pergunta. Creio que muitas das questões que não abordei aqui se encontram no documento que foi distribuído e, se durante a minha enfadonha fala acompanharam o documento, estou à disposição para qualquer resposta.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Senador Alberto Silva, apenas para lembrar a V. Exª que houve pane nos microfones, V. Exª terá então que se utilizar da gravação.

O SR. ALBERTO SILVA — Professor Vargas, ouvi com muita atenção a sua exposição, de um verdadeiro Professor, porque conseguiu sintetizar, em poucas palavras, aquilo que dificilmente se poderia fazer. Somente um homem experimentado como V. Sª faria isto, dada a sua experiência.

Anotei tanta coisa que, não iria tomar o seu tempo, porque cada uma delas talvez lhe desse margem de fazer outra exposição.

Mas, estou satisfeito porque havia uma dúvida, de que a ida de técnicos não capacitados para absorver a tecnologia num menor espaço de tempo, pudesse ser um dos inconvenientes a serem corrigidos. Mas V. Sª acaba de dizer que isso já foi providenciado — está sendo encarado como uma necessidade básica a formação de pessoal tecnológico para, ou pessoal apto a receber tecnologia em maior nível — isso já responde.

Agora, eu perguntaria duas coisas que ficaram aqui numa certa dúvida. V. Sª falou que não haveria, de nenhuma hipótese, risco de contaminação radioativa em resultado de explosão, mas a minha pergunta vai no seguinte: O acidente de Three Miles Island não foi explosão, os jornais falaram em vapor ou escapamento de gás radioativo. A pergunta é: Qual o perigo e a diferença entre um e outro? Todos os reatores atualmente construídos correm o risco de escapamento de gás radioativo e qual o risco em função da distância a um núcleo populacional?

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS — Essa é realmente uma pergunta muito complexa. Quando eu digo que não há risco de explosão nuclear. Evidentemente, riscos de contaminação radioativa existem como no caso do Three Miles Island, de uma rutura de um elemento combustível.

Entre os produtos de fissão, a fissão do urânio gera a produção de uma série de produtos radioativos gasosos ou vaporizáveis. Um deles é o Iodo 131, com 8,5 dias de meia vida, o xenônio, o criptônio, que são gases nobres, exatamente por serem gases nobres integram muito pouco com os materiais e pode haver um espacamento desses gases radioativos.

O problema uma comunidade que seria afetada em distância é extremamente complexo, depende da quantidade de gases escapados, evidentemente depende de condições meteorológicas, depende do regime de ventos, etc. Outra hipótese que foi objeto até de um filme que parece está fazendo um grande sucesso nos Estados Unidos, que é um processo que se chama de *meltdown*, quer dizer, de autofusão do núcleo, que gerou grandes preocupações no caso do *Three Miles Island*. Efetivamente, não houve esse processo catastrófico, mas eu diria que seguramente se aprendeu muito, do ponto de vista da segurança, com esse acidente.

Um dos fatores ou fenômenos, inicialmente nunca previstos, é que o escapamento do elemento combustível, uma liga de zircônio, alumínio e outros elementos, essa liga reagiu com a água à alta temperatura, acima de 600 graus, e um dos elementos do combustível, por problemas de mal funcionamento de uma válvula, diminuiu a refrigeração, o reator foi aquecido e um desses elementos reagiu com a água — zircônio reagindo com a água, produzindo hidrogênio mais hidróxido de zinco, origem da famosa “bolha de hidrogênio”, gás que impedia a refrigeração do reator, o que, realmente, podia ter levado a consequência muito mais graves, embora jamais uma explosão nuclear. Se todo o núcleo tivesse efetivamente fundido e se todos os produtos de fissão tivessem sido lançados na atmosfera, nas redondezas, efetivamente isso teria se constituído em um acidente extremamente grave. Mas os números que vejo citados, por exemplo, que teriam sido afetadas cerca de 45 mil pessoas, qualquer coisa dessa ordem, esses números são completamente hipotéticos e seriam válidos no caso, talvez, de uma explosão nuclear.

Não quero elidir, de maneira alguma, o problema, extremamente sério, da segurança dos reatores, pelo fato de que estamos lidando como disse na minha exposição, inicialmente, com uma forma de utilização de energia extremamente concentrada, tendência natural. Mas, se se olha um pouco o comportamento do conjunto das centrais nucleares funcionando no mundo, o resultado é que a indústria nuclear é extremamente segura.

Estou convencido de que medidas de segurança vão ser tomadas, cada vez com maior rigidez, e que a maioria dos problemas que tem ocorrido que, aliás, quase nunca na parte nuclear, são dos componentes tradicionais, válvulas, por exemplo, problemas esse que vão ser resolvidos.

O SR. ALBERTO SILVA — Estou de acordo com V. Sª em que o acidente de Three Mile Island vai servir para se corrigir possíveis falhas futuras, inclusive irá beneficiar as nossas instalações. Mas, pelo que ouvi de sua explicação, gostaria de indagar-lhe o seguinte: uma das medidas de segurança não seria, de certa forma, afastar o reator a uma determinada distância de segurança de núcleos populacionais? Perguntaria ainda: a montagem da segunda usina de Angra dos Reis não poderia ir para lugar mais seguro?

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS — Senador Alberto Silva, não sou especialista na área de segurança. Esquece-se, com frequência, de que a necessidade de colocação de reatores à beira-mar resulta em dois problemas. O primeiro, a necessidade de refrigeração, o que é mais barato. Segundo, é que o mar consiste num sistema extremamente favorável à diluição de calor produzido. Mas, outra questão que acho que também tem sido esquecida é que o peso de componentes de centrais nucleares é tal que é indispensável a colocação desses reatores próximo a um porto, ou, de preferência, no porto. Então, este é o problema que se coloca. Não sei se algum dos Senhores viu na televisão o transporte de um reator químico da PETROBRÁS, que levou cerca de oito meses para ser transportado para o interior, parece-me que na Bahia. Era um reator de apenas 350 toneladas. É preciso lembrar que a carcaça desse reator pesa 800 toneladas. Não há estrada brasileira capaz de suportar tal carga, aliás não só no Brasil, mas em muitos lugares do mundo a construção se faz ao lado ou se faz no porto. Então, se não se faz em Angra dos Reis, seria em algum lugar da costa. Pura e simplesmente é impossível transportar esses componentes para algum lugar do interior. Este é o primeiro problema. O segundo problema, que V. Exª está colocando muito diretamente, é se deveria manter o segundo ou o terceiro reator no mesmo local. Eu, pura e simplesmente, não tenho condições de responder, porque há, evidentemente, componentes de natureza econômica, de engenharia e outros que não me dão condições de responder.

O SR. ALBERTO SILVA — Estou satisfeito. Muito obrigado.

O SR. FRANCO MONTORO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Com a palavra o nobre Senador Franco Montoro.

O SR. FRANCO MONTORO — Sr. Presidente, estamos sendo brindados com a presença de um dos grandes cientistas brasileiros especializados na matéria. S. Sª não apenas fez uma brilhante exposição...

O SR. DIRCEU CARDOSO — V. Exª me permite uma interrupção?

O SR. FRANCO MONTORO — Com prazer.

O SR. DIRCEU CARDOSO — O nobre depoente, além de fazer parte do Comissariado de Energia Atômica da França, foi professor da Sorbone, e ganhou, este ano, o maior prêmio já dado a um cientista — prêmio concedido pela Academia Brasileira de Ciências — no valor de quinhentos mil cruzeiros.

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS — Lamento, nobre Senador, foram somente 160 mil cruzeiros. (Risos.)

O SR. FRANCO MONTORO — Agradeço ao nobre Senador Dirceu Cardoso a contribuição valiosa que dá às considerações que fazíamos.

Exatamente isto, Sr. Presidente: a excepcional capacidade do depoente, aliada à circunstância de que o Professor Israel Vargas entregou à Comissão um documento também da maior importância, acompanhado de dados estatísticos, que merecem, da parte dos membros da Comissão, um exame mais atento. Neste sentido, interpretando o pensamento de vários membros desta Comissão, levanto a presente questão de ordem, no sentido de que se dê aos Srs. Senadores tempo para a leitura deste documento, para que possam, em seguida, formular ao Professor Israel Vargas as perguntas que certamente serão respondidas, com grande proveito para os objetivos desta Comissão.

Neste sentido, a sugestão que faço é que interrompamos, neste momento, os nossos trabalhos para que as perguntas sejam feitas numa segunda parte da reunião, que poderia ser marcada por V. Ex^a para o período da tarde. Esta é a sugestão que faço, o requerimento que formulo, depois de ouvir os vários membros da Comissão. Será até uma homenagem à qualidade do trabalho apresentado, o qual seria tratado com menor consideração se nos limitássemos a formular perguntas, decorrentes da exposição verbal feita por S. S^a

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Senador Passos Pôrto, V. Ex^a está com a palavra.

O SR. PASSOS PÔRTO — Estou de acordo com a sugestão apresentada pelo nobre Senador Franco Montoro.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Senador Jutahy Magalhães com a palavra.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Concordo plenamente, Sr. Presidente. Apenas gostaria de sugerir que fosse marcado o reinício dos nossos trabalhos às 15 horas e 30 minutos, vez que, como membro da Comissão de Educação e Cultura, às 14 horas e 30 minutos, terei de comparecer àquela Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Senador Dirceu Cardoso está de acordo?

O SR. DIRCEU CARDOSO — De acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Senador Alberto Silva também está de acordo?

O SR. ALBERTO SILVA — De acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Professor José Israel Vargas, V. S^a está de acordo com a proposta do Senador Franco Montoro? Qual seria a melhor hora para V. S^a?

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS — Naturalmente isso irá modificar, um pouco, minha programação. Mas, creio que às 15 horas e 30 minutos será um bom horário.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — De acordo com a deliberação do Plenário, suspendo a reunião, marcando o seu reinício para as 15 horas e 30 minutos.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 28 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Na ausência do Presidente que está em Plenário, fui solicitado para que o substituísse e, como tal, abro os nossos trabalhos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães, primeiro inscrito nesta tarde.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — V. S^a, Sr. José Israel Vargas, trouxe a esta Comissão uma grande colaboração. No anexo que fez distribuir V. S^a deu objetividade altamente esclarecedora de assuntos técnicos que normalmente fogem à percepção de leigos como eu, por esta razão desejo manifestar meu gozo com a presença de V. S^a ainda hoje nesta Comissão.

Eu vejo, Professor Israel Vargas, que um cientista da capacidade técnica profissional de V. S^a declara-se favorável ao Acordo Nuclear, demonstrando, assim, que não existe aquele consenso, que muitas vezes querem fazer demonstrar alguns cientistas brasileiros, contra o Acordo Nuclear Brasil—Alemanha. Devo dar um esclarecimento que, hoje mesmo, lendo os jornais, deparei-me com uma declaração do Ministro César Cals, que tem o título da *Folha de S. Paulo*: “César Cals nega acusação de Goldenberg.” Isso é em relação a um depoimento prestado aqui anteriormente nessa Comissão. Mas o que me chamou mais a atenção foi a declaração do Ministro, quando diz assim: “O Ministro afirmou que tem o depoimento verbal da própria posição e da comunidade científica que aprovaram o acordo embora discordassem do método.” Portanto, esse consenso não é tão grande como se quer demonstrar.

Mas, verifiquei também, Professor Israel Vargas, que V. S^a fala com grande conhecimento de causa e manifesta-se favoravelmente a respeito da segurança das usinas nucleares, que para todos nós este ponto talvez seja o ponto principal, é o problema da segurança das usinas. E no depoimento anterior do Professor Goldenberg, fiz questão de deixar bem claro o posicionamento de S. S^a, que declarou, em resposta a uma indagação que fiz, que ele não seria contra o Acordo Nuclear por uma questão de segurança. Isso para nós é importante fixar sempre esta posição, porque cientistas como V. S^a e como o Professor Goldenberg, é que estão capacitados a dar uma opinião segura a respeito de um ponto que para todos nós, para toda a população brasileira é da mais alta importância. Por isso é que eu gostaria que V. S^a nos desse aqui, nesse momento, fizesse aqui uma ligeira exposição em rápidas considerações a respeito desse acidente ou incidente de Three Miles Island, se os nossos reatores que serão do mesmo tipo, parece, se esses reatores teriam na realidade uma margem de segurança que permitisse uma determinada tranquilidade por parte da população brasileira, com a instalação desses reatores em Angra dos Reis?

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS — O Sr. Senador Jutahy Magalhães colocou como preâmbulo de sua pergunta vários problemas. Gostaria de dizer que efetivamente a quase unanimidade, e não falo na unanimidade porque no momento eu posso, talvez, esquecer-me de alguém, mas eu diria que a quase unanimidade dos cientistas brasileiros, que efetivamente trabalharam em energia nuclear, não têm a menor dúvida quanto ao Acordo Nuclear. Segundo, não apresentam, também, a menor dúvida quanto a necessidade da utilização da energia nuclear. A maioria dos cientistas que tem se manifestado contra a energia nuclear, efetivamente nunca trabalharam nesse setor. Essa é uma distinção que acho importante.

Quanto ao problema da segurança das usinas, isso é evidentemente um aspecto importante, porque se trata de uma forma de energia qualitativamente diferente das outras formas de energia até agora utilizadas pelo homem. Eu havia me referido, de manhã, ao fato de que estamos lidando com um processo, com uma técnica, que usa densidade de energia milhares de vezes maiores do que a densidade de energia convencional. Quanto à possibilidade de ocorrência de acidentes com reatores, todos acidentes ou incidentes ocorridos com reatores têm sido devido a falhas humanas em geral, e muito raras vezes com falhas de equipamento. É evidente que isso implica na utilização de um pessoal mais qualificado na operação e na administração das centrais nucleares, do que o que vinha sendo feito, particularmente nos Estados Unidos. Eu sei que a *Nuclear Regulatory Commission*, que lida com isto, uma das recomendações que saíram e que serão implantadas ou já estão sendo implementadas nos Estados Unidos é o aumento sobretudo da qualidade dos operadores e dos responsáveis pelas centrais nucleares, isso é um aspecto importante. Agora, evidentemente, que não há processo industrial que não seja susceptível de algum tipo de acidente maior ou menor. Grosso modo, os acidentes ou incidentes que vêm ocorrendo com centrais nucleares são de caráter menor. Mas, por causa da síndrome de Hiroshima, que já me referi, evidentemente que isso causa um grande alarme, a meu ver injustificado, nas populações, na imprensa etc., por causa dessa associação que acho infeliz, de um reator nuclear com a bomba nuclear. Não tem nada a ver uma coisa com outra. É como se eu associasse a cadeira elétrica à energia elétrica, são coisas diferentes. Por outro lado esses equipamentos são susceptíveis de desenvolvimento, e uma usina dessa escala, ou da escala das usinas industriais, são sempre objeto de acompanhamento técnico, enfim, é possível que a carga de combustível, que a segunda carga de combustível venha a ser diferente tecnicamente da primeira carga, porque se descobriu um melhor tipo de revestimento combustível, ou porque se dispõe de um tipo de aço mais interessante. Por exemplo, no circuito de vapor desses reatores, utilizava-se um tipo de aço que apresentou problemas por todo lado no mundo, está sendo substituído por um tipo de aço novo, iconel 800, que tem características muito melhores. Então, há progresso nesta área.

A propósito do acidente de Three Miles Island, houve um desenvolvimento curioso, porque praticamente todos os problemas surgidos com centrais nucleares são problemas ligados, como disse, a válvulas fechadas ou abertas etc. Há uma proposta que vai ser adotada agora nos Estados Unidos, nos novos reatores, de que se utilize o fenômeno natural, quer dizer, transporte de líquido da região quente para a região fria, convecção natural. Então, isso depende da intervenção humana ou de válvulas. É um progresso considerável e aí vem um pouco de observação dos cientistas, isso é um fenômeno conhecido há muitos anos, digamos há uns 200 anos, que já podia ter sido utilizado. É verdade, mas em todos esses progressos técnicos a invenção e a utilização de técnicas bem estabelecidas não se dá tranquilamente. Quer dizer, o progresso da tecnologia se faz em geral com idéias conhecidas ou com fatos conhecidos.

Voltando a minha afirmativa inicial, a segurança dos reatores será cada vez maior, da mesma maneira que o uso da energia, no passado, foi cada vez maior. O progresso está aberto. Não digo que a segurança das centrais existentes seja absoluta, não existe isso, aliás não existe em nenhum processo, mas tudo que se pode dizer é que haverá progresso na área de segurança; que esses incidentes do tipo Three Miles Island, a preocupação ecológica, etc., é um estímulo que acho interessante, exatamente para promover uma preocupação cada vez maior com a segurança das instalações.

Não sei se respondi a V. Ex^a. Para ser específico, a pergunta de que se em um reator brasileiro pode ocorrer o incidente de *Three Miles Island*, a minha resposta é: não sei. Acho que o fato de ter ocorrido aquele acidente fará com que as autoridades brasileiras, responsáveis pela operação desses reatores, tente eliminar esses fatores humanos que deram origem àquele acidente. Acho que foi uma boa lição para todo o mundo.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — V. S^a no seu depoimento, expressa um pensamento muito interessante onde poderíamos dizer que o urânio foi descoberto e não pode ser esquecido e deve ter prosseguimento para o processo de desenvolvimento dos países.

Estamos atravessando uma fase, no mundo, de grande preocupação com os problemas de usinas nucleares, porque é a preocupação perante o desconhecido. Há sempre o temor de que isso abranja uma grande dose de perigo, mas como V. S^a acaba de explicar, nada é absoluto em termos de segurança, mas até o momento, temos atravessado durante vinte e tantos anos, sem um acidente realmente maior ou preocupante.

V. S^a declara, na pág. 5, do anexo que nos foi distribuído, que os custos de enriquecimento de urânio ainda são mal definidos, qualquer que seja o processo adotado. A opção por um ou por outro processo é mais um problema de decisão política e tecnológica do que de custos, propriamente ditos.

Escutamos aqui, e lemos em várias vezes publicado que o nosso Acordo foi feito na base de urânio, que não existia no Brasil e de tecnologia, que não existia na Alemanha. Hoje sabemos que urânio existe no Brasil e V. S^a, na sua exposição, falou na tecnologia alemã manifestando um certo otimismo quanto a percepção dessa tecnologia por parte dos técnicos brasileiros que estariam, também, participando da descoberta dessa nova tecnologia. Gostaria que V. Ex^a manifestasse mais especificamente seu ponto de vista, se isso é apenas um sonho, essa tecnologia alemã, ou se estamos capacitados a tê-la como fato concreto dentro de algum tempo.

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS — Como havia declarado na parte da manhã, a fração do custo de instalação de um reator, da carga de um reator, destinada ao enriquecimento representa qualquer coisa como 2,5% do investimento total. O problema do enriquecimento, embora seja crítico do ponto de vista qualitativo e político, porque o País deseja ter autonomia na área de combustível, representa uma fração do problema de combustível. Isto posto, de novo a tecnologia que era acessível ao Acordo brasileiro é esta do jato centrífugo, uma vez que as outras, como disse, estavam cobertas por salvaguardas. A escolha é política, neste sentido. É aquela que é acessível porque é conveniente. Já havia manifestado minha opinião que a escolha dessa tecnologia é feliz, porque dá oportunidade de participarmos do desenvolvimento de algo que ainda não está feito. Se não tivéssemos feito isto, teríamos comprado a "caixa preta" do enriquecimento, um dos dois processos que fosse acessível. Do ponto de vista técnico, sou muito mais otimista do que meu colega e amigo, Prof. Goldemberg, estivemos juntos visitando a instalação, discutimos juntos com o Prof. Becker, e acho muito pouco provável que o governo alemão gastasse cerca de 50 milhões de dólares, do contribuinte alemão, numa via que não tivesse uma forte probabilidade de êxito. Além disso, todo mundo sabe, que a tecnologia alemã tem um programa e anuncia mesmo que fez, talvez, mais progresso do que a própria Alemanha no uso desse processo para enriquecimento de urânio.

Acho que o processo é interessante, está em desenvolvimento, não se trata de uma pesquisa de laboratório — pois quando a pesquisa é piloto, para teste da economia, de equipamentos, etc. A montagem que lá está, está funcionando — quando lá estive — a 6.000 horas, ininterruptamente, com bons resultados. Do ponto de vista de consumo intrínseco de energia, o processo é intermediário entre a difusão gasosa e a centrifugação.

Acho que é um processo interessante, tem um potencial de aperfeiçoamento que acho que dificilmente a difusão terá, e no caso brasileiro não tenho maiores preocupações quanto ao problema de consumo específico de energia, mesmo que fosse alto, uma vez que país como a França está montando 3 reatores de potência, estou terminando agora, EURODIF, para produzir o enriquecimento por difusão, usando a energia nuclear. Ora, como a França tem a sua carga vendida, quer dizer, a produção da usina está vendida, comprometida para os próximos 5 a 10 anos, usando o pior sistema, quer dizer, energia

nuclear cara e um processo altamente consumidor de energia que é o processo difusão. Temos a característica do Brasil, uma certa abundância de energia hidrelétrica barata, é esse processo que vai alimentá-lo, não é a energia nuclear nem de carvão ou de petróleo, é a energia hidrelétrica que é relativamente barata.

O problema do uso de uma tecnologia determinada, depende também da sua localização. No caso brasileiro, mesmo que o consumo intrínseco de energia seja alto, no nosso caso é favorável, porque o custo de energia hidrelétrica é baixo.

Em resumo, é um processo viável, interessante de custo efetivo que ainda não pode ser avaliado, mas que deve ser olhado, esse custo, do quadro inicial que coloquei, representa 2,5% do total do processo. A alteração maior ou menor de custo não é crítica, nesse caso, não é custo do enriquecimento que vai inviabilizar ou não um programa porque ele tem um custo original.

O SR. MILTON CABRAL — Professor, uma pergunta sobre esse ponto: quando V. S^a, diz 2,5% é sobre a construção civil, a termelétrica e o reator?

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS — Não, 2,5% do simples combustível: mineração, beneficiamento de urânio, fabricação de elemento combustível, etc. Este total representa 30%, este bloco, combustível, representa 30% do custo total.

O SR. MILTON CABRAL — Nesta tabela do anexo, página 9, temos enriquecimento calculado na base de 128 dólares por quilograma de unidade técnica de enriquecimento, contribuindo com 1,83 milésimo de dólar por kw/hora, quando o custo total nesta área é da ordem de 6,34.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Aqui tenho, por várias vezes, declarado e repetido que, pessoalmente sou leigo e por isso não teria condições de discutir os aspectos técnicos desse problema com cientistas e técnicas como V. S^a, o Prof. Goldemberg e outros que aqui comparecem. Por isso, às vezes, faço perguntas, exatamente, para não digo contrapor um depoente a outro, mas para esclarecer pontos de vista que ouvimos em depoimentos anteriores e, portanto, queríamos o esclarecimento de outro técnico sobre o mesmo assunto. E V. S^a acaba de dar um desses esclarecimentos, porque ficou a impressão no depoimento anterior de que nessa parte o processo aberto e o enriquecimento ou preço ou o custo seria altamente oneroso na parte do Acordo Nuclear. Então, agora, o esclarecimento é melhor a respeito do assunto. Mas, Professor Vargas, outro aspecto muito debatido nesse Acordo Nuclear, com toda razão, é o problema do custo. Declarei, na sessão anterior, que era muito difícil debatermos a respeito de custo, quando ouvíamos as informações mais absurdas sobre quanto custaria o Acordo Nuclear. Eu, pessoalmente, já vi, como acho que todos os Srs. Senadores, declarações que vão de 15 bilhões a 200 bilhões de dólares. É uma variação muito grande. É muito difícil, então, fazer um exame de custo, de conveniência ou não da realização desse acordo com custos tão variados. Mas admitindo que esse custo, conforme declarou o Prof. Goldemberg, que variaria de 15 a 25 bilhões de dólares, perguntaria a V. S^a, que não digo somente profissionalmente, mas funcionalmente está ligado ao PROÁLCOOL, se V. S^a poderia fazer alguma comparação entre o que vai custar o Acordo Nuclear Brasil/Alemanha e o que custaria o programa PROÁLCOOL, que é um programa que entusiasma a todos os brasileiros, principalmente a nós, nordestinos, o aproveitamento do álcool como substituto do petróleo para produção de energia.

O SR. PROF. JOSÉ ISRAEL VARGAS — O problema de custo está muito ligado à inflação de característica mundial. Num documento recente, o chamado Relatório nº 92, publicado na imprensa, vejo como custo da energia hidrelétrica, 35 milésimo de dólar por kw/hora. Então, lembro-me com choque, quando vi esses dados, que há cerca de 10 anos tomávamos três mil, 2,5 mil, ficando qualquer coisa muito razoável. Então, houve aí um fator de dez. No caso da energia nuclear, nesse documento fala-se em 70 milésimo de dólar kw/hora instalado. De novo levo um choque, porque há 10 ou 15 anos todos falávamos em torno de 4,5 mil. É que o custo de tudo aumentou brutalmente. Acho que é passado o tempo do quillowat instalado a 300, 400 dólares. Ninguém fala mais nisso, da mesma maneira que a nuclear subiu consideravelmente. Mas se toma o custo do quillowat instalado em torno de 1.700 dólares, parece que esse é o número citado pelo pessoal de FURNAS, isso representaria para 10 milhões de kw 17 bilhões de dólares. Esse seria, a grosso modo, o custo do programa. Em termos de comparação, com as taxas de consumo de energia previstas, o programa nuclear deve responder por qualquer coisa como 5% do balanço energético total do País em torno de 1990, 1995 etc. É curioso notar que o programa do álcool é mais ou menos a mesma coisa: vai responder por 4,7 a 5% do balanço energético total. O custo do PROÁLCOOL, no dia de hoje, é da ordem de 10 bilhões de dólares também. Então, é mais ou menos a mesma coisa, o programa do álcool, a despeito da variação desses números. Eu, pessoalmente, não fico nada impressionado com esses

números. Vamos fazer o seguinte exercício: o nosso produto nacional, hoje, está acima de 100 bilhões de dólares. Para um programa que se vai estender por 10 anos, nós teríamos, digamos, se for 10 bilhões de dólares, 1% do produto do País por ano, durante dez anos. Se for 17 bilhões de dólares, será qualquer coisa como 1,7%. Os países como Estados Unidos, União Soviética, países adiantados, estão usando cerca de 2,5 a 3% do seu produto bruto em pesquisas de desenvolvimento, dos quais mais da metade é no setor nuclear. Então, para um país como o Brasil, que, como disse, tem ambições de 1% a 1,5% do seu produto destinado a um setor de ponta, que, como eu disse e espero, é um instrumento essencial de modernização do País, não me parece nada exagerado, quando olhado dentro dessa perspectiva.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Agradeço a informação de V. E., que é muito elucidativa. Professor, continuando, e aproveitando a presença de V. S., há alguns dias deparamos no jornal com um depoimento do Prof. Cerqueira Leite, na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados. S. S. fez uma afirmativa naquela Comissão que aguçou minha curiosidade. Disse ele que 80 a 90% das necessidades energéticas atuais do Nordeste poderão ser atendidas com a energia não convencional, sobretudo de origem eólica e solar, considerando verdadeiro absurdo a possível instalação de usinas nucleares na região. E da energia solar, largamente estudada na França e nos Estados Unidos — já aí não é mais o Prof. Cerqueira — ainda não tem condição competitiva de ordem econômica na instalação de usinas geradoras e distribuidoras. Parece que é mais utilizável para refrigeração e aquecimento em prédios públicos ou particulares. No caso da Região Nordeste seria, no meu entender, pouco aplicável no momento, devido ao alto custo da instalação inicial a energia solar nas residências, unida, é lógico, ao baixo poder aquisitivo da população nordestina. O que V. S. poderia informar sobre o assunto, no que diz respeito às possibilidades econômicas da utilização da energia de origem eólica e solar no Nordeste?

O SR. PROF. JOSÉ ISRAEL VARGAS — Discordo frontalmente do meu prezado amigo e ex-aluno Prof. Rogério Cerqueira Leite nesse particular. É um pouco exercício de futurologia colocar problemas desse tipo. Se me disserem que a energia solar poderá responder pelas necessidades do Nordeste nos próximos 50 anos, aí eu discutiria o assunto. Mas dizer que num prazo razoável isso seja possível, a mim me parece completamente absurdo, não só em termos de tecnologia, mas em termos de custo. A menos que se fale em consumo de energia solar no fundo do quintal, transformando, portanto, o Nordeste numa aldeia rural global a que me referi, desde que o Nordeste recuse completamente qualquer veleidade de industrialização, isso me parece completamente fora de propósito. Colocar energia elétrica, hoje, por origem solar custaria qualquer coisa como 30 mil dólares o Kw, por conversão fotovoltaica. Então, isso é absolutamente eliminado como possibilidade, segundo, que não existe hoje, o custo de um gerador eólico, o custo de um quilowatt de um gerador eólico considerado mais avançado do mundo que vi na Alemanha, são geradores da ordem de 10 quilowatt, portanto, é um pouco moínho de vento no fundo do quintal, custa qualquer coisa como 7 mil marcos, quer dizer de novo da ordem de mais de 2.000 dólares por quilowatt instalado. O maior projeto europeu na área de geração eólica será um gerador de qualquer coisa como 1.000 Kw. Bom, para que se tenha uma idéia do que é isso, somente a pá desse gerador terá cem metros de altura. Não estão, ainda, resolvidos os problemas, inclusive mecânicos para isso, para não falar outros. Vi na Alemanha, teste, por exemplo, de pá-raios. Evidente que uma torre dessa altura é um excelente pá-raio, então como um material resiste a estas condições, quer dizer, embora haja interesse certo da utilização da energia eólica no Nordeste, isto está longe de constituir uma solução para o problema energético do Nordeste, uma vez que a gama de potências utilizadas é da ordem, de 10kw, atualmente. Nos Estados Unidos e na própria Alemanha existiam geradores de 100Kw que foram desmontados por uma série de problemas, e há projetos, sobretudo no norte da Alemanha de se montar uma rede desses geradores eólicos, mas isto ainda é um pouco futuroológico, enfim, para resumir a minha opinião e aí separo do problema de se ter ou não interesse de colocar reator nuclear no Nordeste, mas, se dizer que o problema de energia no Nordeste se pode resolver com energia solar e eólica me parece um sonho destituído de sentido, a menos que se coloque aí o fator tempo, supondo progressos e seguramente haverá progressos, tanto na utilização da energia solar quanto na utilização — da energia eólica a longo prazo.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Uma última indagação a V. S. No depoimento de V. S. deparei que volta o "fast breeder reactor", porque há quatro anos nos Estados Unidos era considerado o reator do futuro, pelo reaproveitamento do urânio, pelas dificuldades que temos de urânio no mundo, então seria o reator do futuro. Posteriormente, vi que esse tipo de reator sumiu do noticiário, não sei se por alguma decisão política da nova adminis-

tração americana ou somente por questões tecnológicas ou dificuldades aparcadas no programa. Mas, hoje, V. S. no seu depoimento, fala que na França já está bem desenvolvido o estudo desse tipo de reator que parece ser realmente o reator do futuro. Então, gostaria que V. S., em poucas palavras, dissesse da conveniência do Brasil, se teria condições de, também, preparar-se para receber esse avanço tecnológico e se seria de grande proveito para a economia o uso do urânio com a utilização do fast breeder?

O SR. PROF. JOSÉ ISRAEL VARGAS — Bom, não tenho a menor dúvida de que os fast breeders serão utilizados. O reator fenix, francês, que é um reator de 300.000Kw, está em funcionamento há mais de um ano, há quase dois anos, com fator de carga extremamente bom de 80, 85%. O acordo França/Alemanha/Itália/Suécia/Espanha e acho que a Suíça também, está neste plano, está em construção o super fenix, que será um reator de um milhão de Kw desse tipo, fast breeder, refrigerado a sódio metálico. O governo americano da administração Carter, desativou o programa de fast breeder que havia lançado no Governo Nixon com grande estardalhaço, era o projeto independência, foi assim batizado, exatamente porque os breeders iriam resolver os problemas energéticos num futuro de 20, 30 anos pelo uso eficiente do urânio. Como é bem sabido, um breeder tem um fator de utilização do combustível de cerca de 40,60 vezes melhor do que um reator térmico convencional, enriquecido ou não. Então isso é extremamente importante para a economia mundial do urânio. O problema das reservas de urânio no mundo é sempre um pouco parecido com o do petróleo.

Na medida que o preço do urânio aumenta, as reservas também aumentam, porque aqueles minérios que são economicamente exploráveis que não eram, ficam sendo por causa do aumento do preço. De qualquer maneira, pressupõe-se que com os atuais preços do urânio a reserva americana esteja em torno de 3 milhões, de 2,5 a 3 milhões de toneladas. Então utilizar energia no ritmo que a sociedade americana utiliza, seguramente que terão utilizado praticamente todo o urânio deles num horizonte de nove, vinte trinta anos etc., quando os breeders deveriam entrar em funcionamento. Esse assunto, decisão do governo americano, é ligado à política Carter de evitar proliferação, sobretudo de montar aquilo que eles batizaram de economia de plutônio. Vejo que está em debate nos Estados Unidos, agora, uma nova estratégia, ser a de utilizar uma combinação de breeders com os chamados conversores avançados a tório, isso tem um interesse considerável do ponto de vista americano por duas razões, a primeira, de utilizar estes fast breeders em localidades isoladas, extremamente protegidas do ponto de vista de segurança. Eles funcionariam com um cobertor de tório, gerando urânio 233 que seria utilizado de novo com tório nos tais conversores avançados fora dessas localizações, quer dizer, mais próximas dos centros de consumo. Do ponto de vista da política americana, de não proliferação, isso seria tanto mais interessante porque a radioatividade induzida no urânio 233 seria em média tão alta que seria necessário utilizar até manipuladores etc., eliminando, portanto, a possibilidade que acho um tanto fantasiosa, pois somente quem não lidou com energia nuclear pode imaginar que a máfia vá roubar plutônio, ou fazer uma bomba no fundo do quintal, como, por exemplo, essas notícias que aparecem na imprensa que um menino americano tem a receita da bomba, enfim, são coisas extremamente fantasiosas, porque lidar com plutônio não é brincadeira. Precisaria de uma máfia, toda de doutorado em energia nuclear e muito bem equipada, para levar plutônio para casa e fazer uma bomba. Enfim, dentro da preocupação americana, este conjunto de um certo número de fast Breeder, cada um deles ligado a quatro conversores a tório, responde de um lado a esse problema de não proliferação e de outro lado, também, ao horizonte que os americanos vêem para o ano 2000, 2010 em que eles pretendem consumir talvez mil milhões de Kw em energia, enfim, este é o quadro que está sendo desenhado. Do ponto de vista da economia e custo de energia nuclear a introdução do tório no ciclo, poderia ser extremamente interessante para eles. Mas, voltando concretamente à sua pergunta, me parece que a posição americana já não é tão rígida com relação a reatores rápidos, conversores rápidos, estão voltando a isso, porque têm plena consciência de que se não fizerem eles vão perder o bonde da tecnologia avançada, uma vez que, estes países aos quais também se associou o Japão, estão desenvolvendo esta tecnologia. No caso brasileiro, e sei que há um acordo do Brasil com a França, na área de desenvolvimento da tecnologia de rápidos, pelo menos tomar conhecimento e participar desse processo. Como no caso do enriquecimento de urânio, eu veria pessoalmente, de grande interesse, uma associação concreta do Brasil, uma participação de 5%, 3%, 10%, qualquer que elas fossem, nos custos de desenvolvimento da tecnologia de rápidos para que, dentro de 10 ou 15 anos, nós participássemos desta linha de produção de energia que, a meu ver, é irreversível. Há uma grande preocupação porque, contrariamente a um reator térmico que não pode explodir, o rápido pode.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Agradeço a V. S^a porque o seu depoimento foi altamente esclarecedor. Peço desculpas aos meus colegas por ter tomado todo o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Com a palavra o nobre Senador José Richa.

O SR. JOSÉ RICHIA — Professor Israel Vargas, a respeito, ainda, do problema de segurança, numa das respostas à indagação do Senador do Piauí, Alberto Silva, V. S^a se referia ao fato de que o acidente de Three Mile Island está ensinando muito a todos nós a respeito do problema de segurança. E, agora, nas suas respostas às indagações do Senador Juthay Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Com a palavra o nobre Senador José Richa.

O SR. JOSÉ RICHIA — Professor Israel Vargas, a respeito, ainda, do problema de segurança, numa das respostas à indagação do Senador do Piauí, Alberto Silva, V. S^a se referia ao fato de que o acidente de Three Mile Island está ensinando muito a todos nós a respeito do problema de segurança. E, agora, nas suas respostas às indagações do Senador Juthay Magalhães.

V. S^a mais incisivamente diz que é impossível alguém garantir a segurança total com relação à possibilidade de acidentes de uma usina nuclear. Considerando, também, opiniões que vimos estampadas nos jornais recentes, nenhuma de muitos técnicos, e opiniões que até agora, não ouvi contradição a ela, qual seja a de que na eventualidade de um acidente, os efeitos poderiam se fazer sentir num raio de 800 quilômetros. Ora, com a impossibilidade de um controle total e com consequências, podemos dizer até catastróficas, uma vez que elas atingem a tudo e a todos num raio de 800 quilômetros, eu perguntaria a V. S^a qual seria a sua opinião a respeito da escolha do local Angra para as usinas nucleares brasileiras?

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS — A primeira observação que eu faria seria a de que quanto ao problema de segurança, não existe segurança absoluta em nenhum processo industrial para nada. Isto é extremamente relativo, porque se levássemos a sério esse problema, normalmente devemos ficar em casa, possivelmente numa caverna com uns 3 quilômetros de rocha em cima, num terreno seguro — aqui no Brasil o terreno é muito bom, um dos mais antigos do mundo, bem estabilizado, não há terremotos, não há possibilidade disso, pois há mais de 1 milhão de anos não há terremotos. Talvez tivéssemos segurança. Mas o número 800 quilômetros não tem o menor sentido. Devemos nos basear, inclusive, na própria experiência histórica do que ocorre hoje com Hiroshima e Nagasaki. Lá explodiram bombas e vive gente e os efeitos não foram de 800 quilômetros. Nem em Nagasaki nem em Hiroshima. Isso, numa hipótese em que os reatores viessem a explodir. Já disse cedo que um reator com urânio enriquecido a 3% jamais explodirá, jamais gerará uma explosão nuclear. Nem com 3% nem com 10% nem com 20% nem com 40%. Acima de 90% é possível que se imagine uma situação dessa. E, evidentemente, quem utilizar um reator nessas condições tem que tomar uma série de providências. Um reator *Fast Breeder*, a que me referi, tem uma carga de uns 6 quilos de plutônio. Sabemos que 6 quilos de plutônio é uma boa massa para uma bomba. No limite entre 5, 6, 7 quilos pode se transformar numa bomba. Mas esse número, 800 quilômetros, parece-me completamente absurdo.

Em segundo lugar, o vaso de contenção do reator é desenhado para resistir a pressões da ordem de 100 quilogramas por centímetro quadrado. Praticamente para receber o impacto de um tiro de canhão ou de um avião. Enfim, mesmo que possa haver um escapamento de radioatividade na sala de operação do reator ou do núcleo do reator, todo o esquema de contenção intrínseco a ele, a sua segurança, não creio que jamais esse raio de ação possa se propagar mais do que uns poucos quilômetros. Evidentemente, dependendo do produto radioativo que sai. Por exemplo, se sai iodo 131, se o regime de ventos for desfavorável, etc., é possível que haja uma certa contaminação. Como a meia vida do iodo é da ordem de 8 dias, ao fim de 5 meias-vidas, ao fim de 40 dias, não há o menor efeito. Isso já ocorreu com a rutura de um elemento combustível, em 1956, e eu estava na Inglaterra, nessa época, com o escapamento que o regime de ventos jogou algum iodo radioativo na Holanda. O que aconteceu foi que a população parou de beber leite durante 1 semana naquela área. Acabou a radioatividade e não houve mais problema.

Voltando ao problema de localização em Angra, não tenho dados para examinar esse problema nesse nível. De qualquer maneira, o que eu disse cedo foi que, devido ao tamanho do reator, mecânica do reator, carcaça, ele seria em algum lugar à beira-mar. Angra ou qualquer outro lugar, teria que ser a beira-mar, por causa do transporte, refrigeração, etc.

Para ser pragmático, acho que seria uma absoluta irresponsabilidade, tanto de quem vende como de quem compra, gastar 1 bilhão de dólares ou mais num sistema que pudesse gerar um risco desse tipo. Todo mundo está

perfeitamente convencido de que esse risco é previsível. Explosão não haverá. Jamais ficará supercrítico para uma explosão dessas. Nós já aprendemos com todos esses acidentes a tomar uma série de providências.

Do ponto de vista concreto de poluição a colocação de uma central a carvão ou a petróleo em Angra seria muito mais desastroso do que um reator: emissão de enxofre, de poluente. Muito mais grave.

Não estou manifestando-me sobre as notícias da imprensa como problemas do sítio, da construção, dos matices, pois não é minha área de especialização, portanto não sei nada sobre isso.

O SR. JOSÉ RICHIA — Exato, porque ainda há a considerar no problema localização que além de ser uma das áreas mais densamente povoada do Brasil, ainda haveria o problema dos custos operacionais, pelo que vi, pois não cheguei a fazer a visita com a Comissão pois quando ela foi a Angra eu não estava e não pude ir, conforme era o meu desejo. Mas pelo que assistimos aqui e pelos depoimentos não só de colegas da Comissão mas de técnicos que estavam depondo, chegamos à conclusão de que o terreno não é um dos mais favoráveis e, portanto, além do problema segurança há um outro fator que é do custo operacional.

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS — Temos como uma das grandes vantagens do reator nuclear é podermos colocá-lo onde quisermos, próximo do centro de cargas. Essa é uma das grandes economias em geral: custo de linha de transmissão, colocar perto do centro de cargas, etc. Quando se fala em termos de segurança, isso não se associa imediatamente à palavra insegurança, do ponto de vista simétrico. Estou convencido de que a energia nuclear é segura. Em todo o recorde de energia nuclear, nesses últimos vinte anos, como citei hoje cedo, os reatores estão em funcionamento, grandes reatores em funcionamento e todos têm tido problema, não há equipamento nenhum que não tenha problema, nenhum acidente mortal ocorreu. Então, não vejo por que imaginar hipótese catastrófica, quer dizer, da probabilidade de que haja alguma coisa. Nesse caso, não devemos sair de casa, nem pegar avião...

O SR. JOSÉ RICHIA — Mas mesmo que não haja. Mesmo não havendo...

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS — V. Ex^a está propondo a renúncia da energia nuclear, pura e simplesmente. Devemos renunciar a energia nuclear, porque não se pode colocar reator em lugar nenhum do mundo. Quer dizer, nesta hipótese de um raio de oitocentos quilômetros, não se pode por reator em lugar nenhum do mundo. A Alemanha não deveria ter nenhum, nem a França, nem ninguém. O Japão também não deveria ter reator nuclear.

Então, é uma hipótese, a meu ver, catastrófica. Eu acredito, e mais do que eu acredito, estou convencido, de que o homem jamais renunciará o uso da energia nuclear, porque é a única forma de energia acessível, do ponto de vista de futuro. Nós ainda temos uma situação que é muito mais favorável, porque temos hidrelétricas, temos carvão. Mas alguns países, como a França, não têm outra solução. Tem que usar a energia nuclear ou renunciar o progresso e a industrialização. Não tem outra solução. A Alemanha, também, tem que usar a energia nuclear.

Então, a mim me parece inimaginável que nesses países que têm uma opinião pública responsável, têm governo responsável, chegue a uma decisão de renunciar o futuro e a industrialização...

O SR. JOSÉ RICHIA — Mas aí é que está o problema. Não seria propriamente renunciar o programa. Mas me parece que, pelo tempo em que o Brasil está entrando no programa, ele está entrando, por exemplo, numa velocidade muito maior do que o Japão. O Japão que não tem alternativas nem hidrelétricas, nem termoelétricas, está, no termo nuclear, numa proporção que, considerando o tempo e os recursos que ele tem — porque também temos de levar em consideração o problema de recursos disponíveis para aplicar num só programa. Então, o Japão tem hoje 11% do total da sua energia provindo da termonuclear e, entretanto, não está com nenhuma pressa, como o Brasil está demonstrando, de incrementar e adquirir uma velocidade muito maior.

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS — Mas o Brasil terá 5%.

O SR. JOSÉ RICHIA — Mas, a meu ver, nesta velocidade, não precisaria nem ter os 5%, poderia ter menos até, porque o Brasil é um dos países do mundo que conta com um potencial hidrelétrico a ser explorado, ainda dos maiores.

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS — Se V. Ex^a me permitir, V. Ex^a está colocando um problema que é diferente. V. Ex^a é contra a energia nuclear. Eu sou a favor da energia nuclear.

O SR. JOSÉ RICHIA — Não, não sou contra. Por favor não interprete a minha posição. Eu já tenho, inclusive, opinião manifestada aqui nesta Comis-

são de que não sou contra o programa nuclear, sou contra a velocidade, esta verdadeira pressa alucinada de implantar, de imediato, no volume em que o Brasil está implantando. E daí, é porque se diz o problema da inflação. O problema da inflação está mais aí. Quer dizer, nós, infelizmente, não estamos elegendo adequadamente as prioridades aqui no Brasil.

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS — Eu acho o seguinte: nós estamos gastando, ou iríamos gastar no Brasil qualquer coisa com 1 a 1,5% do produto bruto brasileiro, nesta área. O que eu estimo que estamos gastando muito pouco na área de tecnologia, ainda. Deveríamos gastar 2,5 a 3% ou mais do que os países desenvolvidos estão gastando, exatamente porque somos ainda subdesenvolvidos.

Agora, eu não vejo o problema de energia nuclear — não sou fanático de energia nuclear, a energia nuclear é uma desculpa, é um instrumento de modernização industrial do País. Então, o problema do ritmo, acho que está ainda muito lento de investimento de toda a área de tecnologia. Não é possível fazer energia nuclear sem uma boa metalurgia, sem uma boa química, sem uma boa eletrônica, sem uma boa matemática. Então, sou a favor do programa nuclear como um programa estratégico maior para o País, para produzir a sua modernização industrial.

O SR. JOSÉ RICHIA — Perfeito. Então, estamos plenamente de acordo, porque a minha posição é exatamente esta. O Brasil tinha que entrar no programa nuclear, não tinha como fugir, para conhecimentos científicos, para adquirir tecnologia para tudo isso. Mas, infelizmente, não estamos nem, sequer, com um volume de investimento dessa ordem sabendo tirar o proveito devido. Pelo menos, aqui, o Professor José Goldenberg chegou a dizer a todos nós que até mesmo os técnicos que foram enviados lá para a Alemanha, em função do acordo, não foram os técnicos mais qualificados do Brasil, que tivessem condições de assimilar e no tempo em que o Brasil precisaria ter aqui técnicos qualificados para esse setor.

Outra coisa, ele ouviu da própria KWU, na Alemanha, que não estaria aproveitando devidamente as entidades que aqui no Brasil cuidam disso, porque elas estavam muito aquém, em termos de capacidade, para poderem ser aproveitadas. Ora, pois então, aí é que está a minha concordância com o seu ponto de vista, neste aspecto, não para o aproveitamento de energia elétrica, mas sim para conhecimentos científicos o Brasil teria que entrar. E tem que entrar. Então, não discuto isto, até mesmo por uma questão de comparação.

Ouvi uma outra opinião de V. S^a ainda com relação ao custo. Bom, a COPEL, no meu Estado, que é a empresa concessionária da ELETROBRAS, é uma empresa paranaense, do Estado do Paraná, que em julho entra em funcionamento uma usina hidrelétrica, no Salto de Santiago. Pelo menos, pelo que informam os diretores da COPEL — e esta é uma notícia já antiga pode ser que esses custos já tenham sido revistos. Então, não quero afirmar com toda segurança — mas, pelo que eu ouvi há algum tempo atrás, quando esta usina entrar em funcionamento, em julho próximo, ainda este ano, cada quillowatt instalado custará 300 dólares.

Inclusive, aqui, há um problema que eu não sei a quem atribuir a responsabilidade, que é o da disparidade total em relação a custos, porque eu já ouvi que em Itaipu cada quillowatt instalado vai custar 1.500 dólares e tenho ouvido aqui nesta Comissão — também não sou técnico neste assunto — mas tenho ouvido aqui nesta Comissão afirmações que cada quillowatt instalado através deste programa nuclear estará custando para os cofres públicos 3.000.000 dólares.

Ora, então veja bem que há uma disparidade...

O SR. MILTON CABRAL — Isto vai custar no final.

O SR. JOSÉ RICHIA — Não, mais a custo de hoje. Se a usina, num passe de mágica, pudesse entrar em funcionamento hoje, cada quillowatt instalado, pelo investimento, seria de 3.000 dólares.

O SR. MILTON CABRAL — Há uma previsão, segundo a inflação, que se uma hidrelétrica for começada hoje, também, o custo dela será este.

O SR. JOSÉ RICHIA — Mas se está feito o cálculo em dólar, o problema inflação nem chega a pesar. Se fosse em cruzeiro sim. Esta total imprevisão é que me assusta. Por isso é que eu relacionei a minha pergunta ao problema da segurança na pergunta inicial.

É isto o que me assusta. Francamente, o que me assusta é isto, porque as coisas, aqui, são previstas, são anunciadas com estardalhaço como Itaipu. Quando se iniciou o projeto de Itaipu o custo era previsto em dois milhões de dólares. Agora, a quanto está o custo de Itaipu? Ninguém mais se atreve em dizer. Então, essas disparidades, para mim, essa falta de responsabilidade de que anuncia.

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS — V. Ex^a me permite. Apenas uma observação. Acho que não existe um índice do custo generalizado. Cada usina

custa o que custa, dependendo do local onde esteja colocada. Tenho, aqui, um documento de que há uma variação só na região Sudeste: Minas Gerais, etc., que há diferenças de custo de hidrelétricas até num fator de três ou quatro. Quer dizer, isso depende concretamente do local, das providências, etc. Muito bem. Esse é um problema.

Agora, como havia manifestado, inicialmente, não estou discutindo — esse é o caso, pelo menos, no meu ponto de vista, do problema nuclear. Não estou discutindo esse problema. Posso até ser censurado por isso; posso ser considerado irresponsável. Para mim, as coisas que nos interessam são os subprodutos do programa, a melhoria da tecnologia, da indústria nacional.

Quanto ao problema de saber se o ritmo de absorção de tecnologia, ou a qualidade de pessoal que está absorvendo essa tecnologia é boa ou ruim, em geral, acho que há progresso a fazer. Quer dizer, o programa é um programa de dez anos. Acho que seria uma contribuição importante de uma Comissão como essa chamar a atenção para esse assunto.

O SR. JOSÉ RICHIA (MDB — PR) — Exatamente.

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS — Agora, apenas o seguinte: acho que não se pode raciocinar com essa questão de maneira indefinida. Quer dizer, se o programa de absorção de tecnologia, hoje, agora, é preocupação desta Comissão, a contribuição será dada chamando a atenção das autoridades da área, para que a eficácia dessa absorção de tecnologia seja aumentada. Apenas o seguinte: eu não acho que ninguém, nem V. Ex^a, pode dizer que o programa que se desenrola em dez anos vai manter-se vícios, se houver, os mesmos vícios ao longo dos próximos dez anos, mesmo com as dificuldades.

Quer dizer, há um programa nuclear de formação de pessoal para absorção de tecnologia. Este programa está em andamento, a meu ver, com defeitos. Mas, o que não quer dizer que vai continuar assim. Então, todo o programa é de inserir nesse raciocínio. Primeiro, uma localização geográfica, no que diz respeito às usinas. Segundo, um componente temporal. Enfim, não sou pessimista. Acho, porque certas coisas não andam bem é que elas vão continuar mal nos próximos dez ou quinze anos.

O SR. JOSÉ RICHIA (MDB — PR) — Mas, eu também, não sou. Pelo contrário, sou até otimista. Apenas, acho que nós temos potencial apreciável daquele que está inventariado em termos hidrelétricos. E ainda temos etanol e metanol.

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS — V. Ex^a está mudando de assunto, se me permite, no sentido de que V. Ex^a está colocando outra alternativa. Devemos ter nuclear, ou não devemos ter nuclear, a vista de nosso potencial hidrelétrico, do potencial de carvão, etc. Esta é uma outra questão, que, evidentemente, pode e deve ser discutida.

Mas, o que eu sei é que existe, hoje, em construção, no setor hidrelétrico, 28 milhões de quillowatts em construção, quer dizer, mais do que o total do potencial brasileiro instalado. Muito bem.

Então, existe um programa hidrelétrico que deve ser um dos maiores do mundo. Nós estamos com a construção, ao mesmo tempo, de Itaipu, Embarras, São Simão, e várias usinas que, somadas, enfim — fiz essa soma e dá qualquer coisa de 25 a 28 milhões de quillowatts, é mais do que o dobro do potencial instalado hidrelétrico a curto prazo.

Agora, o problema é saber se nós vamos ter um déficit, ou não, de energia que justifique a introdução do programa nuclear. Esse é um aspecto. A mim nunca preocupou o problema de utilizar a energia nuclear como instrumento de modernização tecnológica industrial. A mim não me parece — creio ter demonstrado esse custo exagerado porque representa de 1% a 1,5%, ou 2%. Vamos ser elástico nisso. Do produto bruto do País, quando, no total, das despesas com o desenvolvimento tecnológico isso nunca me parece em números pequenos, face às necessidades, às ambições do País. É, assim, que vejo o problema.

O SR. JOSÉ RICHIA (PMDB — PR) — Pois, exato. Então, quando faço essa pergunta, bancando o advogado do diabo, não quero dizer — a isto achei que V. S^a tirou ilação de que eu sou contra o programa nuclear. Absolutamente. Numa visão global que procuro, como dever meu de parlamentar, de ter uma visão global, nós temos outras alternativas a curto prazo, face ao problema grave da inflação que nos preocupa. Nós temos outras alternativas para obter o que precisamos nos próximos anos para atender o desenvolvimento do País a custos mais baixos. Ora, mas, aí é uma opção política, não é mais uma opção técnica. Tecnicamente, concordo plenamente de que nós devemos aproveitar os conhecimentos científicos.

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS — Se V. Ex^a anotar. Está dito, na primeira parte do meu depoimento, onde digo que não vejo uma solução única para o problema energético brasileiro. Devemos utilizar carvão, devemos utilizar hidrelétrica, devemos utilizar a biomassa, quer dizer, cada utilização

dessas tem coisas regionais interessantes. Acho que o Sul deve utilizar, predominantemente, o carvão; que Minas Gerais, esgotado o potencial hidrelétrico, deve utilizar o álcool da madeira. Temos como subproduto o coque para as usinas da indústria siderúrgica. Em outros locais, como no Nordeste, temos o problema da cana-de-açúcar, porque o pessoal tem experiência de trezentos anos de cana-de-açúcar e álcool, etc. Enfim, não existe uma solução única do problema.

A questão nuclear é a seguinte: é de entrarmos, ou não entrarmos numa tecnologia de ponta que representa o futuro energético como se vê para os próximos vinte ou trinta anos. Nos próximos vinte ou trinta anos não há substituto para o nuclear. Essa é a primeira coisa.

Segundo, quando se fala no potencial hidrelétrico brasileiro que é importante e que é, aí, da ordem de 200 milhões de quilowatts. Falava-se em 150 simplesmente porque não havia sido contabilizado aquele potencial abaixo da ordem de 10 milhões de quilowatts, isto em longos estudos, pequenas cachoeiras, pequenos potenciais, dados da ordem de 200 milhões de quilowatts. Muito bem. Isso que parece fantástico, não tem nada de fantástico. Quer dizer, na taxa de utilização de energia hidrelétrica que nós estamos fazendo, no Brasil, nos últimos vinte anos, é o que devemos continuar esse potencial que estará acabado em vinte anos. 200 milhões de quilowatts em vinte ou trinta anos estará acabado. É só fazer as contas.

Nós temos, hoje, da ordem de 200 milhões de quilowatts, instalados 26. Temos 28 em construção, digamos, de 50, dentro de 10 anos. Nessa taxa de consumo médio tem sido 13% a média brasileira. Digamos que numa situação extremamente penosa do ponto de vista essa taxa jamais poderá cair abaixo, digamos, de 8%. Seria catastrófico para o País. Mas, mesmo 8% significa em dobro do consumo de energia extremamente curta.

Então, em sete anos, saio de 50 e vou para 100. E mais sete, vou de 100 para 200. Enfim, digamos que o horizonte quando se fala no potencial hidrelétrico do País, a vista das nossas ambições, e a vista das nossas necessidades absolutas de manter o crescimento razoáveis do consumo. E esses razoáveis são considerados, como diz, catastróficos os 8%. Muito ruim.

Mas, mantida essa taxa, o nosso potencial hidrelétrico vai ser utilizado todo. A tendência é considerar o potencial hidrelétrico brasileiro como algo inesgotável. Não é inesgotável.

Os Estados Unidos, usam áreas como horizontes para os anos 2000, 2010, 2020, mil milhões de *quilowatts* nucleares — mil milhões de *quilowatts*. Isso seria cinco vezes o potencial hidrelétrico brasileiro de hoje.

Com uma população estável — a população americano deve ficar estável aí nos 250 milhões de habitantes, etc. Enquanto nós dentro de 25 anos, estaremos com 250 milhões de habitantes, também, nesta ordem de grandeza.

Então, vejamos, com as ambições que nós temos de sermos desenvolvidos a não ser construindo energia, porque energia é trabalho concentrado.

O SR. RELATOR (Milton Cabral) — Eminentíssimo Professor, aí é uma proponente: à medida que for se acelerando o progresso, evidentemente, que o consumo *per capita* irá aumentando.

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS — Evidente.

O SR. RELATOR (Milton Cabral) — É se considerarmos o nível de consumo parecido e aproximado das nações européias de hoje, o Brasil daqui a 20 anos, então esse consumo será realmente fantástico.

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS — Mas é tudo que estou tentando injetar na discussão, porque é uma tendência de muita gente: da Imprensa, inclusive de vários técnicos que consideram o potencial hidrelétrico brasileiro como uma espécie de potencial infinito, inesgotável — e quando ele não o é. Dentro de taxas de consumo atual dentro de 20, 30 anos não temos mais hidrelétrica.

Nos Estados Unidos a média de todos os reatores tem sido 10 anos; na Europa um pouco mais curto. Então, são problemas — quando estamos falando de 30 anos para programas energéticos — não é muito tempo, não. Quer dizer, então, se não tomarmos decisões agora países desenvolvidos planejam para 30, 40 anos. Se não começarmos a decidir estas coisas agora, o problema é complicado, quer dizer, formar gente leva muito tempo — leva 15, 20 anos para se fazer isso.

O SR. JOSÉ RICHIA — Pois é. Mas é o que menos o Governo está se preocupando — é aí que quero chegar. É nisto que quero chegar. Quer dizer, tendo uma visão global, o País devendo 43 bilhões de dólares lá fora, devendo 500 bilhões de cruzeiros aqui dentro. Quer dizer, onde é que vai buscar recursos até mesmo para o aproveitamento deste potencial hidrelétrico, que se não é inesgotável nem infinito, pelo menos também não é tão insignificante assim. Porque hoje pelo que se observa, pelo que se ouviu aqui de técnicos, o potencial hidrelétrico do Brasil já está em 78% de um inventariado. Quer dizer, então, também não é um potencial tão desprezível assim, não é? E no ritmo em

que nós estamos, daqui a pouco não vai haver recursos para isso. Como não teve recursos nestes últimos dois anos, foi para o álcool.

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS — V. Ex.^a vai-me perdoar porque aqui é 78% do inventariado — porque o que não foi inventariado não pode citar percentagem nenhuma.

O SR. JOSÉ RICHIA — Claro. Mas o Brasil é um País que nem nós mesmo conhecemos inteiramente, pois há pouco tempo descobrimos os riscos de dimensões razoáveis que nem estavam nos nossos Mapas.

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS — Mas eu não tenho o direito de sacar, como Cientista.

O SR. JOSÉ RICHIA — Claro.

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS — Então não posso dizer que conheço 50% do desconhecido. Eu não sei o que é o desconhecido.

O SR. JOSÉ RICHIA — Perfeito. Mas, do já conhecido, nós ainda não temos 78% a ser aproveitados. Então, concluindo, é exatamente esta a minha preocupação numa visão global. Quer dizer, não sei o Brasil teria suporte financeiro e estaria em situação econômica tal, que lhe permitisse se dar ao luxo de querer entrar no programa nuclear nesta velocidade, em termos de aproveitamento industrial. Aproveitamento científico, sim — estou plenamente de acordo — e aí vai inclusive uma outra opinião: é a de que nós estamos muito atrasados inclusive no programa.

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS — Estou perfeitamente de acordo com V. Ex.^a. Entramos 20 anos atrasados. Praticamente, considero que perdi boa parte da minha juventude tentando fazer energia nuclear no Brasil.

Agora, então, não posso deixar de louvar a decisão de fazer, quando ela foi tomada, o que estou fazendo aqui.

Agora, quanto ao problema de recursos, evidentemente, esse é um problema que foge completamente a minha opinião, formação, especialidade, etc. Como Cientista e conhecendo o uso que se faz de recursos no desenvolvimento de Ciência e Tecnologia em países mais adiantados do que nós, só posso dizer que estamos utilizando muito pouco — ainda. E que, portanto, o próprio programa nuclear, como vejo, tem esta finalidade, não me choca de maneira nenhuma em termos de recursos; ao contrário, gostaria de ver utilizados mais recursos ainda no desenvolvimento dos reatores supergeradores, rápidos, etc. Essa é a minha opinião.

Agora, quanto ao problema de alocação de recursos face à conjuntura, não é, evidentemente, um problema de minha alçada.

O SR. JOSÉ RICHIA — Pois é. Mas, evidentemente, tem da minha preocupação porque sou político e não sou como V. S.^a, um especialista e um Cientista neste assunto. Então, é claro, que a sua opinião dentro deste assunto está absolutamente correta. Mas acredito que as preocupações de natureza política tendo uma visão conjuntural...

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS — Faço um apelo ao Senador, para que lute para maiores recursos à Ciência e Tecnologia brasileiras, mas que a gente possa gastar, pelo menos, o que gastam os desenvolvidos que é na ordem de 3% do produto bruto.

O SR. JOSÉ RICHIA — Certo.

Sr. Presidente, dado ao adiantado da hora, ficamos por aqui. Desculpe se tomei indevidamente o tempo de V. S.^a

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS — Não. Muito oportunas as suas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao Senador Dirceu Cardoso, nosso prezado amigo.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Agradeço a referência.

Sr. Presidente, eu não esqueci o caminho de volta. Estamos aqui para continuar a nossa luta.

Mas, Sr. Presidente, no preâmbulo da nossa inquirição hoje, tenho uma notícia que vai sacudir a Comissão. Sr. Presidente, não sei da notícia de que a Alemanha suspendeu a construção da usina de reprocessamento. Não sei de notícia que corre a respeito de usinas nucleares no mundo; Mas sei, Sr. Presidente, por força do que a nossa Comissão tem apurado, tem divulgado a respeito das usinas nucleares de Angra, temos uma notícia sensacional para dar a esta Comissão. Ontem, eu registrava que o Senhor Presidente da República tinha ido à Embaixada do Paraguai, para mostrar a sua amizade, a significação da amizade paraguaia no atual momento.

Sr. Presidente, veio uma notícia mais séria hoje: amanhã, o Senhor Presidente da República visitará de surpresa, Angra dos Reis.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Então, não será surpresa. Nós já sabíamos.

O SR. DIRCEU CARDOSO — É. É isso aí.

O SR. JOSÉ RICHÁ — Eu também já havia tido informação de que ele iria a Angra dos Reis.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Pois é. Mas então: eu também ouvi falar, lá quando estive, que eles estavam esperando; ficou para depois, mas vai ser amanhã. Portanto, Sua Excelência amanhã pode tomar uma decisão séria sobre Angra dos Reis, sobre o problema nuclear brasileiro — e de surpresa, e que nós esperamos, inteligência. Será, portanto, surpreendente para aqueles que não consideraram essa hipótese, mas eu que considero essa hipótese, vejo que Sua Excelência foi receptivo a essa luta travada aqui na Comissão. E é possível que vá lá ver com seus próprios olhos aquele estaqueamento famoso, a construção da Usina Angra II, Angra III, onde tem ido o nosso dinheiro, essa coisa toda, não é? O dinheiro do Brasil, do País — não é o meu. Portanto, é a notícia que nós gostaríamos de dar.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Pensei que fosse alguma coisa nova.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Não. Mas é surpreendente para nós, Sr. Presidente, porque foi suscitado o problema de Angra. Eu sabia que isso — não da visita amanhã, não soube disso — eu soube que Sua Excelência está preocupado com Angra, em virtude das coisas que têm abrolhado ao longo da nossa Comissão. Do custo de Angra-II, do volume de dinheiro que tem sido investido ali. Então vai lá, amanhã, numa visita de surpresa ao complexo de Angra; e é possível que amanhã ou depois, tenhamos uma outra decisão de Sua Excelência no sentido de nortear, ou melhor, de aprovar a política nuclear para outros caminhos.

Os votos que faço são de que Sua Excelência tire essa conclusão, o mais rapidamente possível, enquanto é tempo.

Dr. Israel, o depoimento de V. S^a é dos mais valiosos para a nossa Comissão, porque além de sua posição como Secretário do governo de Minas, como Professor eminente, na França, como membro do Comissariado de Energia Nuclear, da França, V. S^a tem comparecido, aqui, à Comissão de Minas e Energia do Senado, aqui tem manifestado os seus pontos de vista, tem discutido as suas idéias, tem rebatido algumas notícias que circulam a respeito do programa nuclear, e, V. S^a foi agraciado, ainda, este ano, com um prêmio que pela primeira vez se distribui a um cientista brasileiro. Um prêmio de valor que nunca tive notícia de um valor tão alto...

O SR. DR. JOSÉ ISRAEL VARGAS — Menor do que o que V. Ex^a pensava.

O SR. DIRCEU CARDOSO — É porque na minha admiração V. S^a valeria um prêmio de 500 mil.

O SR. DR. JOSÉ ISRAEL VARGAS — Muito obrigado, V. Ex^a poderia propalar isso que eu seria candidato a outro.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Julguei que fosse um prêmio de 500 mil, porque na minha admiração vale muito mais do que 500 mil.

O SR. DR. JOSÉ ISRAEL VARGAS — Muito obrigado, Senador.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Porque é um pesquisador é um homem que enobrecer os forais intelectuais do País, lá fora, chegando até a ser guindado com uma posição de relevo no Comissariado de Energia Nuclear da França.

Então, o seu depoimento para nós é precioso; com esse ordenamento, com essa firmeza que tem as suas posições, e a sua opinião crítica sobre o problema.

Dr. Israel, começo a rebuscar aqui, o relatório do famoso Plano 90, da ELETROBRÁS, cuja conclusão rapidamente lerei um trechinho estabelecendo o seguinte:

“O Plano 90 previa duas hipóteses de crescimento na demanda de energia elétrica, nas regiões Sul e Sudeste, no período de 1975 a 1990. Segundo o Plano, de 1975 a 1979, o crescimento se daria à taxa de 11,7% ao ano. De 1979 a 1990, segundo a primeira hipótese, a demanda crescerá de 11,4% ao ano. De acordo com a segunda hipótese, a demanda crescerá a uma média de 8,7% ao ano.

O Plano 90, diz que no caso da primeira hipótese, haveria necessidade de instalação de 6 a 8 reatores de 1.200 megawatts, entre 1972 e 1990. Na segunda hipótese — um crescimento menos acentuado — entretanto com um crescimento de 8,7% ao ano, não haveria necessidade de nenhum reator até 1990.

Recomendado, entretanto, que se instalassem quatro reatores entre 1980 e três entre 1990, para a familiarização, com a tecnologia nuclear. Entretanto, o Plano 92, que é uma revisão mais atualizada

do Plano 90, prevê um crescimento de, apenas, 8,5% ao ano, em 1980 e 1986; e de apenas 7,5% ao ano, de 1987 a 1992.

Essa nova prospecção fica abaixo até mesmo da perspectiva mais pessimista do Plano 90 e recomenda a revisão do programa nuclear.

A NUCLEBRÁS, entretanto, contesta os novos dados da ELETROBRÁS e argumenta que o crescimento entre 1980 e 1992 será de pelo menos 9,3% ao ano.”

Portanto, para início de conversa, esses são os parâmetros entre os quais fixaremos arguição. O que V. Ex^a tem para dizer sobre isso?

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS — Senador, não tenho, evidentemente, acesso a detalhes desse tipo de planejamento. Como cidadão, penso que se efetivamente a nossa taxa de consumo de energia cair a 7,5% ou 8,5%, acho que o País vai viver dias muito difíceis, porque existe uma correlação completa entre a taxa de crescimento de energia e o crescimento econômico, como V. Ex^a não ignora. Com um crescimento econômico da ordem de qualquer coisa como 6,7% da nossa economia, a nossa taxa de consumo de energia tem sido qualquer coisa em torno de 12, 13% em algumas regiões do País muito mais alto; a taxa de crescimento de Minas Gerais tem sido da ordem de 16 a 17%.

Se a nossa taxa de consumo de energia realmente cair para 7,5 a 8,5%, quer dizer que a nossa economia vai crescer de 1, 2%, zero, o que quer dizer que com um crescimento populacional na base de 2,5, vamos ter uma situação muito difícil.

Então, simplesmente, não só não acredito como não desejo e, mais do que isso, acho...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Não desejamos nós.

O SR. DR. JOSÉ ISRAEL VARGAS — ...que a Nação não aceitará essa taxa de crescimento de consumo de energia.

Minha opinião, agora, como cidadão eu não conheço elementos desses estudos mas esse é que ...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Este é o estudo oficial, não é?

O SR. DR. JOSÉ ISRAEL VARGAS — De novo volto ao mesmo tipo de argumento usado na discussão com o ilustre Senador José Richa, que antecedeu a V. Ex^a: para mim o programa nuclear é um instrumento de modernização industrial. Se a taxa de recursos do programa nuclear for reduzida enormemente, quer dizer para mim que este projeto que é tão importante para o desenvolvimento tecnológico do País, pelo subproduto que ele gera, causará efeitos muito negativos no desenvolvimento desta área.

Isso, com todo o respeito ao Senador Dirceu Cardoso, que considero amigo e a quem acompanho há muito tempo a despeito das dúvidas existentes manifestadas sobre a execução do programa nuclear, de que não tenho eu, pessoalmente, conhecimento praticamente desde 1963, qualquer vinculação com o programa nuclear brasileiro para bem ou para mal. Essa é a minha opinião.

Evidentemente que o problema do ritmo de implantação do programa é uma decisão de governo, à vista de fatores conjunturais econômicos e outros, mas eu pessoalmente, veria numa redução do ritmo, sobretudo, não da produção de energia mas da transferência de tecnologia nessa área, algo extremamente indesejável para a comunidade científico-tecnológico brasileira.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Estamos de acordo com as observações de V. S^a. Todos nós aqui! Todos nós somos favoráveis para que o Brasil entre, mas entre resolutamente, na era nuclear. Ninguém aqui é contra; mas alguns estão de acordo com o nobre Senador José Richa no sentido de que o programa nuclear se fizesse com menos aqodamento, que ao invés de 8 a 10 usinas que fôssemos instalando isso gradativamente a fim de que, também, pudéssemos tomar contato com a tecnologia que estamos adquirindo, gradualmente, não precisava essa velocidade que estamos animados dela, mas devo dizer a V. S^a Ainda ontem, numa reunião que tivemos aqui, com empresários do Rio de Janeiro, o Presidente da maior firma construtora do Rio de Janeiro, Presidente do Sindicato dos Construtores, disse o seguinte: a minha firma que tem escritórios em São Paulo e no Rio de Janeiro chegou a ter, no ano passado, sete mil empregados, este mês está reduzido a dois mil porque a recessão que se desencadeou na construção imobiliária no Rio de Janeiro é uma coisa indifarável e temos sentido na nossa carne essa situação, portanto, naturalmente, isso se refletirá em tudo na vida brasileira, mas fazemos votos que não caia a esses vícios, estamos de acordo com V. S^a que o Brasil progrida no ritmo acelerado que ia tendo e que possamos ter os 11% de crescimento e a nossa capacidade de aproveitamento do potencial hidrelétrico extinta no ano 2000.

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS — Senador Dirceu Cardoso, gostaria de fazer uma observação sobre a questão em caráter mais geral, não

referindo-me especificamente ao programa nuclear. Tenho ouvido em várias áreas que, face aos problemas econômicos e financeiros que enfrenta o Estado, que o ritmo de investimento deveria ser reduzido uniformemente em toda a área, no que diz respeito à ciência e tecnologia, discordo frontalmente desta posição. Um dos dramas da tecnologia e da ciência brasileira é que há sempre um descompasso entre as necessidades da economia, da indústria de uso da tecnologia brasileira e o fato de que essa tecnologia ainda não está pronta, então, isso é o grande argumento para comprar a tecnologia estrangeira, é que não podemos esperar que os cientistas e tecnólogos brasileiros desenvolvam, a tempo, a tecnologia para a nossa utilização. Então, eu diria que toda vez que desenha uma recessão econômica aí está o momento de investir na ciência e na tecnologia para reduzir esse descompasso entre a produção e a utilização de tecnologia, então, gostaria de obter o apoio, a compreensão desta Comissão e do Senado da República para este problema, é agora o momento de investir em ciência e tecnologia, é no momento em que a atividade industrial se reduz por uma razão ou por outra, que devemos investir em ciência e tecnologia porque isso é pré-investimento para que quando a economia retornar, possamos utilizar, efetivamente, a tecnologia nacional, e é nesse sentido que veria, com toda sinceridade, com toda honestidade com maus olhos a redução do ritmo do programa nuclear brasileiro, evidentemente, corrigido nos erros eventuais que possam se ressentir porque vejo na redução do programa, necessariamente um reflexo, vai-se refletir numa menor taxa de formação pessoal, num menor investimento em laboratório, num menor ritmo de aprendizado e de crescimento da competência nacional nesta área que é importante no futuro do País. É meu ponto de vista.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Agradeço a observação de V. S^a que, como conhecedor do assunto, está falando com base e com desenvoltura e descortino que tem do problema. Mas sou daqueles que acreditam mais no seguinte, é preferível o Brasil ter, a essa altura, pessoal especializado que saiba fabricar a usina nuclear, é a tecnologia, portanto, incorporada a um grupo humano, de alta sabedoria, de alta técnica, que possa, em qualquer momento, construir 1, 2, 10 ou 20 usinas nucleares. Sou favorável a técnicos que estejam preparados, estejam à altura do momento e da hora, do que mesmo a construção da usina.

Dr. Israel, temos vários assuntos, alguns até delicados também. Nós queremos aproveitar, V. S^a vai nos desculpar, nós estaremos igual à mandioca no tipiti, desculpe a comparação, queremos apertar até o último momento, não teremos V. S^a tão cedo, V. S^a precisa espantar toda a dúvida que tivermos aqui, o Relator, os membros da Comissão, vamos aproveitar o Dr. Israel.

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS — Seguramente vou decepcionar V. Ex^a.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Em momento algum, ao contrário, não podemos dizer o que pensamos a respeito, mas depois, poderemos falar com V. S^a Nos contatos que já tivemos com cientistas brasileiros nós fizemos um juízo a seu respeito, diferente.

O SR. JOSÉ RICHÁ — Para melhor.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Firme, posição definida, objetivo, sem medo, desassombrado, isso é que nós queremos.

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS — Muito obrigado.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Pergunto a V. S^a o que é feito do grupo do tório de Belo Horizonte, que o Governo e a NUCLEBRÁS, parece que quebrando uma esquina no desenvolvimento nuclear brasileiro retirou desse grupo aquela prevalência daqueles primeiros instantes e passou para o Rio de Janeiro e São Paulo em detrimento daquele grupo extraordinário de cientistas de que V. S^a era um coroamento do grupo de Belo Horizonte?

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS — Senador Dirceu Cardoso, sobre essa questão devo dizer que não era membro do grupo do tório porque estava no exterior à época em que ele se organizou, no entanto, fui convidado em 1970/71 pela Comissão de Energia Atômica a vir ao Brasil discutir com a comissão vários problemas ligados ao programa da energia nuclear e, entre outros, o grupo do tório. Naquela época, minha opinião era a seguinte: não mudei muito para alguma decepção de alguns amigos do grupo do tório. É o seguinte: é que a atividade do grupo era, no fundo, uma desconversa, não se pode resolver o problema do tório sem ter resolvido o do urânio e como o Brasil não resolvia o problema do urânio aquilo era um exercício intelectual um pouco no vácuo, essa é a minha opinião. Tório não é um elemento combustível é fértil, colocado num reator ele pode gerar urânio 233. O que havia o seguinte, como não tínhamos programa de urânio, não adiantava ficar conversando sobre uma segunda etapa ou, por outro lado, adiantava do ponto de vista intelectual, do ponto de vista técnico, sem dúvida, mas a mim, me parecia que o programa do tório pecava pela base, porque não tinha urânio, por

que lidar com a etapa seguinte? É como se hoje, dissessemos vamos parar com nosso programa de reatores térmicos completamente, para lidar com rápidos, ora, para lidar com rápidos é preciso de plutônio, logo, é preciso ter resolvido o problema do urânio. Esta sempre foi a colocação que fazia para os meus amigos, a maioria alunos meus, era essa objeção. A despeito disso, lamento que esse grupo tenha se dispersado, que ele não tenha sido utilizado, seja para um programa ou para outro. Mas, de novo, isso ocorria numa época que, a rigor, não tínhamos uma política nuclear, tínhamos comprado um reator, chaves na mão e propriamente não havia um papel para os técnicos, ou cientistas brasileiros naquele programa, a não ser — como eu dizia jocosamente — que passássemos a funcionar como uma espécie de *chauffeur* de reator; apertar botão e pôr o reator para funcionar. Folgo em dizer e louvar a decisão do Governo do Presidente Geisel de lançar um programa ambicioso de energia nuclear, que é esse que pode propiciar a utilização de muitos técnicos e cientistas brasileiros. A maioria do grupo do tório se orientou para outras atividades. Sei de dois antigos líderes desse grupo que estão hoje no programa do álcool, desenhando usina para o programa do álcool. Com isso me dá um certo consolo de que o aprendizado deles na área térmica, mecânica, etc., não foi perdida para o País. De outro lado, a NUCLEBRÁS manifestou o desejo de retornar o problema de utilização do tório. Foi assinado um acordo entre o Presidente da NUCLEBRÁS e eu próprio — quando era Secretário do Governo de Minas Gerais — no sentido de retomarmos o estudo sobre utilização do tório no Centro Tecnológico de Minas Gerais. Esse assunto está em andamento, não necessariamente no sentido original — esse é outro problema — é que na prática não tínhamos tecnologia de tório, trabalhava com uso do tório no reator, cálculo teórico, mas não tínhamos metalurgia de tório, cerâmica de tório, nem medidas de parâmetros nucleares básicos sobre o tório. Então, talvez haja um pouco de desvio científico, que dizer a minha divergência — se havia divergência com os meus companheiros, engenheiros que trabalhavam na área era a seguinte: vocês podem conceber o reator a tório, é muito bonito, mas antes de pôr para funcionar é necessário ter as medidas básicas, que não existiam e que deviam ser feitas pelo setor básico nuclear brasileiro. Contando um pouco da história passada.

Acho que é importante a utilização do tório. Já me referi anteriormente a algumas concepções de conversores rápidos térmicos a tório. Também, há um acordo em separado com a Alemanha para desenvolvimento de reatores a alta temperatura a tório, isso ainda é da área de pesquisa e desenvolvimento — francamente não sei do andamento desse programa, mas sei que isso é objeto de um acordo. Por ocasião da visita na Alemanha isso foi considerado. Os reatores de alta temperatura têm um interesse considerável para o mundo futuramente e sobretudo para nós, por causa do nosso problema de carvão, é possível que esses reatores venham a ser utilizados na indústria siderúrgica, fornecendo calor para a siderurgia. É um programa importante.

O SR. MILTON CABRAL — Professor José Israel Vargas, nas diretrizes de planejamento do Presidente Figueiredo ao Ministro das Minas e Energia, no item 8 diz o seguinte:

Item 8: "Acelerar as prospecções de urânio, tório e de outros minerais? e férteis".

Item 9: "Criar e desenvolver uma tecnologia nacional, adaptadas aos recursos minerais do País".

O que pressupõe uma recomendação no sentido de criar e desenvolver uma tecnologia sobre o tório.

Na sua conferência de outubro de 1975, aqui no Senado Federal, V. S^a disse o seguinte:

"Dada a existência de consideradas reservas de tório no País, tal linha deve merecer devida atenção nos próximos vinte ou trinta anos. É necessário iniciar, desde logo, estudos básicos e estabelecer laços de cooperação internacional."

Perguntaria o seguinte:

Temos conhecimento do nosso potencial de tório no País e qual o grau de desenvolvimento atual de aproveitamento desse mineral em outros países, tendo em vista que para entrarmos nessa linha teremos que mobilizar recursos humanos e financeiros? Fechando a pergunta, pois esta engloba duas ou três perguntas: estou perguntando se temos reserva de tório? A idéia sobre a reserva de tório? Qual o desenvolvimento do aproveitamento atual desse mineral em outros países? Se temos condições e recursos financeiros e humanos? Se com tudo isso, essa é a minha preocupação, teremos condição de abrir novas frentes nesse campo? Estamos mobilizados para resolver o problema do aproveitamento do urânio? É conveniente ao País abrir novas frentes nesse campo, dessa escassez de recursos?

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS — No que diz respeito as reservas de tório, há cerca de três anos ou quatro anos atrás eram maiores do que as nos-

sas reservas de urânio. Não eram muitas, mas tínhamos nessa época em Poços de Caldas cerca de 10 mil toneladas de urânio. De tório era maior do que isso. A verdade, é que se fez pouca pesquisa mineral para o tório. Aí é a resposta de outra pergunta que vem adiante, porque não há no mundo nenhum reator industrial usando tório. Evidentemente que as reservas de tório podem ser muito acrescidas e na prática existe uma reserva muito importante, que é de Araxá.

Quando foi votada a lei que criou a Comissão de Energia Atômica, nesta Casa, fui responsável pela introdução na lei de um dispositivo que obriga a devolução por quem compra o minério ou pela empresa que vende de devolver o urânio equivalente em tório ou urânio contido. Então, temos uma reserva considerável de urânio, baseado neste dispositivo. Diria o seguinte: existe uma reserva potencial grande de tório, uma reserva de tório tal qual é basicamente a monazítica, existe considerável quantidade de óxido, hidróxido de tório estocado pela Comissão de Energia Atômica e pela NUCLEBRÁS há um interesse de desenvolver uma ciência básica do tório, que não seria evidentemente cara. Então, está respondida a outra que tão bem colocada por V. Ex^a, no sentido de que acho que continua havendo o interesse de desenvolver a física básica do tório, a metalurgia básica do tório.

O SR. MILTON CABRAL — Na sua opinião o nosso esforço ficaria limitado à ciência básica do tório?

O SR. ISRAEL VARGAS — No momento.

O SR. MILTON CABRAL — Porque a tecnologia de reatores na base do tório ainda está em desenvolvimento nos países mais adiantados.

O SR. ISRAEL VARGAS — Devíamos acompanhar esse desenvolvimento de novo, dentro daquela filosofia geral já exposta devíamos participar deste desenvolvimento não como quem pede esmola, ou mandar um ou outro estudante, mas se associar realmente.

O SR. MILTON CABRAL — Isso não complicaria então com o nosso esforço em termos de urânio?

O SR. ISRAEL VARGAS — Eu creio que não porque o custo desse desenvolvimento ainda é relativamente baixo.

O SR. MILTON CABRAL — É suportável.

O SR. ISRAEL VARGAS — Creio que sim.

O SR. MILTON CABRAL — Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso.

O SR. DIRCEU CARDOSO — O processo — se estou errado V. S^a pode me corrigir — da difusão gasosa, que é desenvolvida pelos Estados Unidos, Rússia e França; a ultracentrifugação pela Alemanha, Inglaterra e Holanda; a Bomba H foi conseguida através da difusão gasosa, mas é um projeto de grande escala não como é o caso do Brasil. Mas disse, aqui, um depoente, de alta significação, que a Alemanha havia negado a cessão ao Brasil do processo da ultracentrifugação, e nós tivemos então que recorrer ao jato contínuo. O que que V. S^a sabe a respeito disso?

O SR. ISRAEL VARGAS — A ultracentrifugação, a companhia.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Porque negou-se a NET a centrifugação porque os outros parceiros impediam que assim fizesse; quer dizer, a Inglaterra e a Holanda.

O SR. ISRAEL VARGAS — É o que consta, Senador.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Quer dizer, que então é verdade, não é?

O SR. ISRAEL VARGAS — Consta que não houve acesso a essa tecnologia. Agora em que apenas do ponto de vista histórico, tanto os Estados Unidos quanto a Rússia também trabalham na ultracentrifugação um grupo de origem alemã; o desenvolvimento da Rússia foi feito também por esse grupo que foi aprisionado em 1945, liberado em 1956, foi para os Estados Unidos em 1956 para a Universidade de Virginia e regressou à Alemanha em torno dos anos de 1962 e lá retomaram o problema da centrifugação que havia também se desenvolvido na Holanda, pelo grupo do Professor Cristem Maya que eu conheço pessoalmente.

O problema da centrifugação parece ter sido resolvido — é o que me disseram na Alemanha — com bastante sucesso. Mas, enfim, não havia acesso a essa tecnologia, nem a difusão. Então aproveitamos aquilo que havia de mais avançado em termos de nível de desenvolvimento tecnológico industrial. V. Ex^a sabe que há outros processos, como o enriquecimento com o laser — fator químico em desenvolvimento em vários Países do mundo — mas que se encontram muito mais atrasados do que este, no qual já se gastou consideráveis recursos, na Alemanha, e que o Brasil se associou a esse processo de desenvolvimento.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Quer dizer que em face da recusa da Alemanha de nos ceder a ultracentrifugação nós caminhamos então para ter a patente do processo do jato contínuo.

O SR. ISRAEL VARGAS — Patente do processo do princípio, porque o desenvolvimento em si ainda é objeto de desenvolvimento de progressos que me impressionaram muito.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Dr. Israel, e se por acaso — por estar em fase de teste já adiantado, como V. S^a disse aqui — isso não chegar a um resultado final na fase da escala industrial, o que que resulta desse esforço nosso também? Esse dinheiro imenso que nós já investimos no processo.

O SR. ISRAEL VARGAS — Não é muito não. Não é tanto dinheiro assim não.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Quer dizer, 50 milhões de dólares a Alemanha gastou, quando nós entramos.

O SR. ISRAEL VARGAS — Mas nós não pagamos 50 milhões de dólares por isto. Porque isto é o que ela gastou nas instalações, nós tivemos uma participação na patente. Eu não conheço detalhes nesse acordo. Agora, a mim me parece altamente improvável que o processo não seja eficaz, por uma série de fatores, entre outros, do custo da energia hidrelétrica, custo da geração, muito mais barata no Brasil do que nos Países Europeus que são obrigados a queimar óleo, ou usar a energia nuclear para fazer, inclusive, o enriquecimento.

Então, digamos, o balanceamento dessas coisas, mesmo que o processo tenha uma eficiência a nível industrial mais baixa do que os outros, nós devemos e podemos talvez compensar essa possível ineficiência — que eu não posso prejudicar, apenas respondendo a sua hipótese — por uma composição de custo de operação industrial por via de energia mais barata.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Mas nas condições não de energia do jato contínuo do que os outros processos, não é?

O SR. ISRAEL VARGAS — No momento não. Antes eu disse o seguinte: que o balanço energético na escala-piloto consome menos energia do que a difusão e mais do que a centrifugação. Agora, pelo enriquecimento, Senador, esotópico é uma cascata de processos elementares, de processos isolados. O enriquecimento por unidade de enriquecimento é, neste caso do jato centrífugo, muito maior do que a difusão; o enriquecimento por etapa está previsto na usina industrial nossa, aqui, acho que 400 elementos de enriquecimento. Então isso é uma cascata! É equivalente a milhares de centrífugas; o enriquecimento intrínseco por etapa é menor.

Então a resposta escala-piloto: é que o processo do jato centrífugo consome menos energia do que a difusão, a escala industrial verdadeira não está testada. Agora a hipótese que eu faço é: suponha que consuma tanto quanto a difusão ou mais. Na composição do custo do urânio enriquecido o elemento energia é muito importante. Agora como nós temos a energia hidrelétrica muito mais barata do que aquela obtida nos Estados Unidos ou na Europa que usam basicamente em energia nuclear ou queimam óleo, ou queimam petróleo para obter a eletricidade, isso pode sempre compor um custo que é interessante. Essa é a primeira observação que eu faria.

A segunda observação: eu já me referi a isso anteriormente, é que no custo total do processo do ciclo do combustível o enriquecimento representa alguns por cento desse processo. Então eu não acho crítico que vê que o problema devia ser colocado é o seguinte: o processo funciona ou não funciona? Funciona. Qual é o custo desse processo? O custo vai depender do consumo energético específico do projeto. É possível que este custo seja, inclusive, mais alto que a difusão, embora na escala-piloto as experiências mostram que o consumo é menor do que na difusão. Mas mesmo que ele seja mais alto eu acho que pode ser feito. É possível que isso seja balanceado com o custo de energia hidrelétrica mais barato. Agora de novo, segundo observações feitas pelo Senador José Richa, um pouco da resposta que deve ser dada a ele, evidentemente que isso vai depender da origem da energia hidrelétrica.

Posso colocar isso perto da hidrelétrica de 300 dólares o quilowatt instalado se eu colocar ao lado de uma que tem consumo muito mais alto, embora o problema da interligação da rede brasileira e a tarifa única utilizada por nós passa a compensar essas eventuais desconomias no uso desse processo.

Isso tudo são discussões hipotéticas, eu não tenho e ninguém tem uma resposta para dizer se o processo vai consumir mais energia do que a difusão.

O SR. RELATOR (Milton Cabral) — Permite uma intervenção?

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS — Pois não.

O SR. RELATOR (Milton Cabral) — É para colocar uma pergunta sobre uma afirmação que está aqui no depoimento de um colega seu. Não vou citar o nome para lhe deixar mais à vontade. Diz ele: o enriquecimento de urânio pelos métodos dos jatos usa quase duas vezes mais do que o método

da difusão. Para preparar uma tonelada de urânio enriquecido a 3% são necessários 16 milhões de quilowatts/hora, isto é, toda usina de Itaipu funcionando duas horas. Tem sentido isso?

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS — Não tem não. Mas o consumo energético nos processos de enriquecimento é muito grande. A usina de Oak Ridge consome mais energia do que toda a cidade de Nova Iorque. Não é preciso lembrar aos Senhores que a cidade de Nova Iorque consome mais energia hidrelétrica do que o Brasil todo.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Vou dizer o valor do consumo de Oak Ridge: 500 mil toneladas de consumo de energia.

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS — Isso é a conta. Mas são bilhões de quilowatts. Os franceses, para EURODIF, estão alimentando a usina de enriquecimento com 3 reatores de 1 milhão de quilowatts. Isso é do tamanho da Usina de São Simão. Enriquecimento, é só gasto de energia. Esse número duas vezes mais, uma vez mais, V. Ex^a há de compreender que não tendo experiência industrial não posso comparar as duas coisas. Agora, a nível de escala-piloto, disse-me o Prof^o Becker que o consumo já era menor do que o da difusão. Evidentemente, não medi, nem teria sentido, e mais ainda, nem saberia medir. Mas trata-se de um homem que tem uma patente, que dirige um grande laboratório, que comunica essas coisas em congressos internacionais, não é contestado.

O SR. RELATOR (Milton Cabral) — O processo de centrifugação...

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS — Estou falando nos *jet nozzle*.

O SR. RELATOR (Milton Cabral) — Ele é superior em economia ao de difusão e é inferior ao de centrifugação. Não é isso?

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS — Não. O *jet nozzle*, em princípio, consome mais energia do que a centrifugação e menos energia do que a difusão.

O SR. RELATOR (Milton Cabral) — São dados muito genéricos.

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS — O problema da centrifugação é um problema infernal, porque são milhares de centrifugas girando a altíssimas velocidades, praticamente no limite de resistência de materiais. Inclusive, o problema da utilização de centrifugas resultou de um desenvolvimento de novas ligas que resistem entre 50 mil rotações por minuto. Ninguém sabe do que constituem essas ligas. É segredo de fabricação.

O SR. RELATOR (Milton Cabral) — Nesse caso, o *jet nozzle* mecanicamente é mais simples.

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS — Muito mais simples, porque ele não tem peça móvel; quem se move é o gás.

Por outro lado, o problema de pane em centrifugação é muito grave. Disseram-me na MAM, na Alemanha, que é o fabricante da centrifuga, que eles achavam que o processo da centrifuga era aceitável na medida em que a taxa de acidentes com as centrifugas fosse inferior a 2,5%. Disseram-me que tinham obtido algo como 1%, 1,5% da taxa de acidentes com a centrifuga, acidentes no sentido de ruptura porque todo o processo é interrompido ou então tem-se que construir uma série de máquinas que funcionem como *by-pass*, uma quebrou, entra outra em funcionamento, etc.

Intrinsecamente, o processo é muito eficiente. O grande interesse da difusão gasosa foi militar. Basta fazer crescer a instalação para obter enriquecimento cada vez mais alto.

Não temos problema militar, não temos programa militar. O enriquecimento que vamos obter, 3%, 4%, jamais pode ser utilizado em artefato militar direto como urânio.

Mas no caso da difusão, sim. Tanto que a tecnologia francesa foi baseada na usina de Pierrelatte, que é uma usina feita especificamente para bomba e para reatores de submarinos que usam urânio altamente enriquecido. Isso foi transferido para a escala industrial nessa associação França-Espanha-Suécia-Itália, etc.

Agora, eu diria que o enriquecimento é vital para a independência do País, qualquer que seja o custo. Mesmo sendo muito alto ele não vai canalizar o conjunto do processo, porque a fração do enriquecimento do custo total do processo é relativamente pequena. Trata-se mais de saber se o processo enriquece ou não enriquece. A resposta é: enriquece.

O SR. DIRCEU CARDOSO — A título de curiosidade vou dar um dado de Oak Ridge: são 40 hectares de área construída com cenenas de edifícios, 1.500 máquinas, do tamanho de um vagão ferroviário. Só energia elétrica para movimentar esse complexo, por dia, são 500 mil dólares. O resfriamento consome 450 milhões de litros de água, por dia, evaporados em nuvens imensas que cobrem o vale do Tennessee. É uma construção dessa importância numa despesa de 6 bilhões de dólares.

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS — Senador, se me perdoar, isso não tem nada a ver com a nossa escala projetada aqui.

Apenas para lembrar, a capacidade de Oak Ridge é qualquer coisa como 6 milhões de quilo UTS. Nós devemos utilizar algo em torno de 400. É uma desproporção muito grande. Eles não só fornecem urânio para todos os reatores americanos, para o programa militar e também para exportação. Inclusive, os reatores hoje em funcionamento na Alemanha, o urânio é enriquecido nesta usina americana.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Dr. Israel, V. S^a teve notícia ou teve conhecimento de duas ultracentrifugas que seriam remetidas da Alemanha para o Brasil, em 1956 mais ou menos, e que o comissário americano impediu? Já estavam encaixotadas, prontas para vir. Já era uma ligação nossa com a Alemanha, a respeito do urânio nuclear. V. S^a teve conhecimento disso?

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS — Isso é bem conhecido, inclusive, apareceu na Comissão Parlamentar de Inquérito de 1956, no Congresso Nacional.

O SR. DIRCEU CARDOSO — O livro que li diz até o nome do comissário.

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS — James Connors.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Exatamente.

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS — Se V. Ex^a ler as Atas do Congresso Nacional, de 1956, encontrará isso lá.

O Almirante Álvaro Alberto contratou com o Prof^o Giot, da Alemanha, a construção dessa centrifuga. Giot é do grupo de desenvolvimento da centrifuga.

A Alemanha ainda estava sob o regime de ocupação. Então, o alto comissário americano da ocupação, que é o Prof^o James Connors, mandou apreender essas centrifugas. É verdade.

Somente depois da assinatura do Tratado de Paz é que a Alemanha pode lidar com os problemas na área nuclear. Isso é um exagero que se cometeu com a Alemanha, como também com o Japão. Aparelhos de pesquisa básica do Japão foram jogados ao mar, na baía de Tóquio, sob as ordens do General Mac Artur durante a ocupação.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Nós vimos que o Diretor Wencol, Sr. Bougard, em que declarou o seguinte: "Não acredito no êxito da tecnologia selecionada pelo Programa Nuclear Brasileiro". É um Diretor da Wencol que declara. V. S^a leu isto, por acaso?

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS — Não, Excelência, mas, tecnologia é um produto curioso — só pode ser apreciada num lugar dado, num momento dado. Então, aquela tecnologia que pode ser inviável para o Professor Bougard, na Holanda, pode ser viável aqui, contanto que o nosso preço de energia seja mais barato. Então, não há soluções universais. Quando eu discutia com amigos e colegas americanos sobre o problema de fabricar álcool a partir da madeira, eles diziam que isto é um absurdo e que o Brasil deveria fabricar móveis para exportar. Então, isto é ótimo — há um mercado de móveis, nos Estados Unidos, que poderia sustentar um esquema desse, mas nós não temos aqui. São situações diferentes. Eu não sei quem é esse Professor, mas apenas acho que a observação é válida.

O SR. DIRCEU CARDOSO — É um dos Diretores da URANCLO.

O SR. ISRAEL VARGAS — Então, a observação que estou fazendo é no sentido de que o que não pode funcionar lá, funciona aqui. Ninguém vai fabricar álcool, lá, para colocar em automóveis, por exemplo — eles estão plantando tulipas...

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Dr. Israel, com a perda pela Westinghouse das 8 Usinas que nós contratamos com a KVV, alemã, V. S^a não acha que a pressão americana sobre esse Acordo Nuclear não foi maior, não foi mais tensa? Construiu a primeira, esperava construir as outras, naturalmente, porque era, a Westinghouse, a mestra da KVV — perdeu as 8 usinas e, então, houve a pressão americana contra o Acordo Nuclear — V. S^a não acha isto?

O SR. ISRAEL VARGAS — Eu acho que é possível, afinal não é um mal negócio — é um negócio de alguns bilhões de dólares e que, seguramente, vários concorrentes não ficaram satisfeitos. Então, eu imagino que a Westinghouse não tenha ficado satisfeita. Não tenho dados para extrapolar porque, em consequência disto o Governo americano ficou contrariado com o Acordo. Eu não quero fazer um processo de intenções, mas tudo indica que a preocupação americana principal é com o problema da não proliferação de armas e, sobre isto, o Brasil tem uma posição muito clara, com a qual eu estou completamente de acordo — é que nós não podemos admitir que seja bloqueado o nosso acesso a tecnologia avançada nuclear ou qualquer outra, e,

mais ainda, sobre o argumento de que nós seríamos um perigo com tecnologia nuclear, eu entenderia que a nossa tradição é pacífica e tudo mais — é muito maior que a deles, porque, entre outras coisas eles usaram bombas — foram os primeiros a usarem.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Mas isto motivou um Senador americano a dizer o porquê dessa expressão para com o Acordo, e revela uma imensa contrariedade deles e até uma certa desconsideração para com o signatário do Acordo — “criando um perigo provável, no nosso quintal” — isto, feito o Acordo “enquanto estamos comprometidos a defender o quintal da Alemanha contra um perigo igual”. Ele mostra que a Alemanha fazendo um acordo conosco, criou um perigo para os Estados Unidos. Mas, os Estados Unidos é que defende o quintal dali, contra os outros — a expressão é quintal mesmo. Ele quis dizer que a Alemanha fez o Acordo quando não devia fazer, porque é uma nação ocupada.

O SR. ISRAEL VARGAS — Eu não estou de maneira alguma de acordo com esse Senador americano, mas seguramente, a expressão usada por ele *Backhead*, tem uma conotação muito menos grave do que foi para nós — quintal. Eu acho que o Brasil, assim como os demais países, tem o direito de se desenvolver e de utilizar tecnologia mais moderna, no sentido de responder as suas necessidades.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Dr. Israel, V. S^a que esteve na França, foi membro do Comissariado de Energia Nuclear — por que não fizemos um acordo com a França?

O SR. ISRAEL VARGAS — Não tenho resposta para essa pergunta, nobre Senador, mas a minha impressão pessoal, sendo amigo da França — temos vivido lá, muitos anos — é que os franceses se organizaram mal ou não se organizaram no setor industrial. Embora, no pontos de vista do Comissariado de Energia Atômica — eu sei da disposição que já é antiga, que é a de colaborar com o Brasil, nessa área, a mim, parece-me — é um ponto de vista pessoal — é que do ponto de vista da estrutura industrial francesa, o industrial, bancário, etc., eles não se organizaram para esse fim — é apenas uma impressão pessoal.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Mas o francês não tem um ciclo completo do combustível existente?

O SR. ISRAEL VARGAS — A França é, hoje, o único País da Europa que tem que fazer todo o ciclo de combustíveis...

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Quanto ao reprocessamento do urânio, a Alemanha não tem, ainda, não é?

O SR. ISRAEL VARGAS — Na Inglaterra se conhece muito bem — ela tem a tecnologia de reprocessamento em escala relativamente pequena. O único país da Europa, com exceção da União Soviética que tem reprocessamento em escala industrial são os franceses de Le-Haig, que estão fazendo, inclusive, um reprocessamento para toda a população européia. Enfim, é isto.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — É uma Usina multinacional, não é?

O SR. ISRAEL VARGAS — Não, é uma Usina francesa.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Perfeito, mas é para atender a todos os países ali...

O SR. ISRAEL VARGAS — Ela tem uma capacidade de atender todo o mundo ali

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Eu irei ler, agora, um documento que a Comissão não conhece, pouca gente, aqui, conhece, e, talvez, não sei se V. S^a conhece também.

O SR. ISRAEL VARGAS — Seguramente, não devo conhecer...

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — É sobre energia nuclear e, portanto, V. S^a deve conhecer de cor e salteado. Este documento é da década de 1970. “Programa Nuclear Brasileiro — Proposta de Participação da Westinghouse” — dizem que os americanos não queriam fazer o acordo conosco. Quantos aos franceses, é esta explicação que V. S^a deu. Os alemães não queriam a ultracentrifugação e nós nos associamos ao jato-contínuo — do Professor Becker. Mas, este, aqui, é um Programa interessante. Este está nos arquivos do Ministério das Minas e Energia.

O SR. ISRAEL VARGAS — Eu, então, realmente não conheço.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Isto, aqui, então, é um documento que sacode a Comissão. O documento diz o seguinte: “Preparado pela Westinghouse, Nuclen Energy and System”. “Programa: No contexto da discriminação do Governo brasileiro em adquirir 8 centrais nucleares com

potência de 1.200 megawatts cada, a ser instalada entre 1981 e 1990, a Westinghouse propõem:

1º) Estabelecer e desenvolver em sociedade com a Companhia Brasileira de Engenharia, uma companhia nuclear brasileira, especializada na execução de projeto, aquisição de equipamentos e fornecimento de serviço de campo e operações de usinas;

2º) licenciar e prestar assistência técnica à NUCLEBRÁS, para fabricação, no Brasil, de componentes nucleares pesados;

3º) Licenciar e prestar assistência técnica à NUCLEBRÁS, para a fabricação do combustível nuclear;

4º) Fornecer assistência gerencial para a construção e operação inicial das instalações da NUCLEBRÁS, destinadas à fabricação de combustível nuclear e dos componentes nucleares pesados;

5º) Dar assistência aos fabricantes brasileiros no desenvolvimento de suas capacidades industriais, de forma a torná-los aptos a participarem do mercado nuclear.

Quer, dizer, a Westinghouse se ofereceu a vender outras usinas. A primeira, Angra I e depois as outras oito, e o Brasil não aceitou a Westinghouse e se associou à política nuclear alemã. Foi uma atitude nossa, que, nesse caso, desencadeou contra nós, de parte da cúpula americana, essa má vontade e essa pressão.

Este é um documento dos arquivos do Ministério de Minas e Energia.

O SR. RELATOR (Milton Cabral) — Permite V. Ex^a uma pergunta?

O SR. DIRCEU CARDOSO — Pois não.

O SR. RELATOR (Milton Cabral) — A Westinghouse obteve, depois disso, o acordo do governo americano?

O SR. DIRCEU CARDOSO — Não, o deles.

O SR. RELATOR (Milton Cabral) — Parece-me que eles...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Pois é, meses depois fizemos o acordo com a Alemanha.

O SR. RELATOR (Milton Cabral) — Porque o governo americano vetou a Westinghouse fazer isto. É o que consta.

O SR. JOSÉ ISRAEL — Gostaria de fazer a mesma observação: isto pareceu de público, o governo americano teria impedido essa transferência de tecnologia. Agora, mais uma observação: aí não está dito em lugar nenhum que a Westinghouse trabalharia conosco no enriquecimento. Fabricar combustível não quer dizer enriquecer. Então, estaríamos talvez na mesma dependência do enriquecimento.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Bom, isso foi uma proposta inicial, está no documento. Inclusive depois das negociações poderíamos chegar a um ponto. Acho o seguinte: sempre tivemos uma atitude, uma afirmação brasileira, sou favorável ao Acordo. Então, nós que sempre nos filiamos, o acordo nosso, com homens na guerra, sangue nosso derramado sempre ao lado americano, quer dizer, nós nos desvinculamos da política americana e nos associamos à política alemã, numa hora também que nós estamos passando por um sério atrito, de início de acordo nuclear — bem, isso foi depois, mas já estava naquela fase, então, quero crer que a tomada de posição nossa no Acordo Nuclear Brasil-Alemanha motivou de parte dos Estados Unidos essa pressão violenta.

Esté é um documento básico, que pouca gente conhece, a Comissão não conhece, eu vou passar depois.

Mas, eu vou dizer: O Sr. Relator, Senador Milton Cabral, tem documentos aí que recebe e não passa para a Comissão. E agora quer os nossos.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Queria pedir licença ao nosso eminente depoente e à Comissão para me afastar da Presidência, porque eu estou sendo convocado aqui para uma Comissão Mista de uma Emenda Constitucional. Então, convido para me substituir o Senador Jutahy Magalhães. Muito obrigado. (Pausa.)

(Passa a presidir o Senador Jutahy Magalhães)

O SR. RELATOR (Milton Cabral) — Mas, Senador, queria dar uma resposta à sua observação. Todos os documentos que tenho recebido estão à disposição dos membros da Comissão.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Bom, mas pergunto a V. Ex^a onde estão os documentos? Esse, o Projeto 90.

O SR. RELATOR (Milton Cabral) — Estamos concentrados numa zona. Criamos uma Secretaria para a Comissão e o Relator trabalharem.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Mas, não foi encaminhado.

O SR. RELATOR (Milton Cabral) — Mas está às suas ordens.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Mas estava em seu gabinete. Eu li uma nota aqui do Projeto 90. Porque o Projeto 90 é um dos noventa e cinco documentos que V. Ex^a tem na sua gaveta. Agora que eu pedi. Mas este aqui eu vou passar.

O SR. RELATOR (Milton Cabral) — Muito obrigado.

O SR. DIRCEU CARDOSO — A mim também me sugere que é isso. Então, tínhamos conhecimento que os Estados Unidos não quiseram fazer o acordo, mas está aqui a proposta da Westinghouse. Proposta esta, feita só que não tem a data.

O SR. RELATOR (Milton Cabral) — Isto se insere no capítulo das pressões externas.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Pois é. Não posso dar a data e vou dizer porque não possa dá-la: está aqui o tichet do Ministério das Minas e Energia, mas tiramos o carimbo da Minas e Energia e a data. Mas consta dos arquivos das Minas e Energia a proposta da Westinghouse, que fez Angra I e perdeu as oito que vamos fazer com a KWU, mas a proposta dela está aqui. Agora, como disse bem o Dr. Israel: os componentes não quer dizer enriquecimento.

Dr. Israel, no reprocessamento não há fases, quer dizer, é o coroamento de todo ciclo do urânio e por que então vamos fazer o reprocessamento?

O SR. JOSÉ ISRAEL — Vamos fazer o reprocessamento porque o combustível contém urânio enriquecido, que é um material extremamente valioso. Não há nenhum reator nuclear que queime todo combustível. Não pode ser desperdiçado, precisa ser recuperado e, em segundo lugar, que precisa extrair do combustível irradiado o plutônio que pode servir, e que deve servir, a outros processos de produção de energia pois ele é um combustível nuclear. Logo, ele tem valor, para esse fim precisa ser reprocessado o elemento combustível. Agora, esse reprocessamento se dá depois de um longo prazo de estocagem do material irradiado para que a radioatividade caia a nível tolerável. Apenas para lembrar aos Srs. que, no momento em que o combustível é retirado do reator típico, a energia emitida sob forma de radiação representa cerca de 38,5 watts por grama — isso no momento — depois de três horas isso caiu de um fator 10, depois de 58 dias a radioatividade caiu para um fator de 100, depois de 520 dias caiu para um fator de mil, depois de 4.050 dias caiu para um fator de dez mil. Enfim, depois de uma estocagem média de um ano, dois anos, o elemento, dependendo da instalação existente pode ser reprocessado. Então, o reprocessamento é uma fase importante dentro do programa. Primeiro, para recuperar parte do urânio enriquecido; segundo, para recuperar o plutônio, que é um elemento também difícil.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Dr. Israel, li em um livro Átomo e Energia Nuclear: Instalada a usina de reprocessamento, com três anos depois, se quisermos, teremos condições de fabricar a nossa bomba atômica. Então, perguntaria a V. Ex^a se isso é possível, se isso é provável, é aplausível ou é aceitável?

O SR. RELATOR (Milton Cabral) — Senador, permita-me saber qual é o livro que V. Ex^a tem sobre a mesa.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Não é este aqui.

O SR. JOSÉ ISRAEL — Distribuído por quem?

O SR. DIRCEU CARDOSO — É uma divulgação, feita por dois cientistas americanos.

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS — Distribuído, em média, pela divulgação da Embaixada Americana, nós todos recebemos isso, V. Ex^a e todos os membros da Comissão devem ter recebido.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Não, esse eu comprei. Não recebi não, comprei.

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS — Mas o funcionamento de um reator nuclear, dependendo da taxa de queima do combustível, da utilização do elemento combustível, existe um tempo ótimo para a extração do plutônio. Deve funcionar com o reator até um certo ponto, para o funcionamento. Se eu estou interessado no plutônio, todos esses reatores industriais, pacíficos, queimam muito mais combustível. Para a produção de energia, a queima do combustível é muito maior e parte do plutônio 239 de massa 239, se transforma em plutônio 240 e 241. Esse plutônio 240 e 241 não é fissil, ao contrário, inclusive, ele aumenta muito a massa crítica que seria necessário para uma bomba. Então, quem quiser fazer bomba, não vai usar o reator industrial desse tipo. A queima do combustível, também, que é controlada. Nós assinamos acordo de salvaguarda, eu fui membro da salvaguarda da Agência Internacional de Energia Atômica, quando isso foi discutido, todo esse problema de salvaguarda, nós temos controle internacional da Agência sobre a taxa de consumo e de queima de combustível, isso é registrado automaticamente, todo

mundo pode ver, etc. Nós só iríamos fabricar bomba, ou só fabricaríamos bomba, se a taxa de irradiação do combustível fosse totalmente diferente e completamente antieconômica daquela que é normalmente utilizada. Bom, esse é o primeiro problema.

Segundo, é que, evidentemente, também, a usina de reprocessamento está em regime de salvaguarda tanto para a Alemanha, tanto para a Agência Internacional de Energia Atômica. Todo esses processos chamados sensíveis estão sob controle internacional, da Agência Internacional de Energia Atômica e sob o regime de salvaguarda. Bem, então, eu não vejo por que devemos nos preocupar com essa questão, uma vez que não só a tradição brasileira, a posição brasileira é, completamente, de uso civil da energia nuclear. Muito bem. Se isso não bastasse, nós estamos, absolutamente, presos pelo acordo de salvaguarda.

O SR. DIRCEU CARDOSO — A nossa posição, então, creio que se caracterizou e se patenteou numa posição. Por que, então, não assinamos o acordo de não-proliferação nuclear?

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS — Sempre defendi essa posição, simplesmente, porque nós não devemos assinar um acordo que é discriminatório. O General De Gaulle se referia a esse acordo dizendo o seguinte: “é um clube de bêbados pregando a temperância”. Eu não vejo por que aqueles países que tem um programa militar, que fabricam bombas à vontade, de repente resolve desarmar os desarmados, em vez de desarmarem a eles próprios.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Dr. Israel — V. S^a desculpe, mas estamos aproveitando sua presença.

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS — Não, V. Ex^a está me provocando numa série de campos, nos quais eu não tenho a menor competência.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Eu tenho outro documento, aqui, da CNEN — Comissão Nacional de Energia Nuclear de 1974. “Alternativas para formulação das Diretrizes de um Planejamento Nuclear Brasileiro”.

Diz ele, aqui, na página 11, verso:

“Entre os principais usos e aplicações da energia nuclear, podem ser destacados os reatores nuclear de potência, que estão substituindo, aos poucos, as usinas termelétricas convencionais, produzindo energia a preços competitivos.

A utilização dos reatores nucleares, para a propulsão de navios mercantes, vai permitir melhor desempenho na marinha de transporte.

A aplicação e uso dos rádios esótopos tem permitido o desenvolvimento de novas técnicas de análise, tanto na engenharia como na biologia, superando as convencionais em qualidade e economicidade, além dos benefícios registrados em outros campos das atividades humanas, como na agricultura, principalmente.

As constatações dos usos e das aplicações da energia nuclear, conduz a um agrupamento em três classes distintas, as quais, daqui por diante, serão as bases de todo o estudo estratégico brasileiro.

- 1) GENE — Geração da energia nucleelétrica em grande escala;
- 2) ARCO — Aplicação de reatores com outros fins e;
- 3) APEX — Aplicação de explosivos nucleares.”

Quer dizer, então, cogitava a CNEN, por volta de 1974, com diretrizes para o Programa Nuclear Brasileiro, o grupo dessas três aplicações da energia nuclear. Primeiro, a geração da energia nuclear, o grupo GENE, geração de energia nuclear nucleelétrica; segundo, ARCO, aplicação dos reatores com outros fins e, terceiro, APEX, aplicações de explosivos nucleares. Portanto, era o pensamento dos nossos físicos nucleares em 1974, há cinco anos atrás, a aplicação da energia nuclear para a fabricação de explosivos. Isso revela, também, um outro lado da questão. Eu devo dizer a V. S^a, eu apoio o Acordo Nuclear, sou pela fabricação da bomba, de uma bomba, duas bombas, cinco bombas, dez bombas, agora, tudo com o conhecimento, quero que o povo saiba disso, esse é o problema nosso.

Hoje, por exemplo, quando estou dizendo que o Presidente vai a Angra, amanhã, é porque ele vai ser surpreendido com coisas que ele não está preparado para verificar em Angra. Não conversei com ele, não o conheço, nunca o vi, mas sei que é um homem...

O SR. MILTON CABRAL — Tomou posse aqui no Congresso.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Está certo, é isto mesmo, tomou posse aqui. A gente diz essas coisas e esquece. Mas acho que...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Acho que vi de longe, sim.

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS — Qual é a sua pergunta?

O SR. DIRCEU CARDOSO — Não vou perguntar, vou poupar V. S^a dessa resposta.

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS — Não, eu posso responder.

Esses, nos anos 60, tanto a União Soviética, quanto os Estados Unidos trombeteavam pelo mundo em virtudes do uso pacífico de explosivos nucleares: fazer barragens, controlar e concentrar petróleo dispersado em formações arenísticas, etc, era um programa que se chamava Programa *Plow Share*; várias explosões ditas desse tipo foram realizadas e trombeteavam que havia grande interesse, sobretudo na área de engenharia civil, para essa utilização. Evidentemente, já em 1967, 1968, na Comissão de Desarmamento da ONU, em Genebra, o Brasil tomou a posição oficial de que nesse caso não renunciaria à possibilidade de vir a fabricar explosivos para fins pacíficos. Dada a posição de todo mundo, porque evidentemente não se pode distinguir uma bomba pacífica de uma não pacífica, a posição nossa, como a de todo mundo, mudou completamente devido a própria política de não-proliferação da Agência Internacional de Energia Atômica que antecedeu ao Acordo de Tlatelolco no qual o Brasil é signatário, sobre a nuclearização das Américas.

O que eu diria é o seguinte: não vejo nenhuma contradição com essa posição nossa que mudou quando todo mundo mudou.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Agradeço, mas temos um compromisso de honra, a missa do Senador João Bosco, ex-colega desta Comissão que faleceu, e por isso, não poderemos continuar. Porém, quero deixar consignado que a sua exposição foi valiosíssima e espero que sempre onde V. S^a esteja seja

um elemento de luz para espantar nossas dúvidas e iluminar a nossa inteligência. Muito grato a V. S^a.

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS — Sou eu quem agradece a todos da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Encerrada a lista de oradores, concedo a palavra ao Relator, Senador Milton Cabral.

O SR. RELATOR (Milton Cabral) — Dr. Israel Vargas, diante do que foi dito pelo nobre Senador Dirceu Cardoso, pediria a V. S^a sua concordância para consultá-lo a respeito de alguns dados, o que faria posteriormente, que são realmente importantes para a composição de nossos trabalhos. Já que não poderemos fazer o debate oral, pediria que V. S^a concordasse.

O SR. JOSÉ ISRAEL VARGAS — Concordo plenamente.

O SR. RELATOR (Milton Cabral) — Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Nada mais havendo a tratar, resta-nos apenas agradecer o comparecimento dos ilustres Srs. Senadores, Deputados e, principalmente, do Dr. José Israel Vargas que deu uma verdadeira aula, a todos nós, a respeito do Programa Nuclear e da energia nuclear como um todo.

Está encerrada a reunião.

(*Levanta-se a reunião às 18 horas e 25 minutos.*)

<p>MESA</p> <p>Presidente Luiz Viana</p> <p>1º-Vice-Presidente Nilo Coelho</p> <p>2º-Vice-Presidente Dinarte Mariz</p> <p>1º-Secretário Alexandre Costa</p> <p>2º-Secretário Gabriel Hermes</p> <p>3º-Secretário Lourival Baptista</p> <p>4º-Secretário Gastão Müller</p> <p>Suplentes de Secretários Jorge Kalume Benedito Canelas Passos Pôrto</p>	<p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO</p> <p>PMDB</p> <p>Líder Paulo Brossard</p> <p>Vice-Líderes Humberto Lucena José Richa Marcos Freire Mauro Benevides Nelson Carneiro Orestes Quêrcia Pedro Simon Roberto Saturnino</p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DO PARTIDO POPULAR — PP</p> <p>Líder Gilvan Rocha</p> <p>Vice-Líderes Evelásio Vieira Alberto Silva</p>	<p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DO PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL — PDS</p> <p>Líder Jarbas Passarinho</p> <p>Vice-Líderes Aderbal Jurema Aloysio Chaves Bernardino Viana José Lins Lomanto Júnior Moacyr Dalla Murilo Badaró Saldanha Derzi</p>
---	--	---

COMISSÕES

Diretor: Antônio Carlos de Nogueira
Local: Anexo II — Térreo
Telefones: 211-3487
211-3488
211-3489

A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Cândido Hipperit
Local: Anexo II — Térreo
Telefones: 211-3490
211-3491

COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Evelásio Vieira
Vice-Presidente: Leite Chaves

Titulares	Suplentes
1. Passos Pôrto	1. Jutahy Magalhães
2. Benedito Canelas	2. Affonso Camargo
3. Pedro Pedrossian	3. João Calmon
4. José Lins	
1. Evelásio Vieira	1. Agenor Maria
2. Leite Chaves	2. Amaral Peixoto
3. José Richa	

Assistente: Sérgio da Fonseca Braga — 211-3492
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Mendes Canale
Vice-Presidente: Agenor Maria

Titulares	Suplentes
1. Mendes Canale	1. Raimundo Parente
2. José Lins	2. Alberto Silva
3. Eunice Michiles	3. Almir Pinto
4. Vicente Vuolo	
1. Evandro Carreira	1. Marcos Freire
2. Agenor Maria	2. Humberto Lucena
3. Mauro Benevides	

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — 211-3493
Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)
(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Henrique de La Rocque
1º-Vice-Presidente: Aloysio Chaves
2º-Vice-Presidente: Hugo Ramos

Titulares	Suplentes
1. Bernardino Viana	1. Lenoir Vargas
2. Helvídio Nunes	2. João Calmon
3. José Sarney	3. Almir Pinto
4. Aloysio Chaves	4. Milton Cabral
5. Aderbal Jurema	5. Luiz Freire
6. Murilo Badaró	6. Arnon de Mello
7. Moacyr Dalla	
8. Amaral Furlan	
9. Raimundo Parente	
1. Hugo Ramos	1. Cunha Lima
2. Leite Chaves	2. Tancredo Neves
3. Lázaro Barboza	3. Dirceu Cardoso
4. Nelson Carneiro	
5. Paulo Brossard	
6. Franco Montoro	

Assistente: Daniel Reis de Souza — 211-3494
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)
(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Jessé Freire
Vice-Presidente: Lázaro Barboza

Titulares	Suplentes
1. Jessé Freire	1. José Guimard
2. José Sarney	2. Tarso Dutra
3. Passos Pôrto	3. Benedito Canelas
4. Saldanha Derzi	4. Moacyr Dalla
5. Affonso Camargo	
6. Murilo Badaró	
7. José Caixeta	

- | | |
|--------------------|----------------------|
| 1. Itamar Franco | 1. Henrique Santillo |
| 2. Lázaro Barboza | 2. Roberto Saturnino |
| 3. Adalberto Sena | 3. Gilvan Rocha |
| 4. Mauro Benevides | |

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — 211-3499
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II

COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)
(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Teotônio Vilela
Vice-Presidente: Roberto Saturnino

Titulares	Suplentes
1. Arnon de Mello	1. Helvídio Nunes
2. Bernardino Viana	2. Alberto Silva
3. José Lins	3. Benedito Ferreira
4. Jessé Freire	4. Vicente Vuolo
5. Milton Cabral	
6. Benedito Canelas	
7. Luiz Cavalcante	

- | | |
|----------------------|--------------------|
| 1. Roberto Saturnino | 1. José Richa |
| 2. Teotônio Vilela | 2. Orestes Quêrcia |
| 3. Marcos Freire | 3. Tancredo Neves |
| 4. Pedro Simon | |

Assistente: Francisco Guilherme Thees Ribeiro — 211-3495
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas
Local: Sala do Anexo "B"

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)
(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Calmon
Vice-Presidente: Jutahy Magalhães

Titulares	Suplentes
1. João Calmon	1. José Lins
2. Tarso Dutra	2. Arnon de Mello
3. Jutahy Magalhães	3. Jorge Kalume
4. Aloysio Chaves	4. Pedro Pedrossian
5. Aderbal Jurema	
6. Eunice Michiles	
1. Adalberto Sena	1. Marcos Freire
2. Evelásio Vieira	2. Gilvan Rocha
3. Franco Montoro	

Assistente: Sérgio da Fonseca Braga — 211-3492
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II

COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)
(17 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Cunha Lima
Vice-Presidente: Tancredo Neves

Titulares	Suplentes
1. Raimundo Parente	1. Saldanha Derzi
2. João Lúcio	2. Luiz Freire
3. Lomanto Júnior	3. Jessé Freire
4. Affonso Camargo	4. José Sarney
5. Vicente Vuolo	5. Milton Cabral
6. Alberto Silva	6. José Guimard
7. Alberto Lavinas	
8. Jorge Kalume	
9. Jutahy Magalhães	
10. Mendes Canale	

1. Cunha Lima	1. Paulo Brossard
2. Tancredo Neves	2. Marcos Freire
3. Roberto Saturnino	3. Lázaro Barboza
4. Amaral Peixoto	4. José Richa
5. Pedro Simon	
6. Mauro Benevides	
7. Teotônio Vilela	

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — 211-3493
Reuniões: Quintas-feiras, às 9:30 horas
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)
(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Helvídio Nunes
Vice-Presidente: Lenoir Vargas

Titulares	Suplentes
1. Lenoir Vargas	1. Jutahy Magalhães
2. Helvídio Nunes	2. Raimundo Parente
3. Jessé Freire	3. Eunice Michiles
4. Moacyr Dalla	4. Benedito Canelas
5. Luiz Freire	
6. Aloysio Chaves	

1. Franco Montoro	1. Nelson Carneiro
2. Humberto Lucena	2. Marcos Freire
3. Jaison Barreto	

Assistente: Leila Leivas Ferro Costa — 211-3497
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Arnon de Mello
Vice-Presidente: Alberto Silva

Titulares	Suplentes
1. Luiz Cavalcante	1. Affonso Camargo
2. Milton Cabral	2. João Calmon
3. Alberto Silva	3. Jutahy Magalhães
4. Arnon de Mello	

1. Dirceu Cardoso	1. Gilvan Rocha
2. Itamar Franco	2. Roberto Saturnino
3. Henrique Santillo	

Assistente: Carlos da Fonseca Braga — 211-3496
Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala do Anexo "B"

COMISSÃO DOS MUNICÍPIOS
(17 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Lomanto Júnior
Vice-Presidente: Orestes Quércia

Titulares	Suplentes
1. Lomanto Júnior	1. Tarso Dutra
2. Almir Pinto	2. João Lúcio
3. Amaral Furlan	3. Aderbal Jurema
4. Amaral Peixoto	4. José Sarney
5. Benedito Canelas	5. Murilo Badaró
6. Jutahy Magalhães	
7. Lenoir Vargas	
8. Moacyr Dalla	
9. Raimundo Parente	
10. Saldanha Derzi	

1. José Richa	1. Agenor Maria
2. Orestes Quércia	2. Jaison Barreto
3. Itamar Franco	3. Humberto Lucena
4. Evandro Carreira	
5. Lázaro Barboza	

1. Affonso Camargo	1. Evelásio Vieira
2. Valdon Varjão	

Assistente: Carlos da Fonseca Braga — 211-3496
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas
Local: Anexo "B"

COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)
(5 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Dirceu Cardoso
Vice-Presidente: Adalberto Sena

Titulares	Suplentes
1. Tarso Dutra	1. João Calmon
2. Saldanha Derzi	2. Murilo Badaró
3. Mendes Canale	3. José Sarney

1. Dirceu Cardoso	1. Hugo Ramos
2. Adalberto Sena	

Assistente: Maria Thereza Magalhães Motta — 211-3501
Reuniões: Quintas-feiras, às 12:00 horas
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)
(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Tarso Dutra
1º-Vice-Presidente: Saldanha Derzi
2º-Vice-Presidente: Lomanto Júnior

Titulares	Suplentes
1. Tarso Dutra	1. Aloysio Chaves
2. Bernardino Viana	2. Pedro Pedrossian
3. Saldanha Derzi	3. Henrique de La Rocque
4. Lomanto Júnior	4. José Guimard
5. Mendes Canale	5. Luiz Cavalcante
6. Aderbal Jurema	6.
7. Almir Pinto	
8. Lenoir Vargas	
9. Luiz Freire	

1. Paulo Brossard	1. Marcos Freire
2. Nelson Carneiro	2. Mauro Benevides
3. Itamar Franco	3. Leila Chaves
4. José Richa	
5. Amaral Peixoto	
6. Tancredo Neves	

Assistente: Cândido Hipertt — 2113490 e 211-3491
Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II

COMISSÃO DE SAÚDE
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Gilvan Rocha
Vice-Presidente: Henrique Santillo

Titulares	Suplentes
1. Lomanto Júnior	1. Saldanha Derzi
2. Almir Pinto	2. Jorge Kalume
3. Alberto Silva	3. Benedito Canelas
4. José Guimard	

1. Gilvan Rocha	1. José Richa
2. Henrique Santillo	2. Adalberto Sena
3. Jaison Barreto	

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — 211-3499
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Jorge Kalume
Vice-Presidente: Mauro Benevides

Titulares	Suplentes
1. Jorge Kalume	1. Raimundo Parente
2. Luiz Cavalcante	2. Amaral Furlan
3. Murilo Badaró	3. José Guimard
4. Benedito Ferreira	

1. Mauro Benevides	1. Cunha Lima
2. Agenor Maria	2. Jaison Barreto
3. Orestes Quércia	

Assistente: Carlos da Fonseca Braga — 211-3496
Reuniões: Quartas-feiras, às 9:30 horas
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Evandro Carreira
Vice-Presidente: Humberto Lucena

Titulares	Suplentes
1. Raimundo Parente	1. Affonso Camargo
2. Luiz Freire	2. Pedro Pedrossian
3. Bernardino Viana	3. Aderbal Jurema
4. Alberto Silva	
1. Evandro Carreira	1. Orestes Quércia
2. Humberto Lucena	2. Evelásio Vieira
3. Lázaro Barboza	

Assistente: Leila Leivas Ferro Costa — 211-3499
Reuniões: Quintas-feiras, às 9:30 horas
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS — (CT)**
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedito Ferreira

Vice-Presidente: Vicente Vuolo

Titulares

1. Benedito Ferreira
2. Vicente Vuolo
3. Pedro Pedrossian
4. Affonso Camargo

1. Passos Pôrto
2. Lomanto Júnior
3. Alberto Silva

Suplentes

1. Evandro Carreira
2. Lázaro Barboza
3. Orestes Quêrcia

1. Leite Chaves
2. Agenor Maria

Assistente: Leila Leivas Ferro Costa — 211-3497

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II

B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS

Chefe: Alfeu de Oliveira

Local: Anexo II — Térreo — 211-3507

Assistentes:

Helena Isnard Accauhy — 211-3510

Mauro Lopes de Sá — 211-3509

Clayton Zonlorenzi — 211-3508

C) SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Chefe: Cleide Maria B. F. Cruz

Local: Anexo II — Térreo — 211-3511

Assistentes:

Elizabeth Gil B. Vianna — 211-3510

Nadir da Rocha Gomes — 211-3508

Haroldo P. Fernandes — 211-3512

**SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES
HORÁRIO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL
PARA O ANO DE 1980**

HORAS	TERÇA	SALAS	ASSISTENTE	HORAS	QUINTA	SALAS	ASSISTENTE
10:00	C.T.	RUY BARBOSA Ramal — 3882	LEILA	09:30	C.F.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal — 3880	GUILHERME
	C.A.R.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal — 3880	GUILHERME		C.S.P.C.	RUY BARBOSA Ramal — 3882	LEDA
HORAS	QUARTA	SALAS	ASSISTENTE	10:00	C.E.C.	ANEXO "B"	SÉRGIO
09:30	C.S.N.	RUY BARBOSA Ramal — 3882	CARLOS		C.D.F.	RUY BARBOSA Ramal — 3882	LEDA
10:00	C.C.J.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal — 3880	DANIEL	10:30	C.S.	RUY BARBOSA Ramal — 3882	LEDA
	C.A.	ANEXO "B"	SÉRGIO	11:00	C.L.S.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal — 3880	LEILA
10:30	C.E.	ANEXO "B" Ramal — 3888	FRANCISCO	12:00	C.R.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal — 3880	MARIA THEREZA
11:00	C.R.E.	RUY BARBOSA Ramal — 3882	CÂNDIDO	11:00	C.M.	ANEXO "B"	CARLOS
	C.M.E.	ANEXO "B"	CARLOS				